

# **A Economia Social e Solidária em Portugal**

**Dezembro de 2023**

## **FICHA TÉCNICA**

### **Edição**

ACÉESA (Per Review)

### **N.º de registo na ERC**

Nota: isenta de registo na ERC ao abrigo do decreto regulamentar 8/99 de 9/06 artigo 12ª - 1 - a

### **Fotografias**

António Ferreira Pacheco

### **Design Gráfico**

Cresaçor / Criações Periférica

### **Execução Gráfica**

Coingra, Lda.

### **ISSN**

1647-5968

### **Depósito Legal**

293560/09

### **Tiragem**

250 exemplares

### **Dezembro 2023**

Papel 100% reciclado

### **ACEESA**

Rua D. Maria José Borges, n.º 137

9500-466 Ponta Delgada

São Miguel – Açores – Portugal

**T** +351 296 099 433 | +351 296 281 554

ceesageral@gmail.com

<https://www.facebook.com/CentrodeEstudosdeEconomiaSolidariadoAtlantico/>

### **Financiamento:**



**GOVERNO  
DOS AÇORES**

### **Director/Editor - in - chief**

#### **Rogério Roque Amaro**

Instituto Universitário de Lisboa  
(ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro de  
Estudos de Economia Solidária do  
Atlântico – Portugal

### **Diretora Executiva / Executive Editor**

#### **Catarina Ferreira Pacheco**

ACEESA – Associação Centro  
de Estudos de Economia Solidária  
do Atlântico – Portugal

### **Conselho Editorial / Editorial Board**

#### **Artur Martins**

ACEESA – Associação Centro  
de Estudos de Economia Solidária  
do Atlântico – Portugal

#### **Catarina Ferreira Pacheco**

ACEESA – Associação Centro  
de Estudos de Economia Solidária  
do Atlântico – Portugal

#### **Célia Pereira**

CRESAÇOR – Cooperativa  
Regional de Economia Solidária  
dos Açores – Portugal

#### **Jean-Louis Laville**

CNAM – Conservatoire National  
des Arts et Métiers – França

#### **Jordi Estivill**

Universidade de Barcelona –  
Catalunha – Espanha

#### **Rogério Roque Amaro**

Instituto Universitário de Lisboa  
(ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro  
de Estudos de Economia Solidária  
do Atlântico – Portugal

### **Comissão Científica Internacional / International Advisory Board**

#### **Rogério Roque Amaro**

Instituto Universitário de Lisboa  
(ISCTE – IUL) – Portugal

ACEESA – Associação Centro  
de Estudos de Economia Solidária  
do Atlântico – Portugal

#### **Jean-Louis Laville**

CNAM – Conservatoire National  
des Arts et Métiers – França

#### **Jordi Estivill**

Universidade de  
Barcelona – Catalunha – Espanha

#### **Ana Margarida Esteves**

CEI – IUL – Centro de Estudos  
Internacionais – Portugal

#### **António David Cattani**

UFRGS – Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul – Brasil

#### **Casimiro Balsa**

Faculdade de Ciências Sociais  
e Humanas da Universidade Nova  
de Lisboa – Portugal

#### **Cláudio Furtado**

Universidade de Cabo Verde  
– Cabo Verde

#### **Clébia Mardonia Freitas**

UNILAB – Universidade da  
Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira – Brasil

#### **Genauto França Filho**

UFBA – Universidade Federal da  
Bahia – Brasil

#### **José Fialho Feliciano**

Universidade Lusófona de  
Humanidades e Tecnologias –  
Portugal

#### **José Manuel Henriques**

Instituto Universitário de Lisboa  
(ISCTE – IUL) – Portugal

#### **Leão Lopes**

Atelier – Mar – Cabo Verde  
Instituto Universitário  
de Arte, Tecnologia e  
Cultura – Mindelo – Cabo Verde

#### **Luciene Rodrigues**

UNIMONTES – Universidade  
Estadual de Montes  
Claros – Minas Gerais – Brasil

#### **Luís Inácio Gaiger**

UNISINOS – Universidade  
do Vale do Rio dos Sinos – Rio  
Grande do Sul – Brasil

#### **Maliha Safri**

Drew University – Estados  
Unidos da América

#### **Maria de Fátima Ferreira**

Instituto Universitário de Lisboa  
(ISCTE – IUL) – Portugal

#### **Paul Israel Singer**

*(in memoriam)*  
USP – Universidade de  
São Paulo – Brasil

#### **Pedro Hespanha**

Faculdade de Economia  
da Universidade de  
Coimbra – Portugal

### **Redação/Offices**

ACEESA – Associação Centro  
de Estudos de Economia Solidária  
do Atlântico – Portugal

Rua D. Maria José Borges, 137  
9500-466 Ponta Delgada  
São Miguel – Açores – Portugal  
ceesageral@gmail.com

### **Plataformas On - line**

Latindex, socioeco.org

## ÍNDICE

- 7 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM PORTUGAL: CAMINHOS PARA O APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA**  
Rogério Roque Amaro
- 116 OS PRIMÓRDIOS DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL. CONTRIBUTOS DE RAMÓN DE LA SAGRAE**  
Matteo de Agustinis. 1837 | Jordi Estivill. Barcelona 2016
- 238 HISTORIOGRAFIA SOBRE MUTUALISMO (1875-1914) EM PORTUGAL E NO BRASIL**  
Ronaldo Pereira de Jesus
- 268 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NO CONCELHO DE PONTA DELGADA**  
Catarina Ferreira Pacheco | Pedro Miguel Gouveia
- 332 Normas Editoriais  
Editing Rules**

# **DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM PORTUGAL: CAMINHOS PARA O APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA<sup>1</sup>**

**(Uma Governança Local Partilhada  
e Participativa em contexto de crises)**

**Rogério Roque**

## **1. Introdução**

A presença do Desenvolvimento Comunitário ou Local em Portugal apresenta, à partida, três principais características, que o tornam particularmente relevante para a História do Desenvolvimento, do Bem-Estar e do Bem Viver da sociedade portuguesa dos últimos cerca de 60 anos:

**Rogério Roque Amaro** Professor Associado Jubilado do Departamento de Economia Política, da Escola de Ciências Sociais e Humanas, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

[rogerio.amaro@iscte-iul.pt](mailto:rogerio.amaro@iscte-iul.pt)

- Tem **duração** - 60 anos de História e de estórias, desde os anos 1960 até à actualidade, que deixaram memórias, marcas e resultados;
- Tem **impacto** - nesses 60 anos, tem tido múltiplos resultados e efeitos importantes, a vários níveis (nomeadamente económicos, sociais, ambientais, culturais, territoriais, cognitivos e políticos) da Vida e do Bem-Estar de muitas Comunidades em Portugal;
- Trouxe **inovações** - no sentido de contribuir para propor e praticar sobretudo novas dinâmicas económicas e políticas.

Só por estas razões, já se justifica plenamente estudar e caracterizar quais têm sido os principais caminhos do Desenvolvimento Comunitário ou Local em Portugal, que, além disso, por condições específicas, que se analisarão adiante, tem sido um dos países europeus com experiências nessa área mais precoces e mais marcantes.

Contribuir para esse estudo e caracterização é um dos principais objectivos deste texto, dando particular importância às dimensões económicas e sobretudo políticas dos seus impactos e inovações, muito em especial no que se refere às dinâmicas económicas alternativas (no campo da Economia Solidária), às práticas de Democracia Participativa e ao regresso dos Comuns.

É interessante verificar que, no início, nos anos 1960 e princípios de 1970, no que podemos designar por “primeira vaga” desta História, a expressão prática utilizada era Desenvolvimento Comunitário. Depois, nos anos 1980 e 1990, no que podemos referir como “segunda vaga”, o conceito (nessa altura, já com reconhecimento científico) passou a ser Desenvolvimento Local, para mais recentemente, já no século XXI,

sobretudo depois de 2008, no que podemos classificar como “terceira vaga”, as duas expressões coexistirem, mas assinando-se o regresso do Desenvolvimento Comunitário. Daí que a primeira questão que tentarei esclarecer, no ponto 2, é a de saber se essas duas expressões são sinónimas ou se significam coisas diferentes e, nesse caso, que ligações têm entre si.

Como se disse, a História do Desenvolvimento Comunitário ou Local em Portugal começou nos anos 1960 e tem uma presença contínua, embora com altos e baixos, até à actualidade, estando de novo no palco das práticas e das reflexões teóricas de referência. É essa História, nos seus principais contornos e fases, que tentarei apresentar e caracterizar no ponto 3.

Saber quais são as tendências actuais mais representativas ou então mais inovadoras do Desenvolvimento Comunitário ou Local em Portugal e quais os seus efeitos mais relevantes é obviamente imprescindível nessa perspectiva histórica e de caracterização, fazendo ressaltar quais os desafios actuais e futuros que daí resultam. Esta é a lógica que pretendo imprimir ao ponto 4, não deixando de referir algumas das respostas que as dinâmicas e as iniciativas que se referem ao Desenvolvimento Comunitário ou Local promoveram, para fazer face aos problemas e desafios provocados pela pandemia da COVID-19.

Dentro da História do Desenvolvimento Comunitário em Portugal, há uma componente, que tem uma História muito própria, que é a dos Grupos Comunitários (GC) de Lisboa, que teve início em 1993. Quando, na passagem dos anos 1980 (a década da afirmação do Desenvolvimento Local em Portugal, a partir sobretudo de zonas rurais do Sul do país, ou seja, do Alentejo e da Serra do Algarve) para os anos 1990, um dia, em Serpa (no Alentejo), eu me confrontei com um dos protagonis-

tas mais importantes do Desenvolvimento Local dessa época (o famoso, a vários títulos, Camilo Mortágua, de que falarei adiante), num debate se seria possível também haver processos destes em meio urbano (o que ele negava, por, segundo a sua argumentação, não haver base relacional e sócio-cultural substantiva para tal), nascia aí o embrião do desassossego e do desafio de desencadear dinâmicas de Desenvolvimento... Comunitário na Cidade. Esta foi uma das proto-condições que levaram à criação do primeiro Grupo Comunitário em Lisboa, em 1993 (com alguns episódios de pré-história anteriores), no Bairro Padre Cruz, na freguesia de Carnide. No ano seguinte, foram criados mais três e, em 1996, mais um<sup>3</sup>. Actualmente, são 19 (em breve 20), em Lisboa, dos quais 15 em Bairros de Habitação Social, e 25 na Área Metropolitana de Lisboa, embora nem todos com as mesmas características<sup>4</sup>. É esta a História que contarei no ponto 5, caracterizando também, em termos gerais, esses Grupos Comunitários.

Actualmente, precisamente envolvendo os Grupos Comunitários da Cidade de Lisboa, e em particular os 15 dos Bairros de Habitação Social, está-se a desenvolver um processo de co-gestão da Cidade, em conjunto com o Departamento de Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Lisboa, que configura o que temos designado por Governança Local Partilhada e Participativa (ou, mais abreviadamente, por GLPP). É, claramente, um modelo inovador de regulação de problemas da Cidade, envolvendo a Parceria das Autarquias Locais e de todas as Instituições e Serviços, públicos e privados, presentes nos GC, e sobretudo a Participação das Comunidades correspondentes, para, em conjunto, identificarem e discutirem os problemas e desafios dos seus territórios e reivindicarem e/ou construírem e organizarem as respectivas respostas e soluções. Lógicas

deste género estão a emergir em outras regiões de Portugal, como são, por exemplo, os casos de Santa Maria da Feira e de Arouca. É destas dinâmicas, muito em particular dos GC de Lisboa, que procurarei dar conta no ponto 6.

Finalmente, no último ponto (7), tentarei partilhar algumas reflexões que os caminhos do Desenvolvimento Comunitário e Local em Portugal me têm provocado, quer em termos práticos, da minha Cidadania Transformativa, quer em termos teóricos, da minha Cidadania Cognitiva, eu que me considero um InvestigActor do Desenvolvimento Comunitário/Local<sup>5</sup>.

## **2. Desenvolvimento Comunitário ou Local?**

Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento Local são sinónimos ou são conceitos diferentes? Se são sinónimos, porque é que existem duas expressões (ou até mais<sup>6</sup>)? Se não são, o que as distingue e as relaciona? E qual a expressão mais adequada para entender os processos históricos colectivos que lhes estão associados em Portugal?

Respondo já, por antecipação, à primeira e à última destas questões, da mesma maneira: Sim e Não! Neste ponto tentarei explicar porquê.

Há vários autores que têm procurado sublinhar e explicar as diferenças entre os conceitos associados a estas duas expressões<sup>7</sup>. Pela minha parte e para efeitos desta análise, considero que a resposta àquelas questões implica ter em conta e cruzar cinco matrizes ou grelhas de leitura, com influências entre si: a matriz da referência histórica; a matriz dos contextos geográfico-culturais, a matriz da validação académico-científica, a matriz do quadro institucional e dos protagonistas principais e a matriz das percepções e enfoques predominantes.

## 2.1. Matriz de referência histórica

Se utilizarmos, como grelha de leitura, a **matriz de referência histórica**, o que ressalta, como já se mencionou antes, é que no princípio, dos finais do século XIX até aos anos 1970, a expressão usada era claramente a de Desenvolvimento Comunitário. O Desenvolvimento Local só apareceu, como conceito, cerca dos anos 1980 e pareceu desalojar então, por razões científicas e institucionais, que subjazem a outras duas das matrizes de leitura convocadas, a expressão anterior, sem porém a fazer desaparecer, começando então a argumentar-se pela distinção entre os dois conceitos. Contudo, nos últimos anos, sobretudo depois dos inícios da crise financeira e das dívidas soberanas, em 2008<sup>8</sup>, as duas expressões estão presentes, nas reflexões e propostas nos domínios das questões territoriais do Desenvolvimento.

As preocupações e iniciativas, que associamos normalmente à filosofia e aos princípios do Desenvolvimento Comunitário/Local, têm algumas das suas evidências mais expressivas nos primórdios da Economia Social, como reacção aos custos sociais e democráticos, provocados pela Revolução Industrial e pela implantação do capitalismo (ou, mais prosaicamente, da Economia de Mercado), em meados do século XIX. De facto, é possível reconhecer as suas lógicas essenciais nas dinâmicas de cooperação<sup>9</sup> e ajuda mútua inerentes, por exemplo, às experiências dos “Falanstérios”, propostas por Charles Fourier, e das comunidades “New Harmony”, propostas por Robert Owen, dois dos chamados “Socialistas Utópicos” do século XIX, que estiveram na origem da Economia Social<sup>10</sup>.

Não sendo o objectivo deste texto aprofundar as origens históricas do Desenvolvimento Comunitário/Local<sup>11</sup>, subli-

nharei apenas que, na que chamei a “primeira vaga” desta História, e que podemos considerar desde finais do século XIX até aos anos 1970, há basicamente duas lógicas que traduzem esse processo:

- A que ficou conhecida por “Organização da Comunidade” (de “*Community Organizing*”), que teve origem nos finais do século XIX, a partir de iniciativas de apoio às Comunidades mais fragilizadas de certas zonas rurais e suburbanas dos Estados Unidos da América, marcadas pelas crises sociais e pelas dificuldades da imigração, procurando organizar a Comunidade, para lutar pelo seu Bem-Estar, normalmente com o apoio de “Trabalhadores/as Sociais”. Estas iniciativas terão depois continuidade nas primeiras décadas do século XX, sobretudo no contexto da Grande Crise iniciada em 1929. São nomes de referência deste primeiro período: Mary Harris “Mother” Jones (1830-1930), também conhecida como “Miners Angel”<sup>12</sup>; Jane Addams (1860-1935), por muitos considerada uma das primeiras “Trabalhadoras Sociais” dos E.U.A., que fundou, em 1889, a “Hull House”, uma Habitação Social e Comunitária para imigrantes e famílias pobres poderem viver em condições mais dignas e partilhadas<sup>13</sup>; mais tarde, Myles Horton (1905-1990), co-fundador da *Highlander Folk School*, cuja principal missão era a educação de “líderes rurais e industriais para uma nova ordem social”; e ainda Saul Alinsky (1909-1972), conhecido como sendo o “pioneiro” dos processos de “Community Organizing” nos E.U.A.<sup>14</sup>. Estas dinâmicas tiveram posteriormente uma outra sequência nos processos de Desenvolvimento Comunitário, permiti-

dos pelos Programas “*New Frontier*”, com o Presidente John Fitzgerald Kennedy, e “*Great Society*”, com Lyndon Johnson, nos anos 1960<sup>15</sup>.

- A que, desde o início, foi associada à designação e ao conceito de “Desenvolvimento Comunitário” (ou “Desenvolvimento de Comunidade”, como frequentemente se lhe referem na América Latina e autores de língua castelhana), que se centrou em intervenções nos países do Terceiro Mundo, ou do Sul Global, embora, mais tarde, tenha sido alargada a países europeus, nomeadamente Portugal, como se verá no ponto 3. Começou por ser uma estratégia de controle social colonial, promovida pela Administração Colonial do Reino Unido em algumas das suas colónias de África e da Ásia (na Índia, sobretudo), desde finais do século XIX, mas principalmente a partir dos anos 1920, assente na ideia da educação de líderes comunitários, para se tornarem dinamizadores das suas comunidades, substituírem as autoridades coloniais e depois prepararem a evolução pós-independência<sup>16</sup>. Não é por acaso que a Índia foi o país, depois da independência (15 de Agosto de 1947), em que “foi maior o empenho sistemático na promoção do processo desenvolvimento da comunidade à escala nacional”, tendo sido o primeiro país do Mundo a ter um Ministério de Desenvolvimento da Comunidade<sup>17</sup>. A partir dos anos 1950, o Desenvolvimento Comunitário foi adoptado, por vários dos organismos das Nações Unidas (FAO, UNESCO, OMS, OIT, Banco Mundial...), além de outros organismos internacionais, como a OEA - Organização dos Estados Americanos e o BID - Banco Interamericano para o Desenvolvimento, como “méto-

do de acção social, de promoção da participação activa da população e como programa específico para satisfazer as necessidades fundamentais da sociedade”<sup>18</sup>. Em consequência, foram numerosas as experiências de “Desenvolvimento Comunitário”, que se realizaram nos anos de 1960 e 1970, sobretudo em países do chamado Terceiro Mundo, como a Birmânia, a Bolívia, o Chile, a Colômbia, a Coreia do Sul, o Egipto, o Equador, as Filipinas, a Índia, a Jamaica, o México, a Nigéria, o Paquistão, o Perú, Porto Rico, o Quénia e a Venezuela, mas também em países europeus, como a Espanha, a Grécia, Portugal e a Jugoslávia, além de regiões como a Catalunha e ainda, por exemplo, em Israel (com os *kibutzim*, um modelo de comunidades colectivas voluntárias, muito específicas deste país)<sup>19</sup>. Estes processos foram também reforçados pelos apoios e projectos desenvolvidos no âmbito do Programa “*Alianza para el Progreso*”, envolvendo os países da América Latina, como “*un vasto esfuerzo para procurar una vida mejor a todos los habitantes del Continente*”<sup>20</sup>, com um forte suporte financeiro, político e técnico dos E. U. A., no tempo de John Kennedy<sup>21</sup>. Sublinhe-se ainda os contributos que as dinâmicas desenvolvidas pelas CEB - Comunidades Eclesiais de Base, em vários países da América Latina, e pelos projectos de Educação Popular, inspirados por Paulo Freire, também tiveram nos percursos do Desenvolvimento Comunitário, evidenciando a sua grande diversidade e até as suas contradições, contemplando lógicas mais emancipatórias, outras de controle social e outras essencialmente assistencialistas<sup>22</sup>.

A que poderemos chamar a “segunda vaga” desta História teve os seus momentos fortes nas décadas de 1980 e 1990, quando as práticas e o conceito de Desenvolvimento Local emergiram e se afirmaram, sobretudo na Europa e no Canadá francófono (Quebeque).

Começou por ser uma afirmação prática, enquanto iniciativas de respostas locais (ou comunitárias) aos problemas e desafios provocados pela globalização, processo este em aceleração nessas décadas<sup>23</sup>, evidenciando, na verdade, o que poderíamos designar por glocalização<sup>24</sup>, para além de outros factores, como a reacção aos custos provocados pela primeira ofensiva neo-liberal, nos anos 1980, e uma das traduções do que poderíamos designar pelo “regresso do Actor”, como Acção Colectiva, nesse período<sup>25</sup>.

Foi depois assumido e validado cientificamente, nomeadamente no quadro do chamado Paradigma Territorialista do Desenvolvimento Regional Endógeno<sup>26</sup>, sobretudo nos anos 1980, para ter o seu reconhecimento político-institucional em particular nos anos 1990<sup>27</sup>.

O Desenvolvimento Local, sobretudo pelo eco académico que teve, em áreas tão diversas como Ciência Política, Economia, Geografia e Sociologia, por exemplo, e pela importância político-institucional que assumiu, em instituições como a OCDE e a União Europeia e depois o Banco Mundial e a OIT e nas políticas de países, como a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, a França, a Itália, Portugal e a República da Irlanda, entre outros, sobretudo da União Europeia, e ainda em Regiões como a Catalunha e o Quebeque (Canadá), tornou-se o conceito dominante, neste domínio, embora coexistindo com o Desenvolvimento Comunitário, “de forma paralela, sendo praticamente desconhecidos um do outro” (Estivill, 2020: 12). Na verdade, em particular do ponto de vista académico e político,

o Desenvolvimento Local praticamente ofuscou o Desenvolvimento Comunitário, o que também está relacionado com outros factores, que irei referir a propósito das outras matrizes.

Também neste caso, o Desenvolvimento Local, tal como o Desenvolvimento Comunitário, teve várias formulações, umas mais institucionais, outras mais... comunitárias, como se verá sobretudo a propósito da matriz de análise do quadro institucional e dos protagonistas principais<sup>28</sup>.

Nos últimos 10-12 anos, ou seja, sobretudo depois do início da Grande Crise Financeira e depois das Dívidas Soberanas de 2008-2012, podemos falar de uma terceira vaga desta História, em que se pode dizer que há, por um lado, uma certa revitalização do Desenvolvimento Comunitário, devida a factores como a necessidade de respostas à crise e aos ataques e ao retrocesso do Estado de Bem-Estar, entre outros (Estivill, 2020:13). Por outro lado, os conceitos e as práticas de Desenvolvimento Comunitário e de Desenvolvimento Local tendem a dialogar e a encontrar pontes e eixos de contactos, distinguindo-se mais pelos conteúdos que se definem ou praticam (por vezes indiferentemente num ou noutro) do que pela designação. Pode-se até dizer que há, por vezes, “uma aproximação progressiva que, em alguns países, conduz a uma complementaridade e até a uma fusão dos dois” (Estivill, 2020: 12) ou que “hoje em dia, o discurso do desenvolvimento comunitário e do desenvolvimento local, a nível de práticas, características e objectivos são muito semelhantes” (Fragoso, 2005a:30)<sup>29</sup>.

Concluo e tenho, portanto, assumido que, do ponto de vista histórico, Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento Local situam-se, no essencial, na sequência um do outro, ou seja, pertencem à mesma “família ou fileira conceptual”<sup>30</sup>, a chamada fileira “*people-centred*”<sup>31</sup>. Não é contudo essa a posição de outros autores<sup>32</sup>.

## 2.2. Matriz dos contextos geográfico-culturais

Se passarmos agora a outra leitura, mobilizando a **matriz dos contextos geográfico-culturais**, naturalmente com influências da matriz histórica, podemos dizer que o Desenvolvimento Comunitário ou de Comunidade esteve mais ligado às Américas (do Norte, do Centro e do Sul), enquanto que o Desenvolvimento Local está mais associado à Europa (e ao Quebeque, na região francófona do Canadá)<sup>33</sup>.

Mas, mesmo dentro da Europa, o Desenvolvimento Comunitário é mais acolhido, como conceito e prática, em países como a Espanha e Portugal ou no Reino Unido (até pelos seus antecedentes históricos), do que no Norte ou no Centro do Continente. Na França “esta denominação praticamente não é usada, dado que o conceito de comunidade evoca todos os demónios da visão jacobina da república” (Estivill, 2020: 12), além de estar associada a outras interpretações negativas, conectadas com a guerra da independência da Argélia e com o conceito de Comunidade prevalecente nessa antiga colónia francesa<sup>34</sup>.

Em África, não posso generalizar, mas tenho constatado, nas minhas várias dezenas de viagens, estadias e projectos, sobretudo nos cinco PALOPs - Países de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe), desde 1984, que o Desenvolvimento Comunitário “soa” melhor e é mais acolhido, na linguagem e nos contextos das práticas (no apoio a projectos ou nos contactos com associações e Comunidades locais), mas que o Desenvolvimento Local é o esperado, quando assumo ou me esperam no papel de académico... vindo da Europa (em contexto universitário ou de conferências, por exemplo). Esta é uma questão que

também se relaciona com o que direi adiante, a propósito da matriz das percepções e dos enfoques predominantes (a última a ser tida em conta).

Neste contexto, é também importante lembrar que, sensivelmente a partir dos finais dos anos 1970, mas sobretudo a partir da presidência de Jacques Delors na Comissão Europeia (1985-1995) e da fusão das três Comunidades Europeias (CECA- Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, CEE - Comunidade Económica Europeia e CEEA - Comunidade Europeia da Energia Atómica), de forma explícita com o Acto Único Europeu, de 1986, e depois reforçada com o Tratado de Maastricht, de 1992, a palavra “Comunidade” e os seus adjetivos “comunitário” e “comunitária” passaram, no seu âmbito, a significar os assuntos, as políticas, os fundos, as questões, etc. dessa união de países, perdendo aí o seu sentido tradicional, associado ao Desenvolvimento Comunitário, pelo que, este factor, só por si, explica a preferência clara, nestes países, pelo Desenvolvimento Local, independentemente do seu conteúdo.

Ou seja, deste ponto de vista, geográfico-cultural, o Desenvolvimento Comunitário é mais utilizado em certas geografias e espaços culturais e o Desenvolvimento Local em outras, mesmo que queiram significar processos e objectivos similares.

### **2.3. Matriz da validação académico-científica**

Se tivermos agora em consideração, nesta análise, uma **matriz da validação académico-científica** destes conceitos, deve-se começar por referir que os dois estão predominantemente associados, do ponto de vista da formulação e fundamentação científica, a autores de diferentes áreas científicas: o Desenvolvimento Comunitário essencialmente ao Serviço Social (frequentemente designado por Trabalho Social<sup>35</sup>) e, por vezes, à Antropologia Social e à Psicolo-

gia Social, enquanto que o Desenvolvimento Local está normalmente ligado a autores das áreas da Ciência Política, da Educação, da Economia, da Geografia e da Sociologia<sup>36</sup>. Como refere Jordi Estivill, “(...) na Europa, durante algum tempo, o desenvolvimento local e o desenvolvimento comunitário coexistem de forma paralela, sendo praticamente desconhecidos um do outro - os economistas e os sociólogos tentando impulsionar o primeiro com as suas críticas às políticas keynesianas e os assistentes sociais promovendo o segundo” (Estivill, 2020: 12).

Se tivermos em conta que o Serviço Social (ou Trabalho Social) foi frequentemente considerada uma área disciplinar menor, ou mais prática do que teórica, em comparação com as outras Ciências Sociais<sup>37</sup>, compreenderemos que o reconhecimento científico do Desenvolvimento Comunitário foi menor (e, por vezes, até ausente), sobretudo na primeira fase desta História, do que o Desenvolvimento Local. Aliás basta ver que o Desenvolvimento Comunitário é praticamente ignorado nos livros e nas referências sobre o Desenvolvimento e as suas teorias nos 30 anos do pós-guerra, sendo quando muito considerado um “método” ou uma “técnica”<sup>38</sup>, mas não um conceito, enquanto que o Desenvolvimento Local teve muito mais aceitação e incorporação nas Teorias do Desenvolvimento (em geral ou do Desenvolvimento Regional), a partir do Paradigma Territorialista e dos anos 1980 e 1990.

Isto significa que, do ponto de vista da validação científica, o Desenvolvimento Local teve muito mais ressonância e aceitação do que o Desenvolvimento Comunitário. Mas também isso depende, em grande parte, dos contextos geográfico-culturais e históricos, ou seja, como já se referiu, as matrizes estão inevitavelmente interligadas.

## 2.4. Matriz de análise do quadro institucional e dos protagonistas principais

Se usarmos agora uma **matriz de análise do quadro institucional e dos protagonistas principais**, ou seja, procurando averiguar qual a abordagem institucional predominante e quais são os protagonistas principais, a primeira tendência é para associar o Desenvolvimento Comunitário a uma base comunitária (ou seja, com o protagonismo principal a ser assumido pela Comunidade e pelos seus grupos, formais e informais) e, portanto, mais *bottom-up* e o Desenvolvimento Local a um processo mais promovido por entidades públicas (como uma autarquia local, um departamento regional ou outro tipo de autoridade territorial) e, portanto, mais *top-down*<sup>39</sup>.

Contudo, pode encontrar-se exactamente a ligação oposta em cada um deles, consoante os autores, a época e os países. Só para exemplificar: o Desenvolvimento Comunitário também foi promovido pelas autoridades, em situações como as do modelo que encontramos em algumas colónias inglesas de África e da Ásia, e nos E.U.A., por exemplo, nas administrações Kennedy e Johnson<sup>40</sup>; o Desenvolvimento Local foi, muitas vezes, muito mais associado a iniciativas próprias da Comunidade e dos seus grupos formais ou informais, como em Portugal, nos anos 1980 e 1990<sup>41</sup>, ou nas zonas rurais da República da Irlanda, nos anos 1990. **Isto significa que não há, deste ponto de vista, uma distinção definitiva e consensual entre Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento Local.**

## **2.5. Matriz das percepções e enfoques predominantes,**

Por último, neste ponto, ponderemos a **matriz das percepções e enfoques predominantes**, ou seja, quais são as dimensões e as perspectivas dominantes em cada um dos conceitos.

Também neste caso não há uma distinção inquestionável e universal, dependendo dos autores, das épocas e dos contextos geográfico-culturais, mostrando, mais uma vez, como as matrizes que aqui considere se interpenetram.

Por um lado, por exemplo, Jordi Estivill afirma que “o desenvolvimento comunitário incorpora a dimensão económica e o desenvolvimento local presta mais atenção aos aspectos participativos e dá mais relevância aos intervenientes, necessidades e recursos locais” (Estivill, 2020: 12), tal como Aquiles Montoya, que assume que *“el proyecto de desarrollo local está enfocado principalmente al fortalecimiento de satisfactores sociales, esto es, aquellos vinculados con salud y salubridad, educación y alguna infraestructura de servicios como agua potable, energía eléctrica, comunicaciones, etc. y sólo de manera muy marginal hacia aquellos aspectos económicos que podrían asegurarle sostenibilidad a los satisfactores sociales”*, enquanto que *“Muy distinto es el enfoque que presenta el desarrollo comunitario, para éste la mayor preocupación e interés se encuentra en los aspectos económicos y su referencia a lo social resulta ser marginal o secundario en términos de enfoque”* (Montoya, 1998: 51).

Por outro lado, em outros autores o Desenvolvimento Comunitário já abarca preferencialmente outras dimensões e tem na Participação da Comunidade, nos seus intervenientes e nos recursos locais, alguns dos seus princípios axiais.

Por exemplo, Ezequiel Ander-Egg, um dos autores mais referenciados sobre esse conceito ou prática, começa por apresentar como definição que *“lo entendemos como método y técnica que contribuye positiva, real y efectivamente en un proceso de Desarrollo integral y armónico, atendiendo fundamentalmente a ciertos **aspectos extra-económicos, en particular psico-sociales**”* (Ander-Egg, 1986: 10, o sublinhado é meu), acrescentando, mais à frente que *“Las actitudes que genera en la población son más importantes que el contenido material de los proyectos”* e que *“**La participación popular se convierte en principio axial**”* (Ander-Egg, 1986: 69-72, o sublinhado é meu).

Também outra autora de referência, Teresa Porzecanski o define como *“conjunto de acciones destinadas a provocar un cambio orientado de conductas a nivel de un **microsistema social, participativo** y que signifique una etapa más avanzada de progreso humano”* (Porzecanski, 1983: 32, o sublinhado é meu).

Outra autora, também frequentemente citada, Mireya Zárate, refere que *“Desde estos inicios el Desarrollo Comunitario se prioriza como eje fundamental de su quehacer el desarrollo de los sujetos a partir de su **participación activa** en procesos que, si bien tiene por objeto ofrecer herramientas para **satisfacer necesidades**, ello no puede ser posible sin la corresponsabilidad de los sujetos en sus propios procesos, partiendo de su dinámica particular y de sus **recursos personales** para potencializar acciones que conduzcan al crecimiento y desarrollo”* (os sublinhados são meus)<sup>42</sup>.

Quanto ao conceito de Desenvolvimento Local, basta ler os autores provenientes da Economia que o abordam (por exemplo, Antonio Vásquez Barquero, Bernard Pecqueur e

Walter Stöhr), para constatar a importância que atribuem à sua dimensão económica, para contrapor ao que se referiu antes sobre a sua ausência neste conceito<sup>43</sup>.

**Pode-se pois dizer que, também deste ponto de vista, não há uma distinção definitiva e unânime entre o Desenvolvimento Comunitário e o Desenvolvimento Local, dependendo dos autores, do período histórico e dos contextos geográfico-culturais.**

Devo contudo acrescentar que as minhas várias experiências, nestes anos todos, pelos cinco continentes, mas muito em particular em África, na América do Sul e na Europa, com toda a imensa riqueza que vivi e aprendi, me autorizam a arriscar a dizer que, em geral, o Desenvolvimento Local tende a ser mais racional e intelectual e o Desenvolvimento Comunitário é normalmente mais emocional e afectivo<sup>44</sup>.

## **2.6. Notas finais**

Termino enfim este ponto como o comecei: Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento Local são sinónimos ou são conceitos diferentes ? E a resposta que dou, como referi logo no início, é: **Sim e Não!** Por vezes sim, por vezes não ! Depende dos períodos históricos, dos contextos geográfico-culturais, dos autores<sup>45</sup> e do enquadramento científico, do enquadramento institucional e das dimensões consideradas. No fundo, depende de como é definido, ou seja de quais os conteúdos considerados.

Por mim, considero-os, no essencial, como podendo ser sinónimos e fui marcado pelos dois<sup>46</sup>:

- Entrei nas suas vivências práticas e nos seus desafios teóricos, como Desenvolvimento Local, nos anos 1980;

- Descobri depois, retrospectivamente, o fascínio da sua História em Portugal, como Desenvolvimento Comunitário, revistando os anos 1960, graças à Professora Manuela Silva;
- Reencontrei o sentido do Desenvolvimento Comunitário, como Desenvolvimento Local, na extraordinária História dos Grupos Comunitários de Lisboa, a que estive ligado, desde o início, a partir de 1993;
- Optei claramente pela força afectiva, vivencial e mobilizadora do Desenvolvimento Comunitário, nestes últimos tempos, nas minhas investigações, leccionações e militâncias, muito em consonância com o desafio do regresso dos Comuns<sup>47</sup>;
- Normalmente em contextos mais populares, opto pela expressão Desenvolvimento Comunitário;
- Em contextos mais intelectuais e académicos, tendo a usar mais o Desenvolvimento Local;
- Mas sempre com o mesmo sentido, a não ser que esteja a fazer referência a um/a autor/a, contexto ou época em particular, em que, se for adequado, os distingo.

Relativamente à segunda questão, colocada no início (se são sinónimos, porque é que existem duas expressões, ou até mais ?), penso que a resposta foi dada ao longo deste ponto, quando elas se aproximam e até se fundem: porque as fases históricas, os contextos geográfico-culturais, as justificações científicas, os objectivos e as opções dos/as autores/as, os enquadramentos institucionais, e as dimensões consideradas assim o determinam.

Quanto à terceira questão (se não são, o que as distingue e as relaciona ?), quando se esforçam por as distinguirem, a resposta é a mesma do parágrafo anterior, com as devidas

alterações, podendo considerar-se que, mesmo quando as distinguem, elas situam-se na mesma “fileira” ou família conceptual, como se referiu.

Finalmente, no que diz respeito à última questão (qual a expressão mais adequada para entender os processos históricos colectivos que lhes estão associados em Portugal ?), direi que são ambas necessárias, sobretudo para situar correctamente as diferentes fases históricas que ocorreram em Portugal e para ser fiel às que foram sendo sucessivamente usadas. Por isso, nos pontos seguintes usarei os dois conceitos indiferentemente ou o que for mais apropriado, consoante as circunstâncias, como espero que fique claro.

Defino-o, por construção própria, em resultado das minhas vivências e aprendizagens indutivas (a partir das práticas e dos ensinamentos de actores e actrizes), mas também do que me ensinaram os/ as diversos/as autores/as, com quem dialoguei convivi ou que li, em dez pontos<sup>48</sup>:

- Um processo de mudança;
- Centrado numa Comunidade (de pequena dimensão, ou seja, com uma escala humana de Proximidade);
- Que visa dar resposta às suas necessidades fundamentais, que se encontram por satisfazer, procurando, portanto, aumentar o seu Bem-Estar e Bem-Viver;
- A partir, preferencial e fundamentalmente, das suas capacidades e recursos (endógenos);
- O que implica uma metodologia e uma pedagogia de Participação e de Autonomização (*Empowerment*) da Comunidade;
- Com o apoio de recursos exógenos de variados tipos, desde que fertilizadores dos endógenos;

- Numa perspetiva integrada e multidimensional;
- O que exige uma lógica de Trabalho em Parceria, ou seja, de articulação entre as Instituições e os Serviços que trabalham na Comunidade;
- Com impacto tendencial em toda a Comunidade;
- E segundo uma grande Diversidade de ritmos, lógicas, processos e resultados, em função das características e especificidades de cada Comunidade.

É esta a definição que me servirá de referência nos pontos seguintes.

### **3. Breves notas sobre a História do Desenvolvimento Comunitário e do Desenvolvimento Local em Portugal**

Pretende-se, neste ponto, apresentar e caracterizar as principais fases e episódios da História do Desenvolvimento Comunitário e do Desenvolvimento Local em Portugal. Para apreender o essencial dessa História, de forma breve, vou considerar cinco grandes períodos, que refletem, em grande parte, o que se disse atrás, no ponto 2.1: o aparecimento do Desenvolvimento Comunitário nos anos 1960 e 1970; as iniciativas de Desenvolvimento Local, nos anos 1980 e 1990; a criação de Grupos Comunitários, na década de 1990; a banalização e “adormecimento” destes processos na primeira década do século XXI; e o renascimento nos últimos cerca de 10 anos. Destes cinco subpontos, abordarei os quatro primeiros de seguida, concluindo com umas notas de síntese, e deixando o último para análise no ponto 4.

### **3.1. O aparecimento do Desenvolvimento Comunitário, nos anos 1960 e 1970**

O Desenvolvimento Comunitário chegou a Portugal, de uma maneira mais explícita na década de 1960, por influência das propostas, defendidas e promovidas pela ONU, e, mais tarde, já nos anos 1970, pela Acção mais silenciosa trazida por congregações religiosas, em contacto com as experiências comunitárias de base, ligadas a grupos católicos no Brasil.

Como já se referiu, após a Segunda Guerra Mundial, nos anos 1950, a ONU veio defender o Desenvolvimento Comunitário, como uma estratégia de Desenvolvimento para os novos países, que estavam a conquistar a sua independência, face às metrópoles europeias, mas também como estratégia a aplicar às chamadas “regiões-problema” da Europa e, em geral, dos países desenvolvidos<sup>49</sup>.

São vários os documentos, as conferências, os encontros e as datas que situam e servem de referência, nos anos de 1950, às propostas de uma estratégia designada por Desenvolvimento Comunitário, promovidas pela ONU. Refiro algumas/mas a título ilustrativo<sup>50</sup>:

- Em 1948, realizou-se uma Conferência Internacional em Cambridge, em que se reconheceu o interesse do Desenvolvimento Comunitário, para o Desenvolvimento dos territórios em vias de descolonização;
- Em 1950, foi publicado, pela ONU, um documento sobre o “Progresso Social através do Desenvolvimento Comunitário”;
- Em 1955, a pedido do Governo Holandês, preocupado com o atraso em que se encontravam algumas das suas regiões, realizou-se, com o apoio da Comissão

- Económica para a Europa, um Seminário em Baarn, de onde saiu o conceito de “região-problema”, associado ao Desenvolvimento Comunitário;
- Em 1956, a ONU publicou o documento “Desenvolvimento Comunitário e serviços conexos”;
  - Em Junho de 1958, realizou-se em Palermo, por iniciativa do governo da Região da Sicília e da Comissão Económica para a Europa, um Ciclo de Estudos sobre Desenvolvimento Comunitário nas regiões-problema da Europa, incentivando a articulação entre a investigação e a acção neste domínio<sup>51</sup>;
  - Em 1959, com a cooperação do governo inglês, realizou-se em Bristol um Ciclo de Estudos sobre “Desenvolvimento Comunitário e os serviços sociais nas regiões urbanas”.

Esta temática, tendo como eixo o conceito de Desenvolvimento Comunitário, chegou a Portugal nos anos de 1960, curiosamente através de dois economistas: Alfredo de Sousa e Maria Manuela da Silva<sup>52</sup>.

Manuela Silva, após ter frequentado, em 1960, em Paris, um curso sobre Desenvolvimento Comunitário, foi a primeira a publicar, em 1962, um estudo sobre “O Desenvolvimento Comunitário, como técnica de Progresso Social” (Silva, 1962), tendo posteriormente publicado dois artigos na revista “Análise Social”<sup>53</sup>, que foi pioneira no acolhimento e na abordagem deste tema, nos anos 1960, para além de outros trabalhos e artigos que assinou mais tarde.

Como docente do Instituto de Serviço Social de Lisboa, na disciplina de Planeamento Social<sup>54</sup>, teve oportunidade de marcar as metodologias de trabalho de muitas Assistentes Sociais (como então eram designadas), com a “técnica

do Desenvolvimento Comunitário“, como eu próprio tive ocasião de testemunhar mais tarde, nos anos 1990, quando fiz o primeiro trabalho sobre... Desenvolvimento Local, como situarei mais adiante.

Além do que escreveu, divulgou e ensinou, foi impulsionadora e animadora de iniciativas e projectos concretos de Desenvolvimento Comunitário, como o mais emblemático e marcante de todos, na freguesia da Benedita (1962-1966), de que falarei mais adiante, tendo também influenciado outros projectos, em várias zonas de Portugal (e até em Cabo Verde, então uma colónia portuguesa), nomeadamente através do grupo de Mulheres Católicas a que pertencia, o Graal.

Foi, sem dúvida, o nome mais marcante do Desenvolvimento Comunitário, no seu início em Portugal<sup>55</sup>.

Alfredo de Sousa também foi um dos divulgadores iniciais do Desenvolvimento Comunitário em Portugal, publicando vários artigos, nas revistas “Análise Social”<sup>56</sup> e “Estudos Políticos e Sociais”<sup>57</sup>. Contudo, a partir de 1964, não há mais registos de publicações suas sobre este tema<sup>58</sup>.

Mas, para além do papel de divulgação desempenhado por estas duas figuras, em Portugal, como refere Manuela Silva, “ Nos últimos anos, não têm faltado, porém, manifestações de interesse pelo desenvolvimento comunitário, tanto em plano de estudo como em realizações concretas, por parte de alguns sectores” (Silva, 1964: 503), sendo nomeadamente de assinalar, para além do Projecto da Benedita, que se mencionará a seguir, as que se indicam (Silva, 1964: 503-504):

- O Seminário Europeu sobre Organização e Desenvolvimento Comunitário organizado pela U.C.I.S.S. (Union Catholique Internationale de Service Social)

em 1962, no Estoril, a que “o Sindicato dos Profissionais de Serviço Social deu uma estreita colaboração. Para a preparação deste Seminário realizaram-se algumas reuniões que muito contribuíram para um esclarecimento de base sobre a técnica do desenvolvimento comunitário<sup>59</sup>;

- “Certas realizações em domínios afins ao desenvolvimento comunitário: Plano de Ajuda Rural de Coimbra, Obra do Bem-Estar rural do concelho de Baião, Experiência-agrícola da Shell Portuguesa em Sever do Vouga, etc.”.

Em 1962, teve início o Projecto de Desenvolvimento Comunitário da Benedita, cuja grande impulsionadora e animadora foi Manuela Silva, procurando pôr em prática os princípios e as técnicas do Desenvolvimento Comunitário, tal como enunciados pela ONU, ou seja, “o conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral” (citado em Silva, 1963: 543).

Para esse efeito, foi criada uma equipa interdisciplinar (EEEDC - Equipa de Estudo e Experimentação do Desenvolvimento Comunitário), constituída inicialmente por 2 Economistas, 2 Assistentes Sociais, 1 licenciado em Direito, 2 Arquitectos, 1 Engenheiro Agrónomo 1 Médica e 1 Enfermeira de Saúde Pública e que “tinha como intenção principal dirigir a sua acção a uma população bem definida, no sentido de mudar as suas condições de vida - tendo em conta as suas necessidades, através da mobilização dos seus recursos e da dinamização dos serviços<sup>60</sup>. Contou com

o apoio de serviços públicos, que cederam Técnicos/as, como a Junta de Colonização Interna, as Habitações Económicas - Federação das Caixas de Previdência, a Direcção-Geral de Saúde e o Instituto de Assistência à Família (Serviço de Promoção Social), havendo também a preocupação de obter apoios e patrocínios de entidades privadas e de organismos ligados à investigação, como o Centro de Estudos de Economia Aplicada, da Associação Industrial Portuguesa<sup>61</sup>, o Centro de Estudos de Economia Agrária, da Fundação Calouste Gulbenkian e a Shell Portuguesa<sup>62</sup>.

O Projecto foi desenvolvido na Benedita, entre 1962 e 1966, sempre assente no princípio fundamental de Participação da População, mas tendo como principais pilares ou eixos os seis seguintes (Silva, 1962: 25-31):

- “O desenvolvimento comunitário parte das necessidades sentidas pela população;
- “O desenvolvimento comunitário envolve a população no seu próprio desenvolvimento;
- “O desenvolvimento comunitário pressupõe a colaboração entre a população e os serviços públicos;
- “O desenvolvimento comunitário opera uma transformação social progressiva;
- “O desenvolvimento comunitário abrange, simultaneamente, todos os aspectos da vida humana;
- “O desenvolvimento comunitário insere-se numa dada estrutura política”<sup>63</sup>.

Contribuiu para mudar a estrutura económica local, sobretudo ao nível industrial (havia já uma tradição importante de produção de calçado e de cutelaria, mas muito dispersa e de muito pequenas dimensões, que evoluiu para

formas de cooperação e de agregação, tendo a fusão de 100 pequenos ateliês de sapateiros dado origem a uma fábrica moderna de calçado e processo semelhante ocorreu no ramo da cutelaria<sup>64</sup>), embora não tanto ao nível agrícola, onde as mentalidades de produção tradicional e de base individual se revelaram mais difíceis de alterar, tendo-se também registado um reforço, em geral, dos comportamentos de envolvimento, entreajuda e cooperação<sup>65</sup>, melhorias das qualificações da Comunidade<sup>66</sup> e ainda mudanças nas articulações entre serviços<sup>67</sup>.

Um dos resultados mais notáveis foi a criação do Externato Cooperativo da Benedita, no quadro formal do Instituto de Nossa Senhora da Encarnação, como “uma instituição privada de ensino gratuito, criada em 1964, com o objetivo de responder às reais necessidades da comunidade, nos domínios da educação e da cultura (...) nasceu da vontade da população local, que procurando colmatar a falta de respostas do Estado, lançou as bases de uma instituição que visava criar uma escola aberta à comunidade, que propicias-se às crianças e aos jovens o prosseguimento de estudos e formação profissional à população” ([ecb.inse.pt](http://ecb.inse.pt)), com oferta escolar até ao 12.º ano, permitindo, até hoje, que gerações sucessivas de Crianças e Jovens pudessem estudar, sem ter de se deslocar para a sede do concelho (Alcobaça), como acontecia até então, a partir do 4.º ano.

Outro efeito importante do Projecto da Benedita foi a criação, em Agosto de 1965, de um Serviço de Promoção Social Comunitária (SPSC), no quadro da Direcção-Geral de Assistência, “encarregado da animação e organização da população a nível local e da coordenação das intervenções sectoriais da responsabilidade de entidades públicas ou privadas também a este nível” (Imperator, 1984: 2)<sup>68</sup>, e para

cuja orientação foi convidada Manuela Silva. O SPSC demonstrou “uma capacidade de inovação notável, desenvolveu projectos em várias zonas do País com âmbito e tónicas diferentes segundo as realidades de cada uma” (Imperatori, 1984: 3), sendo de referir 13, entre 1965 e 1969, em: Mirandela/Cachão, Terras de Bouro, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Vale do Lis, Vale do Lena, Oliveira de Frades, Cadaval, Alcanena, Vila França de Xira, Baixa da Banheira, Mira e Roxo e S. Vicente (Madeira) (Coutinho, 1999: 81-87).

Contudo, “era evidente a contradição entre este tipo de intervenção e o poder político e assim, em 1971, quando os vários projectos começavam a apresentar resultados, o serviço foi dissolvido. As razões foram formuladas pelo ministro responsável<sup>69</sup>: **‘Até aqui o SPSC procurou que os planos se adaptassem à vontade das populações. A partir de agora o que é preciso é levar as populações a aceitar os planos de desenvolvimento’** (Imperatori, 1984: 3, os sublinhados são meus)<sup>70</sup>.

O Projecto da Benedita serviu de referência e de ensinamentos a muitos outros, como também exemplifica o facto de a EEEDC ter sido convidada para “proferir umas Lições” num Seminário sobre “Estruturação de um Processo de Desenvolvimento Comunitário”, organizado, em Outubro de 1964, em Braga, pela Federação das Casas do Povo do Distrito de Braga, com o patrocínio da Junta de Colonização Interna<sup>71</sup>, expressamente para esse efeito e para dele se tirarem conclusões, com a convicção de que “a técnica do desenvolvimento comunitário se mostra como a que presentemente mais se adapta e melhor responde às exigências do desenvolvimento económico-social do meio rural do Minho”. Dele saiu o desejo de que fosse criado “um Grupo de Estudo e Promoção do Desenvolvimento Comunitário”

(claramente influenciado pela EEEDC), para o qual a Federação das Casas do Povo do Distrito de Braga colocava “à disposição” “as suas instalações, serviços e uma assistente social” (EEEDC, 1964c: 105-106).

Também na década de 1960, sob o impulso do Governador Civil do Distrito de Coimbra, José Horácio de Moura, se promoveram várias iniciativas de Desenvolvimento Comunitário, normalmente animadas por Assistentes Sociais, explicitamente inspiradas nas propostas da ONU, em que as populações, identificando as suas necessidades, com o referido apoio, se envolveram directamente na procura e concretização de respostas, para arranjos de caminhos rurais, construção ou melhorias em lavadouros públicos e fontanários, arranjos nas suas casas, auto-construção, além de cursos e sessões de aprendizagem comunitária e outras qualificações, conjugadas com materiais e apoio técnico das autarquias locais e/ou de serviços públicos. Dentro dessa lógica, foi criado, por iniciativa do Governador Civil, o Plano de Ajuda Rural, “com âmbito distrital, cujo objectivo era ajudar a população rural a solucionar os problemas, usando os seus próprios meios e recorrendo às entidades, para se valorizarem”<sup>72</sup>.

Pessoalmente, tenho procedido a várias pesquisas e contactos, com o objectivo de encontrar testemunhos e rastros das várias iniciativas de Desenvolvimento Comunitário, promovidas nos anos de 1960 e 1970, na sequência destas influências. Posso, por isso referir que encontrei ecos, narrativas e efeitos dessas iniciativas e projectos no distrito de Viana do Castelo, nas vilas operárias do Porto, na Serra de Sicó, na Serra de S. Mamede e em Portalegre, na Serra da Luz - Bairro de Santa Maria (em Lisboa), nos Mosteiros (na Ilha de S. Miguel, nos Açores) e em Cabo Verde<sup>73</sup>.

Merece uma referência particular o trabalho desenvolvido, no concelho de Portalegre e na Serra de S. Mamede, nos anos de 1960 e 1970, sob a égide do Movimento Graal, de origem internacional, congregando mulheres e raparigas (nomeadamente estudantes) de inspiração católica, que chegou a Portugal em 1957, e que, com o apoio de Manuela Silva (que pertencia a esse Grupo), promoveu vários processos de “Animação de projectos comunitários que, indo ao encontro de necessidades sentidas pela população, permitem simultaneamente a formação de quadros locais de desenvolvimento”<sup>74</sup>.

Ainda nessa década (de 1960), é digno de registo verificar que, também na Cidade de Lisboa, se identificaram “tentativas de desenvolvimento comunitário”. Numa comunicação muito interessante, apresentada, em 1966, ao III Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino de Municípios, Manuel dos Santos Pereira<sup>75</sup>, após um conjunto de reflexões, muito curiosas e a ter em devida conta, sobre “o que é o desenvolvimento comunitário” e os seus “princípios e objectivos fundamentais” (pp. 5-9), e sobre papel das “tradicional instituições de amparo, recreio e promoção social” (descrevendo o panorama de então do que podemos designar por Economia Social, pp. 9-12) e da “intervenção do Estado e das autarquias locais” (13-15), para a “promoção humana” (p.10) e “em benefício dos indivíduos que constituem a Nação” (p.13), aborda o que refere serem “tentativas de desenvolvimento comunitário em Lisboa” (pp. 15-20).

Depois de mencionar outras experiências “do maior interesse, auxiliadas algumas delas pelo Instituto de Assistência à Família” (Cidade do Porto, Baião, Distrito de Coimbra, Sever do Vouga e Benedita - p. 17, a que já fiz alusão), o autor enuncia as “actividades do desenvolvimento

de comunidades em Lisboa”, inventariadas “recentemente por um grupo de técnicos” e concretizadas em: “convívios para jovens, adultos e pessoas idosas; campos e colónias de férias; actividades culturais e recreativas; cursos de formação familiar e doméstica; organização de clubes pelos moradores, com ajuda e apoio dos serviços; melhoria das condições de habitação; reuniões e cursos de pais; organização de mão-de-obra feminina local; cursos de formação profissional acelerada (...); jornais locais” (p. 16-17).

“As mais eficientes ou mais activas em Lisboa” eram as seguintes: dos Bairros Municipais (sobretudo o do Bairro do Padre Cruz<sup>76</sup>), do Bairro de Santa Maria, da Charneca do Lumiar, da Ajuda, do Beato, dos Olivais, da Fundação Cardeal Cerejeira, do Menino Deus, das paróquias de Santa Isabel, da Penha de França e da Encarnação, do Bairro da Cruz Vermelha, da Musgueira, da Curraleira e de Alfama (Ferreira, 1966: 17-20).

A título ilustrativo, o autor considerava a experiência da Ajuda “talvez a mais fiel aos conceitos teóricos de desenvolvimento comunitário” (p. 18) e dá uma particular atenção à do Bairro do Padre Cruz, onde “a população toma parte muito activa na direcção do programa, tendo os líderes constituído uma comissão local para orientação das actividades em colaboração com os técnicos responsáveis pelos serviços” (p. 20).

Outra influência importante, e que se cruza com a anterior, foi, como já referi, a que teve origem na América Latina e, em especial, no Brasil, proveniente das experiências de terreno das CEBs -Comunidades Eclesiais de Base<sup>77</sup>, da Teologia da Libertação<sup>78</sup> e da Educação de Adultos, segundo a pedagogia proposta por Paulo Freire<sup>79</sup>. Esta influência chegou a Portugal, sobretudo nos inícios da década de 1970,

através de congregações religiosas femininas, e foi-me pessoalmente testemunhada pela Irmã Pilar Moreira, que a colocou em prática no Bairro da Musgueira-Sul, em Lisboa<sup>80</sup>.

Como se pode ver, os anos de 1960 e inícios de 1970 foram muito activos, quanto a projectos e iniciativas de Desenvolvimento Comunitário em Portugal, sendo que a expressão utilizada era de facto essa. Mas não deixa de ser curioso que uma das Técnicas mais envolvidas nessas iniciativas nesta fase (Justina Imperatori), ao escrever sobre elas, em 1984, tenha passado a utilizar a designação de... Desenvolvimento Local (Imperatori, 1984), que, nessa época, era a que passou a ser usada, como vimos<sup>81</sup>.

Interessante é também assinalar que Manuela Silva tinha a expectativa de que o Desenvolvimento Comunitário pudesse servir de referência fundamental para um estratégia de Desenvolvimento para Portugal, no seu todo: “Ao entrar-se agora na preparação do próximo Plano de Fomento (Plano de transição para 1965-1967 como foi definido pelo Governo) tem toda a oportunidade o estudo da possibilidade de ensaio e generalização do desenvolvimento comunitário e bem assim da sua integração no plano geral de desenvolvimento económico do País”, acrescentando que “Sabemos que o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho tem essa intenção” (Silva, 1963: 558). Contudo foi uma expectativa frustrada...

Por outro lado, acreditava que havia um potencial muito considerável, por parte de organizações, que estavam no terreno e que deveriam servir as populações locais, como era o caso das Casas do Povo, que poderiam ser uma das bases institucionais de animação de processos de Desenvolvimento Comunitário: “A existência de uma rede de Casas do Povo, que, em certos distritos, cobre mesmo grande

parte das freguesias rurais, constitui outro factor a ter em linha de conta. Não obstante as Casas do Povo, em muitos casos, estarem desvirtuadas dos seus verdadeiros objectivos, poderão vir a desempenhar no desenvolvimento comunitário um factor dinâmico sob condição de se converterem em realidades sociais genuinamente representativas dos interesses das comunidades que servem” (Silva, 1964: 504).

### **3.2. As iniciativas de Desenvolvimento Local, nos anos de 1980 e 1990**

A década de 1980 foi o período de afirmação das chamadas “Iniciativas de Desenvolvimento Local”, que se multiplicaram, de sul a norte do País. Há, pelo menos cinco razões para essa multiplicação e talvez três específicas (para além das gerais, mencionadas no ponto 2) para a mudança de designação.

Começo pelas cinco principais razões da sua afirmação e multiplicação neste período:

- Os efeitos da Revolução do 25 de Abril de 1974 - de facto, na sequência das ânsias de Liberdade (reprimidas durante tanto tempo), dos desejos de reivindicação, das utopias sonhadas e dos fervores revolucionários, despertados pelas mudanças tornadas possíveis com o golpe militar de 25 de Abril, houve uma multiplicação de iniciativas de Acção Colectiva, reivindicativas, associativas, participativas e construtivas, traduzindo-se em associações de moradores, associações culturais e recreativas, cooperativas, grupos informais, etc. Muito do *élan* e dos protagonistas, que encontramos nas iniciativas de Desenvolvimento Local dos anos de 1980, ainda vinha dessa energia li-

bertada pelos acontecimentos de 1974 e 1975. Alguns e algumas também vinham do tempo e das esperanças, proporcionadas pelo Desenvolvimento Comunitário dos anos de 1960 e 1970, que foram revitalizadas e renovadas com o novo tempo político<sup>82</sup>.

- As reacções e resistências à aceleração da globalização - a década de 1980 correspondeu a uma aceleração dos processos de globalização economicista e financeira, conduzindo à des-territorialização das dinâmicas económicas, sociais, culturais e políticas, o que provocou, como reacção e resistência de defesa e afirmação, uma re-territorialização dessas dinâmicas, com base no Local e nas suas raízes, identidades e potencialidades<sup>83</sup>, o que me permitiu propor, como contraponto à globalização, o conceito (e o neologismo) de glocalização<sup>84</sup>;
- As reacções à primeira ofensiva do neo-liberalismo e dos correspondentes ataques ao Estado Social<sup>85</sup>, em ligação com o ponto anterior - é também neste período que se desencadeia a primeira ofensiva do neo-liberalismo, traduzida na afirmação teórica da Escola de Chicago, tendo como referência Milton Friedman, na ascensão política de Margaret Thatcher (1979-1990) e de Ronald Reagan (1981-1989) e no predomínio institucional do Consenso de Washington, envolvendo em especial o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, provocando reacções e respostas de defesa das economias e das sociedades locais e de mobilização das solidariedades locais, na salvaguarda dos Direitos Sociais das comunidades, perante o esvaziamento e as insuficiências do Estado Social<sup>86</sup>;
- As respostas aos problemas económicos, sociais, culturais e ambientais, provocados pelas crises dos anos

de 1980, em Portugal, acentuadas pelos efeitos da globalização<sup>87</sup> - nessa década, Portugal viveu várias situações de agravamento social, com expressão no aumento das taxas de desemprego e das situações de precariedade laboral, com especial incidência em territórios que sofreram processos profundos de desqualificação ou requalificação produtiva e social, como foi particularmente os casos do Vale do Ave (indústria têxtil), da Covilhã (indústria dos lanifícios), Marinha Grande (indústria do vidro) e Península de Setúbal (indústrias metalomecânicas e de construção naval), além das regiões tradicionalmente abandonadas do Interior, em geral, muito em particular do Alentejo<sup>88</sup>. É interessante constatar que, perante problemas, em grande parte, provocados ou amplificados pela globalização, sem que os sistemas de regulação nacionais funcionassem, e perante a ausência de sistemas de regulação supranacionais, transnacionais ou globais, foi, muitas vezes, ao nível local e das iniciativas das comunidades locais e dos seus actores e actrizes e demais protagonistas, que se promoveram soluções e se minimizaram situações sociais desastrosas<sup>89</sup>, confirmando a tese defendida por Walter Stöhr (o autor de maior referência do Paradigma Territorialista), quando fala sobre os “*global challenges and local responses*” (Stöhr, 1990), como caracterização de um dos factores e razões de ser do Desenvolvimento Local.

- O aproveitamento das oportunidades de financiamento, proporcionadas pelos Fundos Comunitários - a entrada de Portugal para as Comunidades Europeias (actual União Europeia) possibilitou o recurso a programas de financiamento e apoio do FEOGA - Fundo

Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, do FSE - Fundo Social Europeu e do FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que, sobretudo os dois últimos, constituíram uma importante e, por vezes, decisiva base de apoio de iniciativas e projectos de Desenvolvimento Local, ajudando a mobilizar e a fecundar as capacidades e os recursos endógenos<sup>90</sup>. Realço, por exemplo, a importância que tiveram, a este nível, os Programas Europeus de Luta contra a Pobreza, especialmente o segundo (1985-1989) e o terceiro (1989-1994), e os Programas ILE (Iniciativas Locais de Emprego), LEADER (“Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural”), LEDA (“*Local Economic Development Agencies*”), ERGO (Programa de Acção Comunitária a favor dos Desempregados de Longa Duração) e ILDE (“Iniciativas Locais de Desenvolvimento e Emprego”), como já tinha mencionado, no ponto 2.1., acrescentando ainda o Programa JADE - Jovens Agentes de Desenvolvimento em Regiões de Emigração, “uma iniciativa do *BIT - Bureau International de Travail*, financiada inicialmente pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e com posterior reforço do FSE (via IEFP), de tal modo que as CCR (Comissões de Coordenação Regional) do Norte, Centro e Algarve passam a poder envolver pessoas de elevada motivação em projectos de qualificação endógena” (Moreno, 2007: 136)<sup>91</sup>.

Quanto às razões específicas que explicam a mudança de designação, neste período, de Desenvolvimento Comunitário para Desenvolvimento Local, avanço com três:

- Por influência da fundamentação teórica proposta pelo Paradigma Territorialista, que finalmente deu enquadramento e validação científica mais alargada a estes temas<sup>92</sup>, assumindo a designação de Desenvolvimento Local;
- Por evolução e inspiração na terminologia europeia, tendo em conta que, nas Comunidades Europeias, mais tarde, União Europeia, o adjectivo “comunitário” passou a referir-se às suas lógicas, privilegiando-se, para esta temática, a expressão Desenvolvimento Local, como aliás referi no ponto 2.2.;
- Para libertação de tudo o que, de algum modo, estivesse associado ao regime anterior ao 25 de Abril de 1974, embora neste caso (Desenvolvimento Comunitário), em parte, injustamente.

Na década de 1980, há portanto várias iniciativas de promoção do Desenvolvimento Local, que configuram, no essencial, três tipos de modelos:

- Promovidas pelas autarquias locais, correspondendo ao Desenvolvimento Local, mais ligado a uma lógica de “Desenvolvimento Regional Endógeno” (Bastos, 2014: 20) - foram nomeadamente os casos dos concelhos de Castanheira de Pêra e de Castelo de Vide, analisados por José Manuel Henriques (Henriques, 1990), em que o papel dinamizador pertenceu às autarquias locais;
- Promovidas e animadas sobretudo por protagonistas da Comunidade Local, mobilizando depois parcerias institucionais, como autarquias locais e serviços públicos e entidades particulares, neste caso correspon-

- do a “Estratégias Comunitárias de Base” (Bastos, 2014: 20) - foram, por exemplo, os casos de Chãos (concelho de Rio Maior), Covide (concelho de Terras de Bouro), Mértola, Messejana (concelho de Aljustrel), Portel, Serpa e Vouzela e Região de Lafões<sup>93</sup>;
- Promovidas e animadas por Técnicos e Técnicas de entidades públicas ou particulares, com intervenção local, e que, assumindo muitas vezes o risco de procurarem autonomamente soluções para os problemas locais (como o desemprego, a falta de respostas para os mais velhos e/ou as crianças e/ou os/as jovens, o analfabetismo, a perda dos valores e das culturas locais, a pobreza e a exclusão social de alguns grupos da Comunidade, o desperdício e o abandono dos recursos e das economias locais), procuraram mobilizar a população, para construírem respostas, traduzindo-se num modelo híbrido, mas situando-se mais próximas das “Estratégias Comunitárias de Base” (Bastos, 2014: 20) - foram, por exemplo, os casos de Alcáçovas (concelho de Viana do Alentejo), Alte (concelho de Loulé), Cachopo (concelho de Alcoutim) e outras zonas do Nordeste do Algarve (no âmbito do Projecto “Radial”), Bairro do Viso (concelho do Porto), Farejinhãs (concelho de Castro Daire), Ilha da Culatra (concelho de Faro), Paredes de Coura, Pombal, Sabrosa, Samora Correia, Serra da Aboboreira e Telões (concelho de Amarante) e Serra de Montemuro<sup>94</sup>.

É interessante verificar que as “portas de entrada” destas várias iniciativas, foram as mais diversas que se possa imaginar: acção social, agricultura, alfabetização de adultos, ambiente, artesanato, cultura, economia local, educa-

ção, emprego, habitação, infância, juventude, património local, pesca, população sénior, promoção das mulheres, religião, saúde, saúde pública, território.

Por outro lado, para além da Comunidade e das suas colectividades, associações e grupos, formais e informais, estiveram envolvidas entidades muito variadas: autarquias locais (câmaras municipais e juntas de freguesia); serviços públicos desconcentrados (autoridades marítimas, centros de emprego, centros de saúde, escolas, de vários ciclos, forças da ordem e de segurança, serviços regionais e locais de agricultura e florestas, serviços locais de Segurança Social, serviços regionais e locais de turismo); organizações não governamentais, oriundas da sociedade civil (ADLs - Associações de Desenvolvimento Local, centros sociais paroquiais, delegações da Cáritas, IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social de diversos tipos, paróquias, rádios locais, santas casas da misericórdia); universidades públicas (a analisar melhor no parágrafo seguinte); empresas locais.

Merece um destaque especial o envolvimento activo de professores/as e investigadores/as de várias universidades públicas, nestes primeiros tempos, ajudando à acção e à investigação e à fundamentação científica destas iniciativas. Cito, como exemplos: Instituto Politécnico de Castelo Branco (sobretudo Domingos Santos); Universidade do Algarve (sobretudo Alberto Melo, António Covas e António Frago); Universidade de Aveiro (sobretudo Artur Rosa Pires e Elisabete Figueiredo); Universidade da Beira Interior (sobretudo Alcides Monteiro e Maria João Simões); Universidade de Coimbra (sobretudo Fernando Ruivo, José Reis e Pedro Hespanha); Universidade de Évora (sobretudo, Eduardo Figueira, Francisco Ramos e Marcos Olímpio); Universidade de Lisboa (sobretudo Luís Moreno); Universidade do Minho (so-

bretudo Manuel Carlos Silva e Manuel Sarmento); Universidade do Porto (sobretudo Augusto Santos Silva); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (sobretudo Artur Cristóvão, José Portela e Timothy Koehnen); ISCTE (sobretudo José Manuel Henriques e eu próprio). Assinalo também o envolvimento activo de uma universidade privada, a Universidade Católica do Porto (sobretudo com Américo Mendes)<sup>95</sup>.

Quanto aos perfis dos/as Voluntários/as e Profissionais, envolvidos/as nestas iniciativas, escrevi, em 1998 (com publicação em 2001), que “em Portugal o desenvolvimento local tem sido protagonizado por vários actores, fundamentalmente actores que vêm das experiências ligadas à esquerda ou à extrema esquerda e depois, curiosamente, encontramos também, nos protagonismos dos anos 80, a influência fortíssima dos movimentos de acção católica ligados aos operários<sup>96</sup>. Essas são as duas grandes influências, a que temos de acrescentar, nos anos mais recentes, uma nova geração de protagonistas do desenvolvimento local, talvez estes jovens cansados do congestionamento das cidades, cansados do “yuppismo” dos anos 80. Portanto, é um pouco na conjugação destas três correntes que nós encontramos os actores do desenvolvimento local em Portugal, e não só” (Amaro, 2001: 165).

É interessante reproduzir aqui a descrição que um dos animadores mais entusiásticos das iniciativas de Desenvolvimento Local, nessa primeira fase, faz dos seus “actores” e “agentes”:

“Nas ADL confluem pessoas com percursos, formações e sensibilidades distintas. Há gente que busca uma nova civilização, a do ser, pugnando por valores hoje na mó de baixo; há poetas e pessoas sensíveis à poesia, a valo-

res estéticos e espirituais; há antigos e experientes militantes políticos, a par de recém- licenciados em novos cursos e sem experiência de terreno; cidadãos desiludidos, reformados cheios de juventude e jovens à procura do primeiro emprego; católicos progressistas e cooperativistas outrora convictos, a par de feministas e ambientalistas combativos; ex-alfabetizadores de adultos e ex-animadores culturais, ao lado de professores comprometidos com o meio e estrangeiros à busca de modos de vida alternativos; presidentes de Junta de Freguesia, técnicos municipais da cultura, e mesmo presidentes de Câmara, estes sensíveis ao prestígio e contributos financeiros que possam advir do facto do município ser associado nesta ou naquela associação (...)<sup>97</sup>.

Destes primeiros tempos, simbolicamente, refiro as iniciativas, de certo modo as pioneiras:

- Do “Projecto RADIAL – Rede de Apoio ao Desenvolvimento Integrado do Algarve”, iniciado em 1985, financiado pela Fundação Bernard Van Leer (Haia), para dar respostas ao abandono das regiões do Interior do Algarve, combinando educação com economia, com vista a reforçar a auto-estima das populações locais e a valorizar as suas competências, identidades e recursos culturais e económicos, e do qual resultou, em 1988, a criação da Associação IN LOCO, uma das entidades de referência do Desenvolvimento Local em Portugal, ainda hoje<sup>98</sup>;
- Do “Projecto Experimental de Formação para o Desenvolvimento de Micro-Regiões Rurais” (1987-1990), com financiamento do Fundo Social Europeu, em

Messejana (concelho de Aljustrel), como resposta ao fecho de uma fábrica na localidade e ao consequente desemprego de cerca de 100 trabalhadores/as, um peso muito considerável para a dimensão populacional daquela freguesia (cerca de 1 500 habitantes, com uma taxa de desemprego de cerca de 50 %, daí decorrente), do qual resultou, em 1988, a criação da Sociedade de Desenvolvimento da Messejana, que depois evoluiu para a criação, em 1990, da ESDIME (acrónimo inicial de Empresa Social para o Desenvolvimento Integrado da Messejana, juridicamente uma cooperativa de utentes e serviços, constituída por 16 pessoas, 1/3 delas desempregadas, mas reunindo cerca de 180 sócios, sobretudo locais)<sup>99</sup>.

Gostaria ainda de assinalar, por conhecimento e acompanhamento directo, a criação e/ou as dinâmicas desenvolvidas: pela Cooperativa de Serviços “Mais Além”, CRL. (1976), com sede no Candal (concelho de S. Pedro do Sul), pelo ICA - Institute of Cultural Affairs (1982) compela “TG-TROTE-GERÊS - Cooperativa de Ocupação de Tempos Livres, CRL. (1987), com sede em Cabril (concelho de Montalegre), pela Associação “Terras Dentro” (1991), com sede em Alcáçovas (concelho de Viana do Alentejo); pela “Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado” (1992), com sede em Serpa; pela ADTNA - “Associação de Desenvolvimento e Turismo do Norte do Alentejo” (1991), com sede em Castelo de Vide; pelo “Campo Arqueológico de Mértola” (1978) e pela ADPM - “Associação de Defesa do Património de Mértola”, ambas com sede em Mértola, todas centradas em meio rural, a grande maioria no Alentejo<sup>100</sup>.

Estão associados a estas iniciativas nomes de referência fundamental do Desenvolvimento Local em Portugal, como Alberto Melo (Associação IN LOCO). José Carlos Albino (ESDIME), Camilo Mortágua (Associação “Terras Dentro”), David Machado e Filomena Machado (“Rota do Guadiana”), Carolino Tapadejo (ADTNA), Cláudio Torres (“Campo Arqueológico de Mértola”), Jorge Revez (ADPM), Pe. João Rodrigues (“Mais Além”) e Paulo Pires (TROTE GERÊS)<sup>101</sup>.

Como refere Luís Moreno, “Na sequência do segundo Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, desenvolvido pela Comissão Europeia (1986-1989), treze projectos incidentes no desenvolvimento rural quiseram continuar a partilhar as suas experiências e metodologias. Neste âmbito, foi criada em 1989 a Rede Europeia do Mundo Rural – TERN (Trans European Rural Network), ligando ‘projectos, iniciativas e associações que trabalham no terreno nos diferentes países da CE’. Foram entidades que puderam acompanhar de perto a Campanha Europeia para o Mundo Rural, conduzida pelo Conselho da Europa desde 1987” (Moreno, 2007: 219).

Foi das dinâmicas partilhadas nessa Rede, que nasceu o impulso e a vontade de criar uma rede similar em Portugal, muito por acção de José Portela, professor na UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, entusiasticamente envolvido nessa Rede Europeia, sendo membro do seu Conselho de Administração.

Foi assim que, em Setembro de 1992, sob o seu incentivo e com o apoio do ICA - Institute of Cultural Affairs, se reuniu no Mezio, na Serra de Montemuro (onde o ICA desenvolvia um projecto de recuperação das tradições do trabalho com linho e com lã de burel, com Mulheres), o chamado

“Grupo dos Dez”, que foram os fundadores da rede nacional, que daí resultou. Esta espécie de Comissão Instaladora foi depois alargada a 18 membros, sete a título individual e onze em representação colectiva, sendo cinco do Alentejo, quatro do Norte, quatro do Centro, dois do Algarve, dois de Lisboa e um do Porto.

Após várias reuniões, em Setembro de 1993, em Messejana, foi criada a Rede ANIMAR -“Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural”, mais tarde, em 1997, passando a incluir os projectos e as associações dos meios urbanos e a designar-se por ANIMAR -“Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local”. A sua primeira Assembleia Geral teve lugar em Dezembro desse mesmo ano, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, contando com cerca de 40 associados, individuais e colectivos, que, no ano seguinte, passaram para 85<sup>102</sup>. Os três primeiros presidentes da sua direcção foram precisamente alguns dos nomes anteriormente referenciados: José Portela (eleito em 1993), José Carlos Albino (em 1996) e Alberto Melo (em 2000)<sup>103</sup>.

Também em 1993, na sequência de um repto que tinha surgido numa conversa com Acácio Catarino anteriormente, no âmbito de um curso sobre “Desenvolvimento Local”, promovido pela Cáritas Portuguesa, de que então era presidente, para alguns dos seus membros, fui ter com Alberto Melo a Vale de Lobo, nas proximidades de Lisboa, onde ele estava num Seminário sobre Educação de Adultos, para conversarmos sobre o interesse e a viabilidade de se realizar um Encontro Nacional de Desenvolvimento Local, porque sabia que ele tinha uma ideia semelhante. Ficámos ambos entusiasmados e decididos a levar esta Utopia avante, parecendo-me bem a designação proposta por Alberto

Melo, de lhe chamarmos “Estados Gerais do Desenvolvimento Local de Portugal”, no sentido de que iríamos tentar mobilizar os “representantes do Povo do Desenvolvimento Local”, ou, se se quiser, os “homens-bons” de cada Local<sup>104</sup>.

Partilhámos a nossa ideia com os nossos/as Companheiros/as do Desenvolvimento Local (incluindo todos/as os/as já referidos/as), tendo-se formado uma espécie de Grupo de Mobilização que, além de nós os dois, incluía José Carlos Albino e José Portela<sup>105</sup>. Depois de termos pedido e conseguido o apoio (nomeadamente financeiro) de Acácio Catarino, então já presidente da Comissão Executiva do IEFP (desde Abril de 1993), organizámos várias reuniões de preparação em Santarém, com o apoio logístico da Câmara Municipal e de uma Associação local<sup>106</sup>.

Num processo amplamente reflectido e debatido, em várias reuniões, com cerca de 30 Pessoas envolvidas, acabou por se decidir a designação de “MANIFesta - Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local”, também com o sentido de uma Manifestação e Festa. Este nome, que teve a ajuda preciosa e a proposta de Christine Guerreiro (ligada à ESDIME) e de Rui d’Espiney (ligado ao ICE - Instituto das Comunidades Educativas), foi encontrado para substituir o inicialmente pensado, porque entretanto um partido político tinha organizado recentemente os seus... Estados Gerais..

Realizada em Outubro de 1994, nos pavilhões da Feira Nacional da Agricultura, a 1.<sup>a</sup> MANIFesta do Desenvolvimento Local em Portugal, teve um bom envolvimento de cerca de 500 inscrições individuais, como “participantes promotores”, além de perto de 100 *stands* e intervenções nos debates e vários milhares de visitantes de todo o País<sup>107</sup>.

A MANIFesta tornou-se um evento bienal (com algumas excepções, por razões específicas), realizado até à actualidade, tendo as edições seguintes ocorrido em Tondela (1996), Amarante (1998) e Tavira (2001)<sup>108</sup>.

Um aspecto relevante, que não vi mencionado em nenhum lado, foi o que se refere ao debate havido sobre a responsabilidade de mobilização e convocação da MANIFesta. Duas posições se enfrentaram: a que defendia que, estando em constituição a Rede ANIMAR (em finais de 1993), deveria incumbir-lhe tal responsabilidade e consequentes tarefas e apoios logísticos; a que pugnava por uma lógica de “movimento aberto de Cidadãos e Cidadãs”, sem descartar os apoios institucionais da ANIMAR, de ADLs (Associações de Desenvolvimento Local) e de universidades<sup>109</sup>. Acabou por vencer esta, em teoria, tendo sido decisivos os apoios logísticos e humanos prestados pelo ISCTE e pela UTAD, mas depois o evento foi “apropriado” como sendo da ANIMAR<sup>110</sup>.

Entretanto, em 1991 teve início o Programa LEADER - “Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural”, um das Iniciativas Comunitárias que mais incentivou o Desenvolvimento Local em Meio Rural em Portugal<sup>111</sup>, nomeadamente pela sua filosofia inovadora de assentar numa gestão territorial descentralizada, através dos GALs - Grupos de Acção Local, e de implicar a assunção de parcerias locais. A 1.ª edição (LEADER I - 1981/1993) contou com 19 projectos, cobrindo 1 450 freguesias e 37 % do território nacional, enquanto que a 2.ª edição (LEADER II - 1994/1999), com 46 projectos, abrangeu o dobro das freguesias (2 914) e do território. Já a 3.ª edição (LEADER + - 2001/2006) passou a incluir quatro projectos para a Região Autónoma dos Açores, e dois para a Região Autónoma da Madeira, num total de 52<sup>112</sup>.

Se, por um lado, ajudou a reforçar as competências de intervenção de ADLs já existentes (casos da Associação “Terras Dentro” e da Associação IN LOCO, na 1.ª edição, e da ESDIME e da “Rota do Guadiana”, na 2.ª edição), na verdade serviu muito mais para incentivar a criação de novas associações, na maioria (sobretudo a Norte do rio Tejo) promovidas por autarquias locais, com as implicações e os riscos daí decorrentes: “Referindo-nos apenas a entidades do Continente, somente 4 do LEADER I (20%) e 26 do LEADER II (63%) tiveram data de fundação anterior à do surgimento oficial do Programa. Se excluirmos do LEADER II as pioneiras (que geriram um Plano de Acção Local na primeira fase), apenas 6 das restantes (28%) surgiram antes de 1994 e houve mesmo 5 oficialmente fundadas após 1994. Por outro lado, (apenas) 8 do total das ADL do LEADER II (19%) não foram constituídas por autarquias e mais de 30% foram iniciativa de Câmaras Municipais”, levantando a questão da “vulnerabilidade de muitas ADL e dos interesses cívicos face aos interesses públicos controlados pela via político-partidária, o que se associa ao excesso de centralismo e a um certo clientelismo que o sistema autárquico português ajuda a revelar” (Moreno, 2007: 270).

Na sequência do desenvolvimento dos projectos LEADER, foi criada, para os federar, em 2000, a “Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local“, inicialmente com 29 associações LEADER II<sup>113</sup>, tornando-se assim a segunda rede portuguesa de associações de Desenvolvimento Local, a par da ANIMAR, as quais, entre si, oscilaram, ao longo dos anos, até agora, entre momentos de competição acirrada e outros de cooperação apaziguada.

### **3.3. A criação de Grupos Comunitários, na década de 1990**

Na mesma época, exactamente em 1993, foi criado o primeiro Grupo Comunitário de Lisboa e de Portugal, no Bairro do Padre Cruz, na freguesia de Carnide, em Lisboa, processo em que eu estive activamente envolvido.

O Bairro Padre Cruz já tinha tido algumas dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário, nos anos de 1960, como referi no ponto 3.1., além de que, nos inícios da década de 1990, já havia notícias de reuniões, envolvendo a Junta de Freguesia, a Associação de Moradores, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e uma ou outra instituição a trabalhar no Local, para se discutir os problemas da Comunidade, em conjunto.

Mas foi com o Projecto Integrado de Carnide (conhecido pela sigla PIC), promovido pela SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no âmbito do PNLCP - Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, que se mobilizaram as condições para a criação de um Grupo Comunitário. A coordenadora do Projecto, Natália Nunes, convidou-me para animar umas sessões de formação sobre temas de Desenvolvimento na Comunidade, abertas a Técnicos e Técnicas da Junta de Freguesia<sup>114</sup> e de Serviços públicos e Instituições a trabalhar no Bairro e a Moradores e Moradoras, representantes da Associação de Moradores, da Associação de Pais da Escola do 1.º ciclo, do Grupo de Jovens “Renascença”, das colectividades locais (Associação “Amigos da Luz”, “Clube de Futebol Os Unidos” e “Grupo Recreativo Escorpões Futebol Clube”), da paróquia e dos Escuteiros.

A dinâmica criada com essas sessões (sempre à noite, às 21 h, para os/as Moradores/as poderem estar presentes<sup>115</sup>) suscitou a vontade de se continuar a reunir, para identificar e discutir os problemas e as necessidades da Comunida-

de e reivindicar ou construir em conjunto as soluções e respostas correspondentes. Foi assim que, nesse ano (1993), se constituiu o primeiro Grupo Comunitário de Lisboa (e de Portugal), no caso do Bairro do Padre Cruz, dando expressão e fundamento aos embriões que se vinham desejando e alimentando há já algum tempo, mas sem continuidade, nem abrangência (Nunes et al., 2017: 70-75). Este Grupo Comunitário (GC) tem funcionado até à actualidade, ou seja, desde há 28 anos, com reuniões mensais, sempre às 21 h, apesar de algumas tentativas de Técnicos/as de passar a reunião para mais cedo, pretensão a que a Comunidade sempre se opôs. É um dos 15 GC que actualmente existem em bairros de Habitação Social de Lisboa, com mais Participação Comunitária<sup>116</sup>.

Assinale-se que um Grupo Comunitário é uma plataforma informal de reflexão e de acção, que combina a Participação da Comunidade (nas suas diferentes expressões, individuais e colectivas, formais e informais) com a Parceria das Instituições (autarquias locais, serviços públicos desconcentrados e entidades particulares) que têm intervenção no território, com vista a identificar e discutir os problemas e necessidades da Comunidade e reivindicar e/ou construir, de forma cooperativa e democrática, as soluções e as respostas adequadas e também os sonhos conjuntos (Amaro, 2018: 18).

No ano seguinte (1994), no âmbito do mesmo Projecto (PIC), constituiu-se o segundo Grupo Comunitário, no Bairro da Horta Nova, na mesma freguesia de Carnide. A reunião que deu início ao seu funcionamento ocorreu em 14 de Fevereiro de 1994 e merece ser lembrada. A maior parte das Pessoas do Bairro tinha acabado de ser realojada, provenientes de um “bairro de transição”, de habitações precá-

rias<sup>117</sup>, ali mesmo ao lado, onde tinham estado cerca de 20 anos, muitas provenientes das ex-colónias. Mas a escola do 1.º ciclo tinha continuado a funcionar nas mesmas instalações precárias, no meio dos escombros do antigo bairro e sem iluminação pública. Daí que uma reivindicação explícita e insistente da Comunidade, sobretudo das Mães e Pais das Crianças que a frequentavam, era a da construção de uma nova escola, no novo bairro.

Com o apoio da Equipa do PIC, a mobilização decisiva da presidente da Junta de Freguesia, referida na nota 114, e a minha ajuda na moderação da reunião, realizou-se uma sessão de discussão do problema, às 21 h do dia referido, aberta à Comunidade (estiveram presentes cerca de 100 Pessoas) e com a presença de dois vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, eleitos pelo PCP<sup>118</sup>, um representante da EDP (para abordar o problema da iluminação pública) e outro da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (para enquadrar a questão dos escombros ainda existentes na zona do antigo Bairro e a definição do espaço, para a localização de uma eventual nova escola).

Após uma reunião muito participada, por vezes difícil de moderar, pela 1 h da madrugada do dia seguinte, escrevemos à mão, em uma folha arrancada do meu caderno, uma declaração de compromisso<sup>119</sup> de construção de uma nova escola, no Bairro novo, dentro de um período máximo de 3 anos, de remoção imediata dos escombros e de reactivação da iluminação pública, assinada pelos responsáveis presentes, tendo sido decisiva à vontade política e o apoio do vereador do Departamento da Educação e Juventude e da presidente da Junta de Freguesia. E assim se fez ! Estavam criadas as condições para se constituir o segundo GC, com a Comunidade a acreditar que valia a pena identificar

e abordar os seus problemas e que tinha poder para lhes procurar e construir soluções. Este GC continuou a reunir-se até à actualidade, agora mensalmente, às 19 h<sup>120</sup>, mas, durante os primeiros três anos, reuniu-se semanalmente, às quintas-feiras, às 21 h 30 m, sempre com muita mobilização e Participação da Comunidade<sup>121</sup>, tendo depois passado para um ritmo quinzenal e depois mensal, a pedido... dos/as Técnicos/as (Nunes et al., 2017: 70-90).

Nesse mesmo ano (1994), no âmbito de um Projecto similar, o PIAC - Projecto Integrado da Ameixoeira - Charneca, também promovido pela SCML, e a pedido da sua coordenadora, Cecília Cavalheiro, ajudei a constituir e me envolvi em mais dois GC, segundo uma lógica semelhante, um no Bairro da Quinta Grande, um bairro de casas precárias e onde a Participação de Moradores/as sempre foi muito dinâmica, incluindo Jovens, e outro nas Galinheiras, uma zona com forte presença de AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Ambos ainda persistem, mas territorialmente reconfigurados, em consequência dos processos de realojamento, entretanto ocorridos, o primeiro transformado em GC da Alta de Lisboa e o segundo acrescentado das zonas PER - Plano Especial de Realojamento e AUGI da Ameixoeira (Nunes et al., 2017: 70-75).

Mais tarde, em 1996, outra Equipa da SCML, do CDCL - Centro de Desenvolvimento Comunitário do Bairro dos Lóios, antes conhecido por “Zona N2” (um bairro de Habitação mista, com fogos de Habitação Social, outros de venda livre e outros ainda de uma Cooperativa), na freguesia de Marvila (em Lisboa), que já vinha desenvolvendo dinâmicas de Intervenção Comunitária, desde 1982, na sequência de processos de realojamento, com implicações sociais, a que foi necessário dar respostas, por influência dos GC an-

teriormente mencionados, também entendeu que era pertinente e adequado constituir um GC, o quinto a ser criado, em que também me envolvi, a pedido da coordenadora, Ana Paula Morais (Nunes et al., 2017: 70-75). Na primeira fase, este GC abarcou também instituições do Bairro vizinho da Zona N1, agora designado por Flamengo e que passou, mais tarde, a ter um GC próprio, como se verá no ponto 5. O GC dos Lóios também ainda persiste.

Os Grupos Comunitários foram e são uma das expressões mais interessantes das dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário em Portugal, no meio urbano (Lisboa), tendo surgido portanto em meados da década de 1990 e tendo continuidade alargada até à actualidade, como se analisará no ponto 5.

Os processos que lhes deram origem tiveram raízes nos anos de 1960 (Bairro do Padre Cruz), 1970 (Musgueira Sul) e 1980 (Zona N2 ou Bairro dos Lóios), não tendo resultado “da oportunidade de acesso a financiamentos externos, mas antes da constatação de uma necessidade premente em intervir, face à dramática situação social em que se encontravam as populações dos bairros abrangidos, envolvidas em processos de realojamento deficientemente preparados e implicando situações de despejo e deslocação forçada” (Nunes et al., 2017: 73).

Mais tarde, nos anos de 1990, esses processos foram reforçados e acelerados, dando origem à constituição explícita de Grupos Comunitários, graças à oportunidade aproveitada de “financiar iniciativas de Desenvolvimento Comunitário em zonas de realojamento social (na maioria dos casos), a partir de fundos externos (nomeadamente os recursos disponibilizados através dos programas Nacional de Luta contra a Pobreza e Horizon)” (Nunes et al., 2017: 73).

Com os Grupos Comunitários, regressou a expressão de Desenvolvimento Comunitário, mais associada a essas experiências, sem contudo se ter perdido a de Desenvolvimento Local, tornando-se as duas, pelo menos implicitamente, sinónimas.

### **3.4. A banalização destes processos na primeira década do século XXI**

Após dois períodos de forte pioneirismo e abertura de novos caminhos de Desenvolvimento Comunitário/Local em Portugal, nas décadas de 1960 e 1980-1990, entrou-se, com o século XXI, numa certa fase de banalização e de institucionalização, perdendo-se o *élan* e o empolgamento iniciais. Proponho uma leitura da primeira década do século XXI (sensivelmente) assente em oito grandes tendências e características:

- Agravamento de tensões e clivagens entre alguns/mas dos/as principais protagonistas do Desenvolvimento Local (sobretudo em Meio Rural), levando à perda de visões e lutas conjuntas e a divisões, que estilhaçaram o Movimento do Desenvolvimento Local, com particular expressão sobretudo em dois actos eleitorais (1996 e 2012) e na composição da ANIMAR<sup>122</sup>;
- As ADLs, que foram a essência e os pilares do Desenvolvimento Local, acabaram, quase todas, por criar estruturas consideráveis de Técnicos/as, graças aos apoios recebidos, fundamentalmente com origem na União Europeia, cuja sobrevivência se tornou, por vezes, o grande objectivo e a grande motivação de novas candidaturas e projectos, perdendo-se frequentemente a procura e a missão do Desenvolvimento Local, que foi muitas vezes subordinada àquela<sup>123</sup>;

- Em consequência, as ADLs converteram-se frequentemente em “Agências de prestação de serviços”, para sobreviverem, especializando-se na prestação de serviços em áreas como preparação de candidaturas a Fundos Comunitários, apoio e assessoria a projectos, consultoria e avaliação de Programas e projectos, em qualquer zona do País ou mesmo em outros países, nomeadamente nos Países Africanos de expressão portuguesa e na América Latina, procurando diversificar as suas fontes de receitas. Retomo aqui, a este propósito, a crítica tantas vezes enunciada por Rui d’Espiney (um dos protagonistas mais esclarecidos das dinâmicas de Desenvolvimento Local em Portugal<sup>124</sup>), que considerava o “agencialismo” das ADLs em Portugal um abastardamento da sua missão fundamental de promoção do Desenvolvimento Local dos seus territórios de origem e uma acomodação ao sistema, por razões economicistas e, em alguns casos, tendencialmente empresariais e... capitalistas<sup>125</sup>. Uma das consequências deste processo é que, inicialmente, era possível distinguir as ADLs (Associações de Desenvolvimento Local), como associações que promoviam e se centravam no Desenvolvimento dos seus territórios de origem e de pertença, das ONGDs (Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento), cuja missão estava sobretudo associada à promoção do Desenvolvimento em territórios em outros continentes, diferentes da sua sede (em Portugal), normalmente em África e na América Latina. Aos poucos, essencialmente para conquistar mercados de prestação de serviços, cada um destes tipos tendeu para o outro: várias ADLs solicitaram o

estatuto de ONGDs e começaram a operar em África e na América Latina, e, vice-versa, algumas destas últimas investiram também em intervenções em territórios nacionais<sup>126</sup>.

- Por outro lado, fruto essencialmente dos seus sucessos, estes projectos e dinâmicas foram reconhecidos pelos poderes públicos e institucionais, passando a fazer parte dos quadros institucionais das respectivas áreas. Como refere Luís Moreno: “Apesar de uma certa crise de recursos, a nova direcção da animar eleita em Abril de 2000 encontra a associação-rede já com o estatuto de parceiro social firmado em diferentes domínios, para além do CES (Conselho Económico-Social): Comissão de Acompanhamento do PPART (Programa para a Promoção dos Ofícios e Microempresas Artesanais); Conselho Consultivo da ANEFA (Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos) e interlocutora regular das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Rural e do Trabalho e Formação. Neste âmbito, a animar faz então também parte da Comissão de Acompanhamento do POEFDS (Programa Operacional para o Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do QCA III), do Conselho Consultivo do Programa AGRO, da Comissão de Acompanhamento do Programa Ruris e do Conselho Nacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural” (Moreno, 2007: 252). Além disso, a ANIMAR passou a ter um apoio financeiro continuado do IEFP e, em 2009, foi fundadora e passou a fazer parte da CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. Esta institucionalização das redes de Desenvolvimento Local<sup>127</sup> tornou-as próximas do poder político e me-

nos libertas para propostas de modelos alternativos, centrando-se antes na reivindicação de apoios financeiros e na emissão de pareceres não vinculativos, passando a fazer parte dos círculos do sistema.

- Isto significa que, na maior parte dos casos, as Tecnoestruturas do Desenvolvimento Local tornaram-se dominantes, na definição de prioridades e na sua condução, em detrimento de dinâmicas mais políticas, no sentido mais democrático e participativo, e comunitárias, envolvendo e dando a voz principal às Comunidades Locais.
- Contudo, também se assinala, neste período, o aparecimento de novas associações, trazendo novas temáticas, como o Ecologismo, o Feminismo e a Igualdade de Género, a Luta contra a Violência Doméstica e de Género, o Pacifismo, a Democracia Participativa e a Economia Solidária<sup>128</sup>;
- Verificaram-se também vários momentos de tensões e disputas político-partidárias na ANIMAR, nomeadamente entre o PS e partidos situados à sua esquerda (PCP e Bloco de Esquerda), algumas mais imaginadas do que reais, e que tiveram efeitos negativos, em termos de clivagens e divisões, em particular nas eleições de 1996 e de 2012, e mais recentemente, ainda que não de forma explícita, também algumas tentativas de penetração da Maçonaria, que não foram totalmente bem sucedidas;
- Pode-se dizer que, ao atingirem a “velocidade de cruzeiro”, as associações e projectos de Desenvolvimento Local perderam, nos primeiros cerca de dez anos do século XXI, o seu carácter inicial de rebeldia e de movimentos de alternativa, acomodando-se ao siste-

ma e entrando num certo processo (inevitável ?) de banalização e de afastamento dos ideais iniciais de Desenvolvimento Local (centrados na Participação e no Bem-Estar e Bem Viver das suas Comunidades de pertença), sem desvalorizar os resultados que conseguiram em algumas componentes, embora existam novas associações e dinâmicas que têm reintroduzido essa “frescura de novas utopias”, mais recentemente, como se verá no ponto 4.

No que se refere, em particular, às dinâmicas criadas pelos Grupos Comunitários, na Cidade de Lisboa, pelo facto de serem plataformas informais, que juntam a Participação das Comunidades Locais e a Parceria de instituições e serviços a intervirem nos territórios, e não associações juridicamente constituídas<sup>129</sup>, não foram afectados pelos mesmos tipos de factores e de lógicas de evolução descritas anteriormente. Mas também se verificou, no seu caso, após o período inicial (segunda metade dos anos de 1990) de pioneirismo e empolgamento, uma certa banalização e “adormecimento”, condimentada com alguns ingredientes, de que assinalo os seguintes:

- Menor investimento institucional da SCML em projectos e processos de Desenvolvimento Comunitário, após essa primeira fase, em que, também aproveitando as oportunidades de financiamentos externos e depois enquadrando uma certa replicação das primeiras experiências (ver ponto 5), foi a entidade que mais dinamizou e inovou neste domínio, sem contudo ter sistematizado e operado o *mainstreaming* das aprendizagens e de toda a riqueza das experiências que foi

- vivenciando nos nove projectos de Desenvolvimento Comunitário que promoveu nesse período e nos cinco Grupos Comunitários que ajudou a iniciar<sup>130</sup>;
- Aparecimento em cena, nestes domínios do Desenvolvimento Comunitário, da Fundação Aga Khan (fundação de inspiração ismaelita, um dos ramos do islamismo, muito ligado, em Portugal, ao meio empresarial, nomeadamente de hotelaria e de comércio de roupa), com o lançamento do Programa K'idade, em 2004, visando a Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, em três territórios específicos - Alta de Lisboa, Ameixoeira e Mira-Sintra<sup>131</sup> -, assumindo que um projecto com estas características e estes objetivos não deveria durar menos de dez anos<sup>132</sup>. Com muito mais capacidade técnica e financeira<sup>133</sup>, a Fundação Aga Khan, em parceria com a SCML, viabilizou intervenções mais consistentes e planeadas, com maior “robustez e fundamentação teórica e técnica do quadro conceitual e metodológico” e com “inovação em termos de vertentes (...) (que passam a incluir, assumidamente, domínios como o do microcrédito, do empreendedorismo ou da inclusão digital)” (Nunes et al., 2017: 74).

Esta fase (primeira década do século XXI) “corresponde ao período em que, esmorecidas ou mesmo perdidas a dinâmica e as orientações dos anos 1990, é, de certo modo, em parceria e a reboque da Fundação Aga Khan, no quadro do seu Programa K'idade, que a SCML se envolve em dois projectos de desenvolvimento comunitário - o Projecto de Desenvolvimento Comunitário da Ameixoeira (2004-2010) e a Intervenção Comunitária do Vale de Chelas (desde 2010).

Sem ter sistematizado as suas experiências anteriores, a SCML ficou, de certa maneira, subordinada às propostas conceptuais e metodológicas da Fundação Aga Khan, que, desse ponto de vista, fez o que a SCML não tinha sabido ou podido fazer “ (Amaro, 2020: 21)<sup>134</sup>.

Neste quadro, os GC perdem uma parte do seu dinamismo, sem contudo deixarem de existir, ganhando novos vigos na década seguinte, como se verá no ponto 5.

### **3.5. Algumas notas de síntese sobre a evolução das dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário e Local até cerca do final da primeira década do século XXI**

Pode-se pois sintetizar esta evolução dizendo que, em Portugal:

- O Desenvolvimento Comunitário (com esta designação) conheceu uma fase importante de pioneirismo, nos anos de 1960 e 1970, sob a influência da ONU e de grupos de inspiração católica da América Latina (sobretudo do Brasil), com alguns resultados interessantes, em termos de animação de territórios e de Comunidades, em particular rurais, que tinham sofrido processos de abandono e de obstaculização do seu desenvolvimento e do Bem-Estar das suas populações, permitindo-lhes sonhar e construir projectos próprios;
- Esses processos foram animados por Técnicos/as de áreas diferentes, incluindo Economistas, Técnicas/os de Serviço Social, Engenheiros Agrónomos e outros/as;
- Tiveram inicialmente alguma tolerância e até apoios institucionais e de autoridades públicas, mas acabaram por suscitar algumas desconfianças e reservas;

- A sua validação científica foi, na época, limitada, embora existam artigos e livros publicados nesta primeira fase, mas sem grande acolhimento académico, como se referiu<sup>135</sup>;
- Nos anos de 1980 e 1990, o Desenvolvimento Local (então sobretudo com esta designação) conheceu uma nova vida, inicialmente sobretudo de base indutiva, passando depois a ter um quadro científico-académico de referência;
- Beneficiou dos financiamentos oriundos da (futura) União Europeia, sobretudo no quadro do FSE e do FEDER;
- Permitiu constituir duas redes nacionais de Desenvolvimento Local, nem sempre em cooperação;
- Conheceu momentos fortes e importantes de afirmação e de visibilização, nomeadamente através da realização das MANIFestas de 1994, 1996, 1998, 2001 e 2003;
- Teve também reconhecimentos político-institucionais relevantes, podendo até dizer-se que, depois dos momentos iniciais de uma certa desconfiança e crítica, se aproximou dos círculos do poder e das lógicas dominantes;
- Com a viragem do século, perdeu-se bastante das energias rebeldes e alternativas iniciais e tornou-se mais banal e tecnocrático, até por razões de sobrevivência das Associações de Desenvolvimento Local, que, por vezes, se tornaram Agências de prestações de serviços;
- O choque de personalidades, condimentado com tensões político-ideológicas, fez abanar a unidade do Movimento do Desenvolvimento Local, quer em termos

da ANIMAR, quer também da Federação “Minha Terra”, o que deixou marcas, que perduram ainda hoje, em alguns casos<sup>136</sup>

- Mais ou menos em simultâneo, desenvolveram-se processos de Desenvolvimento Local ou Comunitário nos meios urbanos, sobretudo com a criação, em Lisboa, de cinco Grupos Comunitários, sob o impulso particularmente activo de Equipas da SCML;
- O que permitiu alargar a “abrangência espacial” do Desenvolvimento Comunitário/Local, centrado nos meios rurais, mas também nos meios urbanos<sup>137</sup>;
- Na primeira década do século XXI, as dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário e Local perderam o seu “*élan*” inicial e tenderam, em geral, a institucionalizar-se;
- Seja como for, o que não pode haver dúvidas é que, em geral, os processos e as dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário e de Desenvolvimento Local que tiveram lugar em Portugal, entre os anos de 1960 e o final da primeira década do século XXI, foram muito importantes para contrariar o abandono e a desvalorização de várias “regiões/locais/bairros - problema”, que, graças a essas dinâmicas puderam lançar as esperanças e as sementes do Desenvolvimento<sup>138</sup>, do Bem-Estar e do Bem Viver, sob a forma de actividades económicas, empregos, escolas e outras respostas sociais, culturais, ambientais, territoriais e políticas às suas necessidades e problemas, mobilizando e valorizando as suas competências e capacidades endógenas.

#### **4. Tendências recentes do Desenvolvimento Local e do Desenvolvimento Comunitário em Portugal**

Na última década (sensivelmente), vários factores influenciaram a renovação das dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário e Local em Portugal, dos quais destaco os seguintes<sup>139</sup>:

- A necessidade de encontrar e promover “respostas locais” (por ausência de “respostas nacionais” ou como defesa face aos agravamentos que as políticas de austeridade, impostas a Portugal pela *troika*, provocaram...) aos graves e profundos efeitos económicos e sociais globais, mas com implicações localizadas, provocados pela crise financeira e depois económica, orçamental, das dívidas públicas e social de 2008-2013, actualizando o título, anteriormente citado, do livro, publicado em 1990, por Walter Stöhr, um dos autores de referência do Paradigma Territorialista - “*Global challenges and Local responses*” (Stöhr, 1990);
- O “regresso” de preocupações territoriais a algumas políticas e programas da União Europeia (UE), a partir do chamado “Relatório Barca”, propondo “*An Agenda for a reformed cohesion policy: A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*” (Barca, 2009), que, sem provocar alterações de fundo (num quadro de predomínio de políticas e medidas de inspiração neo-liberal, que dominaram a UE, pelo menos até ao início da pandemia da COVID-19), justificaram a formulação de programas como o recente DLBC - “Desenvolvimento Local de Base Comunitária”, viabilizando projectos de base territorial;

- A tradução do factor anterior na percepção, por parte de alguns serviços públicos, de que as respostas a problemas sociais mais estruturais e complicados<sup>140</sup> exigem metodologias de intervenção de proximidade, integradas, em parceria e com o envolvimento das Comunidades (ou seja, participativas), tendendo a converter o modelo tradicional de governação (monopólio do Estado) em lógicas tendenciais de governança (ou de co-gestão, ou seja em Parceria e Participativas), como explicarei no ponto 6<sup>141</sup>;
- As tendências de descentralização das políticas públicas e da administração e regulação, em geral, aproximando as decisões e os recursos dos níveis locais (municipais e de freguesia) de gestão dos problemas sociais e das Comunidades;
- As oportunidades proporcionadas por outros programas, europeus ou nacionais, alguns iniciados no período anterior, que permitiram financiar e apoiar novos projectos e dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário e Local, como foram/são os casos da Iniciativa Comunitária EQUAL (2001-2009)<sup>142</sup>, do Programa BIP-ZIP (iniciado em 2011, para a Cidade de Lisboa, e ainda em aplicação<sup>143</sup>) e dos CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (Programa com quatro gerações lançadas, em 2007, 2013, 2015 e 2018, esta ainda em vigor<sup>144</sup>), para além de outros e do já referido DLBC;
- Os novos “fôlegos” e ideias, trazidas pelas novas associações e dinâmicas e pelos novos projectos, como já se tinha assinalado no ponto 3.4., permitindo renovar as propostas e os processos nestes domínios;

- As exigências de novas respostas locais, que a pandemia da COVID-19 veio impor, determinando fórmulas criativas e inovadoras de Solidariedade Territorial e Comunitária, tanto em localidades dos meios rurais, como nos bairros de Habitação Social<sup>145</sup>.

Em consequência, na última década, verifica-se uma certa retoma das dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário e de Desenvolvimento Local, quer em alguns meios rurais, quer em meios urbanos, nomeadamente através da constituição de novos Grupos Comunitários na Área Metropolitana de Lisboa, como se verá no ponto 5.

Além disso, surgiram e afirmaram-se novas temáticas associadas ao Desenvolvimento Comunitário/ Local, como as do Ecologismo, do Feminismo e da Igualdade de Género, da Luta contra a Violência Doméstica e de Género, da Democracia Participativa e da Sociocracia, da Economia Solidária e das Moedas Sociais, da Economia Feminista, dos Movimentos de Transição, entre outras, de que já se tinha dado conta no ponto 3.4.

Assinale-se ainda o surgimento de algumas iniciativas autárquicas inovadoras de apoio e de incentivo ao Desenvolvimento Local ou Comunitário, como é o caso pioneiro de Santa Maria da Feira, com a constituição de 22 *Fora* Sociais de Freguesia, em substituição das Comissões Sociais de Freguesia, introduzindo ou reforçando dinâmicas de Participação, de Parceria e de Visão Integrada, segundo um modelo de Governança Local Partilhada e Participativa, de que falarei no ponto 6.

Isto significa que, na última década, abriram-se em Portugal novos caminhos inovadores de futuro para o Desenvolvimento Comunitário/Local, numa perspectiva de Utopia de Cidadania Activa e Participativa, de Des-envolvimento, de Bem-Estar com Dignidade e de Bem Viver Sustentável.

## **5. O caso dos Grupos Comunitários como expressão do Desenvolvimento Comunitário**

Neste contexto, o caso dos Grupos Comunitários (GC) merece uma atenção especial. Iniciados os cinco primeiros entre 1993 e 1996 (ver ponto 3.3.), nos anos seguintes, até ao final do século, houve uma espécie de réplicas, com a criação de mais dois GC (nos Bairros da Flamenga e do Condado), ambos na freguesia de Marvila e sob a influência dos cinco iniciais e de Equipas da SCML<sup>146</sup>. Depois, embora os cinco primeiros se tenham sempre mantido (ainda que, como já se referiu, com algumas alterações de abrangência territorial em dois deles - Quinta Grande e Galinheiras -, em virtude dos processos de realojamento social, ocorridos para os Bairros da Alta de Lisboa e da Ameixoeira), houve um certo “deserto” de novos GC, até aos finais da primeira década do século XXI, sendo que, nos últimos 13 anos, foram criados 18 Grupos Comunitários ou Redes Interinstitucionais, na Área Metropolitana de Lisboa, dos quais 12 na Cidade de Lisboa (além dos sete que já existiam, sendo que os da Flamenga e do Condado tinham sido interrompidos e só foram retomados neste último período). Os GC mais recentes foram os dos Bairros das Fonseca e Calçada (freguesia de Alvalade, em Lisboa), em 2017, do Pendão (freguesia de Queluz-Belas, no concelho de Sintra, em 2018<sup>147</sup>, da freguesia de Santo António (em Lisboa), em 2018, da Caparica-Pragal (no concelho de Almada), em 2019, e do Bairro de Campo de Ourique (em Lisboa), em 2021.

Actualmente, existem, em princípio, 25 Grupos Comunitários e Redes Interinstitucionais na Área Metropolitana de Lisboa (sendo 19 em Lisboa), 21 dos quais em bairros com Habitação Social (Padre Cruz, Horta Nova, Alta de Lisboa, Galinheiras-Ameixoeira, Lóios, Flamenga, Conda-

do, Alfinetes-Marquês de Abrantes-Quinta do Chalé-Salgadas, Alfredo Bensaúde, Armador, Fonseca e Calçada, Liberdade-Serafina, Olaias-Portugal Novo, Vale de Chelas, Quinta das Laranjeiras-Casal dos Machados, Caparica-Pragal, Adroana-Alcoitão-Cruz Vermelha, Galiza, Torre, Apelação -Quinta da Fonte e Pendão), embora muitos deles com situações mistas, incluindo Habitação Cooperativa e Habitação de Mercado Livre. Contudo, alguns GC têm estado ultimamente inactivos, alguns por efeitos das limitações impostas pela COVID-19 e dado que têm muitos/as Moradores/as, sem condições de acesso à internet<sup>148</sup>, outros por razões anteriores, como são os casos dos GCSA e GCA-QF (ver Quadro 1).

**Notas** - \* Este GC foi interrompido e retomado no 3.º período; \*\* O GCA teve uma existência efémera em 2006-2007, mas só neste período é que ganhou continuidade; \*\*\* Este GC tem estado inactivo.

**FONTE:** Autor.

**QUADRO 1 - LISTA DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS (GC) E REDES INTERINSTITUCIONAIS (RI) DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, POR PERÍODOS DE CRIAÇÃO E ZONAS**

PERÍODOS	DESIGNAÇÃO	BAIRRO(S)	CONCELHO	FREGUESIA
1 - 1993-1996	Grupo Comunitário do Bairro do Padre Cruz (GCPG)	Padre Cruz	Lisboa	Carnide
	Grupo Comunitário da Horta Nova (GCHN)	Horta Nova	Lisboa	Carnide
	Grupo Comunitário da Quinta Grande - actualmente Grupo Comunitário da Alta de Lisboa (GCAL)	Quinta Grande (mais Quinta da Pailepa e Quinta do Louro) - actualmente Alta de Lisboa	Lisboa	Charneca - actualmente Lumiar e Santa Clara
	Grupo Comunitário das Galinheiras - actualmente Grupo Comunitário das Galinheiras - Ameixoeira (GCGA)	Galinheiras e Ameixoeira	Lisboa	Ameixoeira - actualmente Santa Clara
	Grupo Comunitário dos Lóios (GCL)	Lóios	Lisboa	Marvila
2 - 1997-2008	Grupo Comunitário do Bairro da Flamengo (GCF)*	Flamenga	Lisboa	Marvila
	Grupo Comunitário do Condado (GCC)*	Condado	Lisboa	Marvila
3 - 2009-2021	Grupo Comunitário 4 Crescente (GC4C)	Alfinetes, Marquês de Abrantes, Quinta do Chalé e Salgadas	Lisboa	Marvila
	Grupo Comunitário Alfredo Bensaúde (GCAB)	Alfredo Bensaúde	Lisboa	Olivais
	Grupo Comunitário do Bairro do Armador (GCA)**	Armador	Lisboa	Marvila
	(Grupo Comunitário do Condado - GCC)*	(Condado)	Lisboa	(Marvila)
	(Grupo Comunitário do Bairro da Flamengo - GCF)*	(Flamenga)	(Lisboa)	(Marvila)
	Grupo Comunitário do Bairro das FONSECAS e CALÇADA (GCFC)	Fonsecas e Calçada	Lisboa	Alvalade
	Grupo Comunitário da Liberdade - Serafina (GCL-S)	Liberdade e Serafina	Lisboa	Campolide
	Grupo Comunitário de Olaias - Portugal Novo (GCO-PN)	Olaias e Portugal Novo	Lisboa	Areeiro
Assembleia Comunitária do Vale de Chelas (ACVC)	Quinta do Lavrado, Rua Carlos Botelho, Rua João Nascimento Costa e Rua Sarmento Rodrigues	Lisboa	Beato e Penha de França	

**QUADRO 1 - LISTA DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS (GC) E REDES INTERINSTITUCIONAIS (RI) DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, POR PERÍODOS DE CRIAÇÃO E ZONAS**

PERÍODOS	DESIGNAÇÃO	BAIRRO(S)	CONCELHO	FREGUESIA
	Rede L & M	Quinta das Laranjeiras e Casal dos Machados	Lisboa	Parque das Nações
	Grupo Comunitário de Marvila Antiga (GCMA)	Marvila Antiga	Lisboa	Marvila
	Grupo Comunitário de Campo de Ourique (GCCO)	Campo de Ourique	Lisboa	Campo de Ourique
	Grupo Comunitário de Santo António (GCSA)**	Freguesia de Santo António	Lisboa	Santo António
	Parceria de Telheiras (PT)	Telheiras	Lisboa	Lumiar
	Grupo Comunitário de Caparica - Pragal (GCC-P)	Antigas freguesias de Caparica e Pragal	Almada	União das Freguesias de Caparica e Trafaria e União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas
	Rede de Organizações para o Desenvolvimento de Alcabideche (RODA)	Adroana, Alcoitão e Cruz Vermelha	Cascais	Alcabideche
	Rede Interinstitucional do Bairro da Galiza (RIG)	Galiza	Cascais	União das Freguesias de Cascais e Estoril
	Rede Interinstitucional do Bairro da Torre (RIT)	Torre	Cascais	União das Freguesias de Cascais e Estoril
	Grupo Comunitário da Apelação - Quinta da Fonte (GCA QF)**	Apelação e Quinta da Fonte	Loures	União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação
	Grupo Comunitário do Pendão (GCP)	Pendão	Sintra	União das Freguesias de Queluz e Belas

Como se referiu no ponto 3.3., os Grupos Comunitários são plataformas e dinâmicas informais que conjugam<sup>149</sup>:

- O envolvimento activo das Comunidades (em termos individuais e/ou colectivos, formais ou informais), aqui designado pelo conceito e pelas práticas de **Participação**;
- A cooperação<sup>150</sup> entre os serviços e instituições (públicas e/ou privadas) com intervenção no território, o que corresponde ao conceito e às práticas de **Parceria**;
- Com vista a partilharem, de forma participativa e integrada, o **Diagnóstico** dos problemas e necessidades da Comunidade;
- E reivindicarem e/ou construírem em conjunto as **Respostas** e os **Sonhos** para lhes fazer face;
- E assim conquistarem o **Desenvolvimento, o Bem-Estar e o Bem Viver da Comunidade**.

Nem todos os Grupos Comunitários e Redes Interinstitucionais contêm todos estes elementos. Se tomarmos como referência os dois grandes princípios que definem o essencial de um GC, ou seja, a Participação da Comunidade (PC) e a Parceria das Instituições (PI), podemos considerar os seguintes níveis ou escalões<sup>151</sup>:

- PC - Pode-se ter em conta três níveis:
  - Participação aberta e forte da Comunidade (podendo ser a nível individual ou colectivo, onde houver associativismo comunitário, formal ou informal) - 2;

- Participação limitada e fraca da Comunidade, normalmente por convite das instituições (podendo ser a nível individual ou colectivo, onde houver associativismo comunitário, formal ou informal) - 1;
  - Participação tendencialmente inexistente - 0.
- PI - Considera-se o valor médio de três tipos de Parcerias, cada um com três níveis:

PIpl - Parcerias do Poder Local - envolvimento das autarquias locais (câmaras municipais e juntas de freguesia) nas reuniões e actividades do GC<sup>152</sup>;

PIsp - Parcerias dos serviços públicos desconcentrados da Administração Pública Central (nas áreas da Acção Social, Educação, Emprego, Habitação, Saúde e Segurança) e seu envolvimento nas reuniões e actividades do GC<sup>153</sup>;

PIong - Parcerias de organizações não governamentais (ou da Economia Social e Solidária) e seu envolvimento nas reuniões e actividades do GC<sup>154</sup>.

(Para cada um destes três tipos de Parceria, tem-se em conta três níveis: 2 - Envolvimento forte e tendencialmente permanente; 1 - Envolvimento fraco, esporádico e/ou de poucas organizações e/ou serviços públicos; 0 - Envolvimento tendencialmente inexistente. Para o PI global, considera-se depois o valor médio dos três tipos).

Os resultados estão apresentados no Quadro 2<sup>155</sup>, considerando-se, nas duas últimas colunas, dois níveis totais: um que resulta de uma média aritmética simples de PC e de PI; outro que resulta de uma média ponderada de PC e de PI, em que PC tem o dobro da ponderação de PI, dada a sua importância, para a essência de um Grupo Comunitário:

<b>QUADRO 2 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS (GC) E REDES INTERINSTITUCIONAIS (RI) DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA</b>								
<b>CONCELHO</b>	<b>GC/RI</b>	<b>PC</b>	<b>PIpl</b>	<b>PIsp</b>	<b>Plong</b>	<b>PI = (PIpl + PIsP + Plong) / 3</b>	<b>TOTAL (PC + PI) 2</b>	<b>TOTAL (PC x 2 + PI) 2</b>
<b>ALMADA</b>	GCC-P	1	2	1	2	1,67	1,34	1,22
<b>CASCAIS</b>	RIG	0	2	2	2	2	1	0,67
	RIT	0	2	2	2	2	1	0,67
	RODA	0	2	2	2	2	1	0,67
<b>LISBOA</b>	GC4C	2	2	1	2	1,67	1,84	1,89
	GCAB	0	2	2	2	2	1	0,67
	GCAL	1	2	1	2	1,67	1,34	1,22
	GCA	1	2	1	2	1,67	1,34	1,22
	GCC	2	2	1	2	1,67	1,84	1,89
	GCF	2	2	1	2	1,67	1,84	1,89
	GCFC	2	2	2	2	2	2	2
	GCGA	2	2	2	2	2	2	2
	GCHN	2	2	0	2	1,33	1,67	1,78
	GCL-S	2	2	1	1	1,33	1,67	1,78
	GCL	1	1	1	1	1	1	1
	GCO-PN	1	2	1	1	1,33	1,17	1,11
	GCPC	2	2	1	1	1,33	1,67	1,78
	Rede L & M	0	2	2	2	2	1	0,67
	ACVC	1	1	1	2	1,33	1,17	1,11
	GCMA	1	2	0	1	1	1	1
	GCCO	1	1	1	2	1,33	1,17	1,11
	GCSA	0	1	1	2	1,33	0,67	0,44
PT	1	2	1	1	1,33	1,17	1,11	
<b>LOURES</b>	GCA-QF	1	2	2	2	2	1,5	1,33
<b>SINTRA</b>	GCP	2	2	0	2	1,33	1,67	1,78

**FONTE:** Autor e Ferreira e Amaro (2021: 16-20).

Deste exercício que se deve considerar experimental, retiro algumas notas preliminares interessantes, que confirmo com o meu conhecimento directo de praticamente todos os GC e RI<sup>156</sup> e com as minhas intuições:

- Dos 25 GC e RI analisados, **apenas nove são completamente abertos à Participação da Comunidade** (PC = 2) - 4 Crescente, Condado, Flamengo, Fonseca e Calçada, Galinheiras-Ameixoeira, Horta Nova, Liberdade-Serafina, Padre Cruz e Pendão. Corresponde ao que se pode designar por **verdadeiros Grupos de Comunidade**<sup>157</sup>, na medida em que assentam numa Participação aberta a toda a Comunidade. Destes nove, apenas cinco (Fonseca e Calçada, Galinheiras-Ameixoeira, Horta Nova, Padre Cruz e Pendão) o são desde a sua criação, como condição *sine qua non*; os outros quatro conquistaram recentemente essa característica.
- Contudo, apenas dois se podem considerar **Grupos Comunitários completos**<sup>158</sup>, ou seja, com Participação aberta à Comunidade (PC = 2) e com Parcerias Institucionais fortes (PI = 2), portanto com um máximo de pontuação média de 2: Fonseca e Calçada e Galinheiras-Ameixoeira. Mas aproximam-se bastante deste nível os GC4C, GCC e GCF, com 1,89 pontos, e depois os GCHN, GCL-S, GCPC e GCP, todos com 1,78 pontos. Todos eles se podem considerar **Grupos Comunitários plenos ou quase plenos**<sup>159</sup>, embora com algumas insuficiências, ao nível das Parcerias, sobretudo estes últimos.
- Em contrapartida, dir-se-ia no extremo oposto, temos cinco **Redes Interinstitucionais plenas**<sup>160</sup>, que

assentam apenas na cooperação entre autarquias, serviços públicos desconcentrados e instituições particulares, sem preverem a Participação da Comunidade<sup>161</sup>, e onde aquela cooperação é forte (PI = 2, com PC = 0): RIG, RIT, RODA, GCAB e Rede L&M;

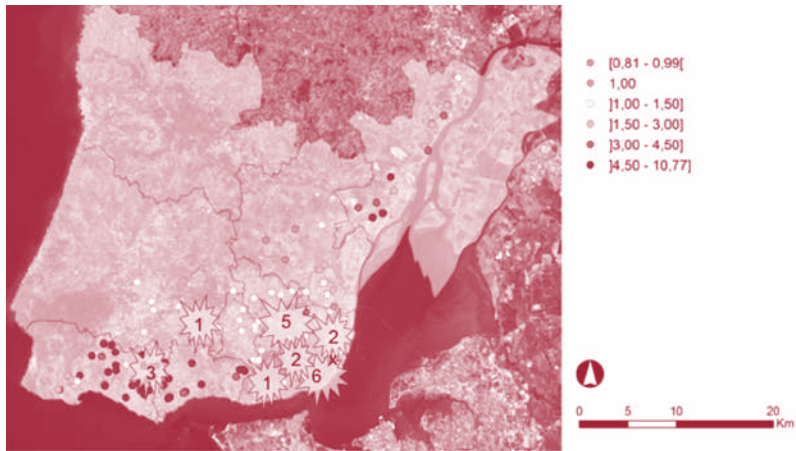
- Pelo meio temos situações híbridas, com potencialidades diferenciadas para se tornarem GC plenos, como os: GCA-QF (1,33 pontos); GCC-P, GCAL e GCA (1,22 pontos); GCO-PN, ACVC<sup>162</sup>, GCCO e PT (1,11 pontos); GCL e GCMA (1 ponto); e GCSA (0,44 pontos).

É claro que uma análise mais abrangente, contemplando outras dimensões e variáveis, nomeadamente qualitativas, revelaria outras características e conclusões.

Reproduzindo agora uma análise efectuada em Ferreira e Amaro (2021: 14-16 - ver Figura 1, retirada desse artigo, p. 15), é interessante constatar que “os bairros de habitação social mais vulneráveis de Lisboa estão, no essencial, cobertos por GC, com poucas excepções. Este é um aspecto importante, já que mostra um potencial acrescido de promoção de uma redistribuição mais justa de recursos e serviços para estes territórios e de melhoria do desempenho político e social destas comunidades” (p. 15-16, a tradução é minha). “Por outro lado, ao considerar os múltiplos bairros residenciais de Cascais e as suas acentuadas disparidades socioeconómicas e demográficas em relação aos níveis gerais da população deste concelho, não se pode deixar de sentir que três GC não são suficientes para enfrentar a extrema desigualdade relativa encontrada em cerca de 30 bairros de habitação social” (p. 16, a tradução é minha).

Assinale-se, atendendo ao papel histórico das Equipas da SCML na criação e animação dos GC, que actualmente, dos 19 GC/RI existentes em Lisboa, essas Equipas têm um papel importante ou mesmo decisivo na animação de nove deles (GC4C, GCA, GCC, GCGA, GCO-PN, ACVC, Rede L&M, GCCO e PT), estão presentes com envolvimento diferenciados em seis (GCAB, GCAL, GCF, GCFC, GCL e GCSA) e ausentes em quatro (GCHN, GCL-S, GCPC e GCMA).

**Figura 2:** Os Grupos Comunitários dos Bairros de Habitação Social da Grande Lisboa, vis-à-vis a vulnerabilidade relativa dos bairros, em comparação com os seus concelhos respectivos



**FONTE:** Ferreira e Amaro (2021: 15), adaptado de Malheiros, Jorge; Ferreira, Bárbara; Carreiras, Marina; Amílcar, Anselmo; e Raposo, Rita (2016). Vulnerabilidade e Integração Urbana em Bairros de Habitação Social da Grande Lisboa: Uma Aproximação Conceptual e Empírica. *Espaço & Geografia*, Vol.19, N.º 1, pp. 185-237.

Outras instituições bastante representadas em quase todos os GC/RI de Lisboa são a GEBALIS (empresa pública municipal de gestão dos bairros de habitação municipal) e os Departamentos de Habitação e Desenvolvimento Local e de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos da Câmara Municipal de Lisboa, mas destes dois últimos falarei a propósito do ponto 6, porque activamente envolvidos no processo de Governança Local Partilhada e Participativa da cidade de Lisboa.

Para terminar este ponto, é importante referir que, em geral, os GC/RI têm contribuído, por vezes de forma determinante, para resolver ou amenizar muitos dos problemas e necessidades das Comunidades a que se referem, nomeadamente quanto a<sup>163</sup>:

- Construção de Diagnósticos Comunitários Partilhados (em Parceria) e Participativos, como aconteceu, por exemplo, nos GC4C, GCC, GCF, GCFC, GCGA, GCHN, GCL-S, GCPC, GCP e também, parcialmente, a ACVC e, no passado o o GCL e o GC da Quinta Grande);
- Co-gestão de espaços públicos (salas das autarquias locais e espaços na rua), como foi conquistado nos GC4C, GCC, GCF, GCHN, GCPC e GCP;
- Reivindicação e/ou co-construção de respostas comunitárias, para equipamentos nos edifícios municipais, nos jardins públicos e nas hortas urbanas sociais, como se verificou nos GC4C, GCHN e GCPC;
- Redefinição e reforço de identidades comunitárias, de forma solidária e positiva, a partir de sentimentos negativos de defesa e de reacção às estigmatizações, associadas a muitos desses bairros, como se pôde/pode observar nos GCHN, GCPC e GCP, por exemplo;

- Apoios e acompanhamento de situações mais frágeis, no contexto da pandemia da COVID-19, quer de Pessoas infectadas e de famílias em confinamento ou que perderam os seus empregos, quer na distribuição de alimentos e refeições ou de outros produtos (de limpeza e de segurança, por exemplo), quer no apoio às crianças para o ensino à distância, além de apoio psicológico, onde os GC foram muito importantes, como sobretudo nos casos dos GC4C, GCAB, GCAL, GCC, GCF, GCFC, GCGA<sup>164</sup>, GCHN, GCL-S, GCPC, ACVC, GCCP e GCP.

## **6. Um processo de Governança Local Partilhada e Participativa na Cidade de Lisboa - um caminho inovador para o aprofundamento da Democracia**

Até 2018 os GC estavam desligados uns dos outros, não se contactando, nem realizando actividades em conjunto, mesmo quando são vizinhos (como acontece em Marvila, onde há seis GC, alguns, como o GCA, o GCF e o GCL em bairros que confinam). Nesse ano, quando a Bárbara Ferreira (no âmbito do seu projecto de doutoramento sobre os GC) e eu (no âmbito da preparação de um segundo livro da SCML sobre GC) passámos a ir a todas as reuniões dos GC e RI, constatámos, com grande perplexidade e estranheza, essa situação e que, apesar disso, todos tinham preocupações similares (como a questão da recolha do lixo e da segurança, por exemplo), preparando-se inclusive alguns deles para assumirem iniciativas (como pedir reuniões com responsáveis políticos dessas áreas), que se iriam dispersar e repetir, perdendo impacto, quando poderiam ser colectivas e coordenadas.

Por impulso inicial da Bárbara, a que prontamente aderi, resolvemos propor estratégias e acções conjuntas, a primeira e principal das quais foi a de constituir uma Plataforma Intercomunitária (que se passou a designar por PIC), para os 15 GC dos bairros de Habitação Social de Lisboa, com Moradores/as (1 ou 2) representantes de cada um, começando por abordar a questão dos comportamentos e da recolha, relacionados com o lixo. O que também foi uma maneira de pressionar os GC, que não tinham Moradores/as no seu seio, a abrirem-se a esse modelo, como de facto aconteceu com vários.

A PIC teve a sua primeira reunião em 28 de Dezembro de 2018 e, até à paragem imposta pelas limitações da pandemia da COVID-19, realizou 21 reuniões em 14 meses. Teve abertura da Direcção Municipal de Higiene Urbana<sup>165</sup> para se encetar uma dinâmica de co-gestão da questão da recolha dos resíduos sólidos e dos comportamentos dos Moradores/as a esse respeito, ou seja, a CML, aceitou a Participação das Comunidades, através dos Grupos Comunitários, na co-gestão desta problemática, tão importante para o Ambiente, a Sustentabilidade e o Bem-Estar e o Bem Viver das Comunidades, tendo verdadeiramente tido início neste processo o que temos designado por um modelo inovador de **Governança Local Partilhada e Participativa (GLPP)** da Cidade de Lisboa<sup>166</sup>.

Com a mesma preocupação, e também com o incentivo de uma Técnica da Fundação Aga Khan<sup>167</sup>, propusemos a realização de um Encontro de Grupos Comunitários da Área Metropolitana de Lisboa, começando por organizar quatro Encontros de Zona, para 14 GC dos bairros de Habitação Social de Lisboa, a que se quiseram associar os de Marvila Antiga e do Pendão:

- Em 6 de Abril de 2019, juntando os seis GC da freguesia de Marvila (GC4C, GCA, GCC, GCF, GCL e GCMA);
- Em 11 de Maio de 2019, juntando três GC da Zona Norte-Occidental (GCFC, GCL-S e GCP);
- Em 18 de Maio de 2019, juntando os outros três GC da Zona Oriental (GCAB, GCO-PN e Rede L&M);
- Em 8 de Junho de 2019, juntando os quatro GC da Zona Norte (GCAL, GCGA, GCHN e GCPC).

Este processo confluuiu depois para o I Encontro de Grupos Comunitários (e Redes Interinstitucionais) da Área Metropolitana de Lisboa, que teve lugar em 7 de Dezembro de 2019, na Biblioteca de Marvila, com a presença de 81 Pessoas, associadas a 21 GC e RI, tendo sido um excelente momento de interação, interconhecimento, reflexão, partilha e convívio colectivo entre GC. Um dos seus resultados foi a criação de um Grupo de Trabalho para criação de um *site* comum para os GC e RI da AML. Uma segunda edição só não teve ainda lugar porque a COVID-19 a impediu.

Um dos seus resultados mais importantes foi o envolvimento da Vereadora Paula Marques, da Direcção de Habitação e Desenvolvimento Local, da Câmara Municipal de Lisboa (CML-DHDL), no desafio de se construir, com os Grupos Comunitários, um processo de co-gestão da Cidade de Lisboa, para promover o Desenvolvimento Local no seu território e, em particular, para enfrentar algumas das situações e problemáticas com que se defrontam as Comunidades dos bairros de Habitação Social.

Para o efeito, organizaram-se três reuniões, por videoconferência (devido às limitações impostas pela situação da pandemia), para as quais cada um dos 15 GC dos bairros

de Habitação Social (a que se juntou o de Marvila Antiga) designou, pelo menos, 2 representantes (obrigatoriamente um/a Morador/a e um/a Técnico/a): em 13 de Maio (com 59 participantes), 20 de Maio (51) e 28 de Julho de 2020 (34).

Vale a pena citar a parte teórico-ideológica do Documento aprovado nessas reuniões, pela sua importância estratégica, uma vez que nela se apresenta o conceito e se faz a distinção do de Governação Integrada, que se tornou, a certa altura, o conceito de referência da Acção da SCML<sup>168</sup>:

“A Governança Local Partilhada e Participativa (ou, usando apenas as iniciais, GLPP) significa que a identificação e a resolução dos problemas e necessidades das Comunidades não são tarefas apenas do Estado, ou que ficam dependentes das capacidades e dos recursos (quando os há...) de cada um/a para seu lado (indivíduos, famílias, empresas, associações...), entregues a si próprios/as, mas que passam a ser repartidas entre todos e todas, de forma organizada e, portanto, uma responsabilidade conjunta de todos os/as protagonistas da Sociedade

Pode portanto definir-se como um processo de co-responsabilização e co-gestão (ou regulação conjunta) de problemas e soluções, envolvendo, com igual empenhamento e sentido de responsabilidade, a Comunidade (individualmente e através das suas associações, colectividades e grupos informais), as autoridades públicas (autarquias locais e serviços públicos locais de acção social, educação, emprego, saúde, segurança...), as instituições particulares e as empresas presentes no Território.

Para explicar melhor o seu sentido, cada uma das palavras utilizadas tem um significado próprio, que devem depois ser entendidas no seu conjunto:

- **É Governança**, e não Governação, porque a resolução dos problemas das Comunidades deixa de ser “monopólio” do Estado (Central ou Local), **para passar a ser conjunta, envolvendo vários protagonistas da Sociedade**, sendo que a palavra “Governação” se aplica, normalmente, só à “acção do Governo” ou, por extensão, à “acção do Estado”, sentido que aqui é abandonado, porque a “acção do Estado” passa a ser completada com a “acção conjunta de todos e todas”, como é explicado mais em pormenor pelas palavras seguintes;
- **É Local**, porque, neste caso, se aplica a Territórios de base local: começa nos Bairros, como partes das freguesias, para se constituírem como componentes do concelho, que, neste caso, é a Cidade-Lisboa, sendo o sentimento de Comunidade naqueles a base fundamental de uma construção de uma Cidade mais justa, democrática e sustentável;
- **É Partilhada**, porque pretende envolver, em Parceria, as instituições, públicas (as autarquias locais e os serviços públicos desconcentrados no local, como referidos anteriormente) e privadas (organizações da Economia Social e Solidária e empresas), que intervêm no Território, mobilizando a sua co-responsabilização, a favor do Bem-Estar das Comunidades;
- **É Participativa**, porque assenta no envolvimento activo e, portanto, na Participação da Comunidade, quer como Cidadãos e Cidadãs individuais, quer como colectivos organizados (associações de moradores e de pais, colectividades locais, grupos informais...), **sendo esta a componente mais importante e decisiva deste novo modelo, porque é a**

**que traduz e reforça a sua base de Democracia e Cidadania Participativa, com a possibilidade de responsabilização e autonomização de todos os Cidadãos e Cidadãs.**

Sublinhe-se que este modelo é diferente do que é designado por Governação Integrada.

Antes de mais, pelo uso preferencial da palavra “Governação” (pelas razões explicadas antes), mas sobretudo pelo (único) relevo dado à característica de “Integrado”. Embora esta seja importante, por chamar a atenção para a importância de ver e resolver todos os problemas e todas as suas dimensões em conjunto, na verdade esse modelo não mobiliza nem valoriza a componente Participativa (central no modelo aqui proposto, como se referiu), nem refere, de forma clara a dimensão da Parceria.

É, por isto, um modelo que assenta sobretudo no papel dos Técnicos e Técnicas, negligenciando o papel fundamental da Participação das Comunidades, tendendo, portanto, para uma perspectiva tecnocrática de Integração de sectores de intervenção, mas desvalorizando o **objectivo democrático** (resultante da Participação). Ora, como já se disse, **o qualificativo “Participativa” é o mais importante da designação utilizada, porque é o que se refere ao envolvimento das Comunidades Locais.**”<sup>169</sup>

Os principais resultados já alcançados são os seguintes:

- Participação de membros designados do Departamento de Desenvolvimento Local da CML e do Gabinete da Vereadora Paula Marques e da própria Vereado-

ra nas reuniões dos GC, o que já ocorreu em várias destas, por diversas vezes, nos GC4C, GCAB, GCAL, GCA, GCC, GCF, GCFC, GCGA, GCL-S, GCO-PN, ACVC e Rede L&M<sup>170</sup>. O objectivo e o compromisso é que em todas as reuniões de todos os GC haja sempre a presença e o acompanhamento de um representante da CML-DDL e, pelo menos uma vez por ano, da Vereadora, para concretizar, nos momentos de reflexão, construção e acção dos GC, o desafio da co-gestão.

- Co-responsabilização dos GC na emissão de pareceres (e, no futuro, nas decisões) sobre a atribuição de espaços municipais não residenciais (vulgo lojas) nos seus bairros;
- Criação de um Grupo de Trabalho sobre Ocupações e Desocupações (GOD), constituído por Moradores/as, representantes dos Grupos Comunitários dos bairros onde existam mais situações de ocupações ilegais de fogos municipais, para discutirem e apresentarem uma proposta de resolução, com Justiça, Dignidade e Equidade (e não apenas com Legalidade), dessas situações, para decisão nas estruturas democráticas da CML;
- Atribuição, a cada GC, de um “espaço-âncora”, pela CML-DHDL, para “sede” das suas actividades comunitárias e para benefício da Comunidade (proposta aprovada, por unanimidade, no Executivo da CML), em condições muito favoráveis (sem custos de arranjos iniciais: renda e despesas de água e electricidade), no fundo como se tratasse de um “Baldio Urbano”, no sentido de um Espaço Comunitário, gerido pelos GC, em nome da Comunidade, sendo os GC estruturas informais, o que é notável e inovador<sup>171</sup>;

- (Como efeito lateral) Aprovação, pela CML (em parceria com a SCML), sob o forte impulso, e acompanhamento da CML-DHDL, de um Projecto (“Mudar de Vida”), envolvendo 13 Famílias de etnia cigana, que foram despejadas em Janeiro-Março de 2020, para, até 31 de Dezembro de 2022, atingirem objectivos de integração social e de Bem-Estar, negociações com elas, nas áreas da Educação, Emprego e Empreendedorismo, Habitação, Igualdade de Género, Saúde e Autonomização, com o contributo dos GC dos territórios associados.

Acrescente-se que esta Parceria entre os GC e a CML-DHDL, que dá fundamento e substância à GLPP, ou seja, a uma dinâmica de co-gestão de algumas problemáticas e desafios da Cidade de Lisboa, foi antecedida, como já se referiu, pelo trabalho notável conjunto entre a PIC e a CML-DHURS e tem tido eco no interesse de outros departamentos da CML em se associarem ou, pelo menos, acompanharem este processo, como tem sido o caso do Departamento dos Direitos Sociais e da Direcção Municipal da Cultura.

Foi também essa, no fundo, a filosofia do trabalho extraordinário de cooperação que o Ministério da Saúde solicitou ao GCGA, através da Unidade de Saúde Pública de Lisboa-Norte Dr. Francisco George, em Maio-Junho de 2020, com o envolvimento do Serviço de Protecção Civil, da CML, para levantamento de situações das “vilas” das Galinheiras, organização de rastreios e acompanhamento e apoio às Pessoas infectadas com a COVID-19 e suas Famílias<sup>172</sup>.

## 7. Algumas reflexões finais

Como notas de síntese finais, proponho as seguintes:

- A eventual distinção entre os conceitos de Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento Local pode ou não fazer sentido, dependendo do tempo histórico, dos contextos geográfico-culturais, das fundamentações e acolhimentos acadêmico-científicos, dos quadros político-institucionais e dos protagonistas principais e das percepções e sentimentos dominantes;
- No caso português, podemos considerar três períodos: os anos de 1960 e inícios de 1970 (até ao 25 de Abril de 1974), em que o Desenvolvimento Comunitário entra em Portugal e se afirma, sobretudo em meios rurais; os anos de 1980, em que começa por prevalecer o Desenvolvimento Local, também inicialmente sobretudo em meios rurais, mas depois alargando-se aos meios urbanos, mais ligado à criação de Grupos Comunitários, o que permitiu recuperar, aos poucos, a designação de Desenvolvimento Comunitário; e os últimos 10-13, em que se verifica um certo ressurgimento, mas também renovação das dinâmicas associadas aos processos de Desenvolvimento Local, ligados às redes da ANIMAR e da Federação “Minha Terra”, mas sobretudo aos Grupos Comunitários da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e, por isso, ao Desenvolvimento Comunitário;
- O que significa que Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento Local têm sido, no essencial, sinónimos em Portugal, embora associados, cada um, a experiências e tempos históricos muito próprios;
- O Desenvolvimento Comunitário chegou a Portugal,

sobretudo por influência da ONU e de comunidades religiosas alternativas do Brasil, enquanto que o Desenvolvimento Local beneficiou sobretudo de influências da União Europeia e de financiamentos e programas com essa origem;

- No caso português, o Desenvolvimento Local teve mais acolhimento académico-científico visível, talvez pelas áreas que o enquadraram, do que o Desenvolvimento Comunitário, mas também houve bastantes reflexões sobre este, sobretudo nas áreas do Serviço Social;
- Nos vários períodos, estas dinâmicas tiveram apoios e acolhimentos institucionais, por parte do Estado (Central e Local), bastante positivos, embora, no caso do Desenvolvimento Comunitário, nos inícios dos anos de 1970, se tenha verificado algumas desconfianças e retraimentos, por parte do regime anterior ao 25 de Abril de 1974;
- Nos finais dos anos de 1990 e inícios do século XXI, os projectos e as associações de Desenvolvimento Local, sobretudo dos meios rurais, beneficiaram de uma certa proximidade com os sistemas as de poder político, o que se implicou um certo afastamento do seu carácter inicial de rebeldia e alternativa;
- Nos últimos anos, os Grupos Comunitários da AML, em particular de Lisboa, têm revelado dinâmicas muito interessantes e inovadoras, protagonizando inclusive, com a CML, processos de co-gestão da Cidade, ou seja, de **Governança Local Partilhada e Participativa**, no que se refere a alguns dos seus problemas e desafios.

Em geral, pode-se dizer que o Desenvolvimento Comunitário e Local em Portugal desempenhou um papel muito importante:

- Na resistência e na reacção ao abandono e à desvalorização de várias zonas rurais, desvitalizadas pelas lógicas do capitalismo e da globalização a ele associada;
- Na luta contra a pobreza e a exclusão social em muitas zonas do Interior e bairros sociais estigmatizados de Portugal;
- Na revitalização de actividades económicas e na promoção do emprego e do empreendedorismo, em muitas dessas zonas;
- Na promoção de efectivo Des-envolvimento, Bem-Estar e Bem Viver de muitas Comunidades;
- Na revitalização da Democracia, sobretudo da Democracia Participativa e de Proximidade;
- Na reabilitação e no reforço de identidades culturais, em vias de destruição, por causa da globalização dominante;
- Numa maior sensibilidade, nas Comunidades envolvidas, para as questões e os desafios ambientais;
- Na abertura de novas esperanças e caminhos para uma Sociedade mais Digna e Sustentável, assente numa Cidadania Activa e Responsável.

**POST SCRIPTUM** - Na parte final do caminho e aventura que foi escrever este texto, mais precisamente no dia 2 de Setembro de 2021, tomei conhecimento do falecimento de Acácio Catarino, um Homem Bom, dedicado plenamente ao Bem Comum, um Amigo, a quem muito devo, em múltiplos aspectos, com quem muito aprendi e a quem o Desenvolvimento Comunitário e o Desenvolvimento Local em Portugal muito devem. Originário da Benedita, esteve ligado ao início do Desenvolvimento Comunitário em Portugal, nos anos de 1960, foi depois graças a ele que coordenei o primeiro estudo realizado em Portugal sobre Iniciativas de Desenvolvimento Local e foi ainda graças ao seu apoio e incentivo e do IEFP, a que, nessa altura, presidia, que surgiu o sonho e a concretização da MANIFesta do Desenvolvimento Local, em 1994, conforme refiro neste texto. Tive também a honra e o privilégio de o acolher numa das primeiras reuniões do primeiro Grupo Comunitário criado, em 1993, em Portugal, no Bairro do Padre Cruz.

**A ELE, À SUA MEMÓRIA E À SUA OBRA E HERANÇA DEDICO ESTE TEXTO ! BEM HAJA, ACÁCIO CATARINO, POR TUDO O QUE FEZ E NOS DEIXOU!**

## NOTAS

- <sup>1</sup> Professor Associado do Departamento de Economia Política, da Escola de Ciências Sociais e Humanas, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa - rogerio.amaro@iscte-iul.pt.
- <sup>2</sup> Por opção, este texto está escrito segundo as regras do Antigo Acordo Ortográfico.
- <sup>3</sup> Todos estes cinco primeiros continuam a existir, embora, em alguns casos (2), com alterações de territórios, devido aos processos urbanísticos provocados pelos realojamentos dos finais dos anos 1990 e inícios de 2000.
- <sup>4</sup> Como veremos, só 9 são Grupos Comunitários plenos, ou seja, na verdadeira acepção da palavra, como se explicará no ponto 5.
- <sup>5</sup> E também da Economia Solidária, de que igualmente falarei neste texto, nas suas ligações ao Desenvolvimento Comunitário/Local.
- <sup>6</sup> Em alguns autores também aparecem outras expressões, como sendo equivalentes ou alternativas, tais como “Desenvolvimento Territorial”, “Desenvolvimento Endógeno”... Adiante farei algumas referências nomeadamente a estas duas, mais habituais. Refira-se ainda que, nos inícios, como mencionarei mais adiante neste ponto, foram muito utilizadas outras designações, como “Desenvolvimento de Comunidade” (sobretudo na América Latina) e “Organização de Comunidade” (de “Community Organizing”, sobretudo nos Estados Unidos da América).
- <sup>7</sup> Cito, a título de exemplo, para três épocas diferentes: Montoya, Aquiles (1998). Desarrollo local o desarrollo comunitário? *Realidad: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 61, pp. 45-55; Fragoso, António (2005a). Desenvolvimento participativo: Uma sugestão de reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), pp.23-51; e Matarrita-Cascante, David, Lee, Jae Ho & Nam, Ji Won (2020). What elements should be present in any community development initiative? Distinguishing community development from local development. *Local Development & Society*, DOI: 10.1080/26883597.2020.1829986, 21 páginas.
- <sup>8</sup> Um marco de referência pode ser considerada a publicação, em 2009, do chamado “Relatório Barca”, ou seja, a proposta de uma reformulação das políticas de Coesão Social da União Europeia, da responsabilidade do economista Fabrizio Barca - cf. Barca, Fabrizio (2009). *An Agenda for a reformed cohesion policy: A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*. Brussels: Ed EC, 244 páginas.
- <sup>9</sup> Ezequiel Ander-Egg, nas referências históricas que faz a estas primeiras experiências (Ander-Egg, Ezequiel (1986). *Metodología y práctica del Desarrollo de la comunidad*. México: Ateneo - consultado em [libroanderegg-5.blogspot.com](http://libroanderegg-5.blogspot.com)), utiliza duas vezes a palavra “cooperação” e uma vez a de “colaboração”, mas claramente com o mesmo significado. Actualmente, há quem proclame ou assumam que “colaboração” (expressão que está na moda, sobretudo no adjectivo derivado “colaborativo”, que classifica tudo e mais alguma coisa...) é uma acção solidária ou de entreatada mais avançada e profunda do que “cooperação” (cf., por exemplo: Marques, Rui (2017). *Problemas sociais complexos e governação integrada*. ISEG: Lisboa, tese de doutoramento, volume I, 699 páginas, pp. 123-155, em particular 126 e 127; Keast, Robyn Leigh (2011). *Joined-up governance in Australia: How the past can inform the future*. *International Journal of Public Administration*, 34, pp. 221-231; Schulman, Sarah (2010). *Better Together? A Comparative Study of Joined-Up Practice and Youth in England and New Zealand* [Em linha], PhD Thesis, Oxford University, Oxford. Disponível em: <http://cdn1.inwithforward.com/documents/Better-Together-Sarah-Schulman-PhD-thesis.pdf?mtime=20140922180539> - citado por Marques - 2017: 127). Trata-se de uma proposta conceptual, no mínimo, discutível e historicamente incorrecta, que não é o tema deste texto e que discutirei e contrariarei noutra oportunidade.
- <sup>10</sup> Cf., por exemplo, Ander-Egg (1986: cap. II) e Estivill, Jordi (2020). Do passado ao futuro: os desafios atuais do Desenvolvimento Comunitário. *Cadernos Técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, “Desenvolvimento Comunitário”*, n.º 04, abril, pp. 8 e 9.
- <sup>11</sup> Para esse efeito, ver, por exemplo, entre muitos outros: Ander-Egg (1986: cap. II); Burbano, Arizaldo (2011). *Apuntes sobre Desarrollo Comunitario*. Málaga: Universidad de Málaga, eumed.net (edição digital), 75 páginas, pp. 35-56; Diez, Esther Raya (s.d.). *Modelos de Intervención en Trabajo Social Comunitario*. Texto de apoio ao módulo 3 do curso “Trabajo Social Comunitario”, 30 páginas, pp. 8-25; Estivill (2020); Hernández, Esperanza Gómez (2008). *Geopolítica del Desarrollo Comunitario: Reflexiones para Trabajo Social, Ra Ximhai* (Universidad Autónoma Indígena de México), vol. 4, n.º 3, setembro-dezembro, pp. 519-542; Porzecanski, Teresa (1983). *Desarrollo de comunidades y subculturas*. Buenos Aires: Humanitas, 44 páginas; Vico, Andrés del Moral (1991). *El desarrollo comunitario en la obra de los teóricos más representativos*. *Revista Interuniversitaria*, 3 (3), pp. 149-161.
- <sup>12</sup> Ou “Anjo dos Mineiros”.
- <sup>13</sup> Foi também a primeira Mulher Americana a ser galardoada com o Prémio Nobel da Paz, em 1931.
- <sup>14</sup> Para todas estas referências, ver em particular: CCESL (2014). *Community Organizing Handbook*. Denver: CCESL - Center for Community Engagement & Service Learning, University of Denver, 3rd Edition, 59 páginas, pp. 39-42; e também Alinsky, Saul David (1989). *Rules for Radicals - A Practical Primer for Realistic Radicals*. New York: Vintage Books Edition (2.ª ed.), 196 páginas, pp. 3-23.
- <sup>15</sup> Ver, por exemplo: Andrew, John A. (1998). *Lyndon Johnson and the Great Society*. Chicago: I. R. Dee, 211 páginas; Milkis, Sidney M. & Mileur, Jerome M. (Eds.) (2005). *The Great Society and the High Tide of Liberalism*. Amherst: University of Massachusetts Press, 490 páginas.
- <sup>16</sup> Ver, por exemplo: British Information Services (1962). *Community Development: The British Contribution*. London and

- Southampton: Trade Union Labor and Cox & Sharland Ltd, 38 páginas; Holford, John (1988). Mass education and community development in the British colonies, 1940-1960: A study in the politics of community education, *International Journal of Lifelong Education*, 7 (3), 163-183 (consultar em: <http://dx.doi.org/10.1080/0260137880070302>); Whitehead, Clive (2007) The Concept of British Education Policy in the Colonies 1850–1960. *Journal of Educational Administration and History*, 39 (2), 161-173 (consultar em: <http://dx.doi.org/10.1080/00220620701342296>).
- <sup>17</sup> Cf. Ander-Egg (1986: cap. II): “La India ha sido el país en el que ha sido mayor el empeño sistemático para promover el proceso de desarrollo de la comunidad a escala nacional. Iniciado en 1952 en 55 zonas de proyectos experimentales que abarcaban 25.264 aldeas y alrededor de 16.400 habitantes, en 1963 abarcaba todo el país.”
- <sup>18</sup> Cf. Ander-Egg (1986: cap. II). Ver também Diez (s.d.): “El término desarrollo de la comunidad fue puesto en circulación en 1942 por la Oficina de Colonias Británica, para designar el programa de acción social que desarrollaban en sus colonias.”
- <sup>19</sup> Cf., por exemplo: Ander-Egg (1986: cap. II); Diez (s.d.: 9-11); Estivill (2020: 11); Hernández (2008: 524-525).
- <sup>20</sup> Cf. “Declaración a los pueblos de América y Carta de Punta del Este. (Alianza para el Progreso)” - Agosto de 1961 (in [memoriapoliticademexico.org](http://memoriapoliticademexico.org)). Ver também, por exemplo, Hernández (2008: 523).
- <sup>21</sup> Obviamente que o interesse dos Estados Unidos, mais do que o desenvolvimento dos povos latino-americanos, era criar condições para evitar a “tentação comunista” desses países. Cf., a este propósito: Ammann, Safira Bezerra (1980). *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 176 páginas, pp. 29-37.
- <sup>22</sup> Ver, em particular: Ander-Egg (1986: caps. II, III, IV e V); Burbano (2011: 35-56); Hernández (2008: 531-535); e Vico (1991). Sobre as várias influências, ver também, por exemplo: Amaro, Rogério Roque (2018a). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, pp. 75-111 (33 páginas, na versão electrónica), pp. 16-17; Carmo, Hermano (coord.) (2015). *Desenvolvimento comunitário*. Lisboa: ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 323 páginas, pp. 76-93; Frago, António (2005a: 26-28); e Marcelino, Andreia (2016). *O desenvolvimento local e o buen vivir como alternativas para um “outro” desenvolvimento*. Lisboa: ISCTE-IUL, Dissertação de Mestrado. (Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/12654>](http://hdl.handle.net/10071/12654)), 105 páginas, pp. 25-41.
- <sup>23</sup> Ver, por exemplo: Amaro, Rogério Roque (2001). O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In VVAA (2001), *Desenvolver (Des) Envolvendo. Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*. Messejana: ESDIME, pp. 155-169; Amaro, Rogério Roque (2009). Desenvolvimento local. In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 112-113). Coimbra: Almedina & CES, 345 páginas, pp. 108-113; Frago (2005a: 28-29); Stöhr, Walter (1990). *Global Challenge and Local Response – Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe*. London, New York: Mansell and The United Nations University. 472 páginas.
- <sup>24</sup> Propus e utilizei pela primeira vez esta expressão, na comunicação que apresentei no II Encontro dos Economistas de Língua Portuguesa, em 1995, no Rio de Janeiro: Amaro, Rogério Roque (1996). O Desenvolvimento Local — um caminho para a Sociedade Providência?. *Actas do II Encontro dos Economistas de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cf. também Amaro (2009: 112). Cf. também Robertson, Roland (1995). Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity. In Featherstone, Mike, Lash, Scott & Robertson, Roland (eds.), *Global Modernities*. London: Sage Publications, pp. 25-44, citado por Frago, António (2005b). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, 5, pp. 63-83, p. 77.
- <sup>25</sup> Cf., por exemplo, Touraine, Alain (1984). *Le Retour de l'acteur: Essai de sociologie*. Paris: Fayard, 348 páginas.
- <sup>26</sup> Cf., nesse período, em particular: Arocena, José (1986). *Le Développement par L'Initiative Locale - Le Cas Français*. Paris: L'Harmattan. 227 páginas; Barquero, António Vásquez (1988). *Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo*. Madrid: Ed. Pirámide. 160 páginas; Henriques, José Manuel (1990). *Municípios e Desenvolvimento*. Lisboa: Escher, 201 páginas (este livro apresenta a primeira tese de Mestrado realizada em Portugal sobre Desenvolvimento Local); Pecqueur, Bernard (1989). *Le Développement Local: mode ou modèle?*. Paris: Syros. 149 páginas; Stöhr, Walter & Taylor, Fraser (ed.) (1981). *Development From Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. Chichester: Wiley, 488 páginas; Stöhr (1990); Vachon, Bernard (1994). *Le Développement Local - Théorie et pratique - Réintroduire l'humain dans la logique de développement*. Boucherville: Gaëtan Morin Editeur. 331 páginas.
- <sup>27</sup> Nomeadamente na OCDE (com o seu Programa ILE - “Iniciativas Locais de Emprego”, substituído, em 1993 pelo LEED - “Local Employment and Economic Development”) e na União Europeia, em particular com os Programas Europeus de Luta contra a Pobreza, especialmente no segundo (1985-1989) e no terceiro (1989-1994), e os Programas ILE (Iniciativas Locais de Emprego), LEADER (“Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural”), LEDA (“Local Economic Development Agencies”), ERGO (Programa de Acção Comunitária a favor dos Desempregados de Longa Duração) e ILDE (“Iniciativas Locais de Desenvolvimento e Emprego”) e depois nos Conselhos Europeus

- de Corfu (Grécia - Junho de 1994), Essen (Alemanha - Dezembro de 1994), Florença (Itália - Junho de 1996) e Dublin (República da Irlanda - Dezembro de 1996). Cf., por exemplo: OCDE (2000). *Développement local et création d'emplois. L'Observateur OCDE - Synthèses*, février, 11 páginas; Commission Européenne (1994). *Croissance, Compétitivité et Emploi - Les défis et les pistes pour entrer dans le XXIe. siècle - Livre Blanc*. Bruxelles - Luxembourg: CECA-CE-CEEA, 184 páginas; Gardin, Laurent & Laville, Jean-Louis (2000). *Les initiatives locales en Europe. Travail et Emploi*, n.º 81, janvier, pp. 53-66.
- <sup>28</sup> Cf., por exemplo: Amaro (2018a: 16); Bastos, Maria Inês (2014). *Governança partilhada em contextos de desenvolvimento local: o caso CLIP - Recursos e Desenvolvimento*. Lisboa: ISCTE-IUL, Dissertação de Mestrado (Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/8847>](http://hdl.handle.net/10071/8847)), 89 páginas, pp. 13-22; Carmo (2015: 82-84); Fragoso (2005a: 28-32); Fragoso (2005b: 63-83); e Hernández (2008: 527-529).
- <sup>29</sup> Cf. também: Amaro (2018a: 16-17); Amaro, Rogério Roque (2018b). *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento, 175 páginas, pp. 21-22; Fragoso (2005a: 28-32); Seller, Enrique Pastor (2015). *Social Work and Local Community Development in the 21st. century. ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura*, Vol. 191-771, entro-febrero, 17 páginas.
- <sup>30</sup> Cf., por exemplo: Amaro, Rogério Roque (2003). *Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 4, 33 páginas, pp. 17-18; Amaro (2009: 108-111); e Amaro (2018a: 16-17). Dessa “fileira” também faz parte o conceito de Desenvolvimento Participativo (cf. Amaro, 2003: 17-18; Amaro, 2018a: 17-17; e Fragoso, 2005a: 34-44).
- <sup>31</sup> Esta designação, não exactamente associada aos conceitos aqui analisados, foi proposta, pela primeira vez em Korten, David C. (1984). “Strategic Organization for People-Centered Development”. *Public Administration Review* (july - august). Business Source Complete. EBSCO. 44 (4): 341–352. Este autor opunha esta perspectiva do Desenvolvimento à dominante até então, que se pode designar por “growth-centred”.
- <sup>32</sup> É nomeadamente o caso de Hernández (2008: 527), que afirma taxativamente que “*El desarrollo comunitario y el desarrollo local comparten algunos elementos comunes, ello no significa que el desarrollo local sea una continuidad del desarrollo comunitario (...) No obstante, el desarrollo comunitario y el desarrollo local presentan unas particularidades que hace imposible juntarlas en sus propósitos y metodología*”.
- <sup>33</sup> Ver, a este propósito, por exemplo, Vico (1991), que, na sua análise, faz uma separação entre os teóricos da América Latina (pp. 150-154) e os da Europa (pp. 154-158), distinguindo ainda os de Espanha (pp. 159-160).
- <sup>34</sup> Como eu próprio pude constatar por várias ocasiões, nomeadamente em encontros e conferências, quando “ousava” falar de Desenvolvimento Comunitário... em vez de Desenvolvimento Local, como por exemplo, mais recentemente, num Encontro sobre as “Tables de Quartier”, realizado em Paris, em 25 de Novembro de 2017.
- <sup>35</sup> Basta ver os títulos ou os capítulos (a negrito) de algumas das referências bibliográficas já assinaladas. Ver, por exemplo: Ander-Egg (1986: Capítulo II - “Breve referencia histórica sobre el trabajo comunitario como método y programa de la **intervención social**”); Burbano (2011: ponto 4. “**Trabajo social comunitario**”, pp. 57-67); Carmo (2015: ponto 1.3. “A organização comunitária e o **Serviço Social** de Comunidades”, pp. 73-75); Díez (s.d.). *Modelos de Intervención en Trabajo Social* Comunitario; Hernández (2008: ponto 3, “**Reflexiones para Trabajo Social**”, pp. 535-540); Ver também: Bonfiglio, Giovanni (1982). *Desarrollo de la Comunidad y Trabajo Social - Ensayo, Bibliografía*. Lima: Celats Ediciones, 269 páginas; Dieguez, Alberto & Guardiola Albert, Maria (1998). *Reflexiones sobre el concepto de*
- Comunidad. De lo comunitario a lo local. De lo local, a la mancomunidad, 17 páginas (in [www.ts.ucr.ac.cr](http://www.ts.ucr.ac.cr)) - (“**Promoción Social Comunitaria en el área Local**”, pp. 11-15); Carmo, Hermano (2001). A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de **intervenção social**. In *Actas da 1.ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental*. Lisboa: ISPA, 28 páginas (ponto 1. “Desenvolvimento comunitário e **intervenção social**”, pp. 2-7).
- <sup>36</sup> A título exemplificativo, dos sete autores referenciados, na nota 26, para o conceito de Desenvolvimento Local, entre licenciaturas, mestrados e doutoramentos: um tem formação em Ciência Política (Bernard Pecqueur); quatro em Economia (Antonio Vázquez Barquero, Bernard Pecqueur, José Manuel Henriques e Walter Benjamin Stöhr); um em Estudos Ambientais (Fraser Taylor); um em Filosofia (José Arocena); dois em Geografia (Bernard Vachon e Fraser Taylor); três em Planeamento Regional (Bernard Vachon, José Manuel Henriques e Walter Benjamin Stöhr); um em Relações Internacionais (Fraser Taylor); e um em Sociologia (José Arocena).
- <sup>37</sup> Embora eu não consiga indicar uma citação para este efeito, a minha longa vida académica de 47 anos (desde 1974), passando pela minha instituição desde o início (ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa), onde leccionei, em vários anos lectivos, na licenciatura e em Mestrados em Sociologia, além de todas aquelas, relevantes para este propósito, em que leccionei, em alguns casos durante vários anos, como, por exemplo, a Universidade de Évora e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (em ambos os casos, em Mestrados em Sociologia, durante cerca de 10 anos), por um lado, e o ISSSL - Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, o ISSSP - Instituto Superior de Serviço Social do Porto, o ISSSC - Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra (inserido no ISBB - Instituto Superior Bissaya Barreto) e o ISMT - Instituto Superior Miguel Torga, de Coimbra (em todos eles eu prestei serviços

ou contributos lectivos, nas licenciaturas e Mestrados em Serviço Social, durante vários anos), por outro lado, tudo isto me permitiu comprovar e dar aqui o testemunho da desvalorização e até, por vezes, da desvalorização e desprezo com que alguns/algumas Sociólogos/as encaravam e avaliavam os/as Assistentes Sociais, considerando-os/as mais “operacionais” do que “cientistas”... Interessante, desse ponto de vista, são os percursos que eu pude testemunhar e entender das minhas Colegas e Amigas, Isabel Guerra e Isabel Vieira, ambas Assistentes Sociais, que depois se tornaram também, académica e profissionalmente, Sociólogos. Muito curiosas as reflexões que, a este propósito, são apresentadas em Almeida, Maria Suzana de (1967). Serviço Social e Sociologia: relações mútuas. In *Análise Social*, Vol. V (n.º 17), pp. 104-107. Distingue a Sociologia, como **ciência social** que “propõe-se estudar, por um método rigoroso - científico - os fenómenos sociais” do Serviço Social, como “uma **técnica** que visa a adaptação do homem à sociedade e dos quadros sociais às necessidades do homem” (p. 104, os sublinhados são meus).

<sup>38</sup> Curiosamente, um dos autores mais referenciados na abordagem do Desenvolvimento Comunitário, Ezequiel Ander-Egg, ele próprio o define, escrevendo que “*Se trata de una técnica o práctica social*” (Ander-Egg, 1986: 69), ou ainda que “*Considerando como método de actuación sobre la realidad, el desarrollo de la comunidad es una forma de intervención social. No es una ciencia, ni una filosofía: está en el plano de la práctica social. Consecuentemente, es una tecnología social*”, in Ander-Egg, Ezequiel (2005). *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidad*. 2a. Edición, Buenos Aires: Editorial Lumen Hymantitas, 144, páginas, p. 84.

<sup>39</sup> Ver, por exemplo: Frago (2005a); Matarrita-Cascante, Lee & Nam (2020) e Montoya (1998).

<sup>40</sup> Ver notas 14 e 15. Cf. também Matarrita-Cascante, David & Brennan, Mark A. (2012). Conceptualizing community

development in the twenty-first century. *Community Development*, 43 (3), 293-305, DOI: 10.1080/15575330.2011.593267 (pp. 297-300).

<sup>41</sup> Como se evidenciará nos pontos 3 e 5. Ver, em particular Bastos (2014: 13-21): “É assim visível, através dos posicionamentos descritos, que existem diferentes formas de perspetivar o Desenvolvimento Local: uma mais ligada a políticas públicas de facilitação da ação comunitária e territorial (Desenvolvimento Regional Endógeno), e outra mais associada a dinâmicas exclusivamente de origem comunitária que apelam ao envolvimento dos serviços públicos locais e autarquias, através de processos de parceria. (Desenvolvimento assente em Estratégias Comunitárias de Base)” (p.20).

<sup>42</sup> Zárate, Mireya (2007). “Desarrollo Comunitario”, in Serrano, Ricardo et al. *Modelo de desarrollo humano comunitario. Sistematización de 20 años de trabajo comunitario*. México, DF: Plaza y Valdés Editores, 424 páginas (p. 198). Ver também: Burbano (2011: 35-56); Marchioni, Marco (coord.) (2001). *Comunidad y cambio social. Teoría y praxis de la acción comunitaria*. Madrid: Editorial Popular, 288 páginas; e Vico (1991).

<sup>43</sup> Ver, por exemplo, Barquero (1988), Pecqueur (1989) e Stöhr (1990).

<sup>44</sup> É curioso que, em Zygmunt Bauman, encontrei uma afirmação que parece confirmar o que refiro, ao dizer que a Comunidade é um “*lugar cálido, un lugar cómodo y acogedor. Es como un techo bajo el cual nos abrigamos de la lluvia pesada, como un hogar delante del cual calentamos las manos en un día helado*”. Cf. Bauman, Zygmunt (2006). *Comunidad: en busca de seguridad en un mundo hostil*. Madrid, Siglo XXI de España Editores, 188 páginas, p. V.

<sup>45</sup> “*En realidad, el desarrollo de la comunidad ha sido definido de modos distintos de acuerdo a la agencia promotora, y ha tomado características propias según el contexto de su aplicación*” (Bonfiglio, 1982:18).

<sup>46</sup> Como se verá nos pontos a seguir.

<sup>47</sup> Ver, por exemplo: Ferreira, Bárbara e Amaro, Rogério Roque (2021). The Community Groups of Lisboa as “Commons”, artigo à espera de publicação, 38 páginas; Amaro, Rogério Roque (2018c). Nota Editorial da Revista de Economia Solidária, n.º 12, sobre o tema “*A Economia Solidária e os Comuns Materiais – o caso específico da Moeda*”, pp. 7-11.

<sup>48</sup> Retomo aqui o que escrevi em Amaro (2009: 111) e Amaro (2018b: 21-22). Alguns Colegas têm-me criticado pessoalmente (nunca o escreveram, que eu saiba...), dizendo que esta definição não representa um conceito, mas antes um constructo (entendido como um modelo idealizado, a partir da observação, com o objectivo de a enquadrar teoricamente, ou seja, como uma utopia desejada e não uma realidade sistematizada). Na minha opinião, essa crítica só é possível porque não conhecem directamente a realidade, porque esta definição é a expressão descritivo-analítica de uma realidade sonhada e construída de facto, por actores e actrizes concretos/as, ilustrando conceptualmente uma Utopia em Acção (já agora, nome de um programa de rádio que, desde há dois anos, eu e a Bárbara Ferreira, minha Companheira destas aventuras e descobertas, realizamos na Rádio Movimento, uma rádio local, que emite pela Web, quizenalmete, às sextas-feiras, sobre Desenvolvimento Comunitário e Economia Solidária).

<sup>49</sup> Ver, por exemplo, Carmo (2015: 78).

<sup>50</sup> Houve dificuldades em aceder a alguns dos documentos originais, mas o essencial das ideias e dos contributos pode-se encontrar, por exemplo, em: Burbano (2011: 37-41); Carmo (2015: 78); Hernández (2008: 521-525); Silva, Maria Manuela da (1962). *Desenvolvimento Comunitário — Uma Técnica de Progresso Social*. A.I.P. - Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, 139 páginas; Sousa, Alfredo de (1963a). O Desenvolvimento Comunitário – um método viável na Europa?. *Análise Social*, vol. I (n.º 1), 113-118; United Nations Secretariat (1957). *Community Development*

- and Related Services*. Geneva: Department of Economic and Social Affairs, 8 páginas.
- <sup>51</sup> Como refere Alfredo de Sousa (Sousa, 1963a: 116), “No final do Ciclo de Estudos foi expressa a convicção de que o D. C. constitui o ‘método democrático por excelência que assegura a participação dos cidadãos, estimula o seu sentido de responsabilidade e de solidariedade nos actos da vida quotidiana’ “.
- <sup>52</sup> Tive o marcante privilégio de conhecer e de trabalhar na proximidade com ambos, infelizmente já falecidos, o primeiro em 1994 (n. 1931), a segunda em 2019 (n. 1932).
- <sup>53</sup> Silva, Maria Manuela da (1963). Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*, Vol. I (n.º 4), pp. 538-558; e Silva, Maria Manuela da (1964). Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal. *Análise Social*, Vol. II (n.º 7-8), pp. 498-510.
- <sup>54</sup> A Professora Manuela Silva contou-me que, apesar de ter sido uma das melhores Alunas da licenciatura em Economia no então ISCEF - Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (também conhecido, entre os Alunos, por “Ciências Alcoólicas e Bagaceiras”...), não foi admitida, após ter terminado o curso, como docente por... ser Mulher, tendo de se conformar com ir dar aulas para o curso de Serviço Social, “mais apropriado para Mulheres” (!), tarefa a que aliás se dedicou com grande dedicação e empenho e com resultados muito interessantes. Mais tarde seria aceite como docente no ISCEF.
- <sup>55</sup> E eu sempre senti, de certa maneira, o imperativo de dar continuidade à sua herança, até por ter trabalhado em vários projectos com ela.
- <sup>56</sup> Sousa (1963a) e Sousa, Alfredo de (1963b). A “preocupação económica” no Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*, Vol. I (n.º 3), pp. 464-468.
- <sup>57</sup> Sousa, Alfredo de (1963c). Organização e programas de Desenvolvimento Comunitário. *Estudos Políticos e Sociais I* (ISCSPU), 3, pp. 551-596; Sousa, Alfredo de (1964a). Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento Económico. *Estudos Políticos e Sociais II* (ISCSPU), 2, pp. 287-306; Sousa, Alfredo de (1964b). Desenvolvimento Comunitário em Angola. In VVAA (1963-1964). *Angola - Curso de extensão universitária*. Lisboa: ISCSPU, pp. 421-440.
- <sup>58</sup> Fui seu aluno, no ISCEF, no ano lectivo de 1971-1972, no meu 3.º ano da licenciatura em Economia, na disciplina de Teoria e Políticas de Desenvolvimento, depois seu colaborador, no Gabinete de Estudos Económicos do Banco Totta & Açores, entre 1972 e 1975, e ainda seu assistente, na Universidade Católica de Lisboa, entre 1974-1975 e 1976-1977, na disciplina de Economia do Desenvolvimento (entre outras) e em nenhuma dessas situações o ouvi falar em Desenvolvimento Comunitário, apesar de se abordar o tema “Desenvolvimento”...
- <sup>59</sup> Este Seminário Europeu foi considerado, na sua apresentação (ver Nota Introdutória dos Cadernos de Serviço Social referenciados a seguir, pp. 9-10), como o quarto de um “Ciclo de Estudos”, relacionados com o Desenvolvimento Comunitário, após o de Palermo, em 1958, sobre a questão das “regiões-problema” na Europa (ver acima), o de Bristol, em 1959, sobre as zonas urbanas (idem) e o de Atenas, em 1961, sobre a formação em Desenvolvimento Comunitário e a difusão e a divulgação dos seus princípios. Teve lugar entre 26 de Abril e 4 de Maio de 1962 e foi organizado pela U.C.I.S.S., em cooperação com o Sindicato Nacional das Profissionais do Serviço Social (a designação indicada na publicação é esta, que difere da que é indicada por Manuela Silva), o Departamento das Questões Sociais das Nações Unidas, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Fundação Calouste Gulbenkian, com o apoio do Ministério das Corporações e Previdência Social, o Ministério da Saúde e Assistência - Instituto de Assistência à Família, a Secretaria de Estado da Agricultura - Junta de Colonização Interna, o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo e a Câmara Municipal de Lisboa (alguns destes serviços públicos apoiaram depois o Projecto da Benedita).
- Contou com participantes de 9 países: Bélgica (15), Congo (4), Espanha (21), França (11), Holanda (1), Inglaterra (1), Itália (11), Portugal (31, entre os quais Alfredo de Sousa e Manuela Silva) e Uruguai (1).
- O conjunto das principais intervenções, onde avultam nomes de referência como o italiano E. Gastaldi, o belga J. Van Graaf e o holandês J. A. Ponsioen, foi publicado nesse mesmo ano e reveste-se de muito interesse, para os/as interessados/as nestes domínios: VVAA (1962). *Organização e Desenvolvimento Comunitário. Cadernos de Serviço Social (Boletim do Sindicato Nacional das Profissionais do Serviço Social) - Número especial*, 169 páginas.
- <sup>60</sup> Coutinho, Maria Manuela (1999). *A Assistência Social em Portugal*. Lisboa: Editora Vulgata (em representação da Associação Portuguesa de Segurança Social), 126 páginas (pp. 74-75).
- <sup>61</sup> Cujo director era o Prof. Francisco Pereira de Moura, o professor que mais me marcou no ISCEF e que era um economista também sensível ao desafio do Desenvolvimento Comunitário, que colaborou e interveio em várias das iniciativas dinamizadas por Manuela Silva, a propósito deste tema (como, por exemplo, no Seminário sobre “Desenvolvimento Comunitário - Problemática do Desenvolvimento do distrito de Leiria”, realizado em 21, 22 e 23 de Novembro de 1966, na Foz do Arelho, no concelho das Caldas da Rainha, em que interveio na Mesa redonda sobre “Como estruturar um Processo de Desenvolvimento Comunitário” - cf. “Actas, sínteses e avaliação do Seminário” - documento policopiado, sem data). A Professora Manuela Silva contou-me que, quando, após vir do curso em Paris sobre “Desenvolvimento Comunitário”, quis publicar e divulgar uma apresentação do conceito em Portugal, viu fecharem-se-lhe várias portas, tendo sido a amizade e a sensibilidade ao tema de Francisco Pereira de Moura que lhe permitiu publicar esse

estudo na coleção de Estudos de Economia Aplicada (do Centro de que ele era director) da Associação Industrial Portuguesa, o que explica a estranheza que muitos têm manifestado, pelo facto de ter sido uma associação empresarial a acolher esta publicação.

<sup>62</sup> Cf. Silva, Manuela (1965).

Experiência-piloto de Desenvolvimento Comunitário nas Freguesias de Bário e Benedita (concelho de Alcobça). In VVAA (1965). *Desenvolvimento Comunitário - Seminário de estudo sobre desenvolvimento comunitário e técnicas auxiliares de promoção social comunitária*. Lisboa: Ministério da Saúde e Assistência / IAF - Instituto de Assistência à Família (SPSC - Serviço de Promoção Social Comunitária), 248 páginas (p. 216).

Inicialmente o Projecto incidia sobre duas Freguesias do concelho de Alcobça (Bário e Benedita), mas acabou por se centrar apenas na segunda.

<sup>63</sup> E interessante referir que a autora acrescenta, neste ponto, que “o desenvolvimento comunitário encontrará certamente maiores perspectivas de êxito quando se insere em estruturas políticas de tipo mais democrático, entendida a expressão no sentido amplo de participação do povo nos diferentes níveis de Administração”, e ainda que “não se exclui, igualmente, a hipótese de que o desenvolvimento comunitário possa vir a ser um instrumento excelente para preparar uma transformação progressiva e orgânica das estruturas políticas existentes” (p. 31).

<sup>64</sup> Cf. Imperatori, Maria Justina (1984). *Desenvolvimento Local - Caminho possível para a criação dum outro tipo de sociedade*. Lisboa, documento policopiado, 4 páginas (2.2. Benedita - uma experiência de desenvolvimento local participado, pp. 1-2). Maria Justina Imperatori foi uma das Técnicas envolvidas na EEEDC, na Benedita. Este texto foi-me cedido gentilmente pelo Prof. Júlio Ricardo, um estudioso e um praticante incansável do Desenvolvimento Comunitário e, em particular, do Projecto da Benedita,

Freguesia onde reside. Muitos dos materiais que utilizo neste ponto, nomeadamente mencionados na nota 67, foram-me proporcionados por ele, pelo que lhe estou muito grato.

<sup>65</sup> Contou-me Manuela Silva que, no princípio, quando se dirigiu a algumas Pessoas da Comunidade, nomeadamente pequenos empresários e lhes procurava explicar o Projecto, alguns deles tiravam uma nota de dinheiro e perguntavam se isso bastaria...  
<sup>66</sup> Organizaram-se vários cursos e “dias de estudo”, alguns a pedido de grupos da Comunidade, com temas muito variados, tais como: “O que é o Desenvolvimento Comunitário”, “Princípios de base de Desenvolvimento Comunitário”, “Outras experiências de Desenvolvimento Comunitário”, “Problema dos líderes”, “Técnicas de reunião”, “Necessidades e Recursos, Estudos, Diagnóstico e Acção”, “Processos de Comunicação”, “E.F.T.A. e Mercado Comum”, “Noções Gerais de Psicologia Infantil”, “Culinária, Puericultura e Higiene Pré-natal”, “Primeiros Socorros”, “Preparação para o Casamento”... Em média estes cursos eram frequentados por cerca de 30 Pessoas. Cf. Rebelo, Maria Fernanda (1965). *Alguns aspectos relativos à Educação na Freguesia da Benedita*. Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social, Trabalho de Licenciatura, 102 páginas (pp. 63-64).

<sup>67</sup> Sobre o Projecto da Benedita existe uma vasta bibliografia e vários estudos académicos, tendo em conta que o seu carácter pioneiro e os seus resultados têm provocado, até à actualidade, muita curiosidade e interesse, a vários níveis de investigação. A título meramente exemplificativo, cito, além dos já referidos Silva (1964: 503-504), Silva (1965: 215-248), Rebelo (1965), Coutinho (1999: 74-77) e Imperatori (1984: 1-2): EEEDC (1963a). *Relatório de Avaliação para a Fundação Calouste Gulbenkian*. Documento policopiado, Janeiro, 15 páginas; EEEDC (1963b). *Informação para as entidades patrocinadoras*. Documento policopiado, Janeiro, 4 páginas; EEEDC (1964a). 2.º

*Relatório-Síntese de Avaliação*. Documento policopiado, Janeiro, 14 páginas; EEEDC (1964b). 3.º

*Relatório-Síntese de Avaliação*. Documento policopiado, Julho, 9 páginas; EEEDC (1965). 4.º

*Relatório-Síntese de Avaliação*. Documento policopiado, Fevereiro, 12 páginas; EEEDC (1966). 5.º  
*Relatório-Síntese de Avaliação*. Documento policopiado, 6 páginas; Imperatori, Maria Justina (s.d.). Benedita - *Une expérience portugaise de développement local participé*. Comunicação apresentada num Colóquio em Itália - documento policopiado, 19 páginas; Lemos, Maria de Lourdes (1966). *Algumas reflexões sobre a experiência de Desenvolvimento Comunitário da Benedita*. Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social, Trabalho de Licenciatura, 54 páginas; Mendes, Andreia Bernardino (2013). *Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Vila de Benedita entre 1962 e 1964*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Dissertação de Mestrado, 96 páginas.

É também possível aceder, no YouTube, a três reportagens, realizadas pelo programa televisivo “TV Rural” sobre o Projecto da Benedita: <https://youtu.be/EYVQdgr5ckQ>, <https://youtu.be/7Nx25RmfDio> e <https://youtu.be/1o3j2r60fCI>.

<sup>68</sup> Ver também Coutinho (1999: 77).

<sup>69</sup> Segundo a lista de Ministros da Saúde e Assistência (designação usada entre 14 de Agosto de 1958 e 7 de Novembro de 1973) do Estado Novo, constante da Wikipedia, era Ministro na altura (na verdade, entre 15 de Janeiro de 1970 e 7 de Novembro de 1973) Baltasar Rebelo de Sousa (1921-2002), pai do actual Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa...

<sup>70</sup> O que demonstra até onde é que o regime de Salazar e depois de Marcello Caetano estava disposto a aceitar os princípios e os desafios do Desenvolvimento Comunitário. Ou de como o poder político se serviu da tecnocracia para controlar e impedir a democracia...

<sup>71</sup> EEEDC (1964c). *Seminário sobre a Estruturação de um Processo de*

*Desenvolvimento Comunitário*. Braga: Livraria Editora Pax, Lda. / Federação das Casas do Povo do Distrito de Braga, 129 páginas. Em anexo estão registados os nomes dos 51 participantes, com uma grande variedade de profissões, concelhos de residência e serviços de pertença, dos quais 37 homens (contrariando a ideia de que este era um domínio essencialmente de mulheres) e curiosamente seis párocos, cinco dos quais do concelho de Barcelos.

<sup>72</sup> Do historial da OPSDC - Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra, fundada a 14 de Outubro de 1968, pelo Eng. José Horácio de Moura, no seguimento do Plano de Ajuda Rural (in [opsdc.pt](http://opsdc.pt)). O próprio Governador Civil publicou várias obras, onde apresentou e defendeu o conceito e as técnicas do Desenvolvimento Comunitário, além de descrever, com fotografias, algumas das iniciativas e obras realizadas. Veja-se, por exemplo: Moura, José Horácio de (1963). *Promoção Social: o caso de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 558 páginas; Moura, José Horácio de (1968). *Problemas actuais duma comunidade distrital*. Coimbra: Coimbra Editora, 295 páginas.

<sup>73</sup> Agradeço os testemunhos das Técnicas de Serviço Social, Ana Morais, Fernanda Silva, Isabel Teixeira, Maria Ana Leonardo, Maria das Dores, e Maria de Lurdes Farinha, que me permitiram “descobrir” estas iniciativas e projectos.

<sup>74</sup> Ver, por exemplo: Cordeiro, Cidália de Jesus (2012). *Na Demanda do Graal em Portalegre - O sentido educativo e social do Projecto Promoção Humana e Evangelização desenvolvido na década de sessenta e setenta do século XX em Portalegre*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação, Dissertação de Mestrado, 125 páginas (p. 41); Semedo, Elisabete Maria G. (1993). *Uma experiência de desenvolvimento comunitário realizada no concelho de Portalegre: 1963-1974*. Évora: Universidade de Évora, Trabalho de Fim do Curso em Sociologia, 167 páginas. Cf. também Moreno, Luís (2007).

*Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 392 páginas (edição preparada pelo autor, na forma de e-book, com base na revisão da sua obra de 2002 intitulada *Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes*, dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa, FLUL, 498 p. + apêndices), pp. 88-89. Do Graal também fez parte Maria de Lourdes Pintasilgo, que foi primeira-ministra em Portugal (a única Mulher até agora), entre Julho de 1979 e Janeiro de 1980, e integrou vários organismos internacionais, em cargos muito relevantes.

<sup>75</sup> Ferreira, Manuel dos Santos (1966). O Desenvolvimento Comunitário em Lisboa. Brasília: Actas do III Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino de Municípios, 21 páginas. Pode ser consultada em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N110\\_111/N110\\_111\\_item1/P63.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N110_111/N110_111_item1/P63.html) (acedido em 10 de Agosto de 2021, às 17 h 11 m). Manuel dos Santos Ferreira era um alto funcionário da Câmara Municipal de Lisboa.

<sup>76</sup> Onde, em 1993, foi criado o primeiro Grupo Comunitário de Lisboa (como explicarei no ponto 5). Sobre o início das dinâmicas conducentes a um processo de Desenvolvimento Comunitário no Bairro do Padre Cruz, ver também Nunes, Maria Natália; Viana, Ana Maria; Serra, Nuno; e Amaro, Rogério Roque. (2017). *Intervenção Comunitária - Conhecimentos e Práticas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Edições Santa Casa, 135 páginas (p. 73). Também tive o privilégio de conhecer pessoalmente e de ouvir o testemunho directo da Assistente Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Isabel Geada, que esteve inicialmente envolvida nesse processo, e que nos foi muito útil na preparação do livro referenciado nesta nota. Acompanhou ainda as dinâmicas promovidas na Ajuda, referidas no texto.

<sup>77</sup> Sobre estas experiências, ver, por exemplo: Frei Betto (1985). *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3.ª edição, 34 páginas; Boff, Clodovis et al. (1997). *As Comunidades de Base em questão*. São Paulo: Paulinas, 326 páginas.

<sup>78</sup> Ver, por exemplo: Boff, Leonardo (1980). *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 2.ª edição, 255 páginas; Boff, Clodovis e Boff, Leonardo (1986). *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 141 páginas; Susin, Luiz Carlos (2013). *Teologia da Libertação: de onde viemos, para onde vamos?* *Horizonte*, V. 11, n.º 32, out./dez., pp. 1678-1691.

<sup>79</sup> Ver Freire, Paulo (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 218 páginas.

<sup>80</sup> A Irma Pilar Moreira, da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia, foi minha Aluna na Licenciatura em Sociologia no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e depois reencontrei-a nos projectos de Desenvolvimento Comunitário, como Técnica da SCML (cf. Nunes et al., 2017: 73; ver também <https://musgueirasul.wordpress.com/2013/06/07/musgueira-sul-testemunho-da-irma-pilar/>, acedido em 10 de Agosto de 2021, às 19 h 47 m). Felizmente ainda é viva e continua coerentemente empenhada nos valores do Desenvolvimento Comunitário.

<sup>81</sup> E como veremos no ponto 3.2., a seguir.

<sup>82</sup> O que significa que não há uma perfeita continuidade, mas também não uma total descontinuidade, entre o Desenvolvimento Comunitário do período anterior ao 25 de Abril de 1974, e o Desenvolvimento Local, que lhe é posterior.

<sup>83</sup> Ver: Amaro, Rogério Roque (1990b). O “puzzle” territorial dos anos 90 - uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões). *Vértice*, n.º 33, pp. 39- 48; Amaro, Rogério Roque (1991a). *Caminhos de Desenvolvimento para a Beira Interior - 10 interrogações. Poder Local*, n.º 2 (Março), pp. 62-80 (pp. 67-80); Amaro, Rogério Roque (1991b). *Lógicas*

- de espacialização da economia portuguesa.
- Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 10, pp. 161-182 (pp. 168-170); Amaro (2001: 168-169); Amaro (2009: 112); e Fragoso (2005a: 28-29).
- <sup>84</sup> Ver nota 24.
- <sup>85</sup> Ainda tão recente e incompleto em Portugal, uma vez que muitos dos Direitos Sociais, associados ao Estado Social, só foram conquistados depois do 25 de Abril de 1974. Ver, entre muitos outros: Santos, Boaventura de Sousa (1999). *Pela Mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 299 páginas, 7.ª edição, pp. 63-64; Hespanha, Pedro; Ferreira, Sílvia; e Pacheco, Vanda (2014). “O Estado Social, Crise e Reforma”. In Reis, José (org.) (2014). *A Economia Política do Retrocesso - Crise, Causas e Objetivos*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., Observatório sobre Crises e Alternativas, pp. 195-197; Estanque, Elísio (2017). Portugal e o Estado Providência: Fragilidades, Dependências e Ameaças. *Revista NORUS, Novos Rumos Sociológicos*, vol. 5, n.º 8, agosto-dezembro, pp. 51-54.
- <sup>86</sup> Ver, em particular, Amaro (1991b: 168-170), Amaro (2001: 164-165 e 168), Amaro (2009: 112) e Fragoso (2005a: 28-29).
- <sup>87</sup> Para uma visão geral deste período, a nível mundial, cf. Stöhr (1990).
- <sup>88</sup> Eu próprio fiz uma análise detalhada desta evolução em Amaro (1991b: 172-175).
- <sup>89</sup> Como dei conta em Amaro (1990b), Amaro (1991b: 175-177) e Amaro (2001: 164-165) e ainda em Amaro, Rogério Roque et al. (1992), *Iniciativas de Desenvolvimento Local: caracterização de alguns exemplos*. Lisboa: ISCTE/IEFP, 194 páginas (policopiado). Exemplos são os casos de Messejana (concelho de Aljustrel), Telões e a Serra da Aboboreira (concelho de Amarante) e a Ilha da Culatra (concelho de Faro), em que o encerramento de fabricas, por efeito da globalização (nos dois primeiros casos), e a aplicação das normas da pesca, impostas pela C.E.E. (no terceiro caso), teriam levado a um desemprego generalizado e a dramas sociais profundos, se não tivessem havido iniciativas de protagonistas locais, a promover soluções de “resgate territorial e comunitário”, segundo dinâmicas de Desenvolvimento Local... perante a passividade, a inércia e o desinteresse das autoridades nacionais. Tive o privilégio de conhecer, testemunhar e acompanhar estas e muitas outras situações similares (sobretudo a de Messejana) e delas dei conta em Amaro (1992), num estudo encomendado pelo IIEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, mas sobretudo pretendido e acarinhado pelo então presidente da Comissão Interministerial para o Emprego (e anteriormente vogal da Comissão Executiva do IIEFP), Acácio Catarino, que é um nome de referência no apoio ao Desenvolvimento Comunitário e ao Desenvolvimento Local em Portugal, quer no IIEFP, quer enquanto presidente da Cáritas Portuguesa, tendo também estado ligado ao Projecto da Benedita, de onde era natural.
- <sup>90</sup> Ver o sexto ponto da definição, proposta no final do ponto 2. Sobre a acção deste factor, ver, por exemplo, Amaro (1991b: 176-177) e Amaro (1992).<sup>91</sup> Ver nota 27, para algumas referências bibliográficas. Sobre o Programa JADE, ver: Moreno, Luís (2007: 136). Ver também: Albino, José Carlos (s.d.\*). *Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal - As Estórias da Animar nas Comemorações do 10º Aniversário*. Vialonga: ANIMAR, 128 páginas (\* ainda que sem data de edição indicada, esta terá ocorrido em 2004 ou 2005, uma vez que contém testemunhos de 2004 e foi apresentada na MANIFesta de 2005, em Trancoso), p. 12.
- <sup>92</sup> Sobre o Paradigma Territorialista, ver a bibliografia indicada na nota 26, sobretudo Pecqueur (1989), Stöhr & Fraser (ed.) (1981) e Stöhr (1990). Ver também: Amaro (1991b: 167-172); Friedmann, John & Weaver, Clyde (1979). *Territory and Function: The Evolution of Regional Planning*. London: Edward Arnold Publication, 234 páginas; Lajugie, Joseph et al. (1985). *Espace régional et aménagement du territoire*. Paris: Dalloz, 987 páginas; Pecqueur,
- Bernard (1987). *De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire: essai sur le développement local*. Grenoble (France): Université Pierre Mendès France (Thèse de doctorat en Sciences économiques); Reis, José (1988). Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 25/26, pp. 127-141.
- <sup>93</sup> Ver, por exemplo, Amaro (1991b: 175-176) e Amaro (1992). Neste relatório fiz o primeiro levantamento e caracterização de 27 iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal, como já referi, a pedido do presidente do Conselho Directivo do IIEFP. Ver também Amaro, Rogério Roque (1993), *As Novas Oportunidades do Desenvolvimento Local. A Rede para o Desenvolvimento Local*, n.º 8, pp.15-22.
- <sup>94</sup> Ver, por exemplo: Amaro (1991b: 175-176); Amaro (1992); Amaro (1993); Amaro, Rogério Roque (1998). O Desenvolvimento Local em Portugal – As lições do passado e as exigências do futuro. *A Rede para o Desenvolvimento Local*, Edição Especial, Novembro; Fragoso (2005b: 66-68 e 70-71); Melo, Alberto (1997). Pensar no Global para Agir no Local: Contributos para uma conceptualização e uma história das associações de desenvolvimento local em Portugal. *Revista de Administração Local*. Lisboa, n.º 162, pp. 659-668; Melo, Alberto (1998). Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local. *A Rede para o Desenvolvimento Local*. Edição Especial, Novembro, pp.5-8; Moreno (2007); Mortágua, Camilo (1998). Existem ou não práticas de desenvolvimento local no nosso país? *A Rede para o Desenvolvimento Local*, Edição Especial, Novembro.
- <sup>95</sup> Existem, neste período, várias obras publicadas por estes/as professores/as e investigadores/as, os/as quais (todas e todas) eu tive e tenho o privilégio de conhecer e de ter trabalhado (uma e dois foram meus Aluna/o e Doutorando). Algumas dessas obras estão referenciadas nas notas anteriores.
- <sup>96</sup> E à juventude, acrescento agora, para ser mais correcto.
- <sup>97</sup> Portela, José (1997). Microempresas

- rurais e ambientes envolventes: notas sobre a ação da animar. Comunicação à Conferência *As Artes e Ofícios Tradicionais e as Microempresas no Desenvolvimento Local: Tradição e Ambiente - Elementos Afectivos do Desenvolvimento*. Serpa, 13-14 Junho 1997, 13 páginas, p. 16, citado em Moreno (2007: 298).
- <sup>98</sup> Cf.: Fragoso (2005b: 66-68 e 70-71); Melo (1997); Melo (1998); e Moreno (2007: 224-226).
- <sup>99</sup> Inicialmente centrou-se em apoiar respostas de auto-emprego para os/as desempregados/as - formandos/as, essencialmente para dentro do concelho, ao fim de dois anos alargou a sua intervenção à sub-região à sua volta, passando a significar Empresa de Messejana para o Desenvolvimento Integrado e tornando-se uma Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste. Cf. Moreno (2007: 222-223) e *site* da ESDIME (esdime.pt).
- <sup>100</sup> Tive o privilégio de acompanhar de perto todas estas iniciativas e projectos e de trabalhar com todos estes protagonistas, tendo sido particularmente rico e intenso (mas também, por vezes, cheio de tensões) o percurso que ligou, como um cordão umbilical, a ESDIME à “Rota do Guadiana”, passando pela “Terras Dentro”. Essa história e as suas estórias podem dar um bom livro... Ainda hoje me mantenho como associado da ESDIME. É justo assinalar que tive também o privilégio de conhecer e acompanhar muito mais iniciativas em outras zonas do País, como em: Paredes de Coura, Covide, Sabrosa, Telões, Serra da Aboboreira, Vila Verde, S. Torcato, Bairros do Viso, da Sé, de Massarelos e do Vale de Campanhã (estes na Cidade do Porto) e Vila Nova de Gaia, todas na Região Norte; Almeida, Gouveia, Seia, Fundão, Tondela, Águeda, Oliveira do Bairro, Lousã, Montemor-o-Velho e Chãos, na Região Centro; Carnide, Charneca, Ameixoeira, Marvila, Cova da Moura e Setúbal, em Lisboa e Vale do Tejo; Monsaraz e Arraiolos, no Alentejo; Bensafirim e Ilha da Culatra, no Algarve...
- <sup>101</sup> Todos protagonistas de forte personalidade e de ideias assentes, que, muitas vezes, entraram em choque, o que acabou por ser prejudicial para as dinâmicas do Desenvolvimento Local em Portugal, como comentarei no ponto 3.4.
- <sup>102</sup> Para todos estes elementos, ver, em particular Moreno (2007: 219-222). Ver também: Albino (s.d.).
- <sup>103</sup> Tive o privilégio de ser o primeiro presidente da Mesa da Assembleia Geral, cargo que assumi nos primeiros dez anos da ANIMAR.
- <sup>104</sup> A expressão “homens-bons” designava, nas Cortes da Idade Média, os representantes do Povo, o depois chamado “Terceiro Estado”, por oposição aos dois grupos dominantes, a Nobreza e o Clero. Na verdade, os “homens-bons” de cada concelho, não eram mais do que os representantes da burguesia, a classe em ascensão no seio do Povo, que era, nessa altura, uma grande amálgama de grupos e classes sociais (tirando, obviamente, a Nobreza e o Clero).
- <sup>105</sup> Muito curiosamente, na primeira reunião de preparação, aparecemos os quatro de pulóver grená, como se fosse um uniforme, sem termos combinado.
- <sup>106</sup> A localização em Santarém foi fortemente contestada por um grupo de Companheiros do Porto, por considerarem que... ficava muito próximo de Lisboa, contrapondo Coimbra, por argumentarem que fica mais no centro de Portugal. Curiosamente, esta argumentação partia do princípio de que o eixo Porto-Lisboa era representativo da amplitude de Portugal, parecendo ignorar as regiões que estão a Norte do Porto e a Sul de Lisboa. E, ainda assim, Coimbra fica a 200 Km de Lisboa, mas só a 100 km do Porto... Acabou por prevalecer o bom senso, com o argumento irrefutável de que, na verdade, o centro geodésico de Portugal é Vila de Rei, sendo Santarém a cidade com condições para o que se pretendia, mais perto desse local de referência.
- <sup>107</sup> Para todos estes elementos, para além da minha memória e testemunho, cf.: Animar (1994\*). *MANIFesta, Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local: Testemunho*. S/ local: Ed. Animar, 24 páginas (\* data do evento reportado e não da edição, em data posterior, não indicada); Moreno (2007: 235-239); e Albino (s.d.: 27-28 e 45-51). Contudo, nesta publicação, José Carlos Albino comete um erro, ao indicar José Manuel Henriques (também docente do ISCTE), como “convocador” da MANIFesta, em vez de mim (cf. p. 27).
- <sup>108</sup> Para uma análise dessas edições, ver Moreno (2007: 239-270).
- <sup>109</sup> Esta era a minha posição, bem como de Alberto Melo.
- <sup>110</sup> A que eu também pertencia, assinala-se.
- <sup>111</sup> É importante sublinhar que o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER esteve presente na MANIFesta de 1994, com o apoio expresso do seu Coordenador Nacional, Eng. Carrinho.
- <sup>112</sup> Para estes dados e uma análise bastante alargada do Programa LEADER, ver, por exemplo Moreno (2007: 137-172 e 270-287).
- <sup>113</sup> Sobre a Federação “Minha Terra”, ver, por exemplo Moreno (2007: 285-287).
- <sup>114</sup> Incluindo a presidente, Maria Vilar Diógenes, eleita pela CDU, que esteve sempre presente e muito empenhada no Trabalho com a Comunidade, que já vinha de trás, tornando-se protagonista essencial desta história.
- <sup>115</sup> Esta condição é fundamental para garantir a presença de Moradores/as e é uma das que distingue, ainda hoje, os verdadeiros e plenos Grupos Comunitários dos que o são só pretensamente, mas que, na realidade, só se adequam aos horários dos/as Técnicos/as.
- <sup>116</sup> Também por isso, foi, a par com o do Bairro da Horta Nova, referido a seguir, um dos que mais sofreu com os efeitos da pandemia da COVID-19, tendo que interromper as suas reuniões, uma vez que muitos/as dos/as Participantes - Moradores/as não têm acesso às possibilidades de passarem a participar em reuniões por videoconferência, como puderam optar quase todos os outros GC.
- <sup>117</sup> Mas de que, ainda hoje, muitos/as dos/as Moradores/as têm saudades... Como aliás acontece em situações similares de realojamento.
- <sup>118</sup> Nessa altura, a CML presidida

por Jorge Sampaio, era governada por uma coligação de esquerda, envolvendo, nas eleições de 1993, o Partido Socialista (PS), o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), o Partido Socialista Revolucionário (PSR) e a União Democrática Popular (UDP).

Estiveram presentes nessa reunião os vereadores António Simões de Abreu, eleito pelo PCP, responsável, desde Janeiro de 1994, pelos pelouros da Educação e Juventude, e José Luís Rego Mendes, também eleito pelo PCP, que tinha sido responsável por esses dois pelouros e o do Desporto, até àquela data.

<sup>119</sup> Na verdade, sem nenhum valor jurídico-legal, mas com elevado simbolismo político e de honra entre as partes, em que a Comunidade se sentiu ouvida e respeitada, o que foi decisivo para o que se seguiu.

<sup>120</sup> Com as mesmas dificuldades e impedimentos, nesta fase da pandemia, ou seja, desde Março de 2020, como se referiu para o GC do Bairro do Padre Cruz.

<sup>121</sup> Foi, na minha opinião, o GC mais exemplar deste período da segunda metade da década de 1990.

<sup>122</sup> Repare-se que, dos primeiros nomes de referência histórica da ANIMAR (Comissão Instaladora e primeiros órgãos sociais), apenas dois se mantêm como associados, o Pe. João Rodrigues e eu. Por outro lado, associações de referência como a Associação “IN LOCO” e a ESDIME, por exemplo, deixaram de pertencer à ANIMAR. Em 2012, numa das dissidências mais profundas, alguns dos nomes históricos da ANIMAR, tendo perdido as eleições, resolveram criar uma nova rede informal de Desenvolvimento... Territorial, designada por “Fórum Cidadania & Território”, que é actualmente coordenada pela... ANIMAR e pela Federação “Minha Terra”.

<sup>123</sup> É interessante, deste ponto de vista, analisar os debates havidos nas Assembleias Regionais de preparação da MANIFesta-2001 (realizada em Tavira, com o envolvimento particularmente activo da Associação “IN LOCO”), de que dá conta Moreno (2007: 254-263).

<sup>124</sup> Ligado ao ICE - Instituto das Comunidades Educativas, onde prevalece ainda hoje a sua herança intelectual e motivacional, após o seu falecimento em Abril de 2016.

<sup>125</sup> De novo é interessante analisar os debates referidos na nota 123. Cf. Moreno (2007: 254-263).

<sup>126</sup> Têm sido, por exemplo, os casos da Associação “IN LOCO”, da ESDIME, da ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola e da Associação “Terras Dentro”, na primeira vertente, e da TESE, da FEC - Fundação Fê e Cooperação, dos Leigos para o Desenvolvimento, da OIKOS e do IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr, na segunda. Estas “migrações” de modelos de intervenção têm aspectos muito positivos e interessantes, pelo alargamento de domínios territoriais e temáticos, mas alteraram radicalmente as vocações originais e identitárias destas organizações e acentuaram a sua tendência “agencialista”.

<sup>127</sup> O mesmo, de outras formas, aconteceu com a Federação “Minha Terra”.

<sup>128</sup> Foram os casos, a título de exemplos, da AJD - “Associação Juvenil de Deão” (1997 - Deão, concelho de Viana do Castelo), AJPaz - “Acção para a Justiça e Paz” (1987/2005 - Granja do Ulmeiro, concelho de Soure), Associação “EcoGerminar” (2006 - Castelo Branco) e Coolabora, CRL. (2008 - Covilhã), entre outras. Anote-se que a direcção da ANIMAR, eleita em 2009, tinha, como grandes objectivos, colocar na missão da rede a conjugação do Desenvolvimento Local com a Economia Solidária, a Democracia Participativa e a Igualdade de Oportunidades, em particular de Género.

<sup>129</sup> O que sempre recusaram.

<sup>130</sup> Em Nunes et al. (2017) pretendeu-se tardiamente sistematizar algumas dessas aprendizagens (ver em particular pp. 55-65 e 69-90), assinalando-se que “Pode pois dizer-se que existe um claro défice de assunção e reconhecimento institucional do Desenvolvimento Comunitário na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Tal como

se pode dizer que a esse défice institucional corresponde um outro, o do (re)conhecimento efectivo dos princípios, objetivos, métodos e especificidades do Desenvolvimento Comunitário. Mas é também por estas razões que importa trazer para a luz do dia as experiências desenvolvidas pela SCML neste domínio. Por uma questão de justiça para com estas mesmas experiências e projetos, por uma questão de valorização dos conhecimentos que a Santa Casa acumulou neste domínio e, não menos importante, por uma questão de formulação de caminhos inovadores para o futuro” (p. 65). Mais adiante, refere-se ainda que “Os projetos analisados defrontaram-se, ao longo dos períodos a que se referem, com atitudes institucionais muito distintas por parte da SCML. Desde o incentivo e estímulo explícitos ao apoio implícito, passando pela aceitação passiva e quase desinteressada ou mesmo pela dificuldade e obstaculização (subtil ou declarada)” (p. 81).

Para uma análise das fases de abordagens e atitudes institucionais da SCML sobre o Desenvolvimento Comunitário, ver também: Amaro, Rogério Roque (2020). *Percursos de Intervenção Comunitária na SCML. Cadernos Técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, “Desenvolvimento Comunitário”, n.º 04*, abril,

pp. 17-25 (em particular sobre este período, p. 21).

Para uma tentativa de apresentação, proposta e fundamentação dos princípios teóricos e metodológicos do Desenvolvimento Comunitário para a SCML, ver também: Ferreira, Etelvina (coord.) (2017). *Referencial Teórico e Metodológico para o Desenvolvimento Comunitário*.

Lisboa: Edições Santa Casa, Coleção “Sebentas de Ação Social”, n.º 2, 39 páginas.

<sup>131</sup> Bairros para onde confluíram vários processos de realojamento, nomeadamente, nos casos de: Alta de Lisboa, provenientes dos bairros de habitação degradada ou provisória da Cruz Vermelha, Musgueira Sul, Musgueira Norte,

Quinta Grande, Quinta do Louro e Quinta da Pailepa; Ameixoeira, com origem em várias zonas e do caso específico da comunidade cigana anteriormente alojada provisoriamente no “Vale do Forno”, na freguesia de Carnide, “empurrada” pelas necessidades de espaço para as obras da Exposição Internacional de Lisboa de 1998, e enquadrada, nessa altura, pelo Projecto de Luta Contra a Pobreza “Príncipes do Nada”, de que fui coordenador. Ambos estes processos de realojamento ignoraram os pareceres e as sugestões dos Grupos Comunitários da Quinta Grande e do Bairro do Padre Cruz, respectivamente, que poderiam ter evitado alguns dos erros cometidos e que deixaram marcas difíceis de sarar nos territórios.

<sup>132</sup> Fiz parte, até 2004, do Conselho Consultivo da Fundação Aga Khan e devo dizer que achei muito interessante e pertinente este modelo de intervenções com, pelo menos, dez anos, tendo em conta os desafios e os objectivos de um projecto que visava a Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, tendo que enfrentar obstáculos e factores de natureza estrutural e adoptando os princípios metodológicos do Desenvolvimento Comunitário. Foi pena depois não se ter prosseguido com a mesma lógica, preferindo, por vezes, opções mais temáticas e sectoriais e intervenções muito condicionadas a candidaturas e a financiamentos, dependentes de programas, quando a Fundação tem arcaboço e capacidade técnica e financeira, que lhe permitiria agir com mais autonomia e programações próprias.

<sup>133</sup> Ao ponto de tenderem a captar os melhores recursos técnicos e financeiros disponíveis... esvaziando ou “empobrecendo” outras entidades.

<sup>134</sup> Ver também Nunes et al. (2017: 70-75 e 84).

<sup>135</sup> Oa cursos e as disciplinas sobre Desenvolvimento deste período não lhe fazem normalmente referência...

<sup>136</sup> O próprio José Carlos Albino, envolvido em algumas dessas situações, comentando a tensão ocorrida no acto eleitoral de 1996,

escreveu: “Por razões factuais que virão a ser conhecidas, apenas quando já tiver passado o tempo mínimo para tentar fazer História, o que aconteceu pela primeira vez na sua vida associativa foi o surgimento de duas Listas Alternativas para a eleição dos próximos Órgãos Sociais da animar. Gerou-se, naturalmente, uma nova situação a que era necessário dar resposta política e administrativa. O Processo foi lançado de forma clara e atempada, tendo sido possível que os sócios da animar tivessem conhecimento, quer das Listas, quer dos seus princípios e propósitos. A Assembleia Geral decorreu com algumas escaramuças jurídicas (...)” (Albino, s.d.: 55).

<sup>137</sup> Lembro-me frequentemente de uma célebre polémica/discussão que travei em público, creio que em 1995, em Serpa, na Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Local e Coesão Social, com Camilo Mortágua, em que ele defendia que o Desenvolvimento Local só era possível em meios rurais e nunca ou dificilmente em meios urbanos, porque era necessário haver identidades e laços de coesão entre as Pessoas, o que só podia existir naqueles, ao que eu argumentei que não era isso que eu estava a constatar e a acompanhar em bairros de Lisboa e que, particularmente em duas situações (bairros históricos e bairros ditos “problemáticos”... mas depois constatei que também em bairros-dormitórios), se desenvolviam solidariedades e cumplicidades de defesa face ao exterior e de reacção às estigmatizações sentidas, que geravam identidades que, sendo negativas nas suas origens e causas, podiam depois gerar dinâmicas colectivas de construção de sonhos, como eu próprio vivenciava nos Bairros do Padre Cruz e Horta Nova (freguesia de Carnide), Quinta Grande (então na freguesia da Charneca), Galinheiras (então na freguesia da Ameixoeira) e Lóios (freguesia de Marvila). O que é curioso é que, segundo alguns autores do Desenvolvimento Local (como, por exemplo, Bernard Pecqueur - cf. Pecqueur, 1989 - e Mário Rui Silva), para haver

Desenvolvimento Local, tem de se conjugar “duração crítica” com “densidade mínima”. Ora, em geral: nos meios rurais, há “duração crítica” (história e tradições com tempo), mas não há, em geral “densidade mínima” (população); nos meios urbanos dá-se o contrário... o que tornaria impossível o Desenvolvimento Local em ambas as situações e, no entanto, os processos referidos, existiram e existem, em ambos os contextos, e com resultados relevantes.

<sup>138</sup> Cf., sobre o conceito de “Desenvolvimento”: Amaro, Rogério Roque (1990a). Desenvolvimento e Injustiça Estrutural. *Communio*, n.º 5, Setembro-Outubro, pp.448/459; Amaro (2017: 20-22).

<sup>139</sup> Ver também Ferreira e Amaro (2021: 13-14).

<sup>140</sup> Ao contrário de alguns autores, eu prefiro traduzir a expressão em língua inglesa “*wicked problems*” por “problemas complicados” (ou mesmo “nefastos”), em vez de “problemas complexos”, uma vez que, segundo a proposta do Paradigma da Complexidade, na verdade todos os problemas sociais são “complexos”, e não apenas... os mais “complicados”.

<sup>141</sup> Cf., para já: Amaro (2018: 34-35) e Ferreira e Amaro (2021: 13 e 26-32). Uma das primeiras potencialidades destas lógicas estavam já contidas na criação e institucionalização, em Portugal, no final dos anos de 1990, das Redes Sociais e das Comissões Sociais de Freguesia, como Parcerias Locais de co-gestão (e, portanto, de Governança, e não de Governação) do Desenvolvimento Social e Local, respectivamente, aos níveis concelho e de freguesia. Cf.: Ferreira e Amaro (2021: 13) e Guerra, Isabel (2010). Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, pp. 121-134.

<sup>142</sup> Financiada pelo Fundo Social Europeu, nasceu do “reconhecimento da necessidade de renovar e conferir maior eficácia às políticas públicas, para responder a problemas sociais emergentes”, “apoiou 188 projectos experimentais, envolvendo cerca de 1500 entidades nacionais em

- Parcerias de Desenvolvimento” e concretizou-se “em novas soluções para combater as discriminações no mercado de trabalho e responder de forma mais eficaz aos problemas das comunidades e das pessoas mais desfavorecidas” - Vale, Ana (2010). Um novo paradigma para a intervenção social. In Vale, Ana; Henriques, José Manuel; & Nunes, Maria do Carmo. *Para uma Nova Intervenção Social*. Lisboa: Gabinete de Gestão EQUAL, 47 páginas, p. 8.
- <sup>143</sup> O Programa BIP-ZIP, é um Programa da Câmara Municipal de Lisboa, iniciado pela então Vereadora Helena Roseta, para apoiar projectos nos Bairros e nas Zonas consideradas de Intervenção Prioritária (daí o seu acrónimo).
- <sup>144</sup> Programa financiado pelo Instituto de Segurança Social, com vista a combater a exclusão social, através de projectos de base local, mobilizando recursos e parcerias locais. Ver, por exemplo: “Avaliação de impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)” (2019), publicado em [www.adcoesao.pt](http://www.adcoesao.pt) (accedido em 31 de Agosto de 2021).
- <sup>145</sup> Ver, por exemplo: Hespanha, Pedro (2020). A vulnerabilidade das instituições sociais básicas e a resposta solidária de primeira linha. In Reis, José (coord.). *Como Reorganizar um País Vulnerável?*. Coimbra: Actual Editora, 582 páginas.
- <sup>146</sup> No caso da Flamenga (antiga Zona N1), inicialmente como componente do GC do Bairro dos Lóios, um dos históricos do princípio. No caso do Condado (antiga Zona J) com um papel muito centeal do Centro de Saúde e da Enfermeira Rosário Horta, outra das protagonistas históricas desta área.
- <sup>147</sup> Tive a honra e o privilégio de estar associado à criação destes dois Grupos Comunitários.
- <sup>148</sup> É sobretudo os casos dos GCPC e GCHN.
- <sup>149</sup> Ver, por exemplo Amaro (2018: 18) e Ferreira e Amaro (2021: 1 e 4-8).
- <sup>150</sup> E não mera “colaboração” - ver nota 9.
- <sup>151</sup> Na verdade, o quadro de referência prática para o “ideal-tipo” de um Grupo “verdadeiramente Comunitário” é, na minha experiência, o dos primeiros Grupos Comunitários, de meados dos anos de 1990, em particular os dos Bairros do Padre Cruz e da Horta Nova e o da Quinta Grande, com um grande e activo envolvimento dos/as Moradores/as, das autarquias locais (Juntas de Freguesia e vários Departamentos da Câmara Municipal de Lisboa), dos Serviços Públicos (sobretudo da Acção Social - S.C.M.L., Educação e Saúde) e das ONGs a intervirem nos territórios.
- <sup>152</sup> Considerou-se: o nível 2, quando há o envolvimento activo e permanente de pelo menos uma das autarquias (ou um dos seus departamentos) e esporádico da(s) outra(s) (ou de um dos seus departamentos); o nível 1, quando há só o envolvimento permanente e activo de uma delas e inexistente da(s) outra(s) (ou de um dos seus departamentos) ou esporádico de ambas (ou das três, no caso de haver mais de uma freguesia envolvida); o nível 0, quando o envolvimento é inexistente ou esporádico apenas de uma delas.
- <sup>153</sup> Considerou-se: o nível 2, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos dois dos serviços destas áreas; o nível 1, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos um dos serviços destas áreas ou esporádico de pelo menos dois; o nível 0, quando o envolvimento é inexistente ou é esporádico de menos de dois dos serviços destas áreas. No caso de Lisboa, a SCML foi considerada equivalente a serviço público da área da Acção Social.
- <sup>154</sup> Considerou-se: o nível 2, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos três ou metade das ONGs presentes no território; o nível 1, quando há o envolvimento permanente e activo de pelo menos uma das ONGs presentes no território, desde que haja mais do que duas ou esporádico de pelo menos três ou metade das ONGs presentes no território; o nível 0, quando o envolvimento é inexistente ou esporádico de menos de metade das ONGs presentes no território.
- <sup>155</sup> Este exercício é da minha responsabilidade, embora tenha colhido inspiração num exercício similar que fizemos em Ferreira e Amaro (2021: 16-20) e tenha contado com as sugestões e críticas de Bárbara Ferreira.
- <sup>156</sup> E intenso e permanente dos 15 GC dos Bairros de Habitação Social de Lisboa (mais do do Pendão), muito em particular dos GCF, GCFC, GCGA, GCHN, GCL-S e GCPC e da Rede L&M, que acompanho em todas as reuniões.
- <sup>157</sup> Em Amaro (2018: 73-74) apresentei uma tipologia em sete categorias, que aqui não mobilizei da mesma maneira.
- <sup>158</sup> Ver nota 156.
- <sup>159</sup> Ver, sobre este conceito, Amaro (2018: 73-74).
- <sup>160</sup> Em Amaro (2018: 73) eu designo-as por “Grupos exclusivamente de Instituições e Serviços, que não preveem a Participação da Comunidade, sendo, por isso, na verdade, quando muito, Grupos de Trabalho Comunitário ou na Comunidade, para a Comunidade, mas não com a Comunidade - são Grupos exclusivamente de Parceiros Institucionais”.
- <sup>161</sup> Em alguns casos, como na RIG e na RIT, essa ausência da Comunidade é mesmo pretendida, para que as/os Técnicas/os possam abordar livremente entre si os problemas dos/as Moradores/as e da Comunidade, sem a presença, considerada constrangedora e limitativa destes/as. Em outros casos, como no GCAB e na Rede L&M, pretende-se evoluir para GC, com a Participação da Comunidade.
- <sup>162</sup> A chamada “Assembleia Comunitária do Vale de Chelas”, animada pela Fundação Aga Khan, em parceria com a SCML, nem é verdadeiramente uma Assembleia Comunitária, pois a Participação da Comunidade é bastante limitada, em número e em intensidade, nem verdadeiramente um Grupo Comunitário, até pelo envolvimento desigual das autarquias locais, dos serviços públicos e das instituições particulares. Assinale-se, já agora, que o outro GC animado pela Fundação Aga Khan é o do Pendão.
- <sup>163</sup> Ver também, sobre estes resultados, Ferreira e Amaro (2021: 26-28).

<sup>164</sup> No caso do Grupo Comunitário das Galinheiras-Ameixoeira, o Ministério da Saúde delegou-lhe inclusive, em Maio/Junho de 2020, o levantamento das situações de risco face à pandemia, a organização de testes à população das “vilas” das Galinheiras e o acompanhamento e o apoio das Pessoas infectadas e das suas famílias, num inédito e notável processo de Governança Local Partilhada e Participativa, em que Moradores/as e Instituições deram as mãos, para fazer frente a uma situação de calamidade, demonstrando que é possível aplicar um **modelo inovador de Deontologia Partilhada e Participativa**. Sobre esta experiência, cf. Lima, Mariana; Amaro, Rogério Roque; & Ferreira, Bárbara (2021). An experience of shared and participatory local governance. *Practice Insights* - “Community Development Approaches to the COVID-19 Crisis”, Issue 17, IACD - International Association for Community Development, pp. 34-37 (consultar em [www.iacdglobal.org](http://www.iacdglobal.org)).

<sup>165</sup> Muito graças ao empenhamento e dedicação de um das suas Técnicas, Sofia Albuquerque, a quem deve muito justamente ser atribuída parte importante dos méritos iniciais desta história.

<sup>166</sup> Cf. também Ferreira e Amaro (2021: 28).

<sup>167</sup> É justo que, para a História dos GC da Área Metropolitana de Lisboa, refira aqui o nome de Mónica Azevedo, com quem já tinha tido o privilégio de trabalhar, na segunda metade dos anos de 1990, no GC da Quinta Grande, na época como Técnica do ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária.

<sup>168</sup> Cf. o Documento (de que fui o redactor principal) “Uma Proposta de Governança Local Partilhada e Participativa para a Cidade de Lisboa com o envolvimento dos Grupos Comunitários (versão reformulada)” -Parte II, pp. 1-2. Sobre o conceito de Governança Local Partilhada e Participativa, ver, em particular Amaro (2018: 34-35) e Ferreira e Amaro (2021: 13 e 26-32). Para uma discussão

mais alargada, ver também: Ferreira, Bárbara (2011). *Desenvolvimento, Cidadania e Participação: performances locais*. Lisboa: ISEG – Universidade de Lisboa, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento, 94 páginas; Fung, Archon e Wright, Erik Olin (2003). Thinking about Empowered Participatory Governance. In: Fung, Archon e Wright, Erik Olin (orgs.). *Deepening Democracy - Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance*. London and New York: Verso, pp. 3 - 44; Fung, Archon (2006). Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review*, Vol. 66 (December 2006), pp. 66 - 75; Fung, Archon e Cohen, Joshua (2004). Radical Democracy. *Swiss Journal of Political Science*, Vol. 10, N.º 4 (Winter 2004), pp. 23 - 34.

<sup>169</sup> Sobre esta distinção entre a Governança Local Partilhada e Participativa e a Governança Integrada, cf. Amaro (2020: 25): “Neste sentido, as lógicas de Intervenção Comunitária para o Desenvolvimento Comunitário referem-se a um modelo de Governança Local Partilhada e Participativa, de sentido democrático, e não a uma Governança Integrada, de sentido tecnocrático. E, no entanto, é esta a filosofia que se tem proclamado como inspiradora das intervenções da S.C.M.L. nos últimos tempos, desajustada portanto dos princípios do Desenvolvimento Comunitário”.

<sup>170</sup> Não foi possível ainda a participação nos GCHN, GCL e GCPC, porque estes GC não têm reunido, desde o início da pandemia.

<sup>171</sup> Tal como a Assembleia de Compartes, prevista na Lei dos Baldios, em Portugal, como estrutura de gestão das terras comunitárias ou Baldios.

<sup>172</sup> Ver nota 164 e Lima et al. (2021).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albino, José Carlos (s.d.\*). *Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal - As Estórias da Animar nas Comemorações do 10º Aniversário*. Vialonga: ANIMAR, 128 páginas (\* ainda que sem data de edição indicada, esta terá ocorrido em 2004 ou 2005, uma vez que contém testemunhos de 2004 e foi apresentada na MANIFesta de 2005, em Trancoso).
- Alinsky, Saul David (1989). *Rules for Radicals - A Practical Primer for Realistic Radicals*. New York: Vintage Books Edition (2.ª ed.), 196 páginas.
- Almeida, Maria Suzana de (1967). Serviço Social e Sociologia: relações mútuas. In *Análise Social*, Vol. V (n.º 17), pp. 104-107.
- Amaro, Rogério Roque (1990a). Desenvolvimento e Injustiça Estrutural. *Communio*, n.º 5, Setembro-Outubro, pp.448/459.
- Amaro, Rogério Roque (1990b). O “puzzle” territorial dos anos 90 - uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões). *Vértice*, n.º 33, pp. 39- 48.
- Amaro, Rogério Roque (1991a). Caminhos de Desenvolvimento para a Beira Interior - 10 interrogações. *Poder Local*, n.º 2 (Março), pp. 62-80 (pp. 67-80).
- Amaro, Rogério Roque (1991b). Lógicas de espacialização da economia portuguesa. *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 10, pp. 161-182 (pp. 168-170).
- Amaro, Rogério Roque et al. (1992). *Iniciativas de Desenvolvimento Local: caracterização de alguns exemplos*. Lisboa: ISCTE/IEFP, 194 páginas (policopiado).
- Amaro, Rogério Roque (1993). As Novas Oportunidades do Desenvolvimento Local. *A Rede para o Desenvolvimento Local*, n.º 8, pp.15-22.
- Amaro, Rogério Roque (1996). O Desenvolvimento Local — um caminho para a Sociedade Providência?. *Actas do II Encontro dos Economistas de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Amaro, Rogério Roque (1998). O Desenvolvimento Local em Portugal – As lições do passado e as exigências do futuro. *A Rede para o Desenvolvimento Local*, Edição Especial, Novembro.
- Amaro, Rogério Roque (2001). O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In VVAA (2001), *Desenvolver (Des) Envolvendo. Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*. Messejana: ESDIME, pp. 155-169.
- Amaro, Rogério Roque (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 4, 33 páginas.
- Amaro, Rogério Roque (2009). Desenvolvimento local. In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 112-113). Coimbra: Almedina & CES, 345 páginas, pp. 108-113.
- Amaro, Rogério Roque (2018a). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, pp. 75-111 (33 páginas, na versão electrónica).
- Amaro, Rogério Roque (2018b). *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento, 175 páginas.

- Amaro, Rogério Roque (2018c). Nota Editorial da Revista de Economia Solidária, n.º 12, sobre o tema “A Economia Solidária e os Comuns Imateriais – o caso específico da Moeda”, pp. 7-11.
- Amaro, Rogério Roque (2020). Percursos de Intervenção Comunitária na SCML. *Cadernos Técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, “Desenvolvimento Comunitário”, n.º 04, abril, pp. 17-25.
- Ammann, Safira Bezerra (1980). *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 176 páginas.
- Ander-Egg, Ezequiel (1986). *Metodología y práctica del Desarrollo de la comunidad*. México: Ateneo -consultado em [libroanderegg-5blogspot.com](http://libroanderegg-5blogspot.com).
- Ander-Egg, Ezequiel (2005). *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidad*. 2a. Edición, Buenos Aires: Editorial Lumen Hvmanitas, 144, páginas.
- Andrew, John A. (1998). *Lyndon Johnson and the Great Society*. Chicago: I. R. Dee, 211 páginas.
- Animar (1994\*). *MANIFesta, Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local: Testemunho*. S/ local: Ed. Animar, 24 páginas (\* data do evento reportado e não da edição, em data posterior, não indicada).
- Arocena, José (1986). *Le Développement par L'Initiative Locale - Le Cas Français*. Paris: L'Harmattan. 227 páginas.
- Barca, Fabrizio (2009). *An Agenda for a reformed cohesion policy: A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*. Brussels: Ed EC, 244 páginas.
- Barquero, António Vásquez (1988). *Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo*. Madrid: Ed. Pirámide. 160 páginas.
- Bastos, Maria Inês (2014). *Governança partilhada em contextos de desenvolvimento local: o caso CLIP -Recursos e Desenvolvimento*. Lisboa: ISCTE-IUL, Dissertação de Mestrado (Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/8847>](http://hdl.handle.net/10071/8847)), 89 páginas.
- Bauman, Zygmunt (2006). *Comunidad: en busca de seguridad en un mundo hostil*. Madrid, Siglo XXI de España Editores, 188 páginas.
- Boff, Clodovis et al. (1997). *As Comunidades de Base em questão*. São Paulo: Paulinas, 326 páginas.
- Boff, Clodovis e Boff, Leonardo (1986). *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 141 páginas. Boff, Leonardo (1980). *Teologia do cativoiro e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 2.<sup>a</sup> edição, 255 páginas.
- Bonfiglio, Giovanni (1982). *Desarrollo de la Comunidad y Trabajo Social - Ensayo, Bibliografía*. Lima: Celats Ediciones, 269 páginas.
- British Information Services (1962). *Community Development: The British Contribution*. London and Southampton: Trade Union Labor and Cox & Sharland Ltd, 38 páginas.
- Burbano, Arizaldo (2011). Apuntes sobre Desarrollo Comunitario. Málaga: Universidad de Málaga, eumed.net (edição digital), 75 páginas.
- Carmo, Hermano (2001). A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social. In *Actas da 1.ª conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental*. Lisboa: ISPA, 28 páginas.
- Carmo, Hermano (coord.) (2015). *Desenvolvimento comunitário*. Lisboa:

- ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 323 páginas.
- Cattani, Antonio David *et al.* (coord.) (2009). *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 112-113). Coimbra: Almedina & CES, 345 páginas.
- CCESL (2014). *Community Organizing Handbook*. Denver: CCESL - Center for Community Engagement & Service Learning, University of Denver, 3rd. Edition, 59 páginas.
- Commission Européenne (1994). *Croissance, Compétitivité et Emploi - Les défis et les pistes pour entrer dans le XXIe. siècle - Livre Blanc*. Bruxelles - Luxembourg: CECA-CE-CEEA, 184 páginas.
- Cordeiro, Cidália de Jesus (2012). *Na Demanda do Graal em Portalegre - O sentido educativo e social do Projecto Promoção Humana e Evangelização desenvolvido na década de sessenta e setenta do século XX em Portalegre*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação, Dissertação de Mestrado, 125 páginas.
- Coutinho, Maria Manuela (1999). *A Assistência Social em Portugal*. Lisboa: Editora Vulgata (em representação da Associação Portuguesa de Segurança Social), 126 páginas (pp. 74-75).
- “Declaración a los pueblos de América y Carta de Punta del Este. (Alianza para el Progreso)” - Agosto de 1961 (in [memoriapoliticademexico.org](http://memoriapoliticademexico.org)).
- Dieguez, Alberto & Guardiola Albert, Maria (1998). Reflexiones sobre el concepto de Comunidad. De lo comunitario a lo local. De lo local, a la mancomunidad, 17 páginas (in [www.ts.ucr.ac.cr](http://www.ts.ucr.ac.cr)).
- Diez, Esther Raya (s.d.). Modelos de Intervención en Trabajo Social Comunitario. Texto de apoio ao módulo 3 do curso “Trabajo Social Comunitario”, 30 páginas.
- EEEDC (1963a). *Relatório de Avaliação para a Fundação Calouste Gulbenkian*. Documento policopiado, Janeiro, 15 páginas.
- EEEDC (1963b). *Informação para as entidades patrocinadoras*. Documento policopiado, Janeiro, 4 páginas.
- EEEDC (1964a). *2.º Relatório-Síntese de Avaliação*. Documento policopiado, Janeiro, 14 páginas.
- EEEDC (1964b). *3.º Relatório-Síntese de Avaliação*. Documento policopiado, Julho, 9 páginas.
- EEEDC (1964c). *Seminário sobre a Estruturação de um Processo de Desenvolvimento Comunitário*. Braga: Livraria Editora Pax, Lda. / Federação das Casas do Povo do Distrito de Braga, 129 páginas.
- EEEDC (1965). *4.º Relatório-Síntese de Avaliação*. Documento policopiado, Fevereiro, 12 páginas.
- EEEDC (1966). *5.º Relatório-Síntese de Avaliação*. Documento policopiado, 6 páginas.
- Estanque, Elísio (2017). Portugal e o Estado Providência: Fragilidades, Dependências e Ameaças. *Revista NORUS, Novos Rumos Sociológicos*, vol. 5, n.º 8, agosto-dezembro, pp. 51-54.
- Estivill, Jordi (2020). Do passado ao futuro: os desafios atuais do Desenvolvimento Comunitário. *Cadernos Técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, “Desenvolvimento Comunitário”, n.º 04, abril, pp. 7-15.
- Featherstone, Mike, Lash, Scott & Robertson, Roland (eds.) (1995). *Global Modernities*. London: Sage Publications.
- Ferreira, Bárbara (2011). *Desenvolvimento, Cidadania e Participação: performances locais*. Lisboa: ISEG –Universidade de Lisboa, Lisboa,

- Dissertação de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento, 94 páginas.
- Ferreira, Bárbara e Amaro, Rogério Roque (2021). The Community Groups of Lisboa as “Commons”, artigo à espera de publicação, 38 páginas.
- Ferreira, Etelvina (coord.) (2017). *Referencial Teórico e Metodológico para o Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Edições Santa Casa, Coleção “Sebentas de Ação Social”, n.º 2, 39 páginas.
- Ferreira, Manuel dos Santos (1966). O Desenvolvimento Comunitário em Lisboa. Brasília: Actas do III Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino de Municípios, 21 páginas. Pode ser consultada em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N110\\_111/N110\\_111\\_item1/P63.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N110_111/N110_111_item1/P63.html) (acedido em 10 de Agosto de 2021, às 17 h 11 m).
- Fragoso, António (2005a). Desenvolvimento participativo: Uma sugestão de reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), pp. 23-51.
- Fragoso, António (2005b). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, 5, pp. 63-83.
- Frei Betto (1985). *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3.ª edição, 34 páginas.
- Freire, Paulo (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 218 páginas.
- Friedmann, John & Weaver, Clyde (1979). *Territory and Function: The Evolution of Regional Planning*. London: Edward Arnold Publication, 234 páginas.
- Fung, Archon e Wright, Erik Olin (2003). Thinking about Empowered Participatory Governance. In: Fung, Archon e Wright, Erik Olin (orgs.). *Deepening Democracy - Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance*. London and New York: Verso, pp. 3 - 44.
- Fung, Archon e Wright, Erik Olin (orgs.) (2003). *Deepening Democracy - Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance*. London and New York: Verso.
- Fung, Archon (2006). Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review*, Vol. 66 (December 2006), pp. 66 - 75.
- Fung, Archon e Cohen, Joshua (2004). Radical Democracy. *Swiss Journal of Political Science*, Vol. 10, N.º 4 (Winter 2004), pp. 23 - 34.
- Gardin, Laurent & Laville, Jean-Louis (2000). Les initiatives locales en Europe. *Travail et Emploi*, n.º 81, janvier, pp. 53-66.
- Guerra, Isabel (2010). Participar porque e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, pp. 121-134.
- Henriques, José Manuel (1990). *Municípios e Desenvolvimento*. Lisboa: Escher, 201 páginas.
- Hernández, Esperanza Gómez (2008). Geopolítica del Desarrollo Comunitario: Reflexiones para Trabajo Social, *Ra Ximhai* (Universidad Autónoma Indígena de México), vol. 4, n.º 3, setembro-dezembro, pp. 519-542.
- Hespanha, Pedro; Ferreira, Sílvia; e Pacheco, Vanda (2014). “O Estado Social, Crise e Reforma”. In Reis, José (org.) (2014). *A Economia Política*

- do Retrocesso - Crise, Causas e Objetivos*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., Observatório sobre Crises e Alternativas, pp. 195-197.
- Hespanha, Pedro (2020). A vulnerabilidade das instituições sociais básicas e a resposta solidária de primeira linha. In Reis, José (coord.). *Como Reorganizar um País Vulnerável?*. Coimbra: Actual Editora, 582 páginas.
- Holford, John (1988). Mass education and community development in the British colonies, 1940-1960: A study in the politics of community education, *International Journal of Lifelong Education*, 7 (3), 163-183 (consultar em: <http://dx.doi.org/10.1080/0260137880070302>).
- Imperatori, Maria Justina (s.d.). *Benedita - Une expérience portugaise de développement local participé*. Comunicação apresentada num Colóquio em Itália - documento policopiado, 19 páginas.
- Imperatori, Maria Justina (1984). *Desenvolvimento Local - Caminho possível para a criação dum outro tipo de sociedade*. Lisboa, documento policopiado, 4 páginas.
- Keast, Robyn Leigh (2011). Joined-up governance in Australia: How the past can inform the future. *International Journal of Public Administration*, 34, pp. 221-231.
- Korten, David C. (1984). "Strategic Organization for People-Centered Development". *Public Administration Review* (july - august). Business Source Complete. EBSCO. 44 (4): 341-352.
- Lajugie, Joseph et al. (1985). *Espace régional et aménagement du territoire*. Paris: Dalloz, 987 páginas.
- Lemos, Maria de Lourdes (1966). *Algumas reflexões sobre a experiência de Desenvolvimento Comunitário da*
- Benedita. Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social, Trabalho de Licenciatura, 54 páginas.
- Lima, Mariana; Amaro, Rogério Roque; & Ferreira, Bárbara (2021). An experiente of shared and participatory local governance. *Practice Insights - "Community Development Approaches ti the COVID-19 Crisis"*, Issue 17, IACD - International Association for Community Development, pp. 34-37 (consultar em [www.iacdglobal.org](http://www.iacdglobal.org)).
- Malheiros, Jorge; Ferreira, Bárbara; Carreiras, Marina; Amílcar, Anselmo; e Raposo, Rita (2016). Vulnerabilidade e Integração Urbana em Bairros de Habitação Social da Grande Lisboa: Uma Aproximação Conceptual e Empírica. *Espaço & Geografia*, Vol.19, N.º 1, pp. 185-237.
- Marcelino, Andreia (2016). *O desenvolvimento local e o buen vivir como alternativas para um "outro" desenvolvimento*. Lisboa: ISCTE-IUL, Dissertação de Mestrado. (Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/12654>](http://hdl.handle.net/10071/12654)), 105 páginas.
- Marchioni, Marco (coord.) (2001). *Comunidad y cambio social. Teoría y praxis de la acción comunitaria*. Madrid: Editorial Popular, 288 páginas.
- Marques, Rui (2017). *Problemas sociais complexos e governação integrada*. ISEG: Lisboa, tese de doutoramento, volume I, 699 páginas.
- Matarrita-Cascante, David & Brennan, Mark A. (2012). Conceptualizing community development in the twenty-first century. *Community Development*, 43 (3), 293-305, DOI: 10.1080/15575330.2011.593267.
- Matarrita-Cascante, David, Lee, Jae Ho & Nam, Ji Won (2020). What elements should be present in any community development initiative ? Distinguishing community development from local development.

*Local Development & Society*, DOI: 10.1080/26883597.2020.1829986, 21 páginas.

Melo, Alberto (1997). Pensar no Global para Agir no Local: Contributos para uma conceptualização e uma história das associações de desenvolvimento local em Portugal. *Revista de Administração Local*. Lisboa, n.º 162, pp. 659-668.

Melo, Alberto (1998). Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local. *A Rede para o Desenvolvimento Local*. Edição Especial, Novembro, pp.5-8.

Mendes, Andreia Bernardino (2013). *Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Vila de Benedita entre 1962 e 1964*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Dissertação de Mestrado, 96 páginas.

Milkis, Sidney M. & Mileur, Jerome M. (Eds.) (2005). *The Great Society and the High Tide of Liberalism*. Amherst: University of Massachusetts Press, 490 páginas.

Montoya, Aquiles (1998). Desarrollo local o desarrollo comunitário ? *Realidad: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 61, pp. 45-55.

Moreno, Luís (2007). *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 392 páginas (edição preparada pelo autor, na forma de e-book, com base na revisão da sua obra de 2002 intitulada *Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes*, dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa, FLUL, 498 p. + apêndices).

Mortágua, Camilo (1998). Existem ou não práticas de desenvolvimento local no nosso país? *A Rede para o*

*Desenvolvimento Local*, Edição Especial, Novembro.

Moura, José Horácio de (1963). *Promoção Social: o caso de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 558 páginas.

Moura, José Horácio de (1968). *Problemas actuais duma comunidade distrital*. Coimbra: Coimbra Editora, 295 páginas.

Nunes, Maria Natália; Viana, Ana Maria; Serra, Nuno; e Amaro, Rogério Roque. (2017). *Intervenção Comunitária - Conhecimentos e Práticas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Edições Santa Casa, 135 páginas.

OCDE (2000). Développement local et création d'emplois. *L' Observateur OCDE - Synthèses*, février, 11 páginas.

Pecqueur, Bernard (1987). *De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire: essai sur le développement local*. Grenoble (France): Université Pierre Mendès France (Thèse de doctorat en Sciences économiques).

Pecqueur, Bernard (1989). *Le Développement Local: mode ou modèle?*. Paris: Syros. 149 páginas.

Portela, José (1997). Microempresas rurais e ambientes envolventes: notas sobre a acção da animar. Comunicação à Conferência *As Artes e Ofícios Tradicionais e as Microempresas no Desenvolvimento Local: Tradição e Ambiente - Elementos Afectivos do Desenvolvimento*. Serpa, 13-14 Junho 1997, 13 páginas.

Porzecanski, Teresa (1983). *Desarrollo de comunidades y subculturas*. Buenos Aires: Humanitas, 44 páginas.

Rebello, Maria Fernanda (1965). *Alguns aspectos relativos à Educação na Freguesia da Benedita*. Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social, Trabalho de Licenciatura, 102 páginas.

- Reis, José (1988). Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 25/26, pp. 127-141.
- Reis, José (org.) (2014). *A Economia Política do Retrocesso - Crise, Causas e Objetivos*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., Observatório sobre Crises e Alternativas.
- Robertson, Roland (1995). Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity. In Featherstone, Mike, Lash, Scott & Robertson, Roland (eds.), *Global Modernities*. London: Sage Publications.
- Santos, Boaventura de Sousa (1999). *Pela Mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 299 páginas, 7.ª edição.
- Schulman, Sarah (2010). *Better Together? A Comparative Study of Joined-Up Practice and Youth in England and New Zealand* [Em linha], PhD Thesis, Oxford University, Oxford. Disponível em: <http://cdn1.inwithforward.com/documents/Better-Together-Sarah-Schulman-PhD-thesis.pdf?mtime=20140922180539>.
- Seller, Enrique Pastor (2015). Social Work and Local Community Development in the 21st. century. *ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura*, Vol. 191-771, entro-febrero, 17 páginas.
- Semedo, Elisabete Maria G. (1993). *Uma experiência de desenvolvimento comunitário realizada no concelho de Portalegre: 1963-1974*. Évora: Universidade de Évora, Trabalho de Fim do Curso em Sociologia, 167 páginas.
- Serrano, Ricardo et al. (2007). *Modelo de desarrollo humano comunitario. Sistematización de 20 años de trabajo comunitario*. México, DF: Plaza y Valdés Editores, 424 páginas.
- Silva, Maria Manuela da (1962). *Desenvolvimento Comunitário — Uma Técnica de Progresso Social*. A.I.P. - Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, 139 páginas.
- Silva, Maria Manuela da (1963). Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*, Vol. I (n.º 4), pp. 538-558.
- Silva, Maria Manuela da (1964). Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal. *Análise Social*, Vol. II (n.º 7-8), pp. 498-510.
- Silva, Manuela (1965). Experiência-piloto de Desenvolvimento Comunitário nas Freguesias de Bárrio e Benedita (concelho de Alcobaça). In VVAA (1965). *Desenvolvimento Comunitário - Seminário de estudo sobre desenvolvimento comunitário e técnicas auxiliares de promoção social comunitária*. Lisboa: Ministério da Saúde e Assistência / IAF - Instituto de Assistência à Família (SPSC - Serviço de Promoção Social Comunitária), 248 páginas.
- Sousa, Alfredo de (1963a). O Desenvolvimento Comunitário – um método viável na Europa?. *Análise Social*, vol. I (n.º 1), 113-118.
- Sousa, Alfredo de (1963b). A “preocupação económica” no Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*, Vol. I (n.º 3), pp. 464-468.
- Sousa, Alfredo de (1963c). Organização e programas de Desenvolvimento Comunitário. *Estudos Políticos e Sociais I* (ISCSPU), 3, pp. 551-596.
- Sousa, Alfredo de (1964a). Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento Económico. *Estudos Políticos e Sociais II* (ISCSPU), 2, pp. 287-306.

- Sousa, Alfredo de (1964b). Desenvolvimento Comunitário em Angola. In VVAA (1963-1964). *Angola - Curso de extensão universitária*. Lisboa: ISCSPU, pp. 421-440.
- Stöhr, Walter (1990). *Global Challenge and Local Response – Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe*. London, New York: Mansell and The United Nations University. 472 páginas.
- Stöhr, Walter & Taylor, Fraser (ed.) (1981). *Development From Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. Chichester: Wiley, 488 páginas.
- Susin, Luiz Carlos (2013). Teologia da Libertação: de onde viemos, para onde vamos? *Horizonte*, V. 11, n.º 32, out./dez., pp. 1678-1691.
- Touraine, Alain (1984). *Le Retour de l'acteur: Essai de sociologie*. Paris: Fayard, 348 páginas.
- United Nations Secretariat (1957). *Community Development and Related Services*. Geneva: Department of Economic and Social Affairs, 8 páginas.
- Vachon, Bernard (1994). *Le Développement Local - Théorie et pratique - Réintroduire l'humain dans la logique de développement*. Boucherville: Gaëtan Morin Editeur. 331 páginas.
- Vale, Ana (2010). Um novo paradigma para a intervenção social. In Vale, Ana., Henriques, José Manuel & Nunes, Maria do Carmo. *Para uma Nova Intervenção Social*. Lisboa: Gabinete de Gestão EQUAL, 47 páginas.
- Vale, Ana; Henriques, José Manuel; & Nunes, Maria do Carmo (2010). *Para uma Nova Intervenção Social*. Lisboa: Gabinete de Gestão EQUAL, 47 páginas.
- Vico, Andrés del Moral (1991). El desarrollo comunitario en la obra de los teóricos más representativos. *Revista Interuniversitaria*, 3 (3), pp. 149-161.
- VVAA (1962). Organização e Desenvolvimento Comunitário. *Cadernos de Serviço Social (Boletim do Sindicato Nacional das Profissionais do Serviço Social) - Número especial*, 169 páginas.
- VVAA (1963-1964). *Angola - Curso de extensão universitária*. Lisboa: ISCSPU, pp. 421-440.
- VVAA. (s.d.). Seminário sobre “Desenvolvimento Comunitário - Problemática do Desenvolvimento do distrito de Leiria” (realizado em 21, 22 e 23 de Novembro de 1966, na Foz do Arelho, no concelho das Caldas da Rainha). “Actas, sínteses e avaliação do Seminário” - documento policopiado.
- VVAA (2001), *Desenvolver (Des) Envolvendo. Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*. Messejana: ESDIME.
- Whitehead, Clive (2007) The Concept of British Education Policy in the Colonies 1850–1960. *Journal of Educational Administration and History*, 39 (2), 161-173 (consultar em: <http://dx.doi.org/10.1080/00220620701342296>).
- Zárate, Mireya (2007). “Desarrollo Comunitario”, in Serrano, Ricardo et al. *Modelo de desarrollo humano comunitario. Sistematización de 20 años de trabajo comunitario*. México, DF: Plaza y Valdés Editores, 424 páginas.
- <https://musgueirasul.wordpress.com/2013/06/07/musgueira-sul-testemunho-da-irma-pilar/>

# **OS PRIMÓRDIOS DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL. CONTRIBUTOS DE RAMÓN DE LA SAGRAE**

**“La multitude delle pubblicazioni  
giornalere in fatto de economia sociale che  
fannosi in tutto il globo incivilito prova che  
restano tuttavia a chiarire ed a conoscere  
molti reconditi rapporti e principi  
efficiente” Matteo de Agustinis. 1837**

**Jordi Estivill. Barcelona 2016**

Profesor emérito de Política Social de la Universidad de Barcelona (1981-2002).  
Profesor desde el año 2002, del mestrado de Desarrollo, Diversidades Locales  
y Desafíos Mundiales y, desde el año 2005, del mestrado de Economía Social y  
Solidaria del ISCTE de Lisboa.

Ex Director del Gabinet D'Estudis Socials de Barcelona (1984-2002).

Cooperativa especializada en investigación, asistencia, formación y evaluación  
de las políticas laborales y sociales. Miembro actual de la Red Catalán de la  
Economía Solidaria y del Consejo Científico de RIPESS - Europa.

Experto en política social Europea habiendo participado en múltiples encuen-  
tros y programas como investigador y evaluador. Colaborador de la dirección  
de EAPN del programa europeo “Bridges” que se aplicó en Francia, Bélgica,  
Rumania, Bulgaria, España y Portugal.

Premio a la mejor trayectoria profesional en el campo social otorgado por el go-  
bierno catalán (2010).

[jordi\\_estivill@hotmail.com](mailto:jordi_estivill@hotmail.com)

### **A economia social e solidaria como sujeito histórico visível**

Tenía razón el abogado y economista napolitano Matteo de Augustinis, en 1837 cuando afirmaba en su libro "Istituzioni di economia sociale" publicado por la "Tipografia di Porcelli" que quedaban muchos espacios recónditos de la economía social por clarificar y conocer. Si esto era cierto a inicios de siglo XIX, aun sigue siéndolo, aunque los conocimientos sobre la economía social hayan avanzado mucho. Su propia historia no es muy conocida. El propósito de este trabajo es precisamente el de dar a conocer algunos aspectos de los inicios de la economía social en Portugal.

Durante mucho tiempo, los estudios históricos se interesaron por aquello que les aparecía como un sujeto activo, que tenia contornos definidos e influenciaba la evolución de la realidad. Los historiadores a partir de las coordenadas dominantes de su tiempo han reconstituido la memoria del poder para explicarla y a menudo para justificarla. Así se ha constituido una historia de los reyes y aristócratas, de victorias militares, de las jerarquías eclesiásticas, de los prohombres políticos, de las grandes instituciones. Pero, aquello que les sucedía a los de abajo, a los componentes del pueblo solo les era visible en la medida en que eran objeto de las medidas de los de arriba. Esta escuela no ha desaparecido y uno de los últimos libros publicados en Portugal sobre la historia de la pobreza<sup>1</sup> comparte gran parte de estas características.

Pero esta forma de aproximarse al pasado está cambiando<sup>2</sup> y la vida cotidiana de las personas, de los trabajadores, de los pueblos, de los excluidos y marginados ha ido atrayendo la mirada de quienes cultivan la historia y mas especialmente de la historia social. Aunque, frecuentemente lo hacen fijando su atención sobre las organizaciones políticas y sindicales, sobre como reestructuran su contrapoder. Esto es, en gran parte, lo que ha sucedido en los estudiosos de la historia obrera en Portugal. Asi lo pone de manifiesto la historiadora Monica en su excelente prefacio a la antología de textos obreros: “Ate pouco fazer historia operària significaba fazer historia política do movimento operario ou historia económica do trabalho”<sup>3</sup>. Pero en este panorama, hay excepciones honrosas. Entre otros, una de ellas es Cesar Oliveira<sup>4</sup>, quien hizo una de las primeras tentativas para acercarse a la vida cotidiana de los trabajadores del ochocientos.

Así no es extraño que la historia de la economía social primero y de la economía solidaria después, aun no haya sido ampliamente estudiada en la medida en que debía en primer lugar constituirse en la actualidad como un concepto y una práctica relevante y significativa, en segundo lugar, mostrar que identificaba un conjunto integrado de ideas y de experiencias y en tercer lugar que aporta un valor añadido al utilizarla como categoría conceptual en el análisis de la historia social<sup>5</sup>.

En efecto, el concepto de economía social parece más un rio que aparece y desaparece<sup>6</sup> que una formalización científica continua y acumulativa. No consigue imponerse como una ciencia social autónoma y malvive, en cierto modo, en la sombra de la economía política. Esto es lo contrario de lo que quería en 1840, Ramón de la Sagra cuando afirmaba

siguiendo las primeras intuiciones de los tratadistas franceses, que la economía política debería ser una ciencia auxiliar de la economía social ya que ella se ocupa de la felicidad del pueblo, de su bienestar material y moral. Pero tuvo que reconocer que aun no estaba definida con precisión ni tampoco estaba determinado su lugar en la escala de los conocimientos humanos y que si bien había muchos artículos publicados nadie la había tratado como un todo científico, como un cuerpo de principios articulados y dirigidos a una finalidad.

Se puede formular la hipótesis que la economía social nace como respuesta frente al optimismo de los clásicos de la economía política que creían en el mercado como mejor distribuidor de los recursos y en el capitalismo como generador del progreso y la riqueza de las naciones. Hasta cierto punto, las pésimas condiciones de vida y de trabajo de los asalariados que iban incorporándose a la sociedad industrial ponían en cuestión las anteriores afirmaciones y atraían la atención de algunos cultivadores de las ciencias sociales y de la economía social hacia la cuestión social<sup>7</sup>. De manera que, en cierto modo, la economía social nace con una vocación crítica con respecto a los conocimientos económicos dominantes.

Una parte de la economía social se entronca con las condiciones sociales proletarias y la pobreza y ofrece medidas alternativas a las instituciones de la beneficencia tradicionales y a las anteriores formas de intervención de la filantropía eclesiástica y civil. Otra parte se interesa más directamente por el estudio de los mecanismos económicos distributivos, diferenciándose de una economía política que examina los procesos productivos y de la riqueza. Una cuarta, se posiciona a partir de las respuestas que dan las clases

trabajadoras y populares (Sociedades de Socorros Mutuos, Cooperativas. Movimiento asociativo, sindicatos y formas de la economía domestica y de los mecanismos primarios de solidaridad).

Esta oposición, a menudo ética y moral, este ocuparse por la situación de las clases inferiores, esta dimensión política reformadora, esta expresión de la capacidad asociativa popular, propias de la economía social, son miradas por los cultivadores de la economía política con distancia e incluso, a veces, con desprecio. Ellos afirman que intentan construir una ciencia objetiva que aunque es deudora de la física y está llena de aprioris ideológicos y juicios de valor<sup>8</sup>, quiere dotarse de explicaciones generales exentas de valoraciones éticas. No son capaces de reconocer las nuevas formas de producir, intercambiar y consumir<sup>9</sup>. Esta invisibilidad de la economía social y solidària se refuerza aun más por cuanto ellas ponen en cuestión muchos de los axiomas que sustentan a las ciencias sociales.

En el siglo XIX, incluso en un país como Francia, donde se va a utilizar con frecuencia la denominación de economía social y tanto la fuerza de sus iniciativas como el número de sus cultivadores es considerable, hay fuertes discontinuidades<sup>10</sup>. Asi es posible distinguir una primera generación alrededor de la decada de los cuarenta, de una segunda con Le Play. El cual intenta a mediados de siglo XIX darle un estatuto científico autónomo en el marco de una visión cristiana y de patronazgo aunque se puede decir que esto no se consigue, hasta finales de siglo, con Gide y aun de forma relativamente marginal. Lo que no quiere decir que como este mismo afirma, las distintas escuelas, Liberales, Solidaristas, Socialistas y Cristianos Sociales, no tuviesen un gran interés por la problemática que plantea la economía

social e intentasen formalizar un pensamento que emanasen de ella. También es posible hacer alusión a Stuart Mill, a Bastiat, a Walras, a Sismondi como pensadores de las ciencias sociales que se aproximan a la economía social. En aquel siglo, otra corriente de pensamiento que la llena de contenidos es la de los autores que se sitúan en lo que se ha denominado el socialismo utópico (Owen, Cabet, Fourier, Sant Simon, Proudhon, ...)

No deja de ser relevante que la progresiva desmembración de los diferentes componentes de la economía social que empieza en el siglo XIX y se extiende a lo largo del siglo veinte, genere análisis históricos sobre cada uno de ellos. Así se ha estudiado por separado la evolución del cooperativismo, la del mutualismo y aunque menos, la del asociativismo popular<sup>11</sup>. Ello, que es bastante evidente en Portugal, también se da en otros países<sup>12</sup>.

Por otro lado, las historias del movimiento obrero que habrían podido unificar estas diferentes expresiones, se han fijado más en las organizaciones sindicales y políticas y en las luchas laborales de los asalariados, mientras que muchas de sus iniciativas más o menos autónomas ligadas a la supervivencia o a dotarse de instrumentos asociativos y cooperativos cuya intención explícita no era el contrapoder han permanecido más opacas.

De todos modos, es posible vislumbrar que en la renovación actual de los estudios históricos<sup>13</sup> en los que se introducen las perspectivas de la sociabilidad, del papel del territorio, de la cultura popular y de la transversalidad de las iniciativas obreras, aparecen cada vez más, trabajos en los que son analizados el conjunto de sus distintos componentes. También, la emergencia actual de conceptos como los bienes comunes, el buen vivir, el capital social y las re-

des, la identidad territorial, la democràcia económica, el feminismo y la ecología y la formulación de alternativas globales pueden contribuir a constituir una memoria que no trocee los esfuerzos organizativos populares. Y que por lo tanto sean más sensibles a una perspectiva integral de la economía social y de la solidària.

Esta mayor sensibilidad se produce a partir de ciertos cambios que se están dando en muchas ciencias sociales. No son hegemónicos pero emergen con fuerza y al criticar algunos de sus paradigmas propician el debate con la economía social y solidària, Así la economía se interesa cada vez más por el valor de uso y no tanto por el de cambio, por los costos de un crecimiento depredador y por el medio ambiente y los bienes comunes admite que el comportamiento humano no solo se guía por la “racionalidad” del máximo beneficio, critica las medidas cuantitativas y los indicadores que enmascaran la realidad económica y social, pone de relieve el desarrollo local y comunitario y admite la pluralidad de las formas económicas, como ya lo había advertido Polanyi, que se convierte en referencia obligada<sup>14</sup>. De esta forma, se tienden puentes de dialogo con la economía solidaria. Igualmente, estos puentes pueden construirse con la sociología si esta incorpora las teorías feministas y de la igualdad de genero, la noción de espacio común, de interés general y colectivo, la creciente importància de las formas emergentes de la democràcia participativa y una visión crítica del entorno social y de los poderes constituidos, y si la antropología analiza el valor de uso de la simbología y se fija más en la interpretación de la vida cotidiana de los de abajo.

En estas renovaciones actuales de las ciencias humanas y sociales, la historia social brilla con luz propia. Està dejando atrás muchas de sus investigaciones que solo se

interesaban por las organizaciones que mimetizaban a los poderes y se fija más en los procesos de larga duración que generan movimientos sociales subalternos. Ha empezado a reconsiderar la correspondencia que antes se establecía, un tanto mecánicamente, entre estructuras productivas y expresiones socio culturales, entre evolución económica y luchas sociales. Estas correspondencias no son necesariamente consecutivas y acumulativas. Los progresos pueden volverse retrocesos y etapas consideradas primitivas pueden contener fenómenos premonitórios de futuros procesos. Emergen y se sumergen dejando rastros que hay que saber releer en una historia de la emancipación social que también sepa poner de relieve su carácter subterráneo como argumenta Riot-Sarcey<sup>15</sup>.

Los niveles de conciencia y sus formas de expresión, organizada o no, tienen muchos meandros y los ríos no siempre llegan al mar, pero el agua sigue circulando. Los márgenes del río adquieren entonces, una considerable importancia: sociedades de resistencia, de ayudas mutuas, asociaciones, cooperativas, ateneos populares se convierten en lugares donde el agua se detiene por un tiempo, se filtra y crea nuevos canales de paso y de liberación. En esta perspectiva, estas iniciativas, componentes históricos de la economía social y solidaria, han de ser reinterpretados para hacer más fructífero el diálogo entre estas y la historia social.

Una parte de la producción actual de la historia social siguiendo los pasos de los historiadores marxistas heterodoxos **británicos** como Thompson y Hobsbawm y de sus seguidores, han puesto de manifiesto una economía moral de las multitudes, una reconsideración de las revueltas e insurrecciones populares y de las autonomías y mediaciones en la construcción de la conciencia y de las organizaciones

obreras. Esto, por ejemplo, les ha llevado a reinterpretar los orígenes, la composición, y las funciones socio económicas del importante movimiento mutualista inglés de las Friendly Societys<sup>16</sup>. Igualmente, en **Italia**, las investigaciones de Ginzburg, Levi, Grandi sobre la microhistoria han zarandeado su historiografía al mostrar como del análisis de determinados personajes y hechos locales podían derivarse tendencias generales. Entre otras consecuencias, estas orientaciones han generado un florecimiento de las pesquisas sobre la proliferación de las pequeñas y locales sociedades obreras de ayudas mutuas (SOMS) de aquel país<sup>17</sup>.

En **Francia**, numerosas aportaciones han hecho replantear las aproximaciones más tradicionales. La renovación de la escuela de los Annales, la importante aportación de Foucault, la insistencia de Agulhon sobre el concepto a la vez vaporoso y estimulante de la sociabilidad, las categorías de afiliación y precariedad de Castel, las aportaciones del grupo de Les Revoltes Logiques lideradas por Rancière, las nuevas aproximaciones sobre el asociacionismo ofrecidas por Laville y de los pensadores utópicos por Abensour, están renovando la lectura del panorama social del siglo XIX. Algunas de estas nuevas lecturas han influenciado un conjunto de trabajos recientes y convergentes de historiadores como Riot-Sarcey, Gribaudi, Havat, alrededor de la revuelta de 1848<sup>18</sup>.

Tampoco falta a esta cita, **Portugal**, donde se actualiza y crece el interés por la historia social y se publican trabajos sobre la evolución de la economía social, sus organizaciones, sus doctrinas y algunas de sus personalidades históricas<sup>19</sup>. En **Cataluña**, que tenía una considerable tradición de estudios históricos sobre el cooperativismo y

en menor medida del asociacionismo y del mutualismo, es innegable que, en los últimos tiempos, se ha producido una conjunción del aumento de los estudios históricos de la economía solidaria y de la renovación de la historia social<sup>20</sup>. En esta última perspectiva, merecen señalarse los libros de Oyon<sup>21</sup> y de Ealham<sup>22</sup> sobre la influencia de los barrios en la formación de la identidad de la cultura obrera y popular y de sus luchas en Barcelona, hasta la guerra civil. En los que se apoyan los trabajos de Miró, Dalmau, Alari, Gorostiza<sup>23</sup> que muestran el importante papel del movimiento cooperativo en la vida socio económica, cultural y política en tres barrios de esta ciudad. Continuando los primeros pasos dados por Solà<sup>24</sup> y Cucó<sup>25</sup> han aparecido, en los últimos años, nuevos trabajos sobre la evolución del asociacionismo en Cataluña<sup>26</sup>, País Valenciano<sup>27</sup> y Mallorca<sup>28</sup>.

Historiadores, sociólogos, economistas y antropólogos de estos países europeos están contribuyendo a la profundización del estudio de la vida cotidiana de las clases populares, de sus iniciativas colectivas, de sus aspiraciones y conflictos. Paralelamente, en el continente latinoamericano se asiste a un renovado interés por la historia de las ayudas mutuas, de la cooperación, de las comunidades indígenas y de la anterior economía popular. Igualmente, en Estados Unidos, los últimos descubrimientos de las luchas de las mujeres<sup>29</sup>, del movimiento asociativo de color y de los grupos populares<sup>30</sup> están abriendo innovadores horizontes.

Hay que añadir que muchas expresiones de la economía social juegan, a menudo, en la disyuntiva reforma/revolución un papel ambiguo. Este papel lleno de complicidades, que se refleja más en los países donde se han institucionalizado, es más complejo de analizar y es menos ilusionante para los que quieren escribir una historia de victorias y

derrotas en las que la clase trabajadora aparece como la única protagonista que acaba venciendo en todas las batallas. Además, la historia de la economía social y solidaria no es una historia de vencedores y vencidos. También el interclasismo, especialmente evidente en los países centrales de Europa, que ha ido engrosando las filas de los actores de la economía social ha dificultado, hasta cierto punto, su reconocimiento como sujeto histórico, aun cuando también haya contribuido a reforzarlo, a escala institucional.

Por último, el que la reconceptualización de la economía social y aún más de la economía solidaria sean fenómenos relativamente recientes, desde los años ochenta del siglo pasado, ha dificultado que, hasta hace poco, sean categorías utilizables para estudiar el pasado. Es conocido que la historia acostumbra a construirse desde los parámetros del presente. Pero, desde este punto de vista, se puede ser razonablemente optimista y se puede formular la hipótesis que a medida que avancen las experiencias y la presencia teórica de la economía social y con más razón de la solidaria, será más factible hacer que sus historias sean menos opacas.

¿Ha llegado el momento de rasgar el velo de esta opacidad en Portugal?

### **Algumas notas prévias sobre o ressurgimento da economia social e solidaria em Portugal**

Para contestar la anterior pregunta sería preciso identificar cuando y como se produce el resurgimiento de la economía social en Portugal y que recorrido ha hecho. Ello no es fácil. Por un lado, porque si bien hay un primer florecimiento en la utilización del concepto de economía social que se alarga desde los inicios del siglo XIX hasta el Salazaris-

mo<sup>31</sup>, este neutraliza esta noción. En un clima de control y represión, el uso de la noción de economía social se pierde o queda reducido a círculos muy pequeños. En la ponencia<sup>32</sup> presentada por Alvaro Garrido en el Congreso Internacional sobre economía solidaria y historia social celebrado en Barcelona en el mes de febrero de 2019, se pone de relieve que la investigación histórica sobre la economía social en Portugal es tímida y reciente y que el periodo salazarista fue una larga travesía en el desierto. El segundo Congreso Internacional que tuvo lugar en el ICSTE de Lisboa en el mes de noviembre de 2019 empezó a analizar el periodo entre las dos guerras mundiales y la ponencia presentada por Rogerio Roque Amaro explicó como bajo el Salazarismo, el corporativismo se convirtió en el vector de la organización social y como se ejerció una dura represión contra el cooperativismo democrático, especialmente con la llamada ley Garrote de 1933.

Ahora bien, casi todos los trabajos que incluyen análisis históricos sobre la economía social en Portugal explican su larga y rica tradición que empezaría en el siglo XII y que tendría ejemplos tales como las mercearias, las confrarias leigas y eclesiásticas, las bolsas de comercio, las compañías das naus, las mutuas de gado, los celeiros comuns, las casas de misericordia, las corporaciones gremiales, los montepíos, la casa dos vinte quatro por no aludir al conjunto de iniciativas mutuales, asociativas y cooperativas del siglo XIX. Por la riqueza y diversidad de este itinerario experimental, es difícil someterlo a una sola concepción. La mayoría de estas iniciativas son respuestas colectivas de tipo socioeconómico, unas más institucionalizadas, otras menos, a necesidades perentorias y estructurales de la población. Su potencial democrático es ya más discutible.

La presencia de la Iglesia Católica, el peso de determinadas autoridades públicas y su carácter predominantemente rural o en algunos casos conectados con el comercio exterior, serian algunos de los rasgos específicos de la evolución de la economía social portuguesa<sup>33</sup>. Muy probablemente hay otros factores propios, como el peculiar desarrollo del capitalismo que lleva aparejado una fuerte dependencia del exterior, un débil mercado interior y la perduración de una trama de pequeñas iniciativas, más o menos informales, socio económicas artesanales, familísticas y locales, los largos periodos de poder despótico y la persistencia de una sociedad providencia donde la familia y la mujer juegan un papel fundamental, el atraso, la escasez y la selectividad de la protección social pública y la oscilación entre una personalidad fuertemente individualista, al mismo tiempo que una capacidad de organización colectiva.

Por otro lado, en los últimos treinta años han circulado multitud de denominaciones<sup>34</sup> (tercer sector, tercer sistema, sector no lucrativo, empresas sociales, organizaciones voluntarias, organizaciones no gubernamentales, economía social. economía comunitaria, economía solidaria ...). El termino economía social, a pesar de su avance institucional, no ha conseguido eliminar del espacio público o neutralizar a los otros conceptos y por lo tanto se ve obligado a determinar sus contornos y su identidad frente a ellos. Lo que genera un cierto debate en torno a cual es la mejor denominación teniendo en cuenta los rasgos específicos portugueses.

En cuarto lugar, hay organizaciones que entran claramente en las definiciones más convencionales y formalizadas jurídicamente (cooperativas, mutualidades, fundaciones ...) pero otras, cuya importancia nadie puede negar,

se escapan a ellas y tienen estatutos jurídicos específicos (IPSS, Misericordias) que no encuentran correspondencia en otros países. Cabe recordar que, primero, la Constitución Portuguesa reconoce la existencia de un sector cooperativo y social en el seno del cual existen los subsectores comunitario y autogestionario y segundo, que la ley de Bases de la economía social de 2013<sup>35</sup> añade a la tipología definida por la ley española en la que se inspira, a las Misericordias, las IPSS, las Asociaciones con finalidades altruistas que actúen en el ámbito cultural, recreativo, deportivo y del desarrollo local, las Entidades que sean acogidos por los subsectores comunitario y autogestionario así como otras entidades que respeten los principios orientadores de la economía social.

Además, existe toda la importancia de las redes más o menos informales de solidaridad, la economía doméstica, las iniciativas sin formalización legal y aun, una parte de la economía sumergida o del desarrollo local que se escapan a las definiciones demasiado rígidas. Por fin, hay que recordar que la reemergencia de la noción de economía social coincide con un proceso de “normalización” democrática y un periodo de recesión/expansión económica y posterior crisis y con el debate alrededor de un inacabado estado de bienestar y del papel de la sociedad civil.

De todos modos, es innegable que a partir de los años ochenta del siglo pasado, el concepto de economía social ha sido reutilizado cada vez más en la sociedad portuguesa. Emerge y se va consolidando en la vida académica. El número de tesis, investigaciones, publicaciones y artículos aumenta<sup>36</sup>. Penetra en los medios de comunicación social. Bajo su advocación se constituyen instituciones, plataformas y redes (CASES, CNES ...). Incluso se plasma en las

últimas normativas y es aceptado por una parte de las organizaciones del tercer sector, que es muy probablemente, el apelativo más utilizado<sup>37</sup>.

Namorado<sup>38</sup> alude a que el resurgimiento de la noción de economía social en Portugal se produce en relación con el mismo fenómeno en Francia<sup>39</sup> y en algunos países europeos (Bélgica, España ...) en los años ochenta del siglo pasado donde iba tomando carta de naturaleza. En este sentido, hay que tener en cuenta la influencia de las instancias europeas y de los estudios que se realizaban. Los diferentes congresos sobre la economía social que se celebraban, organizados por las presidencias rotatorias de la Unión Europea también contribuían a la irradiación de este concepto. En Portugal se organizaron dos importantes congresos de este tipo: uno en 1992<sup>40</sup> y otro en 2000<sup>41</sup>. En un anterior trabajo<sup>42</sup>, Namorado insinuaba que al contrario que en Francia no hubo en Portugal un proceso de confluencia desde abajo de las diferentes familias de la economía social y que más bien era un acto voluntarista de determinadas personas (Barros, Ferreira da Costa,..) que son quienes publican un libro<sup>43</sup> donde utilizan esta terminología ya en la mitad de la década de los ochenta.

En este estimulante y optimista libro “As cooperativas e a economía social”, publicado en 1985, Ferreira Da Costa hace un repaso histórico en el que bajo la economía social pone al conjunto de experiencias que han jalonado su largo y rico itinerario. Para él, el cooperativismo o mejor el espíritu cooperativo y asociativo sería el eje vertebrador de una economía social fundamentada en el pueblo, en su participación alternativa en pos de un estado federativo o de una nación cooperativa como Antonio Sergio había defendido.

Si esto se lleva a cabo desde la perspectiva del cooperativismo, igualmente desde el mutualismo se le intenta situar en el marco de la economía social. Pero, por lo que parece el mutualismo lo hace un poco antes. En efecto, en su IV Congreso Nacional celebrado en 1984, Victor Melicias, por aquel entonces Presidente do Montepio Geral, presenta una comunicación bajo el título “Mutualismo e Economia Social: Doutrina e Promoção”. En la sexta conclusión de este congreso se propone “Apoiar a constituição e funcionamento de um grupo de Ligaçào da Economia Social”<sup>44</sup>. Igualmente se pone de manifiesto el engarce europeo e internacional del mutualismo portugués. En el mismo año se celebra una conferencia que confirma estas relaciones con el mutualismo francés y europeo y en 1987 tiene lugar el V Congreso Nacional conjuntamente con el I Seminario Europeo del mutualismo y la economía social. En el congreso se lanza la idea de una Carta Portuguesa de la Economía Social y de su correspondiente europea que agruparía al mutualismo, al cooperativismo y el asociativismo. Al seminario acuden las principales autoridades del mutualismo belga, francés, español y de los organismos mutualistas europeos.

A pesar de estos avances, quince años más tarde, cuando Campos Franco<sup>45</sup> aplica a Portugal la investigación internacional lanzada por la John Hopkins University debe afrontar las posibles diferencias entre la economía social y el tercer sector. Afirma que la primera vez que este último término es utilizado es en un libro del año 2001. Según sus autores, que entrevistan a veinte “personalidades”, estas se inclinan por la utilización del término tercer sector<sup>46</sup> y llegan a la conclusión que la noción de economía social es polisémica y confusa<sup>47</sup>. Lo que contrasta abiertamente con las afirmaciones del prologuista de este libro, Paulo Pedroso,

entonces Ministro de Trabajo, quien dice que el declive de la economía social es un fantasma que pertenece al pasado y aboga por su afirmación y promoción.

En el mismo año, REAP, la Red Europea Anti Pobreza de Portugal, inicia un grupo de trabajo en el marco de un protocolo que debía promocionar la economía social en la perspectiva del mercado social de empleo iniciado en 1997. Convoca una mesa redonda llevada a cabo en 2003, con cinco especialistas para delimitar las relaciones entre la economía social y el tercer sector. Sus resultados son publicados<sup>48</sup> y ofrecen un interesante panorama en el que se nota una cierta basculación hacia la economía social y la irrupción de la noción de economía solidaria.

Esta nueva perspectiva terminológica y conceptual también había nacido a finales de la década de los ochenta del siglo pasado, “nas vizinhanças”<sup>49</sup> de la economía social en el seno de un proyecto del programa europeo de lucha contra la pobreza en las Azores. Merece resaltarse que como sucedía en muchas otras iniciativas en Portugal se trataba de romper con las pesadas e importantes tradiciones de la beneficencia y la caridad individual, de encontrar nuevos caminos económicos para la inserción laboral, de la creación de empleo y el desarrollo local, valorizando el patrimonio natural y cultural. Igualmente es digno de mencionar que empezar a calificar estas pequeñas experiencias como economía solidaria no fue una copia, ni recibió una especial influencia de lo que estaba sucediendo en paralelo en otras partes del mundo, como Francia o Brasil. Fue, hasta cierto punto, una originalidad Azoreña.

Pedro Hespanha<sup>50</sup> ha puesto de relieve como las nociones de economía social y de economía solidaria han seguido caminos diversos en Portugal. Mientras la primera ha

ido teniendo un reconocimiento institucional importante, la segunda ha permanecido invisible y solo en los últimos tiempos asoma la cabeza con fuerza.

Así pues, se puede sugerir que el resurgimiento de las aproximaciones teóricas y prácticas de la economía social y de la solidaria se produjo hace por lo menos treinta años. Aunque estén en proceso de consolidación, esto permite que desde el presente se puedan empezar a formular preguntas al pasado, cuyas respuestas tengan sentido para afrontar mejor el futuro.

### **Tres sorpresas Portuguesas no uso do conceito de economia social: a revista litteraria do Porto no ascenso do clima liberal**

Desde el punto de vista histórico, Portugal ofrece tres sorpresas en la utilización del concepto de economía social. La primera, es el de su uso en el título de una pieza teatral de 1806, publicada en 1823<sup>51</sup>. En ella se dan consejos, la mayoría morales, sobre los comportamientos económicos y sociales individuales y colectivos para el buen funcionamiento de la vida política y económica del país. Entre los diálogos de los personajes principales se intercalan preceptos que critican a los monopolios, al lujo excesivo, la ostentación de los ociosos y ricos, la especulación, la usura, la malversación y el espolio de los recursos autóctonos. Se defiende la austeridad, el trabajo, y la intervención del estado para limitar los estragos de un excesivo consumo que genera la pobreza del pueblo

La segunda sorpresa proviene de 1840 y esta es la novedad, cuando la revista portuense *Litteraria*, “periódico de litteratura, filosofia, viagens, sciencias e bellas artes”, como ella misma se denominaba, decide traducir y publi-

car en su número 25 de su tomo 5, el primer capítulo de las lecciones de economía social de Ramón de la Sagra que se habían editado en Madrid aquel mismo año<sup>52</sup>. La tercera sorpresa, es la continuidad posterior del uso del concepto de economía social. Ahora bien, el hecho que una revista de Porto tan prematuramente, solo diez años después del tratado del francés Dunoyer, utilizase este concepto plantea un conjunto de preguntas.

¿Cuales eran algunas características de esta revista? ¿En qué contexto se publicaba? ¿Que posible sentido tenia para la revista portuguesa publicar parte de las lecciones de economía social? ¿Fue un acto aislado o se situaba en una tendencia emergente? ¿En qué medida iniciaba una escuela de pensamiento que tendría continuidad en los tratados de la economía política y en otras publicaciones? ¿Cuales podían ser las relaciones entre el autor español y el grupo portugués? ¿Que proximidades tenían? ¿Quien era Ramón de la Sagra? ¿Donde se situaba cultural e ideológicamente?

Se puede suponer que si en un momento determinado un grupo o un director que publica una revista decide traducir y publicar un capítulo de un libro editado en otro país es porque les dice algo, porque les interesa, porque aquello que informa o explica tiene algún sentido para ellos o para el público al que se dirigen.

No parece que esta decisión fuera una casualidad o una mera curiosidad o una moda de traducir trabajos provenientes del resto de la península. Se puede deducir que existía un interés específico por cuanto tres años más tarde de haber publicado este capítulo, repiten y dan a conocer en su volumen decimo, el séptimo capítulo del tratado de la Sagra.

Por otro lado, no se puede decir que la Revista literaria tuviera una especial vocación hispanista o tuviera una concreta dedicación a publicar aquello que se discutía en el estado español. Aunque dedicaba intermitentemente un apartado en el que daba noticias de la vida política francesa y inglesa en el que también salían informaciones sobre los acontecimientos políticos del vecino país, más bien su posición era justificadamente crítica y desconfiada. En varias ocasiones se denuncian medidas y tentativas provenientes de unos gobernantes vecinos que minusvaloran a Portugal o que incluso muestran ancestrales anhelos expansionistas y ejercen concretas invasiones territoriales. En la revista hay un largo, razonado y significativo artículo sobre el uso del Douro en el que se pone en evidencia el peligro de la utilización de este río por parte de los intereses españoles para transportar bienes y sobretodo vinos que podían hacer la competencia a la producción de las bodegas portuenses. La revista publica todo el discurso que el diputado Agostinho De Silveira Pinto hizo a la Cámara de los Diputados el 13 de marzo de 1841 sobre la cuestión de los vinos del Alto Douro.

El discurso de Agostinho Albano de Silveira Pinto<sup>53</sup> es significativo no solo porque él fuera el animador y director de la revista y la influenciara, sino porque resume la historia productiva y exportadora de la viticultura de la cuenca del Douro, la sitúa en la historia económica de Portugal, denuncia las operaciones inglesas por dominar la exportación y almacenaje de los vinos, explica el papel de la Compañía Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, preconiza su renovada creación como cuerpo intermediario entre productores y comerciantes, afirma el papel agrícola de la economía portuguesa sin menoscabar la producción indus-

trial y aboga por la diversificación de los mercados externos y la subida de la calidad como defensa de los vinos de Porto frente a la competencia de los vinos españoles (Jerez) y franceses.

En esta línea, no deja de ser interesante constatar que, en el debate sobre librecambismo y proteccionismo, en general, la revista se inclina en favor de la última tesis como corresponde al clima mayoritario en el Portugal de aquella década. Maria de Fatima Bonifacio lo presenta así: “Nos anos trinta e quarenta do século passado, independentemente da coloração política dos governos, o proteccionismo converteu-se numa espécie de dogma da política econômica externa, partilhada não só por dirigentes e pela elite econômica, como pela opinião geral do país”<sup>54</sup>.

Portugal desde inicios de siglo, vivía años muy agitados y Porto tenía un protagonismo especial en esta efervescencia, en la que la ciudad se expansionaba demográfica y urbanísticamente y se convertía en uno de los focos anti absolutistas. En efecto, tal como sostiene Antonio Sergio, uno de los más preclaros exponentes de la economía cooperativa y social de Portugal, “As ideas renovadoras, propagadas pela Revolução francesa, eran introduzidas sobretudo pelos comerciantes estrangeiros, e alarmaban os governantes”<sup>55</sup>. Los amantes de las ideas de igualdad, libertad y fraternidad, que habían conocido estas ideas en los múltiples exilios que la azarosa vida política provocaba, pugnaban con aquellos que Antonio Sergio identifica como los defensores de las posiciones que él denomina comunitaristas. “de 1834 a 1850”, precisamente los años en que se publica la revista, “veem-se motins e contramotins, revoluções e contrarrevoluções, que denunciam a dificuldade de converter em estrutura particularista, de

pujante iniciativa na metrópole, uma estrutura heterôni-  
ma e comunitária, consolidada em quatro séculos de his-  
tória ultramarina”<sup>56</sup>.

Es una interpretación de aquella época. Seguramente hay otras. Pero es innegable que la revista sale a la luz pública en 1838 en un contexto convulso caracterizado por: 1) pocos años después de invasiones españolas, francesas e inglesas y de su permanente amenaza que se repite en 1847, 2) la huida del rey y su corte a Brasil y la independencia de este país (1822), 3) las guerras civiles, 4) una gran dificultad por construir un estado y sus infraestructuras con un déficit crónico de sus finanzas y una deuda pública que se agranda, 5) tres redacciones diferentes de la Constitución entre 1834 y 1851, 6) los continuos golpes y contra golpes que enfrentaban a Cartistas y Septembristas, a monárquicos, constitucionalistas y liberales y a los republicanos de varias tendencias.

La revista se publica en medio del difícil ascenso y la influencia creciente del clima liberal, de una inestabilidad política y social que iba a continuar con la revuelta popular llamada de Maria da Fonte y la sublevación de la Patuleia<sup>57</sup>. Los conflictos aun continuarían hasta llegar a la relativa estabilización que supuso el llamado periodo de la Regeneración iniciado en los años cincuenta del siglo XIX.

### **Porto. Una ciudad expansiva**

Ciertamente, en aquellos años del siglo XIX, Porto se expansionaba. Si en 1843 tenía unos 60.000 habitantes, veinte años más tarde alcanzaba los 90.000 y en 1878 superaba los 100.000. Este aumento poblacional procedía del crecimiento vegetativo, pero sobretodo de la cercana migración interior expulsada de una agricultura con crecientes

dificultades (Oidium y filoxera) y del retorno del reducido pero significativo grupo de los “Brasileiros” que se habían enriquecido en aquel país.

Porto había roto sus murallas desde hacía tiempo, pero las invasiones y la guerra civil no le habían permitido encontrar sus vías expansivas hasta los años sesenta del siglo XIX. Simbólicamente la primera máquina de vapor llega en el año 1835. Es una señal de un proceso de industrialización, superior al de Lisboa<sup>58</sup>, que se inicia lentamente en aquella década y al que le cuesta hacerse hegemónico. Porto sigue ofreciendo la imagen de una ciudad de comerciantes, tenderos y artesanos que es alimentada por la viticultura del Douro, de su puerto y de su función polarizadora de la economía de buena parte del Norte de Portugal. Durante mucho tiempo, Porto continúa siendo una ciudad donde abundan, valga la paradoja, las manifestaciones rurales: ferias de moços de Lavoura y de ramadería, huertas y quintas en el perímetro urbano, animales por las calles, tránsito de rebaños de cabras y ovejas, ... Las exposiciones agrícolas de 1857, 58 y 60 son significativas de su carácter de capital mercantil y agrícola. Pero los inicios fabriles, aunque sean inciertos, siguen su curso y en 1861 y 1865, las exposiciones son industriales. En este último año se inaugura el Palacio de Cristal., símbolo de construcción metálica que augura una nueva etapa y en 1877 se inaugura el primer puente, diseñado por Eiffel y Seyrig, sobre el Douro por el que podía pasar el ferrocarril, que terminaba en Campanhã y que facilitaba la entrada de primeras materias y la salida de productos acabados<sup>59</sup>

La mejora de las comunicaciones y los transportes, la llegada del ferrocarril con dos estaciones, algunas innovaciones tecnológicas, la preponderancia del mercado local y

una escasa circulación de pequeños capitales, fruto de ahorros particulares sin financiación bancaria ni ayudas estatales explican la incipiente industrialización. Esta, tenía algunos antecedentes remotos con las unidades fabriles del siglo XVIII creadas por el estado y antecedentes próximos, puesto que ya a comienzos del siglo XIX proliferaban pequeños talleres de hilado. Según la encuesta industrial de 1813, el 80% de los establecimientos industriales pertenecían al sector textil<sup>60</sup> y el 91% tenían menos de 20 operarios. La industria que se origina, salvo unas pocas grandes fabricas, se caracteriza por talleres de poca dimensión, el trabajo a domicilio, los bajos salarios y la pervivencia de las formas artesanales de trabajo, donde básicamente se tejía el algodón y la seda. Si en 1830 habian 2.500 trabajadores a domicilio, la encuesta de 1881 daba 30.000 tejedores domesticos<sup>61</sup>. Los cuales básicamente eran proveidos por algunas fabricas a las que vendían, a pieza, su producción. Mas de un cuarto del total de la población portuense trabajaba así. El carácter dependiente de la industria de una débil demanda interior<sup>62</sup> y su proceso discontinuo tampoco ofrecen muchas dudas: epidemias de colera y tifus de 1855-1856, crisis agrícolas (1853-57), crisis bancaria de 1876, depresión de los años 80, peste bubónica de 1899, ...

Pero ello no impide que, poco a poco, Porto, siguiendo los ejes radiales anteriormente trazados por los Almada, se extienda por los nuevos barrios de Bonfim, Campanhã, Santo Ildefonso y Paranhos donde se asientan las habitaciones destinadas a los operarios. El centro histórico, cercano al rio, insalubre, sobresaturado y degradado fue abandonado por las clases pudientes que se instalan en las partes altas de la ciudad y es ocupado por las crecientes olas de inmigrantes que provienen del mundo rural. El centro económico se va

desplazando hacia la Praça Nova y sus alrededores. Allí se encuentran las sedes de las sociedades mercantiles, los hoteles, restaurantes, bancos, tiendas y comercios de lujo, donde compra una nueva burguesía a la que le gusta ostentar. Tal como pone de relieve en su magnífica introducción, el historiador portugués, Pereira Martins<sup>63</sup>, el literato y poeta Camilo que vive en Porto en aquellos años, retrata, con sarcasmo, a unas clases ascendentes más preocupadas por conseguir títulos nobiliarios que por invertir en la industria. Una “aristocracia mercendaria” (de tenderos) que “converteram as furias civicas em arranjinho domestico”, que vive en una cultura de la apariència y se mira en el espejo francés.

Los empresarios industriales portugueses, que se afirman en la segunda mitad del siglo XIX aliándose a menudo con los comerciantes, tienen, según otro historiador de la ciudad, Jose Manuel Cordeiro<sup>64</sup> muchas dificultades para obtener financiación de los bancos. Otros negocios son más rentables. Los intereses y las garantías para los créditos a las empresas son muy altos. No consiguen trascender el mercado local y nacional. Algunos empresarios uniéndose consiguen superar estos obstáculos y constituir un sector más moderno que incorpora maquinaria, pero la gran mayoría de la industria está compuesta por empresarios individuales con sus familiares, que a menudo tienen sus pequeños talleres en casa, trabajan artesanalmente y conservan sus estructuras corporativas. Lo que lleva a Cordeiro a hablar de economía dual. La cual según Teixeira también se reflejaría en la urbanización de la ciudad y más en particular en la construcción de las “Ilhas”<sup>65</sup>.

Contrariamente a lo que habría sucedido en Lisboa<sup>66</sup>, donde solo los patios se asemejan a las Ilhas, estas caracterizan la vivienda obrera de Porto. Como explica detallada-

mente Teixeira, en esta ciudad en los espacios traseros de las alargadas fincas se construyen habitaciones de máximo 16m, de un solo piso, donde se acomodan malamente las familias operarias y los componentes de las clases populares que no pueden pagar altos alquileres. Eran construidas en las áreas residenciales de las clases medias quienes, abrían un largo corredor que daba al patio trasero. Allí se aprovechaba el espacio que permitía edificar, con poca inversión, viviendas que no tenían ni retrete, ni agua corriente, ni alcantarillas. Entre 1878 y 1890 fueron construidas 5.100 habitaciones de este tipo, en las que, según Ricardo Pinto<sup>67</sup>, habitaría un tercio de la población de la ciudad a finales del siglo XIX. Una población excluida e invisible. Otra ciudad escondida, ocultada, estigmatizada y peligrosa donde también las clases populares se socializaban y se organizaban<sup>68</sup>. Espacio público y privado donde se confundían y se ejercían solidaridades primarias y conflictos familiares.

Como consecuencia de estas dos dualidades también se podría insinuar una tercera de tipo laboral imperante en la ciudad invicta. Por un lado, una minoría de trabajadores asalariados, con empleo relativamente estable, con remuneraciones que permitían afrontar si se tenía trabajo, un coste de la vida que fue creciendo. Según parece tal como explica Maria filomena Monica<sup>69</sup> los trabajadores de las fábricas de sombreros formaban parte de esta “aristocracia obrera”. Los intereses de la cual podían confluír, durante un tiempo determinado, con los empresarios de este sector frente a la entrada de la competencia exterior.

Por otro lado, tal como describe Silva Taborda<sup>70</sup> existía una masa de proletarios trabajando más de 16 horas diarias, en pésimas condiciones que generaban accidentes de trabajo y enfermedades profesionales, cobrando sa-

larios miserables que obligaban a que toda la familia se viese obligada a trabajar. Aprendices y mujeres eran aún más explotados y maltratados y se calcula que las utimas cobraban un decimo de la remuneración de los hombres. Quedarse sin trabajo era la miseria. También se puede suponer que los dependientes de las tiendas, los vendedores ambulantes, otros trabajos no cualificados y los artesanos que veían declinar sus negocios formaban parte de estas clases populares. Estos últimos resistieron durante largo tiempo y fueron capaces de dar continuidad a sus mecanismos gremiales y crear multitud de asociaciones mutuales que cubrían sus necesidades más peremptorias. Papel ambiguo por cuanto constituían una defensa corporativa que les ligaba a tiempos pasados y eran a la vez, crisoles colectivos de nuevas esperanzas de liberación.

Tampoco se pueden exagerar las dicotomías internas que generan estas dualidades. Es muy posible que todo el sector industrializante (grandes y pequeños empresarios, trabajadores asalariados y a domicilio, artesanos tejedores) estuviese interesado en dejar su carácter subalterno con respecto a la burguesía mercantil y en tratar de imponer una lógica fabril. A este respecto no deja de ser significativo que Pinheiro Ferreira en 1840 dirija su proyecto al conjunto “das classes Industriosas” y que empiece su texto afirmando: “a classe industriosa, ou que vive do seu trabalho, bem que seja a mais numerosa e util, tem sido infelizmente até agora, em toda a parte, menos contemplada e favorecida do que podia, e devia ser”. Y conectando con otros autores y con el movimiento asociativo utiliza indistintamente estas palabras con “as classes laboriosas”, que va a ser la forma más usada para denominar al conjunto de los que procuraban abrirse camino económico y social a partir de sus actividades productivas.

Esta confluencia de intereses contra las ataduras del antiguo régimen, contra las actividades especulativas, no tenía porque durar toda la vida y a medida que la industria fue siendo más protagonista, en la segunda mitad del siglo XIX, volvieron a diversificarse. Aunque hay muestras de huelgas anteriores, 1871, 1875-77 por ejemplo, quizás la gran huelga de 1887 de Porto, fue la demostración más palpable de estas diversificaciones y contradicciones internas y del agotamiento de un liberalismo que ya no podía ofrecer proyectos y medidas entusiasmantes para los trabajadores. Gonzalves Viana en su libro publicado en 1895 y reeditado después, sobre el anarquismo en Portugal<sup>71</sup> señala que esta separación entre burguesía y proletariado, en Porto, se produjo en 1881. Muy probablemente, la autonomía proletaria sea más un proceso de maduración que una fecha determinada y por lo tanto es muy posible que una cierta sujeción a ideas, partidos, costumbres de origen burgués continuasen después de 1881.

Pero, fuera sobre una base de confluencia o una conflictual, Porto<sup>72</sup> ya era claramente, a finales del siglo XIX la segunda ciudad de Portugal, activa, diversificada económicamente, polarizada socialmente, culturalmente inquieta, sujeta a vaivenes políticos que la harían pasar del liberalismo al republicanismo.

### **Pinheiro Ferreira, um liberal reformista próximo da economia social**

Si el liberalismo había ido creciendo, liberales los hubo de muchos pelajes en el Portugal de los primeros cincuenta años del siglo XIX. Se acostumbran a distinguir los moderados de los radicales. Aun cuando sus diferencias podían acrecentarse o desvanecerse según periodos y problemáti-

cas, como por ejemplo las relaciones con Inglaterra, o el déficit y la deuda pública, o la defensa de una posible industrialización.

Para entender mejor este oscilante clima liberal se puede escoger a un autor, Pinheiro Ferreira, que es uno de los que más se acerca a la economía social. Filósofo y jurista, miembro de la congregación del Oratorio que tuvo que abandonar, fue después perseguido por la inquisición, y debió exiliarse. Acompañó al rey en su estancia brasileña, volvió a Portugal donde fue ministro de la guerra y de negocios extranjeros (1821-23). Vivió largo tiempo en Francia. Publicó muchos libros y artículos sobre variados aspectos<sup>73</sup> y se ha llegado a decir que influenció a Proudhon<sup>74</sup>.

Pinheiro Ferreira, cuatro años antes que la revista literaria publicase el artículo de Sagra, da a conocer, en portugués, “Proyecto de um Banco de Seguros e Socorro Mutuo” publicado en Paris<sup>75</sup>. Se trata de 82 detallados artículos de un reglamento para crear bancos a escala local y comarcal integrados por propietarios agrícolas y de un sistema de seguros contra los siniestros. Advierte de la dificultad de generalizar un espíritu asociativo en la agricultura.

Em 1840, publica “O projecto de Associação para o melhoramento da sorte das classes industriosas”<sup>76</sup>. En esta interesante propuesta asociativa, hasta cierto punto proudhomaniana avant la lettre, intentaba integrar a escala local los diferentes actores productivos. A través de 214 artículos quiere crear las condiciones para “toda as pessoas que quizerem assegurar-se mutuamente um auxilio fraternal para os casos em que accidentes naturaes, a maldade dos homens ou o abuso de poder que houverem causado prejuizos inevitaveis”. Organiza al conjunto de la actividad económica por sectores que en algunos casos recuerdan a los

gremios. (agricultura, artes mecánicas, químicas, bellas artes, ciencias generales, servicios estatales...). Estas asociaciones regidas por el voto en asambleas darían trabajo, empréstitos, socorros a ancianos y enfermos, fijarían precios y salarios, crearían escuelas, casas de salud, de retiro, de maternidad, de ocio y recreación... a partir de las cotizaciones de un tercio de los medios de subsistencia de sus miembros. Argumenta que este sistema de reforma social podría funcionar con independencia de los gobiernos y guiado por los principios de la justicia distributiva y la moral universal.

Al final de su vida, en los años cuarenta, Pinheiro Ferreira colaboraba con varias revistas *O Panorama*, *Revista Popular*<sup>77</sup>, *Aurora* y muy especialmente con la polifacética *Revista Pantología*<sup>78</sup> que se publicó en Lisboa en los años 1844-45. Escribió varios artículos para ella. En el número 14 y bajo el título de “Os sistemas absolutos em economia política” se muestra ecléctico entre agricultura e industria y critica a los partidarios de un solo sector. En un artículo sobre “O premio do dinheiro” publicado en el número 19 de esta revista, se afirma “ñao será fora de propósito que consideremos seus efeitos sobre a economia social e a sua perniciosa influencia contra a prosperidade da nação”. El alto precio del dinero perjudicaría a una economía social preocupada por el trabajo, la situación miserable de la población y la evolución del empleo.

Como se ha dicho, en aquella época, Pinheiro Ferreira parece ser uno de los economistas más próximos a la economía social<sup>79</sup>. No solo porque publicase varios trabajos abogando por la creación de bancos rurales<sup>80</sup> y de socorros y seguros mutuos<sup>81</sup> sino porque en su tratado de economía política publicado en francés<sup>82</sup> y en inglés<sup>83</sup> advierte del peligro de transformar a los hombres en “maquinas instintivas”.

Tema recurrente que le acercaba a la literatura sociológica y económica más o menos utópica de la época.

En este tratado, redactado bajo una forma pedagógica, Pinheiro Ferreira hace un repaso de los principales conceptos económicos, propone que la justicia esté por encima de la propiedad y que la economía respete los intereses de los diferentes actores, confiando en el mercado y pone en evidencia los efectos negativos de una fiscalidad excesiva. Su trabajo muestra su considerable erudición que pasaba por el dominio del castellano, francés, inglés y alemán y su conocimiento del pensamiento económico. De hecho, sus notas bibliográficas ofrecen un panorama ordenado por autores y países de los principales cultivadores de la economía política de su época: Smith, Ricardo, Malthus, Godwin, Rau, Say, Blanqui, Dunoyer, Droz, Villeneuve-Bergemont, Florez Estrada, Ward, ... Pinheiro Ferreira utiliza el concepto de mutualismo y del asociacionismo pero no el de economía social. Cita a Saint Simon, Fourier, Owen aunque sea para manifestar su desacuerdo con ellos por “su falta de sentido común”<sup>84</sup>.

### **Economía política e economía social**

¿Cabría interrogarse si la falta de estatuto de la economía social o su subalternidad, para la mayoría de los autores de la economía política se repite en Portugal o preguntado de otro modo, hasta qué punto los rasgos específicos de la realidad socioeconómica portuguesa que interesaban a la economía social se reflejaban en los sucesivos manuales de economía política que se iban publicando?

Hay que empezar por recordar el uso de las palabras economía social en una pieza teatral redactada en 1806 y publicada en 1823<sup>85</sup> en la que se dan consejos, muchos de ellos

morales, sobre los comportamientos económicos individuales y colectivos para un “buen” funcionamiento de la vida económica y política del país. Es una pieza pionera, por ahora, en el uso de la economía social, en la que subyace una perspectiva próxima a un arbitrio a la portuguesa.

Desde inicios de siglo XIX y aun antes, se fueron editando manuales y tratados de economía política en Portugal<sup>86</sup>. Algunos eran los apuntes de las lecciones que se daban en las pocas cátedras de economía que se iban creando en las facultades de derecho de las universidades (Coímbra, Lisboa, Porto,) o en las escuelas politécnicas. Otros no estaban tan ligados a las estructuras docentes. La tarea por realizar sería ver hasta qué punto en estos manuales, estaban presentes los conceptos y la perspectiva de la economía social y porque no, de la solidària. Aun cuando, la mayoría de esta producción estaba claramente influida por el pensamiento de la economía clásica y del liberalismo habría que rastrear en los pioneros trabajos de Solano Constancio, Silva Lisboa, Rodrigues de Brito, Ferreira Borges, Acúrsio das Neves, Adriaio Pereira Forjal de Sampaio, Oliveira Marreca y del ya citado Pinheiro Ferreira. Quizás se encontrarían temáticas y puntos de vista que conectan con la economía social. Este es el caso de un socializante Constancio Solano que critica a los economistas clásicos y aboga en favor del cooperativismo<sup>87</sup>.

Ya en el siglo veinte y perteneciendo a otra generación, en el tratado de economía política de Tamagnini Barbosa<sup>88</sup>, católico seguidor de Le Play, se vuelve a encontrar una defensa del cooperativismo que después continuaría con otros libros<sup>89</sup>. Otro seguidor de Le Play, Marnoco e Sousa publica primero un tratado de economía social<sup>90</sup> y posteriormente uno dedicado a la economía política<sup>91</sup>.

A inicios de siglo se traduce y publica el tratado del jesuita francés Charles Antoine, Curso de economía social<sup>92</sup>. En la introducción del padre Antonio de Santa Maria se afirma que los dos volúmenes de este curso cubren una importante laguna y que debería ser estudiado en los seminarios de Portugal para que el clero portugués entre en la acción social con conocimientos. El curso es una adaptación ampliada y sistemática de la encíclica Rerum Novarum de Leon XIII. Como ella, se posiciona contra el liberalismo por su individualismo y el socialismo por su estatalismo. Añade una crítica a los principios de la revolución francesa. Antoine catedrático de la universidad católica de Angers se pronuncia en favor de la economía social porque introduce criterios morales que completan a la economía política “tal como entiende a escola liberal, classica e ortodoxa”<sup>93</sup>. Esta publicación no deja de ser significativa del cambio de posición de la doctrina social de la iglesia católica que trata de incorporar a la economía social en sus fundamentos argumentales y a la que otorga una superioridad moral. En este mismo sentido se había pronunciado Jose Capello Franco Frazao en la conferencia que había dado en la Sociedade de Geografia de Lisboa en 1895<sup>94</sup> sobre la economía social cristiana. El autor cita tanto la Rerum Novarum como autores alemanes y franceses, católicos y protestantes, para argumentar que desde 1860 las iglesias se preocupan por la cuestión social. Y esta preocupación que, según el autor, supera al socialismo y a la escuela de “Manchester” es la que fundamenta “a economía social cristã e pois como a economia política, a sciencia das riquezas, mas subordinada aos principios morais do christianismo e a sua concepção da vida social”<sup>95</sup>.

No deja de ser interesante constatar que el catolicismo no tiene el monopolio del uso de las palabras de economía social en Portugal. Así en 1905 se publica la traducción del libro de Laveleye<sup>96</sup>, *Estudo dos povos católicos. Estudo de economia social*. Este economista, profesor de la universidad belga de Lieja, argumenta que el catolicismo es la causa de la decadencia de Portugal y de otros pueblos latinos, en contraste con otras naciones que abrazaron las tesis de la iglesia reformada y evangelista.

Quedan señaladas así unas pistas para la investigación que deberían recorrerse. No es posible hacerlo aquí. Baste mostrar otro aspecto, que es el de una relativa continuidad de las publicaciones en las que formalmente se cita a la economía social en Portugal.

### **A emergência dos anos 50 e a continuidade no uso do conceito da economia social**

Se puede afirmar que las dos palabras juntas economía social no eran desconocidas en el Portugal de mediados de siglo XIX.

Un primer ejemplo es el de la revista *O Atheneu. Jornal Litterario, d'Administração e Economia Social* que empezó a publicarse en Lisboa a inicios del mes de enero de 1850 y que terminó su corta vida en el mes de Marzo de 1851. Era un semanario cuyo objetivo era tratar “de Agricultura, Comercio, e Industria, as Obras Publicas, a Instrução Publica, as Finanças, a Administração Publica, toudos os assumptos en suma dos que mais depende a prosperidade e engrandecimiento das nações a luz da sciencia, e sem menor referencia as chamadas questões políticas”<sup>97</sup>. Esta ecléctica revista publicaba artículos largos sobre higiene pública, las vías de comunicación, la reorganización de la

marina y el ejército, se preocupaba por la situación de la administración pública y daba siempre noticias sobre novedades científicas. Se definía así: “Num país bem administrado, onde os elementos de produção se acharen em perfeito equilibrio, onde a distribuição das riquezas se fazem segundo as regras de eterna justiça e de uma boa economia social, uma vez encetada a carreira de desenvolvimento industrial, fácil e progredir nella”

Lo más sorprendente es que bajo la firma de J.M. do Casal Ribeira, esta revista dedicó repetidamente algunos números<sup>98</sup> a explicar detalladamente las teorías de Fourier y su falansterio, por las que parece sentir un claro y positivo interés. En estos artículos, el autor se desmarca claramente de las tesis de Malthus y cita a Saint Simon, Campanella, Owen, Blanc, ....

En 1844, Antonio Alves Martins, futuro obispo de Viseu, había publicado un libro<sup>99</sup> en Porto, en cuyo título aparece la economía social. En el glosaba las teorías del jurista y economista italiano Chitti que había publicado unos años antes un tratado de economía social en Bruselas y del polémico teólogo católico francés Lamennais, tratando de vulgarizarlas. Costa Ferreira<sup>100</sup> valora así esta aportación: “Defendia pois, uma espécie de socialismo societário ou, por outras palavras, uma sociedade mais justa baseada em associações, mutualidades e cooperativas, onde a ajuda mútua reforçasse conjuntos esforços de desprotegidos povos”. Se pueden formular algunas dudas sobre el socialismo de Alves Martins, franciscano, que antes de ser obispo fue un agitado y radical político liberal que llegó a ser diputado y ministro<sup>101</sup>. Tampoco Chitti y Lamennais fueron estrictamente socialistas, aunque sí que es cierto que defendían una nueva organización societaria fundada en la manco-

munación de los esfuerzos colectivos. Pageaux<sup>102</sup> explica la influencia de Lamennais en la península ibérica. Sus obras empezaron a ser traducidas desde 1820 y el propio Martins traducía su libro “O Omnium, associação do crédito geral” en 1841. O sea que conocía las ideas de este liberal católico socializante, influenciado por Proudhom, que incluso fue invitado por Marx para colaborar en los Anales Franco alemanes de 1844.

Curiosamente, el libro de Alves Martins es más bien un tratado de economía monetaria en el que se defiende la introducción del papel moneda y nuevos sistemas de crédito. En él, se encuentra una propuesta de decreto ley con 15 artículos que defiende la creación de un Banco de Lavoura para sostener la actividad de los viticultores del Douro. El autor argumenta que el aumento de la circulación monetaria y de capitales facilita el comercio, baja el interés y ofrece posibilidades de acceso al crédito a quienes no lo tenían, dándoles la oportunidad de crear su propio trabajo, tener sus propios productos e “...disminuirà progressivamente o afflictivo, e perigozo contraste da excessiva opulencia, e da miseria extrema”<sup>103</sup>. Además, Alves Martins, en su etapa de ministro va a oponerse por dos veces a la legislación en favor del asociacionismo. Una primera cuando suspende la publicación del informe realizado por la comisión creada por Andrade Corvo en 1866 y otra, cuatro años más tarde cuando se opone al decreto de 15 de junio que legisla en favor del derecho asociativo<sup>104</sup>.

Un cuarto ejemplo es el de la rubrica Economía social e intrucción publica que se encuentra en la revista A época. Jornal de Industria, Sciencias, Literaura e Bellas Artes que se publicó en Lisboa en los años 1848 y 1849. Editó 52 numeros y era impulsada por Luiz Augusto Rebello da Sil-

va y João de Andrade Corvo, quien, como ministro, veinte años más tarde, será el promotor de la Ley Basilar sobre el cooperativismo. Los dos impulsores del *Jornal*, pertenecían a la misma generación nacida en los años veinte del siglo XIX, tuvieron una sólida formación académica, cultivaron la literatura y se dedicaron a la política<sup>105</sup>.

Um quinto ejemplo lo ofrece “O *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes laboriosas*” que se publica en Porto. En efecto, en los números 6,7 y 9 del año 1853 existe una rúbrica cuyo título es economía social bajo la cual trata de asuntos de economía doméstica y da informaciones sobre Francia. En el número 11, Vieira da Silva, uno de sus fundadores, escribe un artículo en el que cita a Fourier, a Cabet, a Pierre Leroux, a Louis Blanc, a Proudhon, a Saint Simon, a Owen y a los pensadores utópicos del siglo XVI.

Otro ejemplo lo ofrece el recomendable libro de Moses Bensabat Amzalak<sup>106</sup> editado en 1928 en el que se presentan un buen número de las biografías de los pensadores económicos portugueses. El autor utiliza el concepto de la economía social referido a varios de ellos y en particular a Sousa Brandao. En efecto, este ingeniero militar que conoció en su exilio de París la revolución de 1848, activo socialista, fundador con Lopes de Mendonça de la revista “O eco dos operarios”<sup>107</sup>, de la asociación para la mejora de las clases trabajadoras, y de varias cooperativas. Escribió en 1857 un libro sobre la economía social<sup>108</sup> que gira alrededor del trabajo y que pone el acento en la asociación cooperativa de los trabajadores.

### **O Tratado de Economia Social de Sousa Brandao**

Vale la pena detenerse en la presentación del libro de Sousa Brandao. Este interesante Tratado de 144 páginas supone una clara ruptura con anteriores análisis. En su

explicación previa ya anuncia que, a partir de su simpatía con la clase obrera, su objetivo es la crítica a un conjunto de ideas falsas que circulan sobre el crédito, el capital, la moneda, los tributos, la distribución y la acumulación de las riquezas.

Sousa Brandao se sitúa en una perspectiva dialéctica por la que la desigualdad hace levantar a los hombres contra sus opresores en la búsqueda de su libertad. En esta persecución, desde la esclavitud, la edad media hasta sus días, la asociación libre y el trabajo son las condiciones de la emancipación: “Pelo poderoso incentivo que a associacão da ao trabalho, como principio da produçao e do consumo, que são os objetos principaes da economia, daremos a este conjunto de idéas o titulo de ECONOMIA SOCIAL”<sup>109</sup>. Esta definición se completa con la identificación de un proceso en el que primero se constituyen las asociaciones, algunas procedentes de los antiguos gremios, después, las sociedades de socorros mutuos y posteriormente las productivas, y de la elaboración de un cuerpo científico que se fundamenta en Saint Simon, Fourier, Pierre le Roux, Cabet, Proudhon, Louis Blanc, Bastiat y Pinheiro Ferreira, único portugués que cita.

Reconoce Sousa Brandao que la economía social proviene de la economía política y de la afirmación de Adam Smith que el valor se fundamenta en el trabajo. Al mismo tiempo, critica a la economía política porque acepta las costumbres como leyes naturales y describe los hechos sin querer modificarlos, se focaliza en el comercio y no en la producción, justifica la renta propietaria y el interés, consagra el principio de la utilidad sin tener en cuenta las necesidades y conduce a una competencia fuente de monopolios, fraudes, riesgo de fracaso de muchos establecimientos y sobretudo

precariedad y disminución salarial. Frente a esta concepción se alza la economía social que los socialistas defienden. Termina su larga introducción con estas palabras: “a missão da economia política acabou. O furor por ella extinguiu-se. O valor dos seus principios perdeu-se. A applicação das suas regras é sem resultado” .... “Tal e a rasão porque os socialistas tomaram a missão de reformadores e se propozeram destruir os abusos econômicos, refazendo a sciencia, e assentando-a sobre o trabalho, principio único da produçào, e origem de todas riquezas”.

Lógicamente, dedica el primer capítulo al trabajo concebido como esfuerzo humano transformador que da valor a los productos y que es distinto del precio fijado por el mercado. El trabajo es la fuente igualitaria de todos los derechos y no la propiedad. A cada uno según su trabajo, afirma. Lo que le aleja de los economistas y de la economía política dominantes. Frente a ellas debe erigirse la economía social como ciencia de la producción y el consumo asociativos libres, que estudia las condiciones sociales para reformarlas estableciendo el principio de la justicia. Y a pesar del “horror que causa este nombre”, Sousa Brandao se define como socialista para distinguirse de la vieja economía que defiende la sujeción del trabajador al capital, la división en dos clases de la sociedad y que quiere que “la reconstrução da sociedade parta da cima, dos governos, da centralisação, quando os socialistas querem que parta de baixo, da simples associação para o trabalho”<sup>110</sup>.

En su afán pedagógico, dibuja un círculo con Trabalho-Produção-Consumo con la Vida Social en el centro, concebida como movimiento social. Continúa estableciendo unos diálogos imaginarios en los que el hombre es el inicio y el fin de la transformación de la naturaleza. La cual con

el esfuerzo humano alimenta la humanidad y sin el volvería a ser improductiva, inerte. Dedicó varias páginas a explicar estas relaciones y a rebatir las tesis de Bastiat por las que la tierra y los agentes naturales tienen por sí mismas funciones útiles. No deja de ser interesante esta preocupación “ecológica” de Sousa Brandao que, aun cuando muchas de sus afirmaciones se hayan visto superadas, le conectan con la actual economía solidaria. Admira la capacidad natural de autoorganización animal: “Quando os animais silvestres estão livres da acção do homem parece que são mais inteligentes, mais vivos, e mesmo mais industriosos que cuando domesticados. Não é difícil vêr republicas d'estes animaes, proverem á sua sustentação com uma ordem e uma economia, que os podíamos dizer sabedores d'esta sciencia.”<sup>111</sup>.

Citando a Fourier, Considerant y Proudhon, Sousa Brandao aborda en su segundo capítulo la caza, la pesca, la agricultura, la industria extractiva. La gratuidad de los medios naturales y su impotencia para transformarse sin la mano del hombre conducen como consecuencia lógica a la afirmación de los derechos iguales a la tierra de todos los hombres. Mientras que estos tienen el derecho de consumir, guardar o intercambiar los productos fruto de su trabajo.

En el siguiente capítulo distingue dos dimensiones. Una es el trabajo intelectual o especulativo, otra el trabajo físico. Es una distinción clásica y convencional. Pero es más interesante la idea de su complementariedad y de la necesidad de que estas dos dimensiones sean cultivadas a lo largo de la vida. Imagina una unidad de trabajo resultado de las mismas que debería servir para medir el valor de sus manifestaciones e insiste en abrir la formación a todos sin monopolios ni exclusivismos.

Otra de las preocupaciones de Sousa Brandao es la de explicar el trabajo industrial y el maquinismo. Sus explicaciones son interesantes porque primero, permiten comprender en qué punto se encontraba la introducción del vapor y de las maquinas herramientas en Portugal. Segundo porque siendo ingeniero da una detallada información sobre la utilización de materiales y de fuentes energéticas, el papel de los motores, la producción textil. En tercer lugar, porque introduce la clasificación adoptada en la exposición universal de Paris de 1855 de la producción industrial. Y cuarto porque critica la noción de capital y los derechos que derivan de ella para defender que el capital es una acumulación del trabajo de varias generaciones. Y que por lo tanto el problema viene de la apropiación por unos pocos de un capital que la ley ampara y del hecho que los operarios no pueden acumular dado que deben gastar su mísero salario en el consumo. Sino fuera así, los trabajadores podrían asociarse, tener lo que él llama capital social, crear industria y gestionarla.

Sousa Brandao no parece un cristiano convencional y aun menos un católico estricto. Comparado con otros autores de su época sus referencias a un poder divino son mínimas y nunca habla de las enseñanzas de la iglesia católica. Pero tampoco se define en contra. Sus enemigos ideológicos son otros. Los especuladores, los explotadores, los que no reconocen el valor del trabajo, los que impiden la creación de asociaciones libres de consumidores y productores, una buena parte de los académicos de su época a los que dirige comentarios especialmente críticos poniendo de relieve la inutilidad de sus enseñanzas, las teorías erróneas introducidas por los economistas,....

Sousa Brandao es un socialista, así se define el mismo, que argumenta en favor de una economía social liberadora al servicio del trabajo. El cual se convierte en su tratado en el centro de sus reflexiones. Conoce y cita a los autores del socialismo francés de su época, de los que escoge aquellos pensamientos que le permiten desarrollar sus posiciones. Utiliza varias veces el termino de comunista para rechazarlo, aunque los argumentos que da, sean, en este caso, bastantes confusos.

Sousa Brandao era un socialista utópico? Hasta cierto punto. Porque por un lado sus propuestas son contrarias a las ideas dominantes de su época, marcan un horizonte lejano y raramente explica como hay que cambiar las condiciones sociales, económicas y políticas que permitirían una transición hacia su modelo de sociedad. Algunos comentarios negativos sobre la política y el mercado especulativo dejan entrever su central posición societaria. Quizás la alianza entre los que tienen la fuerza y los que trabajan con la inteligencia, en una misma dirección y la libre capacidad asociativa popular serian dos de sus razonamientos estratégicos. Por otro lado, no aspira, no lo dice, a convencer moralmente a los poderosos. Se dirige a los de abajo intentando ser lo más pedagógico posible, con cuadros y sinopsis, con argumentaciones bien construidas, algunas veces repetitivas. Su formación de ingeniero, a la que critica con vehemencia, y su curiosidad intelectual, le permite utilizar buena parte de los conocimientos técnicos y científicos que entonces circulaban. Lo que da como resultado, un bien construido tratado de economía social centrado en el trabajo. Es una lástima que Sousa Brandao no pudiese publicar los otros volúmenes que promete al final de su obra o que por ahora no se conozcan. Según sus propias palabras

pensaba dedicar el siguiente a las asociaciones en el que evaluaría la producción y el consumo y el tercero a la aplicación de los principios del primer volumen.

No deja de ser interesante transcribir su propia descripción de cómo elaboró su libro: “Se se reputar que um esforço phisico equivale a um sufrimiento ou um trabalho a um esforço intellectual; podemos ter já a esperança de que os trabalhos da intelligencia antes de manifestadas hão de ser todos incluídos no preço porque se paga a manifestação, e ninguém poderá negar a justiça d'essa paga. Nós mesmos que escrevemos isto a que chamamos livro, tratado, ensaio, folheto, tudo o que quizerem, poderemos exigir, que junto com este trabalho se nos pague o tempo consumido a estudar a sciencia militar ou a engenharia civil, ramos a que nos dedicamos nos tempos mais esperançosos? Não por certo. Qualquer que seja a sorte do escripto, o desprezo mesmo, o que temos direito a esperar é a remuneração de uma parte do tempo consumido em estudar os economistas e os socialistas. Nove anos que empregamos nas engenharias, se não foram de todo, foram na maior parte perdidos e inúteis a este escripto”<sup>112</sup>.

### **Algumas mudanças nas práticas e no discurso**

Los cuatro ejemplos anteriores y muy especialmente el de Sousa Brandao, muestran que en la década de los cincuenta<sup>113</sup> no solo el concepto de economía social empezaba a ser utilizado, sino que algo estaba cambiando en las mentalidades y en las prácticas populares de las grandes ciudades portuguesas.

Desde la perspectiva del discurso hay que aludir al precursor Constancio Solano quien en Inglaterra y Francia publica varios ensayos en los que aparece una crítica a los

axiomas y autores de la economía clásica y al modelo inglés de desarrollo capitalista y una defensa de la ciencia social, opuesta a la economía política, de la economía cooperativa y de una justicia distributiva. Si algunos de los rasgos de la economía solidaria son la democracia económica y la voluntad de transformación social, entonces puede resaltarse que algunos de sus textos<sup>114</sup> se acercan a estos contenidos.

Mesquita<sup>115</sup> en su interesante repaso del pensamiento socialista cita al médico Manuel Dos Santos Cruz como la voz en un desierto que empieza a llenarse con las consecuencias de la revuelta de 1848 en Francia. Castilho que publica en las Azores en 1849<sup>116</sup> sería una de estas voces que junta propuestas socializantes con un cristianismo social. Después vendría una generación de pensadores (Joaquim Marcelino de Matos, Custódio José Vieira, José Maria Casal Ribeiro e António Pedro Lopes de Mendonça) en la que sobresalen Henriques Nogueira y Sousa Brandao, que, en cierto modo, se articula con los inicios de las organizaciones sociales obreras y sus medios de comunicación. Henriques Nogueira creaba en 1844 la Biblioteca del Socialismo y posteriormente, en 1851, publicaba *Estudos sobre a reforma em Portugal*. Este autor, muerto tan prematuramente, merece algunos comentarios que se realizan unas líneas más abajo.

Los historiadores Pereira y Castro, señalan por un lado la continuidad de las iniciativas corporativas en Porto puesto que en 1855 había unas 1000 hermandades y cofradías, por otro lado, la incapacidad liberal de suprimirlas y en tercer lugar la expansión de una industria manufacturera que hacía proliferar las unidades domésticas y oficinas a través del sistema de la “*empfeitada*” e de trabalho ao domicilio<sup>117</sup>.

Desde esta perspectiva de la práctica y según el excelente artículo de Pacheco Pereira<sup>118</sup>, los años cincuenta del siglo XIX fueron cruciales en la emergencia del movimiento obrero en Portugal y muy especialmente en Porto, en unos momentos de una cierta estabilidad institucional, expansión económica y creciente industrialización. Según este autor, las principales características de esta emergencia fueron: 1) la continuidad de los mecanismos de los antiguos corporaciones y gremios a pesar de haber sido prohibidos en 1834 y la defensa de los oficios, 2) el rápido ascenso de las sociedades mutualistas a pesar de las dificultades internas (participación, finanzas, gestión...) y externas (presiones patronales, gubernativas, eclesiales...), 3) su carácter interclasista y la participación de los trabajadores más cualificados a medio camino entre el artesanado, la empresa familiar y el asalariado ( tipógrafos, sastres, zapateros, carpinteros...), 4) la cobertura de las situaciones de enfermedad, incapacidad, jubilación, viudedad, orfandad, entierro... sobre la base de las propias cotizaciones, 5) los esfuerzos publicadores reflejados en “O jornal dos Operários, A Voz do Operário, o Jornal dos Artistas, A Emancipação, O Defensor dos Artistas” en los que se defiende el asociacionismo. Y por fin, se constata la utilización de estas sociedades para funciones protectoras, sindicales, de empleo, de formulación de peticiones y de reivindicaciones. Es muy probable que en este tipo de publicaciones y en otras posteriores se encuentren referencias a la economía social, al igual que en los seguidores de la época, libertarios y socialistas portugueses fueran o no utópicos.

Ya se ha visto que los autores franceses que se pueden situar en los parámetros del socialismo utópico eran conocidos por algunos dirigentes portugueses. No hay que exa-

gerar este conocimiento ni su irradiación. Varios autores señalan que dada la escasa industrialización hasta los años cincuenta, el movimiento obrero era muy minoritario y localizado en las grandes ciudades. Por lo tanto, es muy probable que sus expresiones organizativas y políticas fuesen muy dependientes de los escasos momentos de aperturas democráticas (victoria liberal de 1834...), como sucedía en España<sup>119</sup>, y de los sectores radicales y republicanos de los liberales<sup>120</sup> que también buscaban una mayor base social. Un buen ejemplo de la colaboración entre los liberales septembristas y los trabajadores sería una de las primeras huelgas masivas en Portugal. Ambos grupos estaban animados por la búsqueda de una justicia social. Esta huelga fue llevada a cabo, con un alto grado de organización y unidad, en 1836, por los 2.500 obreros que trabajaban en el arsenal de Lisboa, donde se daba una importante concentración obrera y altos niveles de explotación y disciplina laboral<sup>121</sup>.

Carlos Fonseca, uno de los historiadores que ya en los años setenta del siglo XX, se preocupa por reconstituir la historia de los trabajadores en Portugal<sup>122</sup>, señala que las críticas de los primeros socialistas son el resultado del empobrecimiento de las clases medias y de la industria artesanal. Añade muy aventuradamente, que existiría una correspondencia entre fases del desarrollo capitalista y emergencia de las doctrinas de los socialistas utópicos<sup>123</sup>.

Según el censo de 1878 había un 84.4% de analfabetos en Portugal que bajaba al 64% en las ciudades. Así pues, solo las minorías urbanas más pudientes y cualificadas sabían leer y de estas, pocos comprendían otras lenguas. La otra lengua de cultura era el francés. París, su moda, sus costumbres, era una meca para los medios pudientes por-

tugueses. En su análisis de la burguesía portuense, Cruz, señala que las obras de los enciclopedistas circulaban más o menos clandestinamente y que hacia 1870 se traducían a Victor Hugo, Balzac, Zola, Eugène Sue, ...<sup>124</sup>. Lo que no dejó de generar algunas contradicciones entre los jóvenes intelectuales, socialistas airados, que querían escribir para el pueblo y cuyo público eran las clases medias cultas y adineradas<sup>125</sup>. Reis apunta, de forma optimista, que las tiradas de los periódicos no iban más allá de 1000 ejemplares y añade: “dimensoes modestas das tiragens, por niveis de acceso a educação e cultura, a geografia de expansão da imprensa”<sup>126</sup>. Además, no fue hasta bien entrado el siglo diecinueve que empezaron a traducirse textos extranjeros de ciencias sociales<sup>127</sup>. Es decir que cabe suponer que en aquellos momentos iniciales, más bien la penetración de las ideas socialistas se produjo en algunos círculos intelectuales y profesionales y en los que debían exiliarse.

### **Renovação das ideias. Rumo os anos 70**

Todo indica que, en los núcleos más progresistas y dentro de lo que supuso la renovación de la generación llamada “romántica” que florece en los años 70, fueron penetrando el laicismo aliado al republicanismo, las ideas positivistas de Comte<sup>128</sup>, el evolucionismo de Spencer<sup>129</sup> y el organicismo de Krause. Penetración que incluso alcanzó al mundo jurídico<sup>130</sup>. Sobre estas bases es probable que fuesen madurando el anhelo de la justicia social y la igualdad, del asociacionismo, de los derechos sociales, del valor del trabajo, de la propiedad colectiva y de la auto organización societaria.

Quizás, quienes mejor identifican estas tendencias serían Oliveira Martins y Jose Federico Laranjo. El primero, historiador, geógrafo, literato, amigo de Antero de Quental y

de Jose Fontana, jugó un papel importante en la vida política<sup>131</sup>. Escribió, durante su estancia en Andalucía, dos libros sobre el socialismo<sup>132</sup> y varios sobre la historia de Portugal en los que se inclina por una visión evolucionista y a la vez positivista y ética. El segundo, jurista, al que se le podría cualificar de socialista de cátedra, publica un pionero balance de los economistas portugueses<sup>133</sup>, un tratado de economía política<sup>134</sup> y un análisis detallado de las sociedades cooperativas<sup>135</sup> además de un artículo sobre los orígenes del socialismo en la revista *O Instituto*<sup>136</sup>. En el Tratado clasifica al pensamiento económico situando a Say, Bastiat, y Proudhon, para entrar después en la escuela socialista donde ubica a Owen, a Fourier y sus falansterios, el Sant Simonismo, a Leroux y Blanc, y a Lassalle y Marx. En las escuelas intermedias habla de la economía cristiana, la economía social, el socialismo cooperativo y el socialismo catedrático, en la que él se encuentra cómodo. Termina explicando aquellos acontecimientos, (revuelta de 1848, creación de los sindicatos ingleses, de la Asociación Internacional de Trabajadores y sus congresos) que se articulan con las ideas socialistas y con lo que el denomina las escuelas intermedias<sup>137</sup>.

Tanto Oliveira Martins como Laranjo citan y conocen los autores y las experiencias colectivas que se están dando en los países latinos de Europa y en Inglaterra. De todos modos, aunque Victor de Sà<sup>138</sup> no esté muy de acuerdo, la hipótesis que se desgaja de la mayoría de publicaciones producidas en la época y de los trabajos históricos posteriores es que Proudhon<sup>139</sup> sería el autor que tiene una mayor influencia sobre las incipientes expresiones de las tesis libertarias y socialistas de la época en Portugal. Lo que no dejaría de hacer mella sobre cómo se concebía la economía social, y como se quería aplicar en este país.

Mientras que en un artículo de Carlos Bastien<sup>140</sup> se reconoce que Marx no fue ni conocido ni reconocido hasta la década de los setenta y que: “Os próprios animadores do movimento socialista nascente eram, também eles, largamente influenciados pelo socialismo utópico e por Proudhon, concebendo a transformação social como uma consequência da propaganda das ideias e não como um resultado da luta das massas trabalhadoras, como sucederia mais tarde”.

No obstante, dentro del incipiente movimiento obrero va constituyéndose un pensamiento que lentamente se autonomiza del discurso liberal, que critica a un capitalismo periférico que mantiene en unas condiciones salvajes de explotación a los obreros y que empieza a formular unas ideas propias. Seguramente es posible seguir este itinerario del movimiento obrero que según parece, entre otros, tiene sus orígenes en la importante industria tabacalera, a través de las páginas de sus diferentes órganos de expresión en los que *El Eco dos operarios* va a jugar un papel considerable. Otro órgano que tiene una marcada influencia es *A Voz do Operario* creado en 1879 y que cuatro años más tarde se constituyó como sociedad cooperativa<sup>141</sup>.

### **El Eco de los Operarios**

*El Eco de los Operarios*, revista social y literaria, que se publica semanalmente en los años 1850 y 1851, merece una especial atención. Es significativa de la posición y de la evolución de un incipiente socialismo en Portugal. En los inicios es el resultado de una colaboración de Lopes de Mendonça y de Sousa Brandao hasta el punto que prácticamente el primero cubre todos los aspectos literarios y el segundo los sociales. Es decir, que en sus orígenes no deja de ser literalmente un mano a mano de ellos dos. Pero

sus llamadas a colaboraciones exteriores son oidas en dos sentidos: uno, en el de generar amplios debates con otros autores y dos en el de obtener la participación escrita de trabajadores. En coherencia con esta preocupación en el numero tres se saluda la colaboración de Vieira da Silva Junior. Aun, mas interesante es la convocatória por el próprio jornal de una reunión celebrada el 27 de mayo de 1850 con obreros a los que se pide su opinión sobre la revista. Em el mes de Julio se organiza otra asamblea de la que sale la creación de uma asociación de obreros con sus correspondientes estatutos y en el mes de setiembre ya se anuncia que van a participar los trabajadores Chaves (cerrajero), Gomes de Amorim (poeta obrero), Vieira da Silva Junior (tipografo) que son incorporados en el equipo de redacción de la revista. Este, en 1854, creaba la revista quincenal a Tribuna do Operario. Jornal das Associações industriais, artísticas, operarias, económicas de socorros mutuos, de beneficencia, de instrução elemental e technica, de recreio popular.

Cual era la perspectiva ideológica del Eco de los Operarios?. En la introducción al primer numero firmada por el literato y polifacetico Lopes de Mendonça se responde con estas palabras: “A escola econômica inglesa tem tido mas o menos representação intellectual na imprensa periódica. Nos vamos dar as novas ideias económicas que nos parecen transformar o mundo social, uma acção legitima no espiritu publico” ... “Aplicar ao mesmo tempo o principio de associação na esfera de cada indústria, ir pouco a pouco substituindo a solidariedade a divisão, o gênio colectivo a fraqueza individual, a ordem a anarquia, e de certo consumir a grande revolução econômica que regenere a classe operaria, elevando os salários, fazendo-os participar nos

benefícios da empresa, tornando-lhe accesível o consumo, pela anulação do juro de dinheiro, pela facilidade do credito e pela troca directa dos produtos” .... “O socialismo tenta por meios pacíficos libertar a classe operaria do jugo do capital”<sup>142</sup>. De todos modos, quien muestra mejor el nuevo discurso de un socialismo emergente es Sousa Brandao que llena las paginas de el Eco de los Operarios y que cita a Considerant, Louis Blanc, Proudhon, Cabet, y da noticia de los avances de las experiencias de Fourier en Francia, Belgica e Inglaterra... Aunque Sousa Brandao dice que no es un Fourierista estricto porque es un modelo intelectual impuesto desde arriba.

Merece una especial atención el proyecto de Associação dos operários aprobado en la Casa de Comissao de Lisboa el 15 de Julio de 1850. Es publicado en los números de 16 y de 23 julio de la revista, con un relatório prévio em el ultimo de ellos. En el, se afirma la honra que supone la confianza de una asamblea compuesta solo por obreros y se argumenta que después de la tiranía feudal y gremial ahora se entra en una era donde el derecho al trabajo y la realización de la solidaridad permitirán luchar contra las tendencias usureras y de una competencia que introducen los banqueros y las grandes empresas y comercios. Frente a ellos, instrucción profesional, la organización del crédito en un banco fruto de los ahorros obreros y del consumo en los “basares” de la asociación con intercambio directo entre productores y consumidores, llevaran hacia la prosperidad y la emancipación.

De acuerdo con estos principios, la asociación a través de 70 articulos, se propone aglutinar a los trabajadores “en una organizaçào unitaria i sistemática” que será dirigida por una asamblea general compuesta por 50 miembros que

son elegidos anualmente por “el voto universal dos socios”. La asamblea general se divide en siete comisiones que se encargan de diferentes funciones. Del artículo 16 al 28 se define la composición y funcionamiento del Banco. El título cuarto de estos estatutos determina que el llamado Conservatorio es el lugar para la educación, instrucción profesional gratuita y fomento, donde deberán crearse un museo, una biblioteca, una imprenta y un periódico. El título quinto especifica que el Montepío deberá afrontar las enfermedades, la vejez y la muerte de los socios preveyéndose el pago de médico y cirujano y una cuota semanal de 40 reis y ayudas de 200 reis para enfermedades graves y 120 para las menos graves además de un asilo para la vejez “decrepita”. La Agencia definida en el título sexto es la encargada de adquirir las materias primas y procura obtener la maquinaria e instrumentos necesarios. Por fin, la Comisión de Iniciativa recibe proyectos, examina las industrias que son necesarias y hace propuestas.

Quedan por presentar las curiosas disposiciones generales por las que se divide a las personas en función de los oficios por clases que deben ocuparse “de la parte moral y del progreso artístico”. De hecho, el articulado prevé registro, control y clasificación (“empresario, mestre, contra-mestre, oficial, aprendiz”) que recuerdan a la organización de los antiguos gremios. Las comisiones de clase “teran por fim principal examinar se os diversos ramos dan administração central cumpren o que lhe é respectivo” (art.66), aunque “as assembleas especiais formam os estatutos e regulamentos para se dirigirem nos seus actos com tanto ñao arroguem a si attribuição alguma da assemblea geral” (art.69). Es decir que queda previsto un sistema de un cierto equilibrio entre representantes de los intereses generales y los particulares.

La revista hace honor a su nombre y se hace eco de la vida de diferentes asociaciones, muy especialmente de los tipógrafos, de la Sociedad de Artistas Lisbonenses y de las de los ebenistas, carpinteros y fabricantes de sillas. En el número 3 da una lista de 100 asociaciones. En cambio, da pocas informaciones sobre las condiciones de vida y de trabajo de los obreros portugueses de la época.

Merece resaltarse la sensibilidad que la revista muestra con el vecino país. Da noticias abundantes sobre sus acontecimientos económicos y políticos. Sobretudo es de notar que en muchos números hace referencia a Jose Ordax AVECILLA. Ya en el número dos se pregunta si el socialismo será una idea prematura para la península. En el número cinco, lamenta la suspensión de la revista Asociación que dirigía Ordax. Este periodista de origen leonés que había dirigido el periódico republicano *El Regenerador* había sido diputado en 1846, estaba contribuyendo a redactar el manifiesto democrático de 1849, fundaba el partido demócrata y colaboraba con Sixto Camara y Francisco Garrido, miembros del núcleo de socialistas utópicos en la redacción del periódico *La Asociación*. Este periódico era suprimido por orden gubernativa, en mayo de 1850.<sup>143</sup>

Rapidamente, en el mismo mes, este núcleo creaba otra publicación *La Creencia*, revista popular del progreso científico, moral e industrial también dirigida por Ordax, de la que también daba cuenta el número 5 de *el Eco de los Operarios*, además de informar del manifiesto democrático. Las ideas que en él se defendían eran parecidas a las de la redacción portuguesa: republicanism, sufragio universal, asociacionismo, igualitarismo, preocupaciones sociales, socorros mutuos, bancos populares... Además en el caso de Ordax, aunque criticase al clericalismo, defendía una vuel-

ta al cristianismo primitivo que se ligaba a la democracia y la igualdad<sup>144</sup>. Lo que podía aproximarle aun más, al ideal de los autores portugueses. Las influencias de los pensadores socialistas franceses como Proudhon y Fourier en los dos núcleos, reforzaban sus lazos.

El Eco de los Operarios tiene un corresponsal, Joaquin Martinez, en Madrid que envía noticias a esta revista. En el numero 22 informa de la existencia de la Asociación Obrera, fundada por Antonio Ignacio Cervera, dedicada a la instrucción gratuita y a los socorros mutuos<sup>145</sup>. Probablemente estas semejanzas y amistosas relaciones llevan a que en el numero de dos de noviembre, cuando la revista portuguesa hace un balance de sus seis meses de existencia, se pronuncie en favor de una unión federal con España parecida al sistema político de los Estados Unidos. Su argumentación es que la supresión de las fronteras y de las aduanas harían más fuertes a las dos economías industriales. También hay que tener en cuenta costumbres, valores y cultura parecidas. Lo que hace observar que “um Portuguès em Madrid no será mas extraño que um Valenciano o um Catalão”<sup>146</sup>. Además, añade, el papel que podría jugar una pensínsula unida dentro del contexto europeo sería más importante.

### **Algunas relaciones ibéricas. Aquella noite feliz**

Las relaciones horizontales entre las experiencias e ideas de la economía social peninsular están por descubrir. El resurgente sueño confederal ibérico está presente en muchos de los pensadores y militantes de ambos lados de la frontera luso-española durante el siglo XIX.

La publicación de los escritos de Ramon de la Sagra por parte de la revista portuense es un primer ejemplo de esta colaboración. Un segundo ejemplo lo acaba de ofrecer la

sensibilidad de el Eco de los Operarios que dan noticias de las vicisitudes de Ordax y sus compañeros. Se ha citado a Ordax, pero también a Sixto Cámara y a Fernando Garrido. Los dos últimos forman parte de los núcleos de activistas españoles que en los periodos de mayor represión encontraban refugio en Portugal.

Pues bien, Sixto Cámara<sup>147</sup>, fue un activista y agitador empedernido, periodista y literato, fourierista y convencido iberista. Fundador del Partido Democràta en la década de los cuarenta murió cuando solo tenía 35 años, en Olivenza, en la frontera con Portugal cuando huía de la persecución de la policia española en 1859. Tuvo una vida azarosa, participando activamente en la revuelta de 1854. Perseguido, encarcelado y censurado. Muy joven. en 1849, se había atrevido a criticar a Thiers<sup>148</sup>. Desde inicios de 1857 había residido, exiliado, en Lisboa desde donde había dirigido la Junta Nacional Revolucionaria, creado la Legión Ibérica integrada por españoles y portugueses que debía ir a luchar en favor del nacionalista y libertador Garibaldi en Italia y escrito un libro publicado en 1859 titulado La Unión Ibérica<sup>149</sup>.

Durante seis meses, Cámara coincidió en Lisboa con Fernando Garrido<sup>150</sup> que llegó a inicios del verano de 1857, otro destacado militante del republicanismo federal y del socialismo fourerista y uno de los primeros defensores explícitos del cooperativismo<sup>151</sup> en España, que también tuvo que exiliarse en Lisboa como consecuencia de la publicación en 1855 de sus folletos La Republica Democràtica Federal Universal y La democràcia y sus adversarios. Las estancias portuguesas de este ultimo, no terminaron allí puesto que en 1871 como resultado de la publicación de la Revolución Social fue condenado a la cárcel de Saladero y después

desterrado a Portugal. De donde regresó con el gobierno de Ruiz Zorilla. Luego fue representante por Cadiz en las Cortes contituyentes de 1869 y por Sevilla en 1872. Volvió a Lisboa en 1874. El gobierno portugués que veinte años antes había resistido las presiones para expulsar a Sixto Cámara, decretó la expulsión de Garrido, pero este permaneció oculto en Porto varios meses, hasta su exilio en Paris.

Posteriormente, es muy probable que, con la creación de la primera internacional, los contactos entre los grupos portugueses, españoles e italianos que la seguían, fuesen más abundantes, especialmente auspiciados por los viajes de Fanelli, Reclus y Lafargue por la península ibérica. En el congreso obrero de 1870 celebrado en Barcelona se nombra una comisión que elaboró un llamamiento dirigido a los trabajadores portugueses en el que se afirma la necesidad de romper el incomprensible aislamiento y se propugna la unión fraternal de los trabajadores peninsulares para construir un federalismo internacionalista. Al año siguiente Mora, Anselmo Lorenzo y Morago se encuentran en un accidentado viaje con Antero de Quental, Jose Fontana, Batalha Reis y otros, en un barco en medio del Tajo para burlar el control policiaco en “aquella noite feliz”. De estas reuniones salen dos organizaciones, La Internacional y La alianza de la Democracia Socialista y un manifiesto que vuelve a proclamar la fe en una internacional que no debe creer en efímeras revoluciones políticas sino en una transformación social de productores libres.

No hay muchas dudas que las relaciones ibéricas continuaron dentro del marco de los esfuerzos de colaboración de los trabajadores de la europa latina y de la construcción de su economía social y solidaria. Pero esta es una història que habrá que ir descubriendo en el futuro.

### **A União Ibérica. La primavera de los pueblos**

En gran parte del siglo XIX, el iberismo estuvo en el centro del debate cultural y político de Portugal y tuvo muchos seguidores a ambos lados de la frontera. Pero lo que aquí interesa es ver como Sixto Câmara planteaba esta cuestión en su libro escrito en 1857, después de dos años de su estancia forzada en Lisboa, como el mismo lo indica en su prólogo<sup>152</sup>. Explícitamente, el autor está convencido que el destino de los dos países es su unión. La cual no es solo el resultado de la geografía peninsular sino también del progreso técnico y económico de los que el autor es un apasionado defensor. Una gran parte de su libro se dedica a argumentar en favor de las ventajas de esa unión que suprimiría gastos militares, aduanas e impuestos, disminuiría el precio de los cereales, aumentaría el comercio y el turismo interno y externo, y muy especialmente desarrollaría la marina mercante y las comunicaciones. Llega a imaginar la creación del enlace ferroviario entre Lisboa y Madrid y unas comunicaciones fluviales navegables que conectarían por el Tajo a estas dos ciudades, y el Duero con el Ebro, el Atlántico con el Mediterráneo. Lo que cambiaría el comercio internacional favoreciendo los puertos peninsulares. También dedica unas líneas a los positivos efectos culturales, morales y de la creación artística y literaria de una potencial unión ibérica.

Sixto Câmara dirige sus esfuerzos a convencer al pueblo portugués. Quizás utiliza sus palabras más duras cuando establece la distinción dicotómica entre el gobierno y el pueblo. El primero representa el pasado, la reacción, la opresión, el robo, la fuerza. El segundo representa el futuro, el progreso, no quiere ser oprimido y defiende su derecho. Esto comporta que la ansiada unión debe hacerse des-

de abajo, desde la conveniència recíproca y una perspectiva democrática, pacífica y fraternal. En el segundo capítulo plantea los que según su opinión, serian los enormes inconvenientes de continuar con la separación de los dos países. De entre los que destaca el incremento de su dependència con respecto a Inglaterra y Francia y su pérdida de influència en Europa.

A Sixto Câmara no se le escapa que la construcción de un nuevo espacio político y económico no puede hacerse en las coordenadas de su tiempo y por esta razón explicita su ideal republicano, federal y socializante y algunas medidas para alcanzarlo. ¿Cuáles son?

Para responder a esta pregunta, el autor afirma que las formas políticas no son indiferentes, que no se trata de constituir una sociedad mercantil, que es importante tener en cuenta la libertad y la justicia como valores y el apoyo de la opinión pública y la fuerza moral. Su propuesta es la de un pacto contituyente de una República federal que desde abajo y respetando la diversidad de cada entidad, establece unas reglas comunes. Portugal debe conservar “toda su economía, todas sus fuerzas, todos sus blasones y monumentos, toda su riqueza moral y material, todos sus usos y costumbres, su religión, su lengua, sus crónicas preciosas, sus leyendas populares, sus tradiciones épicas”<sup>153</sup>. Câmara calcula que Portugal podría ahorrarse 500 millones de reales que podría dedicar a potenciar sus municipios, a acabar con su deuda, a promocionar su economía y comunicaciones.

Su sueño de estados confederados en una nación ibérica, premonitorio modelo germánico, no puede realizarse sino sobre el despertar de Portugal y la revolución en España. Un banco central y la transparencia bancaria, unos

“impuestos reproductivos y sociales”, la desaparición del ejército permanente, “la popularización de la propiedad”, la promoción de obras públicas, el completar las desamortizaciones y multiplicar la producción son algunas de las medidas generales previstas por Cámara. Las cuales, se deben completar con: la construcción del ferrocarril de Madrid a Lisboa, la generalización de la comunicación telegráfica, la implantación de derechos civiles y políticos iguales, la unidad científica y literaria, de pesos medidas y monedas, la supresión de las aduanas, la armonización de las reformas económicas, la promoción de fiestas comunes, la obligatoriedad del estudio de las dos lenguas en las escuelas, la promoción de las relaciones entre hombres y mujeres de ambos países, de diputados y periodistas, la publicación de obras, periódicos y folletos en las dos lenguas, la formación de una sociedad propagandística con personas influyentes de ambos países, .... Constelación de medidas que componen el quimérico sueño ibérico de Cámara.

Su libro termina criticando tres razonamientos contrarios a la unión. El primero, el que esta significaría la pérdida de independencia de Portugal. Este peligro desaparecería en una futura Iberia Federal en la que no se podrían repetir los anteriores errores anexionistas castellanos y españoles. La unificación sucesiva de los diferentes reinos del estado español le sirve de curioso argumento histórico para afirmar que 1580 representa subversivamente el interés por la unidad y 1640 el de la variedad. Las ideas imperantes a mediados del siglo XIX debían impedir el retorno del odiado Felipe II...

El segundo consiste en que la Unión podría comportar que Portugal dejase su paz y su envidiada libertad para

meterse en una España llena de discordias civiles, A lo que responde que si bien es cierto que en este país imperan “tiranos militares que la gobiernan con cuchilladas y fusilamientos”, los nuevos vientos auguran que “las ideas y sentimientos del pueblo abrirán una válvula de escape en la máquina constitucional” y que “la opinión pública en España, poderosamente influenciada por el gran movimiento democrático de nuestros tiempos, no se aviene con aquellas axfiantes organizaciones que les imponen, con aquellos gobiernos de espada que les dan y procura un desahogo que no puede ser otro que el de las revoluciones”. Además, añade, Portugal debe salir de su somnolencia, de su “negativa y apacible paz” en la que está al margen de la lucha europea por las libertades y los derechos del pueblo. Federandose con España conseguiría este objetivo,

Llegados a este punto, el verbo de Cámara se enciende y lo más fiel es transcribir sus propias palabras, “No es armado de armas fraticidas que el pueblo español os invita para una reconciliación sincera, lo es olvidando antiguos odios y agitando el verde olivo” ... “La idea democrática es aquí el vinculo más elevado que puede unir ambos pueblos peninsulares y en el futuro la garantía más sólida de su fraternidad y de su gloria”<sup>154</sup>.

El tercer razonamiento para estar en contra de la unión consiste en enarbolar la oposición de Inglaterra y Francia. A lo que Cámara responde que precisamente esta oposición a la unión debe ser motivo para realizarla puesto que “nada bueno hay que esperar de ellas” y que su realización aumentará el peso ibérico en Europa, donde, de todos modos, el invierno de la reacción será substituido por la primavera de los pueblos.

### **El papel inicial de los Montepios y el combate a la pobreza**

Determinados cuerpos profesionales y ciertos oficios afrontan sus necesidades bajo diversas formas asociativas. En la descriptiva y voluminosa obra de Vasco Rosendo<sup>155</sup> se explica que una de estas primeras iniciativas fue la de los orfebres de la plata cuyos orígenes remontan al siglo XIV bajo la forma de corporación de oficio. Cofradías que, bajo la advocación de San Eloy y de Nuestra Señora de Asunción, obtuvieron privilegios reales, administraron un hospital y crearon una asistencia a presos y enfermos. A finales del siglo XVIII se transforman en Montepío que luego, en 1865, se establece como Sociedad de Socorros Mutuos. El mismo autor hace alusión a otros montepíos creados bajo el amparo del estado como los originados por los secretarios de estado, los aduaneros, los empleados de la casa real y de la imprenta nacional y los de orden militar. La extensa y ostentosa obra publicada<sup>156</sup> para celebrar el 175 aniversario de la creación del Montepio Geral, que se ha convertido posteriormente en la principal organización mutualista portuguesa, cita el Montepio Literario fundado en 1816 que se origina en una primera reunión de 131 compromisarios, la mayoría profesores y hombres de letras, celebrada en 1813.

Fue una iniciativa pionera que rompe con la anterior lógica gremial al aceptar la libertad asociativa y sin tener ninguna tutela de las autoridades. Gracias a la documentación<sup>157</sup> legada por Antonio Maria de Couto, uno de sus fundadores, se sabe que su objetivo era la protección de las familias de sus miembros. Esta protección se extendía a cubrir las enfermedades, costear los gastos funerarios y atribuir pensiones en caso de muerte a huérfanos viudas y otros familiares. El montepio podía admitir socios de Por-

tugal, de las islas y de Brasil. Este ambicioso alcance territorial y la generosidad de las prestaciones previstas fueron, según parece<sup>158</sup>, la causa de su extinción trece años después de su nacimiento.

En la tesis de Ana Patricia Martins<sup>159</sup> se hace referència a la creación del Montepío Militar fundado en 1790, que pudo subsistir gracias a las ayudas públicas del Ministerio de Hacienda y que cubría las pensiones de supervivencia de las viudas y huérfanos de los oficiales militares. Igualmente, otros montepíos militares<sup>160</sup> vieron la luz a inicios del siglo XIX. Martins también informa de los inicios de los primeros seguros privados entre 1835 y 1845 como La Fidelidade y la Previdència, cuya finalidad era la cobertura de la supervivencia de los herederos por la muerte de sus socios. No duraron mucho. La capacidad de ahorro era escasa. Magallaes Romero<sup>161</sup> que estudia la evolución de la Tranquilidade, compañía aseguradora portuense contra los incendios creada en 1871, informa de la fundación de otras aseguradoras privadas como la Bonança (1830), la Douro (1835), la Segurança (1835) y la Fidelidade (1839). Los cálculos actuariales y las estadísticas de mortalidad necesarios para este tipo de fondos no se empezaron a aplicar hasta bien entrado el siglo XIX. Los censos anteriores eran muy poco fiables. Sobresalen en este sentido los trabajos estadísticos del matemático y oficial de marina, Daniel Augusto da Silva.

Igualmente nacieron los fondos de pensiones y las Caixas Economicas con los montepíos. A estos, añadir estas caixas les daba una viabilidad económica puesto que podían rentabilizar las contribuciones recibidas. Esto es lo que hizo o Montepío Geral creado en 1840, influenciado a la vez por la anterior experiencia fracasada del montepío literario, del

militar y por los estudios de da Silva que vuelve a intervenir en 1864 advirtiendo del riesgo de ampliar la escala de las pensiones con lo que “O montepío Geral promete muito mais do que pode dar”<sup>162</sup>. En 1871, gracias a este estudio y a pesar de la oposición de muchos miembros de la mutua, se volvió al anterior sistema. Lo que mantuvo la sostenibilidad de esta entidad mutualista.

En el mismo año que se creò el Montepio geral se origina el Montepio de los Empleados da Casa Real que debía ayudar a sus familiares si morían. Fue decisiva la aportación económica de la reina. En cambio, no parece que en el caso del Montepio Geral hubiera aportaciones externas. Los primeros 125 socios del Montepío Geral, fueron funcionarios cualificados, oficiales del ejército, abogados, profesores universitarios y miembros de la Academia de Ciencias de Lisboa. Fue absorbiendo otros montepios y en 1870 ya tenía 1.723 socios, pertenecientes a las clases medias<sup>163</sup> y delegaciones en las principales ciudades del país. Explicaría la consistencia de sus primeros años el que no perteneciera a un solo oficio o profesión, ni a una única población, como otros montepios de menores dimensiones, creados en aquellos años: Associação dos Marceneiros Lisbonenses (1854), Associação Fraternal dos Calafates (1856), Montepio da Corporação dos Livreiros (1860), Associação dos Atores Portugueses (1861).

La conferencia de Herculano, renovador literato e historiador, de 1844<sup>164</sup>, a petición de los dirigentes do Montepío define bien su perspectiva filantrópica, moral y social en la que se les adjudica a las Caixas Economicas el combate a los vicios, la promoción del ahorro y la sobriedad, la protección frente a la miseria actual, la prevención de futuras desgracias que afectaban a obreros y campesinos y el fomento de la paz social.

Hay que recordar que Portugal era un país básicamente rural en el que la gran mayoría de sus más de tres millones de habitantes vivían, malvivían, en unos circuitos de auto producción y consumo agrícolas, en los que predominaban los esquemas socioeconómicos del antiguo régimen y la supervivencia. En este sentido, el descubrimiento de las prácticas iniciales de la economía social y solidària vendrían muy probablemente marcadas por la economía domèstica y familiar, los intercambios sociales y económicos generados por el trabajo agrícola y las carencias de salud, por prácticas de ayudas mutuas, por la pequeña producción artesanal, y por la participación colectiva en la preservación comunitaria de bienes y servicios comunes<sup>165</sup>.

Esta es una línea de investigación que seria muy deseable poder profundizar. Por ahora, se tienen dos ejemplos de los que habla Campos Lima en su libro publicado en 1905 en Coimbra sobre el movimiento obrero en Portugal<sup>166</sup>. En el apartado dedicado al movimiento asociativo relata que en Tras os Montes se encuentra un sistema de cooperación que se practica cuando los trabajos agrícolas precisan de más brazos, acudiendo los paisanos, que trabajan sucesivamente las diferentes tierras y que reciben a cambio un “jantar em que todos alegremente se banquetean. E assim por esta forma, o trabalho em común substitui o dinheiro”<sup>167</sup>. El segundo ejemplo es el de fabricas de tejas situadas en las regiones bañadas por los ríos Minho y Douro en las que basta que un pequeño numero de personas compren un poco de barro y alquilen un trozo de tierra donde fabricar un horno y una cabaña. Una vez todos hayan contribuido a fabricar las tejas, se venden y el producto se distribuye entre los cooperadores, disolviéndose la sociedad. Añade el autor “estes grupos

cooperativos tem uma existencia efémera e surgem intuitivamente... representam apenas a ideia tradicional do cooperativismo”<sup>168</sup>.

Muy probablemente esta hegemonía del mundo rural y del peso de la iglesia católica es la que lleva a Herculano a criticar los efectos desmoralizadores de la industria en las clases populares de las ciudades y a defender en su texto sobre las Caixas Economicas<sup>169</sup> de 1844 que: “nação essencialmente agrícola, a industria parece-nos que nunca chegará a desequilibrar-se com a agricultura” y un papel positivo del clero. Transformar los abundantes baldíos, potenciar la agricultura familiar, generar ahorro popular y promover las Caixas que son una forma de “associar o dinheiro ao labor em vez de os conservar em mutua hostilidade, como desgraçadamente o vemos. O único meio para se obter este fim é promover a passagem de trãnsfugas do campo do capital para o trabalho”, forman parte de las propuestas de un filántropo, Herculano, defensor de la pequeña propiedad agrícola y preocupado por la pobreza y la miséria urbana<sup>170</sup>.

Herculano compara la situación de las clases populares de Portugal con las de Inglaterra y Francia para llegar a la conclusión de que las primeras estaban mucho mejor. Igualmente, un observador tan sagaz como Tocqueville<sup>171</sup> se sorprende en su memoria sobre el pauperismo publicada diez años antes, en 1835, de la paradoja por la cual se ven muchos más pobres en una Inglaterra avanzada e industrializada que en un Portugal rural y familístico. Era todo el país el que era pobre. Lo que preocupaba a las autoridades portuguesas era el aumento de la miseria en las ciudades y la presencia creciente de vagabundos y pedigüeños. En el mismo año del análisis de Tocqueville, se crea el Conselho Geral de Beneficência.

En la portaría de 14 de Abril de 1836 que contempla las medidas para combatir la pobreza y la mendicidad en la ciudad de Lisboa, se refuerza la Casa Pia fundada en 1788, se crea el Asilo de mendicade y las Juntas de Caridad. Vigilancia, control y represión frente a los “falsos” pobres y asistencia a los “verdaderos” pobres, inútiles para el trabajo. Estas son las medidas que van de la mano de la creación de algunas instituciones de reclusión. Las posteriores medidas legales, como por ejemplo las de 1867, repiten hasta la saciedad estas orientaciones y aunque tienden a dar mas competencias a los municipios, ello no obsta para que quede clara la incapacidad del sector publico para aplicarlas. Durante el siglo XIX, las Misericordias continuaban siendo los principales mecanismos para afrontar la pobreza en Portugal.

Maria de Fatima Pinto, despues de caracterizar a los indigentes de la Lisboa de inicios del siglo XX da cuenta de las instituciones asistenciales existentes y de su deficiente funcionamiento<sup>172</sup>. Muchas de ellas fueron creadas en la segunda mitad del siglo anterior. Igualmente se puede pensar que los mecanismos represores que describe, habian funcionado aún con mayor dureza. Así por ejemplo la ley de 21 de Abril de 1892 criminaliza la vagancia y se decide que todos los reincidentes en este “crimen” serán enviados a Africa donde serán sujetos al trabajo obligatorio<sup>173</sup>. En efecto, la persecución de los que “no tienen oficio ni beneficio”, es decir de aquellos que no trabajan ni tienen propiedades va substituyendo las concepciones tradicionales de la pobreza ligadas a la caridad y las limosnas individuales y se va convirtiendo en una obsesión en un siglo donde el trabajo pasa a ser el valor positivo y referencial. El código penal de 1852 criminaliza a los vadios, a los vagabundos

que pueden trabajar<sup>174</sup>. La ociosidad, que se debe perseguir, se convierte en la madre de todos los vicios y de todos los desordenes. Así van de la mano, la posición de la iglesia católica con la de un liberalismo que premia el esfuerzo, el merito y el trabajo y aún de la visión conservadora defensora del orden. Para las tres, los esfuerzos de la beneficiencia se deben dedicar a los “verdaderos” pobres que no pueden trabajar: enfermos, viejos, niños, locos... y se debe castigar a los que pudiendo trabajar, no lo hacen.

No deja de ser relevante que en el análisis que hace la historiadora Maria Antonia Lopes<sup>175</sup> sobre los discursos acerca de la pobreza en Portugal de 1750 a 1850, empiece por la perspectiva dominante de la iglesia para después abordar al pensamiento laico, en el que, dentro de los reformadores, donde incluye a Jose Felix Nogueira<sup>176</sup>, distingue a los que llama economistas sociales. La autora cita algunos predecesores de los cuales Lourenço Guimaraes Moreira parece ser el mas significativo por cuanto en su memoria presentada en el año 1781 a la Academia Real das Ciencias<sup>177</sup> se preocupa por la injusticia de una tributación y permisos exigidos a los trabajadores útiles “aqueles que vivendo sempre ocupados apenas tiram o necessario físico do seu continuo tabalho”, mientras que se permite mendigar libremente.

En este repaso de los economistas sociales, adquiere un relieve especial, la figura del ya citado y comentado, Silvestre Pinheiro Ferreira. Aquí, merece resaltarse su vocación por la reforma social en la que aplicando la justicia distributiva y la moral universal se crean asociaciones gremiales que deben proveer con subsistencias a los desocupados y a los que no tienen salud, crear casas de salud, escuelas mixtas, residencias para ancianos, lugares

de ocio. Qienes no se comporten adecuadamente (embriaguez, vida disoluta...) pueden ser expulsados y vigilados por la policía.

La autora también recuerda las posiciones de Nogueira publicadas en su libro sobre la reforma en Portugal. En el que, este republicano federalista y municipalista socializante que se inspira en Pinheiro Ferreira y en el economista francés Eugène Buret<sup>178</sup>, se remite a la revolución de 1848, aboga por una reforma, “vinda da baixo”<sup>179</sup> en el marco de un conjunto de propuestas generales que explica en el primer volumen. Las cuales deberían transformar la administración pública, los mecanismos de representación política, la justicia, el ejército, el sistema impositivo, la banca, la agricultura y la industria, las vías de comunicación y los transportes. Quizás sea el autor decimonónico más próximo de la economía solidaria por cuanto aboga por la agricultura de proximidad, el respeto a la naturaleza (agua, bosques...) y los animales, el cuidado del cuerpo y la sostenibilidad sanitaria, el derecho al trabajo, la igualdad del papel de las mujeres y de su trabajo, los bancos municipales, la instrucción y la formación popular y el asociacionismo local. También la terminología y los conceptos que utiliza se aproximan a los que emplea actualmente la economía solidaria: bienes comunes, autonomía e independencia, de abajo para arriba, felicidad colectiva, prevención y sostenibilidad, solidaridad, emancipación obrera, ... Quizás el siguiente párrafo define bien estas proximidades: “As nossas sympathias vão todas para as instituições de trabalho e de economia, unicas que reputamos preventivas da miseria e capazes de conservar o homem de trabalho nesse estado de quasi independencia, en que possua as coisas essenciaes a vida”<sup>180</sup>

En efecto, Nogueira en el capítulo XXVII, opone frente al individualismo, una férrea defensa del asociacionismo, especialmente de las clases obreras. Teniendo en consideración las necesidades que constituyen “la economía del pobre” quiere impulsar las asociaciones locales porque así se podrá luchar contra los especuladores y salir de la miseria. En ellas distingue dos fases. En la primera se trata de pequeñas aportaciones en dinero o en trabajo, que se guardan en una caja común, que permiten vender los productos alimenticios y el pan a precio más barato y de mejor calidad, instruir a la infancia y así ahorrar tiempo a las madres, reunir a las mujeres en pequeños obradores donde desarrollen sus energías trabajando, socorrer a los socios y vecinos en sus enfermedades y decrepitud y atraer a los hombres a la lectura y la conversación instructiva. En la segunda fase, estas asociaciones locales deben construir habitaciones “comodas, salubres y baratas” para los trabajadores, crear depósitos para los productos y talleres que los produzcan. Sin decirlo explícitamente, se trata de un programa de realizaciones cooperativas de consumo, producción y vivienda, al que hay que añadir asociaciones agrícolas, fabriles, comerciales, literarias y artísticas que representen los respectivos intereses. Al estado y a los municipios les corresponde ayudarlas, entre otros, contruyendo edificios para albergarlas.

En el capítulo XVIII del segundo volumen<sup>181</sup> dedicado a la beneficencia pública, manifiesta su escepticismo frente a la posibilidad de terminar con la pobreza preocupándole sobretodo la indigencia. Después critica las instituciones existentes (misericordias, hospitales, asilos, rodas de expositos) y la hipocresía de una caridad practicada por los que expolian cruelmente a las clases laboriosas. Propone

el trabajo para todos y una remuneración consecuente, la concentración de todos los servicios (enfermería y servicio médico, asilos para huérfanos e inválidos, regímenes penitenciarios que procuren la inserción, aulas formativas generales y profesionales) en un edificio en cada municipalidad. Además de ofrecer trabajos públicos y citando a los montepios, el autor piensa que se deben originar “caixas económicas” y “cofres de familia” donde depositar los ahorros que servirán para inversiones productivas y prevenir situaciones adversas de las familias.

En efecto, sería un error para explicar los inicios de la economía social en Portugal, no tener en cuenta la historia de la pobreza y los esfuerzos para erradicarla<sup>182</sup> bien sea a través de la beneficencia privada o bien de la pública, de lo que Loureiro<sup>183</sup> denomina los socorros mutuos y los públicos. Este autor advierte: 1) que hay que esperar al constitucionalismo para que se empiece a contemplar a la protección social en el sentido más amplio de la palabra. De hecho, en el artículo 242 de la Constitución de 1822 se prevé la obligación estatal de conservar y aumentar las casas de misericordia, los hospitales civiles y militares, las ruedas para los expósitos, los montes píos y otros establecimientos de caridad. 2) Del carácter supletorio y subsidiario de la intervención pública social concebida en términos de policía del orden. 3) De una ayuda social que sigue los principios de necesidad excepcional evocada a raíz de los terremotos de las Azores de 1852 y de la individualización de las ayudas. 4) De la progresiva existencia de subsidios específicos otorgados a determinadas categorías (jubilación de funcionarios, pensiones de supervivencia para huérfanos y viudas de los oficiales...). 5) De una oscilación entre la prohibición de los gremios medievales (1834) y una cierta permisividad

con el mutualismo asistencial, el asociacionismo y los Monte Píos, a una clara apertura que se da con la prematura y excepcional ley basilar del cooperativismo de 1867.

Estas oscilaciones ambivalentes de las ayudas públicas pueden ser una muestra de la debilidad estatal y de la fuerza relativa de las posiciones liberales, que contrariamente a lo que sucedía en otros países, en Portugal, al mismo tiempo que se prohibía la existencia de las corporaciones, se permitía un derecho asociativo de base profesional que provenía de la ley de 20 de junio de 1823, si bien sujeto a la autorización gubernamental<sup>184</sup>.

### **La ley Basilar del cooperativismo de 1867**

Una de las múltiples sorpresas que ofrece el itinerario inicial de la economía social en Portugal, es la promulgación, tan pronto como 1867, de una ley dedicada a regular al cooperativismo. De hecho, cronológicamente, es una de las primeras en el mundo. La legislación británica, "Industrial and Provident Societies Partnership Act" de 1852, inicia un cierto reconocimiento al mundo cooperativo que hasta entonces utilizaba el acta sobre las "Friendly Societies" de 1846. También en Francia se había dado una cierta normativa anterior. Seeberger<sup>185</sup> explica que existían en este país en el marco de una legislación prohibitiva de cualquier coalición obrera (Ley de Le Chapelier, 1791), unos precedentes. Unos, ligados al reconocimiento legal de las sociedades colectivas de los fabricantes de quesos, "Fruitières", de los Alpes y otros a las asociaciones de trabajadores, una de cuyas máximas expresiones fueron los Talleres Nacionales de 1848 y los decretos que los formalizaron. Así, desde 1865 se discutía si había que introducir en el marco legal un tipo especial de sociedades referidas a las cooperativas. La ley

francesa de 24 de Julio de 1867 no es una ley específica del cooperativismo sino una modificación del cuarto título del Código Civil por la que se abre, en el derecho común, un espacio para la constitución de las sociedades cooperativas que incorporaban la variabilidad del capital y de sus miembros.

Aunque la ley francesa y la portuguesa se publicaron, en el mismo mes del mismo año, no se conoce explícitamente, la influencia que pudo tener la primera sobre la segunda, aunque es presumible que, de alguna forma, si la tuviera. Especialmente en la definición, muy semejante, de las sociedades cooperativas. Pero sí que se sabe que los legisladores de este país conocían algunas experiencias asociativas de otros lugares. Así se reconocen en el preámbulo de la ley aprobada por las Cortes Portuguesas el 2 de julio de 1867 y en un texto de Andrade Corvo<sup>186</sup>, promotor de la ley portuguesa. En este interesante texto, se alude a las transformaciones industriales y a la necesidad de las clases “laboriosas” de asociarse para hacer frente a sus consecuencias negativas, muy especialmente en los periodos de crisis. Una fuerza asociativa que se “robustece por la libertad, por la justicia y por el respeto a los principios fundamentales de la economía social y la moral pública”. Para el autor, las sociedades de socorros mutuos permiten afrontar las principales necesidades, mientras que las “caixas económicas” posibilitan la acumulación de los ahorros. Son complementarias. No deja de ser interesante que proponga reunir en las cooperativas la doble función productiva y comercial.

Andrade Corvo hace alusión a las experiencias cooperativas y mutuales de Inglaterra y Alemania y conoce con más detalle los sistemas de créditos populares de este último país, Eulenburg y Delitzsch y se permite, en su propuesta dirigida a los gobiernos, modificar el modelo alemán

introduciendo la responsabilidad ilimitada frente a los créditos concedidos. Finaliza informando de la expansión de las sociedades cooperativas en toda Europa y explicando sus ventajas económicas y morales.

La ley tiene 23 artículos y cada uno de ellos tiene apartados específicos. Se trata de una ley muy detallista que recoge, en gran parte, los principios cooperativos de Rochdale (democracia interna, libertad de entrada y salida, retorno de las aportaciones, etc...)

El primer artículo de la ley basilar define a las sociedades cooperativas como “asociaciones de número ilimitado de miembros y de capital indeterminado y variable instituidas con la finalidad de que los socios se ayuden mutuamente en el desarrollo de su industria, de su crédito y de su economía doméstica”. El segundo artículo especifica las funciones de estas sociedades: Comprar para vender a sus asociados los productos “necesarios para a vida” así como los adobos y siemientes y las primeras materias industriales y además alquilarles la maquinaria y los instrumentos necesarios para el proceso industrial, organizar en comun talleres productivos y vender sus productos, así como vender, con una comisión, los producidos por cada socio aisladamente, construir casas para los asociados y hacer operaciones de crédito en beneficio de los asociados.

Estos dos primeros artículos, no dejan de ser interesantes y significativos Primero, por la no limitación de miembros y capital y por el carácter de ayudas mutuas, así como por introducir el concepto de economía doméstica que se liga a la compra y venta de artículos necesarios para la vida. Así, se da así cabida a las cooperativas de consumo. Igualmente, se da cabida a las cooperativas productivas industriales, a las agrícolas, a las de crédito y a las constructo-

ras de viviendas a las que dedica un largo y pormenorizado artículo 13. En segundo lugar, es sugerente la posibilidad que la ley ofrece, de la venta de bienes producidos por cada socio. Lo que muy probablemente abría la puerta a mancomunar comercialmente los artículos producidos artesanalmente y en el trabajo a domicilio, tan abundantes en la economía portuguesa de aquella época.

No se trata de explicar y valorar todos los artículos de la ley, pero si cabe señalar algunas otras particularidades más sobresalientes. Cada cooperativa debe tener un nombre propio y los fundadores deben ponerse de acuerdo en la elaboración de unos estatutos que deben ser enviados al Ministerio de Obras Públicas quien tendrá un registro especial. La modificación de los mismos solo puede hacerse en la Asamblea General en la que cada socio tiene un voto (artículo 6 apartado 10). Cada socio puede salir libremente y se le devolverán sus cuotas aportadas, debiendo responder de las operaciones efectuadas hasta su salida. El capital está constituido por las cuotas semanales o mensuales de los socios y de una cuota de entrada (jota), debiendo establecerse el carácter limitado o ilimitado de la responsabilidad asociativa. Cualquier persona mayor de 14 años, sin distinción de sexo, puede ser socio. Pero las mujeres casadas “carecem de autorizaçào de seus maridos, nos termos das leis, para serem admitidas nas sociedades cooperativas”. Pueden existir socios honorarios que verán definidos sus derechos y obligaciones en los estatutos. También estos determinarán las condiciones de operarios y aprendices que sean admitidos en las sociedades cooperativas. El penúltimo artículo dispone que estas estarán exentas del pago del impuesto del sello y de cualquier contribución sobre los “lucros que realizarem”.

Además de esta ley, el gobierno promulgó dos decretos (25 de Julio de 1867 y 3 de Octubre de 1871). El primero de los cuales nombra a determinadas personalidades (ayudante del procurador general del Ministerio y dos diputados) para que se constituyan en comisión y elaboren un proyecto de estatutos que sirva de modelo para la redacción de futuros estatutos de las cooperativas y a todo aquello que pueda facilitar la ejecución de la ley. No deja de ser sorprendente que cuatro años más tarde, se reconozca que no se ha redactado el modelo y se nombre a Joao Antonio dos Santos e Silva, diputado que repite y que había elaborado el dictamen favorable a la ley, y a otros tres diputados para que una vez más, se constituyan en comisión que “elaborem e proponham ao governo os projectos de estatutos que ainda não estejam elaborados, revejam os que já estão publicados, e proponham tudo quanto julgarem conveniente para que a lei citada possa ter o desenvolvimento necessário e fácil execução”. Es sabido, que la creación de comisiones, se hace, a menudo, para dilatar las ejecuciones.... y que las cosas de palacio van despacio. Lo más sorprendente del segundo decreto es que evoque la inteligencia y el patriotismo de los nombrados y que se reconozca que se deben rever estatutos ya publicados. Lo que indica que algunas sociedades cooperativas portuguesas no esperaron a tener un modelo diseñado por el gobierno, para elaborar sus propios estatutos...

Como en todos los países, la ley cristaliza la realidad. Tal como se ha explicado y se detalla en el apartado siguiente, ya existían sociedades mutuales, cooperativas, caixas y montepios en Portugal, cuando, Joao Andrade Corvo, entonces ministro de Obras Publicas de un gobierno de coalición entre regeneracionistas y progresistas presidido por Joaquim

Antonio de Aguiar, se propone reconocer legalmente esta realidad. La pregunta que se puede plantear es si la ley basilar entorpeció o facilitó el desarrollo mutualístico y cooperativo. ¿Significó un punto de inflexión en el itinerario del cooperativismo portugués? No es fácil responder a estas preguntas.

Una primera respuesta consistiría en evidenciar la relativa inoperancia del aparato legislativo de aquella época, sobretodo cuando no era represivo y afectaba a las cuestiones sociales y aun más, si estas tocaban el erario público. Los ejemplos, abundan en el panorama ibérico del siglo XIX<sup>187</sup>. Uno de ellos, referido al mismo campo de las cajas económicas fue el del decreto de 17 de Agosto de 1836 por el que se debía crear una de ellas anexada a un monte de piedad, que no tuvo ningún efecto. Costa Goodolfim refiriéndose a la ley de 21 de mayo de 1896 que establecía una Caja de jubilación para obreros y un Monte de Piedad gestionado por el estado afirma que “es de temer que ni una ni la otra de estas instituciones creadas por la ley de 1896 no produzca resultados prácticos”<sup>188</sup>. De todos modos, Alvaro Garrido<sup>189</sup> argumenta que Andrade Corvo defiende la transición de un mutualismo estricto hacia un asociativismo popular y cooperativo.

A través de algunos trabajos, los de Costa Goodolfim, Lima, Domingos da Cruz, Vasco Rosendo, Pacheco Pereira, Halpern Pereira, Alvaro Garrido y el último volumen publicado por el Montepio Geral<sup>190</sup> se pueden entresacar algunas reflexiones sobre la posible incidencia de la ley. La primera es que es muy probable que en la década de los sesenta del siglo XIX, cualquier ley tuviera un lento recorrido de aplicación. Cuantos y cuales ciudadanos portugueses podían conocer la publicación del ordenamiento jurídico o

estar interesados por ello y aún más, cuando la ley basilar solo afectaba a un reducido número de iniciativas, la mayoría de las cuales, ubicadas en Lisboa y Porto e integradas, salvo excepciones, por grupos populares. Aparte estar registrados, tener un reconocimiento legal y estar exentos fiscalmente, ¿que otras ventajas ofrecía la ley basilar? Eran estas ventajas suficientes, para atraer a muchos trabajadores y capas intermedias de la sociedad portuguesa y vencer las innumerables dificultades para crear una cooperativa o debían organizarse colectivamente impulsados por lo que Domingos da Cruz llama el romanticismo asociativo?. Costa Goodolfim responde taxativamente “la ley, hay que reconocerlo, no les aportó ventajas y no cambió nada a su vida económica”<sup>191</sup> aunque reconoce que “atrajo la atención de las clases obreras sobre estas instituciones”.

Una de las primeras maneras para conocer la posible influencia de la ley sería tener series cronológicas que indicasen el número de cooperativas creadas o existentes cada año. Así se podría ver si a partir de la ley crece su número. Otra manera, es ver si los contenidos de la ley se reflejan en los estatutos y reglamentos internos. Una tercera podría consistir en verificar hasta que punto en las asambleas y en las decisiones y medidas adoptadas se siguen los preceptos legislativos.

Lo más probable es que la ley de 1867 sirviese para que el movimiento asociativo y cooperativo que ya existía la aprovechara para darse a conocer más claramente y se inscribiese en el registro ministerial para ser mejor reconocido y obtener algunas de las pequeñas ventajas que la ley ofrecía. Lógicamente a las asociaciones ubicadas en Lisboa les fue más fácil inscribirse. Hay que recordar que dos años antes, en Lisboa, se habían reunido 71 asociaciones, la mayoría mutualistas, para celebrar el congreso “Das Associações”.

El problema para poder medir la incidencia legislativa a nivel cuantitativo estriba en que la mayoría de autores citados dan cifras globales para periodos más amplios, que se tiene información de las que se crean y se registran pero no de las que mueren o se fusionan<sup>192</sup> y que se tiene un mayor conocimiento de la evolución mutualista que del cooperativo. También hay que tener en cuenta que, entonces, esta distinción no estaba tan clara y que por ejemplo había cooperativas que incluían ayudas mutuas para sus miembros en casos de necesidad. Igualmente, las llamadas sociedades de resistencia podían tener funciones polivalentes.

Carlos Fonseca da las cifras de 13 mutuas que existían en 1843, siete más en 1852 y un salto hasta 225 en 1871 y en el mismo artículo<sup>193</sup> informa que en 1854 de las 811 asociaciones existentes 69 se habían creado aquel año y que en 1872 se habían creado 615. Estos aumentos importantes indicarían que en este periodo se da un crecimiento considerable. Pero no solo crecimiento sino un cambio cualitativo que permite a este autor afirmar, en otro trabajo<sup>194</sup> que a partir de 1870 el movimiento obrero estaría pasando de su prehistoria a su historia. Vasco Rosendo<sup>195</sup> no desmiente esta progresión cuando señala que en la década de los cincuenta se crearon 60 asociaciones de socorros mutuos y que en los sesenta se crearon unas cien y cientocincuenta en la década posterior. En uno de los anexos de esta publicación el autor ofrece una serie cronológica anual sobre el número de sociedades de socorros mutuos de 1839 a 1884 y por distritos. Así se puede comprobar que hubo una primera aceleración de su creación en los años 1855-1857 especialmente significativa en Lisboa, Porto y Faro y que a partir de 1867, año de la promulgación de la ley, se produce una segunda aceleración puesto que para el total de Portugal se

pasa de 7 creadas en 1866 a 18 en aquel año. Aceleración que se concentra en Lisboa y Porto, donde en 1883 se ubicaba el 81% de la población mutualista. Garrido y Pereira<sup>196</sup> dan cifras globales para el periodo 1867-1910. Constatan la concentración en Lisboa (36 sociedades de socorros mutuos, 92 cooperativas de consumo y 3 de producción) y Porto (43 sociedades de socorros, 8 cooperativas de consumo y 2 de producción) a las que siguen, a distancia, Coimbra y Ponta Delgada. La mayoría de estas organizaciones eran de pequeña dimensión y de una considerable fragilidad organizativa y económica.

La voluminosa monografía sobre la historia del Montepio Geral permite apreciar que no hubo modificación de sus estatutos en 1867. Los modificaron en 1873. También informa que después de un periodo inicial de crecimiento del número de miembros, se alcanza un máximo en 1860, cerca de mil socios, y después baja y se estabiliza por debajo de las anteriores cantidades. Parece que precisamente en el mismo año de la ley Basilar, el gobierno creó un Montepio Civil para empleados públicos. Lo que era una competencia para el Montepio Geral y explicaría en parte la disminución de sus efectivos, puesto que muchos de ellos provenían de la administración pública.

Los autores de esta monografía hacen alusión a factores externos que podían influir en la evolución cuantitativa de las mutuas y del mundo asociativo, como por ejemplo las epidemias que asolaban a la población portuguesa, También la coyuntura política debió influir puesto que al periodo de grandes turbulencias políticas le sucedió una relativa estabilización con la llamada Regeneración, de la segunda mitad del siglo XIX. Pero es muy probable que fueran las fluctuaciones económicas las que tuvieran una mayor ma-

yor influencia. A partir de los años cincuenta, la economía portuguesa entrò en un ciclo expansivo que aunque tuvo momentos recesivos como los de 1876, 1890-1891, no por ello dejó de crear unas condiciones mas favorables para el movimiento asociativo. En un plano de fondo de industrialización y urbanización crecientes, que aumentaba y concentraba a las clases trabajadoras, Pacheco Pereira<sup>197</sup> se hace eco de esta relación positiva entre bonanza económica y aumento asociativo que se reflejaría en el cooperativismo y mutualismo populares.

Todas estas consideraciones llevan a señalar que hay un conjunto de factores que inciden sobre la evolución del movimiento asociativo y que, aunque esta hipótesis no sea muy del agrado de políticos y juristas, no es fácil adjudicar directamente a la ley, su crecimiento o su disminución. Otra cuestión es la de su influencia sobre los valores y normas que lo conforman.

En un interesante artículo, Días Pereira<sup>198</sup> mantiene que la ley de 1867 era el reconocimiento legal de las pre-existentes prácticas de las sociedades mutuales y de resistencia y sería un reflejo de las ideas de los artesanos. De alguna manera, la ley expresaba la adaptación de las anteriores normas sociales como el autogobierno, los bienes comunes y las ayudas mutuas de las organizaciones corporativas, al nuevo régimen liberal, seriamente amenazadas no solo por la ideología dominante de la libre competencia sino también por el creciente proceso de industrialización. Para mantener esta tesis, la autora analiza la importancia de los artesanos y de sus ideas, en la creación de las 851 sociedades creadas después de la ley de 1867 hasta 1933. Un año más tarde, Domingos da Cruz, un buen conocedor del movimiento asociativo portugués, daba la razón a la per-

manência de las corporaciones artesanales, afirmando que “Atè nossos días chegaram as corporações de artes e officios, agregados profissionais que já reivindicavam melhoria nas suas condições de salario, quer pugnando pela dignificação da classe a que pertenciam, quer conquistando maior parcela de bem estar económico.”<sup>199</sup>. Lo corrobora Pacheco Pereira en su artículo sobre los orígenes del movimiento obrero en Porto<sup>200</sup>.

Solo hay que añadir para terminar este apartado, que, en Portugal unos pocos años más tarde, en 1888, igual como sucedió en Italia con la reforma del código de comercio de 1874<sup>201</sup>, al redactarse el nuevo código comercial, se incluyeron a las cooperativas como un tipo especial de las sociedades mercantiles. Se primaba así su dimensión empresarial y la búsqueda de resultados económicos y se dejaba de lado su dimensión asociativa. Hasta que punto, no era esta una forma de intentar integrar económicamente al cooperativismo y neutralizar su perspectiva más combativa?.

### **El despertar de las iniciativas asociativas populares en Portugal comparado con otros países**

Quien mejor expone la situación de las diferentes formulas del asociacionismo en el siglo diecinueve es, sin duda alguna, Costa Goodolfim. De él salen las principales informaciones que después son repetidas por muchos autores. Sus trabajos merecen ser puestos de relieve. Este autor que trabajó toda su vida en la Compañía de Gas de Lisboa participó activamente en los Congresos de Paris sobre la previdencia social de 1878, 1883 y 1889 donde fue elegido vicepresidente. En la Sección Portuguesa de la Exposición Universal de 1900 presentó un informe bajo el epígrafe economía social<sup>202</sup>.

En la primera parte de este texto presenta a las instituciones de previdência en las que incluye a las sociedades de socorros mutuos, las cajas de ahorro y las sociedades de cooperación en las que describe detalladamente a las cooperativas militares, una de las primeras cooperativas productivas llamada “Industria social” creada en 1872 después de una huelga, la “Lusitania” que fundada en 1896 gestionaba los tranvías de Lisboa y a otras asociaciones obreras y profesionales. La segunda parte trata de las instituciones de beneficência portuguesas. Es importante señalar, además de esta concepción de la economía social que engloba todas las instituciones existentes de protección social, el esfuerzo cuantitativo y estadístico que contiene este informe y otros trabajos de este autor. Ello permite conocer por ejemplo la evolución de ingresos y gastos y del número de asociados de la sociedad de los tipógrafos de Lisboa de 1852 a 1898 o de las pensiones pagadas por el “Montepío Geral” desde 1842 hasta 1898. Bien trabajado ese informe permitiría empezar a construir series comparativas de las diferentes sociedades hasta finales del siglo XIX.

Costa Goodolfim fue un convencido y activo defensor del asociacionismo. Lo que se refleja en su principal libro<sup>203</sup>, publicado en 1876. El cual se divide en dos partes. En la primera, argumenta en favor del mundo asociativo que puede afrontar la enfermedad, la incapacidad, la instrucción, la usura, creando bancos populares, cajas de crédito, farmacias cooperativas, sociedades de construcción y cooperativas productivas y de consumo. Cita y conoce las experiencias de Rochdale, de Godin, del falansterio de Guise, de las cooperativas de Barcelona. Dedicó la segunda parte a dar una visión cuantitativa y cualitativa de la evolución del asociacionismo portugués desde 1838 a 1876, diferen-

ciando a los diferentes territorios y sectores. Cualifica a la Associação Protectora do Trabalho Nacional (1872) de primera sociedad de resistencia y de primera cooperativa de producción de metales a la Industria Social de 1872-73.

Este prolífico sociólogo participante, que cita y utiliza el concepto de la economía social<sup>204</sup> presenta los casos iniciales del Montepio do Senhor Jesus de Bonfim (1807), de Jesús, Maria e Jose (1822), de la Sociedade de los Artistas<sup>205</sup> Lisbonenses (1838) cuyas funciones eran prestar socorros a los socios inválidos, a los de edad avanzada y darse apoyo mutuo. Este tipo de sociedades de socorros mutuos fueron separándose poco a poco de las perspectivas religiosas de las antiguas cofradías, aunque, a menudo, conservasen el nombre de sus santos y su simbología. Costa Goodolfim afirma que ya en la década de los cuarenta de aquel siglo existían 260 asociaciones que reunían a unos 40.000 afiliados. Quizás sea un poco optimista, pero es innegable que después de unos iniciales momentos más dubitativos, el crecimiento asociativo y mutualista fue considerable. En 1856-1857 a raíz de las epidemias de cólera y fiebre amarilla, el gobierno hizo un inventario que fijó su número en 85 y unos 30.000 afiliados<sup>206</sup>. Para 1876, el mismo Costa Goodolfim<sup>207</sup> da el número de 300 asociaciones de socorros mutuos con unos 70.000 afiliados. Este crecimiento se producía también en el sur del país. En el Alentejo entre 1856 y 1870 se fundaron unas veinte sociedades<sup>208</sup>.

Este proceso expansivo del movimiento asociativo<sup>209</sup> y en particular del mutualístico también se produce en otros países, en la misma época. Quizás el desarrollo mas importante es el de las friendly societies en Inglaterra cuyo número de miembros, hacia 1870, era cuatro veces superior al del conjunto de los sindicatos y cooperativas<sup>210</sup>. En el estado

español las cifras oficiales daban 664 mutuas para 1.887 y un volumen de 1.200<sup>211</sup> para las estimadas. En 1890, ya habían 1.138 solo en Barcelona y más de 558 en su provincia<sup>212</sup>. Italia que en el año 1867 tenía 573 sociedades mutuales, en el año 1870 ya llegan a cerca de 900 y en el año 1885 son 4.772 con 781.000 miembros<sup>213</sup>. En Francia<sup>214</sup> las sociedades de socorros mutuos pasaron de 2.348 en el año 1852 a 6.139 en 1869 o en Suiza<sup>215</sup> donde en 1880 ya existían 1.085 cajas obreras mutuales. Es muy probable que esta expansión venga determinada por la capacidad auto organizativa para afrontar las múltiples necesidades, por la inexistencia de una protección social pública y por la escasez de una oferta privada de seguros que los bajos salarios no podían pagar.

Pero expansión no significa necesariamente modernización. Dias Pereira<sup>216</sup>, cuya interesante investigación ya se ha citado anteriormente, plantea la continuidad de las reglas y valores morales de las antiguas organizaciones artesanales en las sociedades de socorros mutuos y cooperativas. Mediante el análisis de los estatutos y actas publicadas en el Diario do Governo de 851 entidades colectivas creadas después de la ley basilar de 1867, descubre en ellas la persistencia de determinadas normas ( carácter selectivo de los miembros, jerarquias internas, reciprocidad, ...) que regulaban a las corporaciones y gremios del antiguo regimen , al mismo tiempo que su capacidad de adaptación al cambiar las regulaciones externas del trabajo corporativo en normas internas de funcionamiento (precio de venta, calidad y cuotas de la producción, ayudas y cuidados sociosanitarios de los miembros, procesos de cualificación y aprendizaje,..). Ello, también, seria una demostración de la fuerza del mundo artesanal ya que 49 de las cooperati-

vas y sociedades de ayuda mutuas creadas en Lisboa se establecen a partir de profesiones artesanales (zapateros, sastres, tejedores, toneleros...) y de su defensa, que combinaba actividades económicas con protección social, frente a la implantación del mercado.

La creación de la Associação dos operarios de Lisboa en 1850 marcaría el inicio de una nueva etapa, tanto por sus objetivos defensivos como por intentar abarcar al conjunto de los trabajadores de esta ciudad. Dos años más tarde se fundan la Associação Tipográfica Lisbonense e Artes Correlativas y el Centro Promotor do Melhoramento das Classes Laboriosas. Entre sus fundadores se encuentran Vieira da Silva, Sousa Brandao, Lopes de Mendonça y otros dirigentes que van abrazando ideales más socializantes. Según parece, la primera cooperativa fue la Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas, de 1858, aunque también la Associação do Trabalho de Fabricantes de Seda creada en 1852 tenía intenciones de mancomunar el trabajo<sup>217</sup>. Pero, por lo que se sabe, la expansión del movimiento cooperativo se produjo años después.

Una posible hipótesis para empezar a interpretar estos acontecimientos que transcurren desde comienzos de siglo XIX hasta 1870, sería establecer dos fases. Una primera que ve el surgimiento de asociaciones de carácter mutualístico asistencial y una segunda en la que se afirman a la vez posiciones más cooperativas y reivindicativas. Aunque, en ocasiones, se crean organizaciones mutuales con cooperativas de consumo<sup>218</sup>. Pero para confirmar estas hipótesis faltan muchos más estudios concretos de la época que va de los años treinta a los setenta del siglo XIX. Por ahora, por lo que se sabe, dos serían las características del incipiente movimiento obrero portugués que crea formas organizati-

vas de la economía social. Una sería que sobre un plano de fondo de reivindicación asociativa llena de dificultades, existiría una mezcolanza de posiciones, unas más defensivas otras más ofensivas, en las que tanto se expresan el interés de hacer frente a las necesidades materiales más apremiantes como una progresiva conciencia de autonomía organizativa y propositiva. Esta inicial mezcla de posiciones, esta polivalencia de funciones<sup>219</sup>, unas inscribiéndose en la esfera económica, otra en la esfera sociopolítica, también se produce en los mismos años, en otros países como Francia<sup>220</sup>, Inglaterra con las “friendly societies”, en Italia y en Cataluña<sup>221</sup>.

En el primer país, según Michèle Riot-Sarcey<sup>222</sup> el movimiento asociativo ciudadano y popular que culmina en la revuelta de 1848 trata de aplicar su propia interpretación de los ideales de la revolución francesa que han sido traicionados, según la visión popular. Así se concreta una nueva lectura emancipadora de Libertad, Igualdad y Fraternidad en organizaciones y sociedades obreras que participan en las luchas de los Canuts de Lión de 1831 y 1834 y en las huelgas de París de 1840. En el caso de Inglaterra, el artículo de Southall<sup>223</sup> ya advertía de la importancia de las Friendly Societies como primeras creadoras de prestaciones sociales y como mercado informal de trabajo. El libro de Simon Cordery<sup>224</sup> supuso una primera renovación en el estudio del papel de estas sociedades. La posterior publicación de Penelope Ismay<sup>225</sup> pone de manifiesto que las friendly societies no fueron solamente sociedades de ayudas mutuas donde se practicaba democráticamente la reciprocidad, sino también espacios de socialización local, de creación de una cultura obrera organizativa y moral, al mismo tiempo que colaboraban con las primeras uniones

sindicales y se solidarizaban con los huelguistas. Pero en la época victoriana tuvieron que mostrar su respectabilidad<sup>226</sup> como precio de su independencia con respecto al estado. En la segunda mitad del siglo XIX, en estos dos países las vías cooperativa, mutualista, asociativa y sindical se van diferenciando y siguen a menudo dinámicas paralelas y alejadas. Mientras que en Cataluña y en Italia no solo se produce esta polivalencia fundacional como muestran La Societat de Teixidors<sup>227</sup> de Barcelona de 1840 y La Fratellanza Artigiana<sup>228</sup> de 1861 sino que tiene una continuidad que se alarga hasta el siglo XX.

La segunda característica más propiamente ibérica viene connotada por un cierto interclasismo, que se refleja sobretodo en las sociedades mutuales y una capacidad de articulación de las respuestas económicas con dimensiones sociales y culturales. En efecto, en Portugal, se constata la presencia en la fundación y desarrollo de las organizaciones sociales y de sus medios de expresión, de médicos, profesores, funcionarios, literatos, ingenieros, capellanes y oficiales militares al lado de obreros más o menos cualificados, especialmente tipógrafos.

Es muy posible e incluso probable que en algunos arrabales y en algunos barrios centrales populares de las grandes ciudades se pudiesen encontrar en los círculos más o menos conspirativos frente al viejo orden, en las barberías, cafés, tabernas, tascas, cantinas y tabernas, personas de origen social diverso que compartían ideales republicanos, laicos y hasta cierto punto emancipatorios desde el punto de vista social, político y cultural. Una cierta vida bohemia y disidente que se refleja en la juventud del poeta Camilo Castelo Branco<sup>229</sup>. Así podía tejerse una trama de encuentros y relaciones de los que no estaban de acuerdo con el

orden establecido. Un posible engarce ideológico de este mundo es sugerido por Lima dos Santos<sup>230</sup> cuando afirma, un poco aventuradamente, que: “O ataque à repressão e ao capitalismo competitivo que os socialistas utópicos desencadeiam liga-se ao protesto dos artistas românticos”.

Tampoco hay que exagerar estas posibles articulaciones. Cruz, en su citado estudio sobre la burguesía de Porto<sup>231</sup> muestra como se produce una segmentación territorial por la que esta ocupa las calles centrales de la ciudad y los trabajadores manuales, de una industria algodonera muy dispersa de pequeños talleres y trabajo a domicilio, se esparcen por la periferia urbana. Sin ignorar a las “Ilhas” zonas pobres del centro de la ciudad y a unos alrededores de transición rural. También insiste en la falta de movilidad social vertical y en las diferenciaciones sociales que se producían en las fiestas y en las actividades teatrales y líricas a las que los portuenses eran aficionados<sup>232</sup>. Aunque es probable que artesanos, comerciantes, trabajadores mas cualificados y pequeña y media burguesía partipasen conjuntamente en tertulias, en actividades líricas, en algunos bailes y festejos ciudadanos (San Juan, ...), en los espectáculos de calle, en romerías y procesiones. Lo que Cesar Oliveira en su detallado estudio<sup>233</sup> también pone de manifiesto.

Edgar Rodrigues en su libro *O despertar operário em Portugal* da algunas claves que permiten poner de relieve estas colaboraciones y articulaciones. Cita que José Estevo, Andrade Corvo, Latino Coelho, Julio Pimentel, Pereira de Carvalho, Ponte Horta Arantes y Lopes de Mendonça se ofrecieron para dar cursos gratuitos a los trabajadores. A menudo las asociaciones creaban bibliotecas como la de la Associação Tipográfica Lisbonense e Artes Correlativas que poseía 336 volúmenes y 139 asociados, o tenían acti-

vidades recreativas como la creada por los oficinistas de Porto. Rodrigues sostiene que: “Embora o seu forte, o móvel que unia operários, intelectuais, um general, donos de pequenas oficinas gráficas, fabricantes de papel, revisores e escritores públicos, fosse o mutualismo, alcançou méritos bem maiores. Deste alfofre saíram figuras que se vieram destacar na questão social e na imprensa operaria, tais como Ernesto Da Silva, Brito Aranha, Silva Albuquerque e outros”<sup>234</sup>.

Esta vocación pedagógica, mutualista y cultural se produce igualmente en el “Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas” creado en 1852 y que dura hasta 1872<sup>235</sup>. Un año más tarde ya tenía 1.500 asociados que en 1854 aumentaban a 2.114 que se agrupaban en 17 asociaciones de las tres ciudades más importantes del país. En su *Jornal* que publicaba 500 ejemplares, como Joao Lazaro pone de manifiesto<sup>236</sup> y al igual que lo propone el Eco de los Operarios, se insiste en la matriz asociativa, independiente del estado, como motor de emancipación social. No se puede exagerar el acento auto emancipatorio del Centro cuyo carácter interclasista, reformista y hasta cierto punto paternalista tampoco no ofrece dudas, así como el hecho que buena parte de sus dirigentes acabaron interviniendo en la vida política, ingresando en el Partido Progresista, para después integrarse en las filas del Partido Regenerador<sup>237</sup>.

El Centro organiza en 1865 el Congreso Social o “Congresso das Associações” en el que se reúnen 71 asociaciones, la mayoría mutualistas y de Lisboa<sup>238</sup>. En este congreso, que, presidió Vieira da Silva, se plantearon algunas preguntas interesantes que revelan las preocupaciones de los participantes: cuales son los beneficios que las asociaciones aportan a las clases trabajadoras, a la instrucción públi-

ca y a la economía, cuales son las formas más adecuadas (mutuas, cooperativas, caixas económicas, asociaciones de recreo, ... .), que medidas debe el congreso pedir al gobierno para su promoción.

Un año más tarde de la celebración del congreso, el Centro establece el siguiente programa : crear sociedades de socorros mutuos, difundir la enseñanza general y técnica, organizar casas de cuna para los niños pobres y asilos para los viejos desamparados, promover el perfeccionamiento intelectual y moral de los trabajadores, “establecer depósitos para recolher as matérias primas e de consumo das diferentes industrias e bazares para dar extracção aos productos do seu fabrico, projectar por escrito, e discursos os conocimientos de economía industrial e doméstica, aperfeiçoar os métodos de trabalho, promovendo a introdução de maquinismos novos e os meios de remunerar os seus introdutores ou inventores”. Es muy probable que este programa se inspirase en el publicado, unos años antes, por el Eco de los Operarios.

¿Hasta qué punto este sorprendente e integral programa de gobierno interno donde se juntan actividades sociales de ayudas mutuas, de socorros, con actividades económicas productivas y de consumo, pedagógicas y de innovación, es significativo de las otras iniciativas sociales de la época?

Cabe destacar de este texto que muestra implícitamente las tremendas necesidades que existían y querían resolverse, al mismo tiempo que implicaba un cierto interclasismo y una vocación cultural que muy probablemente era impulsada por el sector intelectual. Aquí se abre otro importante camino de investigación. En el que, aun y sabiendo el escaso tiempo que la clase obrera tenia para sí, se trataría de examinar por un lado cuales fueron las iniciativas concre-

tas de tipo colectivo que se tomaron en los lugares de ocio, diversión y sociabilidad barrial (café conciertos, teatros, bibliotecas, centros republicanos, casas del pueblo, grupos de deporte y excursión, ateneos populares, orfeones, bandas musicales, filarmónicas, ranchos...) y por el otro, cual fue la producción cultural literaria popular (canciones, romances, operetas, juegos, almanaques, leyendas, obras de teatro, folletines literarios, panfletos humorísticos, cuentos, poesías, novelas...) <sup>239</sup>. El más radical, periódico *Eco de los Operarios* publicó poemas e informaciones sobre romances y algunos de sus colaboradores (Gomes de Amorim) se presentaban como poetas-operarios <sup>240</sup>. Gracias a la antología de poemas obreros compilada por la historiadora Monica <sup>241</sup> se puede contemplar la continuidad de estos esfuerzos de producción literaria realizada por los trabajadores. Algunos autores <sup>242</sup> han empezado a estudiar las relaciones que estos, a partir de la segunda mitad del siglo XIX, tuvieron con el teatro, como autores, espectadores y actores.

Todo indica que un punto culminante en este periodo, de la revuelta literaria y artística empezada por el grupo de Coímbra culminó en las Conferencias de Lisboa de 1871, prohibidas por el gobierno, donde Antero de Quental, Eza de Queiros, Oliveira Martins, Ramalho Ortigao, Teófilo Braga... critican la decadencia de un Portugal y de una España, dominados por la monarquía, la aristocracia y la Iglesia católica, que no saben recuperarse de la pérdida de un pasado glorioso. Su republicanismo y su socialismo, aunque sean más ideales y morales que estratégicos, les aparecen como la revolución cultural a perseguir <sup>243</sup>. Si en los años treinta Herculano había sido identificado como uno de los miembros más preclaros del primer romanticismo, las conferencias de Lisboa, cuarenta años más tarde, pola-

rizan a una segunda generación que también se identifica con él. Si Herculano acaba sus días retirado y decepcionado de la vida política aun es más trágico el fin de Antero de Quental que se suicida frente al mar de las Azores. Dos fines emblemáticos de las dificultades para realizar materialmente las esperanzas románticas de un mejor Portugal.

Ahora bien, las exultantes palabras de Antero de Quental escritas en 1871 a raíz de su explicación sobre La internacional parecen marcar una nueva etapa: “a grande, a suprema obra do século XIX: emancipar o trabalho, apagar por uma vez da face da terra a odiosa divisão de classes, fundindo-se todas numa só de trabalhadores livres e iguais, não ricos e pobres, senhores e servos, governantes, e governados, capitalistas e operários, mas todos os homens, debaixo do mesmo céu, e em face do mesmo trabalho justo e digno”<sup>244</sup>.

Todos los autores, Fonseca, Pacheco Pereira, Oliveira, Serrão, Rodrigues, Tengarrinha, estan de acuerdo en señalar que los inicios de la década de los setenta marcan un punto de inflexión en la historia del movimiento obrero en Portugal. No solo porque llegasen los internacionalistas españoles (1871) y sus ideas o los ecos de la “Comune” francesa (1868) y de la Republica española (1868) sino porque los trabajadores empezaron a tomar conciencia de sus propios intereses y a diferenciarse, no sin limites, de las expresiones políticas republicanas. Aunque en cierto modo, como afirma Serrao<sup>245</sup>, el republicanismo preparò el camino hacia el anarquismo. En su estudio sobre la evolución de las huelgas, Tengarrinha<sup>246</sup>, también ve en aquella década el paso de unos conflictos defensivos, a veces espontaneos y ligados al mundo rural a otro tipo de huelgas. Igualmente, ello se refleja en la prensa obrera<sup>247</sup> y en el asociativismo.

No es un azar que el Centro Promotor de Melhoramento das Clases Laboriosas, cuya naturaleza interclasista no ofrece muchas dudas, que en 1871 se había dotado de nuevos estatutos, pereciese en 1872, y que entre 1871 y 1875 se creasen 22 cooperativas. Las duras palabras del tipógrafo Nobre França en su carta a Magalhaes Lima refiriéndose a las anteriores tendencias socialistas son significativas: “O socialismo contemporâneo-dos operarios- nasceu em Portugal após o movimento da Comuna de Paris. Antes desse movimento, o socialismo estava reduzido ás idealizações de alguns filântropos (Sousa Brandao, por exemplo), ás lucubrações literárias de filosofos como Antero, ou ás cogitações de uma democracia idealista, querendo resolver por un carbonarismo, tambem ideal, o problema das instituições politicas. A este grupo democrata pertenceram Fontana, Antero, Oliveira Martins e outros”<sup>248</sup>.

En cualquier caso, la economía social como tal, iba a recorrer un largo itinerario, con Herculano, Alves Martins, Sousa Brandao, Costa Goodolfim, Oliveira Martins, Marnoco Sousa, Carneiro Pacheco, Pereira, Perdigao, Lumbralles, ... que culminaría en Antonio Sergio. Como es lógico no todos afirman lo mismo. A unos les interesa más el cooperativismo, a otros las sociedades de socorros mutuos, el asociacionismo y sobre todo los Monte Píos y las Caixas Económicas. Unos están más próximos o forman parte del movimiento obrero, otros pertenecen a la pequeña burguesía o a capas intermedias. Los de más acá llegan a tener responsabilidades políticas, los de más allá ejercen de profesores. Unos son cómplices del poder o se confunden con él, otros plantean alternativas a sus modos de intervención. Para algunos, la economía social está ligada a la economía domestica. Para otros, es otra forma de concebir el sistema

económico y el funcionamiento de la sociedad. En cualquier caso, se puede afirmar que se encuentran en los primeros cultivadores de la economía social de Portugal las tres principales corrientes que también se daban en otros países europeos: liberales, socialistas y católicos sociales.

Así pues, se puede sostener que la Revista Litteraria fue pionera en dar a conocer la economía social en Portugal, y que este primer gesto tuvo una continuidad. Aunque el grupo que la sustentaba y algunos de sus contenidos iniciales no fueran los mismos que los posteriores. A través de los autores y ejemplos anteriores queda señalada una pista para quienes quieran hacer un rastreo por libros, boletines, revistas y otras publicaciones del mundo académico, del movimiento obrero portugués y del asociacionismo popular en la búsqueda del uso de la economía social.

### **A Revista Litteraria perspectiva, conteúdos e colaboradores**

¿Hasta qué punto la revista Litteraria fue la expresión de los intereses económicos de los grupos empresariales de Porto y más en general norteños?

La respuesta no es sencilla. Por un lado, ello no es evidente al tener un carácter informativo general y tratar temas muy diversos. Por otro lado, hay una preocupación por no atacar los intereses de la economía agraria del sur de Portugal. En tercer lugar, tampoco parece claro que los intereses económicos norteños fuesen homogéneos. Aunque Bonifacio afirma<sup>249</sup> que llegaron a ser contradictorios con los de Lisboa y se expresaban diferentemente de estos, a través de las presiones en favor del sector dominante de la viticultura, del comercio exterior y en las laberínticas negociaciones con Inglaterra. Tampoco el conjunto de la

burguesía de Porto, tan bien estudiada por Cruz<sup>250</sup>, debía tener expectativas iguales. Comerciantes, negociantes, propietarios de tierras, rentistas, empresarios del textil y aun los enriquecidos emigrantes retornados de Brasil, podían compartir posiciones parecidas frente a los anquilosamientos del antiguo régimen y en favor de la modernización de la ciudad, pero podían divergir en sus posiciones políticas y sociales. En cuarto lugar, existían otras revistas publicadas en la misma ciudad y en la misma época que aparecen más ligadas a intereses específicos y más concretamente industriales.

Comentando esta situación, Castanheira afirma “Na década de 40 do século XIX, a cidade do Porto assiste ao aparecimento de uma imprensa publicista respondendo a necessidade de camadas específicas de população e promovendo o desenvolvimento econômico”<sup>251</sup>. Estos serían los casos de las revistas “O industrial Portuense” (1845-1846), “O Jornal da Associação industrial Portuense” (1852-1864), “O industrial do Porto”. Es muy probable que algunas de estas nuevas revistas locales fuesen la expresión directa de los emergentes grupos industriales<sup>252</sup> que, aunque minoritarios en una ciudad eminentemente comercial y negociante pugnaban por hacer oír su voz. Este es el caso de “O Jornal da Associação Industrial Portuense” que da cuenta de la evolución de esta sociedad de empresarios fabriles e informa de los adelantos técnicos que permiten mejorar la producción industrial y artesanal. También “O Industrial Portuense” dedica sus páginas a la divulgación de los procesos productivos y de los usos domésticos, destacando sus dibujos y esquemas de maquinarias. En su introducción, reivindica la industria “porquè agricultura e comercio sempre gozaram uma consideração que lhes e debida”<sup>253</sup>. Fon-

seca explica<sup>254</sup> que en los años que van de 1830 a 1870, dentro de una cierta euforia industrialista, se crearon en todo el país, varias asociaciones patronales como la Asociación Mercantil Lisboense, la Asociación Comercial de Figueira da Foz, la Sociedad Farmaceutica Lusitana.

En cualquier caso, al igual que la revista litteraria, el conjunto de estas revistas no podía, ni quería sustraerse al contexto de una ciudad que intentaba agitadamente romper los viejos esquemas del Antiguo Régimen y en el que aparecían nuevos grupos sociales, económicos, políticos y culturales<sup>255</sup>. En este sentido, no deja de ser interesante el antecedente de la “Revista Estrangeira” publicada en el bienio 1837-1838. Mensualmente, sus lectores recibían sus páginas en las que se ofrecían informaciones caracterizadas por “a novidade e utilidade que sao os elementos que constituem a essencia dos periódicos”. Esta revista tenía tres secciones: una dedicada a la literatura donde incluía historia, geografía, elocuencia, poesía y romances, una segunda sobre ciencias y artes con mecánica, química, física, historia natural, economía política, industria y una tercera miscelánea que era una crónica de los acontecimientos políticos y de noticias de descubrimientos científicos de fuera de Portugal. Traducía las noticias de otros países. Esta curiosidad por el exterior era una de sus características. Así por ejemplo en el numero dos da cuenta de cuestiones de geología, de expediciones aeronáuticas, de homeopatía, de cómo la atmosfera influencia las enfermedades. En el número tres se traduce un cuento de Alejandro Dumas y en el de siete de octubre de 1837 en el que dedican tres apartados a la economía política se cita a Dunoyer, Say, Malthus y Flores Estrada, se defiende la industria, la libertad comercial interna, la mejora de la agricultura y la limitación del gasto publico.

No es muy aventurado sugerir que la revista *Litteraria* recogiese estas tradiciones, aunque se puede empezar por afirmar que algunas de las ideas, temas y formas de tratamiento de esta revista son en algún modo, reflejos de las posiciones que se encuentran en las “Prelecciones preliminares ao curso de Economia Politica da Escola da Associação Comercial do Porto”<sup>256</sup> redactadas en Julio de 1837 por su director Albano De Silveira Pinto y nuevo profesor de economía política. En ellas, hay un interesante prologo en el que el autor confiesa sus escasos conocimientos. Pero demuestra a lo largo del libro que conoce bastante bien a los economistas fisiócratas y a los clásicos. Smith es el autor más citado en su publicación. Pero también alude a Dunooyer, a Malthus, a Storch, a Sismondi, a Say. Por cierto, este último autor y su llamado catecismo, es el más citado en la revista *Litteraria*.

Se podría pensar que el carácter pedagógico e informativo de esta publicación era un reflejo de la importancia que Silveira Pinto daba a la instrucción y la formación. También lo sería el uso abundante de las estadísticas, de la historia y la defensa de una posición que se fundamentaba en la libertad civil, económica y política, que criticaba al despotismo y que quería ser mesurada. Igualmente, los comentarios negativos sobre los acuerdos tan favorables a Inglaterra de Methuen y de 1810 serian la expresión a la vez de un justificado patriotismo portugués y de una moderada visión proteccionista que se reflejan en la revista.

Santos Silva<sup>257</sup> ha emitido una tesis más directa al analizar los inicios de la enseñanza de la economía política en Porto. Según su opinión, el flujo y reflujo de esta enseñanza debe enmarcarse en el progreso del liberalismo. Por cuanto, los liberales intentaban demostrar, emulando lo que sucedía

en otros países, que esta ciencia era útil y necesaria para el gobierno de una nación civilizada y prospera y que debía convertirse en una guía del comportamiento cotidiano. Por lo tanto, no es de extrañar que a medida que se consolidan las posiciones políticas de los liberales, avance la inclusión de la economía política en los mecanismos docentes. A partir de la reforma de la enseñanza superior de 1836 y 1837 esta se incorpora en la recién creada Facultad de Derecho de Coímbra y después se integra en la Escuela Politécnica de Lisboa. También lo hace en la nueva escuela de Porto creada en 1834, por la Asociación Comercial de esta ciudad.

Santos Silva insiste y ve en el nombramiento de Albano Silveira Pinto, liberal moderado, como profesor primero y director después de esta escuela, una operación de confianza política de la burguesía comercial de la ciudad.

Almodovar y Cardoso<sup>258</sup> califican las iniciales actividades formativas de Porto y de Lisboa en las respectivas y recién creadas Asociaciones Comerciales como de dos iniciativas privadas para enseñar economía política al mundo mercantil de las dos ciudades. Diferencian los contenidos del curso de Oliveira Marreca en Lisboa por cuanto este se situaría en un plano más teórico y el segundo, de Silveira Pinto, que introduciría contenidos más en acuerdo con una visión pragmática, incluso propositiva y en línea con los intereses de los viticultores. En cualquier caso, los dos cursos no pudieron continuar por falta de estudiantes. Se mostraban así los límites de una iniciativa de la burguesía comercial de las dos ciudades para penetrar en las clases medias urbanas como sugiere Santos Silva<sup>259</sup>. ¿Hasta qué punto la revista *Litteraria*, que a partir de 1838 inauguró una rúbrica divulgativa dedicada a la economía política, fue una tentativa de irradiar hacia estos grupos sociales?

No es fácil contestar esta pregunta. Los hechos son que la revista *litteraria* fue quincenal de julio 1838 hasta diciembre, después fue mensual. Se publicaron once volúmenes Y hacia su fin empezó una nueva serie que quedó interrumpida editándose solo algunos números más. Dejó de publicarse en 1843. Los primeros volúmenes se imprimieron en una tipografía comercial y después en una imprenta propia. Según afirma Francisco da Silva en su diccionario bibliográfico portugués<sup>260</sup>: “Esta colleção que bem desempenhava o seu titulo é estimável e importante pela sua variedade de espécies que contém: entre elas ñao poucas memórias e dissertações relativas a historia e antiguidades de Portugal e biografias interessantes; e outros trabalhos de ñao menor interes em Sciencias phisicas, políticas e moraes, romances, poesias, crítica litterária. Contou entre os seus collaboradores alguns dos homens mas sábios e eruditos de Portugal durante aquelle período: e sem dúvida uma das melhores e mas úteis publicações periódicas, sahidas dos prelos portugueses desde 1833 até agora”<sup>261</sup>. Silva da esta primera lista de hombres “sabios y eruditos” que colaboraron con ella: Agostinho Albano De Silveira Pinto, D. Francisco de S. Luis, Francisco Lopez de Acevedo Velho de Fonseca, Joaquin Heliodoro de Cunha Rivera, Ignacio Pizarro de Moraes Sarmiento, Jose Joaquin de Silva Pereira Caldas, Jose Pereira Reis, Raymundo Jose de Cunha Mattos.

¿Sobre qué temas escribían y quienes eran estas personas que fueron responsables y colaboradores de la revista?

Por lo que parece, la revista *Litteraria* sería la continuadora de la Revista “*Extrangeira*” cuya corta vida duró entre 1837 y 1838 y fue dirigida por Jose Pereira Reis quien, amigo del director, también se integró en el núcleo de los

animadores de la Revista litteraria. A salvo de otras pesquisas más profundas, se puede sugerir que este núcleo formaba parte de las elites intelectuales y de los círculos probablemente más cultural y profesionalmente avanzados de la ciudad de Porto. De lo que Cruz llama la “burguesía esclarecida”<sup>262</sup>. Varios de los animadores de la revista estuvieron implicados en las revueltas y conflictos políticos de aquella época.

La revista muestra una considerable curiosidad por temas muy dispares que en general son tratados con rigor. Esta disparidad temática quizás se explique por las polifacéticas personalidades de los colaboradores que acumulaban variados estudios y profesiones: Matemáticos, médicos, farmacéuticos, botánicos, lingüistas, economistas, políticos, literatos, escritores, militares, filósofos... Sus conocimientos lingüísticos se ponen en evidencia por la traducción de artículos extranjeros y por el uso del francés y del inglés. Desde la conservación de las patatas y la leche, hasta la historia y situación de los cosacos, las búsquedas arqueológicas y la historia de Portugal, la crisis financiera, la homeopatía y la frenología, la crítica literaria, la poesía, las estadísticas aduaneras y pasando por unas crónicas jurídicas y de la vida política, no hay dominio que no interese a la revista. La cual incluso tiene una preocupación por divulgar conocimientos útiles e incluso da a conocer recetas para el uso doméstico.

No está muy acertado Ribeiro dos Santos cuando afirma: “editaram-se depois no Porto, as publicações Revista Litteraria (1838-1845) e o Instructor Portuense (1844) que a pesar do nome da primeira, ñao tiveram expressao nas letras, dedicando-se exclusivamente as ciencias, nomeadamente a sus applicoes practicas, obedecendo aspiraçoes propias da época:

o progreso tecnológico”<sup>263</sup>. La revista *litteraria* hace bastante honor a su nombre y tiene una dimensión literaria considerable, aunque también tenga una dimensión de aplicación práctica ligada al progreso tecnológico y científico de la época

Igualmente, en las páginas de la revista se muestra una preocupación social, por el funcionamiento de las instituciones benéficas y sobre todo por la salud y la educación infantil, por las condiciones de habitabilidad y muy especialmente por la problemática de los expósitos<sup>264</sup> a los que dedica varios artículos. No deja de ser interesante que la revista ofrezca bastantes páginas a cuestiones sanitarias, unas más ligadas a los conocimientos médicos y farmacéuticos, otras dando consejos populares sobre la alimentación y el cuidado de la salud personal y otras terceras que se refieren a los orígenes de las enfermedades que originaban las epidemias más frecuentes por aquel entonces. Reflejo, sin duda, de una mayoría de médicos y farmacéuticos que eran miembros del núcleo colaborador.

En efecto, empezando por su polifacético director, nacido en 1752 y muerto en 1862, hay que explicar que era médico, farmacéutico, profesor, doctor en filosofía, economista y activo participante en las vicisitudes políticas de su época. En la invasión francesa fue ayudante en el batallón Académico. Más tarde durante el cerco de Porto ejerció como médico en el frente de batalla y tuvo que enfrentarse a la epidemia del cólera morbo, a cuyo estudio dedicó un libro. Igualmente, dedicó una oda a los enseñantes militares y a los voluntarios. En 1811 ya era secretario de la facultad de filosofía de la universidad de Coímbra. Empezó su vida como autor publicando en 1815 una gramática francesa. Se distinguió como farmacéutico ejerciendo esta profesión y publicando el Código farmacéutico lusitano en 1835 en el

que empezó a trabajar desde 1820. Este trabajo se reeditó en varias ocasiones con una edición póstuma de 1876, convirtiéndose en una obra de referencia en Portugal. Fue profesor primero y después director (1826) de la Real Escuela Medico Quirúrgica de Porto. Fue diputado de 1840 a 1846 y de 1848 a 1850 y Ministro de Marina y de Ultramar entre 1847 y 1848 en un gobierno Cabralista.

El interés de Agostinho Albano De Silveira Pinto por las cuestiones económicas y por la defensa de los intereses vitícolas va creciendo y muy probablemente se va concretando en los años treinta cuando pasa a ser profesor de economía política y luego director de la escuela de Porto. Este interés no le abandona, publicando sus lecciones, interviniendo en el Congreso, siendo vicepresidente del Tribunal de Cuentas y miembro del Tesoro Público, escribiendo un libro sobre la deuda pública y dejando manuscritos dos volúmenes dedicados a “Historia financeira de Portugal desde o tempo do Conde D. Enrique até o nosso”.

Por ahora, no se tienen tantas informaciones del resto de colaboradores de la revista. Hacen falta investigaciones biográficas. Por lo que se sabe, Jose Pereira Reis (1804-1850) amigo y discípulo del director, que compartía con él, la obediencia francmasónica, también era medico y farmacéutico. Ejerció de profesor en la Real Escuela Medico Quirúrgica de Porto dando clases de Higiene Pública, Medicina Legal y Fisiología, ejerciendo de vacunador público. Coordinó y revisó la edición del Código Farmacéutico de su maestro. Participó en la revuelta de la Patuleia de 1846, fue preso y expulsado del país por su intervención en la Junta Revolucionaria. El también polifacético y prolífico Jose Joaquim De Silva Pereira Caldas (1818-1903) estudió medicina, filosofía y matemáticas en la Universidad de

Coímbra dedicándose a la enseñanza de las matemáticas que ejerció en Leiria y Braga. Publicó más de cien libros abarcando dominios tales como literatura, historia, bibliografía, ciencias, enseñanza y política en la que defendió no sin problemas, la causa republicana y liberal interviniendo en los conflictos de 1846-47. Fue miembro de varias sociedades literarias y científicas y del Centro Promotor dos Melhoramentos das Clases Laboriosas.

Ignacio Pizarro de Moraes Sarmiento (1807-1870), empezó su vida literaria publicando en la Revista Litteraria, a sus 31 años, sus memorias del día 28 de diciembre de 1838. Poeta y literato publicó un romance histórico dedicado al Mestre Gil y varios dramas. Pero su obra más importante son los dos volúmenes del O romanceiro português, compilación de poemas y romances, publicados de de 1841 a 1845, donde el mismo se califica de trovador. A la edad de 29 años fue elegido diputado, pero abandonó pronto la vida política, aunque volvió a ella para intervenir en la revuelta de Maria da Fonte. Por fin, Raimundo Jose da Cunha Matos (1776-1839) fue un militar e historiador, brasileiro nacido en Portugal, fundador del Instituto Histórico y Geográfico Brasileiro, que en 1831 viajó a Europa y presenció el cerco de Porto de 1832 y escribió un libro sobre él. Cabe suponer que fue entonces que conoció al grupo de la revista con la que pudo colaborar al final de su vida.

### **Prováveis afinidades entre a Revista portuense e Sagra**

Una de las preguntas que pueden plantearse es si fueron afinidades ideológicas o culturales las que impulsaron a publicar a Sagra en la revista portuense o si podría suponerse que el director o alguno de sus colaboradores conocía personalmente al autor. Sagra era gallego y mantuvo

relaciones con su país de origen. Por lo tanto, es probable que conociese el norte de Portugal y su capital, aun cuando las comunicaciones y relaciones no eran lo que son ahora. También es probable que los miembros de los núcleos intelectuales portuenses se relacionasen con los ambientes progresistas gallegos. Algunos se refugiaban en Galicia cuando eran perseguidos y al revés. En cualquier caso, Sagra debía ser conocido, ya que se encuentra una referencia a él, al que se trata de ilustre economista y verdadero patriota, en el tratado *Elementos de economía política e estadística*<sup>265</sup> de Forjal de Sampaio publicado en Coímbra en el año 1845.

Las palabras de Do Carmo Reis pueden parecer un poco exageradas al referirse a Porto, pero sí que en cierto modo esta ciudad era una “Terra da liberdade. Porque em 1820 vanguardizou o processo revolucionário para a implantação do liberalismo. Porque em 1832, foi o espaço de combate para a reconquista do Poder e das reformas estruturais de Mouzinho de Silveira. Porque em 1846, protagonizou a ofensiva contra a tirania administrativa de Costa Cabral, arriscado desvio do Cartismo. Porque, em 1851, proporcionou o arranque do movimento da Regeneração que veio a consolidar o Regime Constitucional”<sup>266</sup>. También lo había afirmado Costa Goodolfim<sup>267</sup> en 1876. Este ambiente podía ser sensible a las posiciones de Sagra y recíprocamente este podía estar interesado en darlas a conocer.

Pero Sagra salió joven de Galicia y pasó muchos años en Cuba. Por lo que se sabe, solo volvió a Europa en el año 1836, instalándose en París. En 1837 llegó a Madrid pasando clandestinamente los Pirineos. En aquellos años estrechó los lazos con los círculos republicanos y auspició y colaboró con revistas editadas en su región. Concretamente, en el año 1845 publicó uno de sus artículos más radicales

de cariz anarquizante, *La caldera del Vapor*, en la revista *El Porvenir* editada en Santiago de Compostela y que fue prohibida por el general Narvaez poco tiempo después.

Se puede suponer que Sagra seguía los avatares de la vida cultural y política de Porto e incluso que conociera personalmente al director de la revista o a algunos de sus más estrechos colaboradores. Pero por ahora, estas son hipótesis sin verificar.

Quizás la clave que explicaría las posibles relaciones está en la pertenencia del director de la revista y muy probablemente de otros miembros colaboradores, a la francmasonería y la influencia que esta ejercía en los círculos liberales de Porto que ha sido narrada por Ribeiro da Silva<sup>268</sup>. Por lo que se sabe Sagra también fue francmasón<sup>269</sup> y por lo tanto compartía con el grupo dirigente de la revista vivencias espirituales y hasta cierto punto proyectos político y culturales y una cierta visión creyente del hombre y de la sociedad. O sea que es muy probable que esta compartida disciplina y visión fuera una de las claves que explicaría el porqué los responsables de la revista de Porto decidieron publicar las lecciones que Sagra estaba dando en el Ateneo de Madrid. Que lo hicieran en el mismo año ya es más sorprendente, porque podría indicar una relación muy directa y estrecha o una gran sensibilidad de los responsables de la revista por tuense para con lo que se publicaba allende de sus fronteras.

### **Ramon de la Sagra e a sua obra**

¿Quién era el autor del que la revista de Porto se hizo eco y cuál fue su vida y obra?

Ramon de la Sagra se inscribe en la perspectiva del reformismo social. Botánico, naturalista, sociólogo y economista, geógrafo y político, nació en la Coruña en el año

1798. Empezó sus estudios en Coruña y los terminó en Madrid. Se trasladó a Cuba para trabajar en una fábrica de tabacos. A pesar de su juventud, fue nombrado director del Jardín Botánico de la Habana, dando cursos de historia natural y botánica. Fruto de su afición e investigaciones empíricas empezó a escribir, en el año 1826, un monumental tratado<sup>270</sup> de doce volúmenes sobre la historia y la geografía de la isla. Consiguió que se publicase su último volumen en 1857. En esta obra, referente aun hoy para los geógrafos cubanos, muestra una gran curiosidad científica y un considerable rigor analítico. Merece resaltarse su crítica al monocultivo, su excepcional sensibilidad por la degradación del medio ambiente, por incorporar elementos demográficos y sociales y por dar la misma definición de desarrollo sostenible que la que ahora acostumbra a utilizarse. Se manifestó antiesclavista lo que no dejó de generarle problemas con las autoridades españolas y los propietarios de las plantaciones azucareras cubanas.

Cuando en 1835, vuelve hacia Europa decide alargar unos meses su estancia en Estados Unidos para visitar los establecimientos benéficos. Según el mismo afirma<sup>271</sup>, impresionado, se empieza a interesar por la cuestión social. Preocupación que ya no le va a abandonar. Esta estancia es también importante porque en él se encuentra con Michel Chevalier, ingeniero y economista, discípulo de Saint Simon, quien después de salir de la cárcel, había sido enviado en misión a Méjico y Estados Unidos. En esta relación estaría una primera influencia que acerca Sagra al socialismo utópico. Pero en este sentido, seguramente va a ser más decisiva su estancia en Paris. Donde además de vivir los hechos de 1848, se relaciona y colabora con Proudhon y su tentativa de crear un Banco Popular.

Experiencia de la que sale un libro de Sagra<sup>272</sup>. También entre 1840 y 1848 conoce a un elenco de líderes del movimiento obrero e ilustrados de la época: Louis Blanc, Victor Cousin, Lamennais, Marx, Engels, ...<sup>273</sup>. Después de la revuelta de 1848 es expulsado de Francia y vuelve a Madrid donde malvive hasta ser elegido diputado por Lugo, en 1853, renunciando a esta acta en 1855, e instalándose más definitivamente en París.

Ramon de la Sagra visitó muchos países: de entre ellos Alemania, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Irlanda y terminó su vida en Suiza. Asistió a muchas exposiciones y congresos de variada índole, pero especialmente los dedicados al progreso económico e industrial. Acostumbraba a publicar<sup>274</sup> sus reflexiones sobre estos viajes. De vuelta a España en 1837, pronuncia las conferencias que dan lugar a sus lecciones sobre la economía social de 1840, que profesó en el Ateneo de Madrid.

En el mismo año entabló una polémica con Florez Estrada<sup>275</sup> uno de los economistas, liberales radicales, más importantes de la época. El libro<sup>276</sup> que este publica como complemento a su tratado de economía política genera fuertes discusiones. En ellas interviene Sagra<sup>277</sup> y Florez Estrada le responde<sup>278</sup>. Se trata de una dura e interesante polémica alrededor de los temas de la economía clásica sobre el trabajo como fuente de valor y la distribución de la riqueza. Florez Estrada, eminente economista, que había estado exiliado en Inglaterra se inspiraba en los clásicos ingleses, mientras que Sagra lo hacía en los franceses. De hecho, Sagra construyó una buena parte de su vida europea en Francia.

Sagra, en su azarosa vida, publicó muchos otros trabajos tanto de su vertiente botánica y naturalista como de

sus experiencias practicas<sup>279</sup> y sobre diferentes aspectos económicos y sociales. Igualmente fundó varias revistas, participó en diferentes asociaciones culturales y filantrópicas que intentaban combatir y amparar la delincuencia, la prostitución<sup>280</sup> y la infancia desvalida. Formuló variadas propuestas dirigidas a las instituciones de reclusión y beneficencia<sup>281</sup>. Igualmente fue varias veces diputado. Decepcionado por el bienio progresista terminó colaborando con el partido moderado y refugiado en el catolicismo más conservador. Su carácter polifacético genera que haya muchas lecturas de sus trabajos, los cuales, salvo algunas notables excepciones<sup>282</sup> anteriores, se han visto revitalizados en los últimos tiempos. Así, además de sus trabajos botánicos, han sido tratadas su dimensión pedagógica<sup>283</sup>, económica<sup>284</sup>, sociológica<sup>285</sup>, geográfica<sup>286</sup> y como reformador social<sup>287</sup>.

Tal como ya se ha dicho, Sagra define en sus lecciones sobre la economía social a esta como una ciencia recién iniciada que “debe ocuparse de la mejora y bienestar del pueblo”<sup>288</sup> o “mejor dicho del progreso social”. En este sentido, la economía social que pertenece a la “gran categoría de las ciencias político-morales” estaría por encima de la economía política y se situaría en el lugar más elevado de la escala de los conocimientos humanos en la búsqueda de las causas del retraso y del malestar de los pueblos y de las soluciones y reglas que hay que aplicar para resolverlas. Sagra confía en la razón para un análisis positivista de la realidad y en la moral política para dar criterios que sirvan para la actuación. Estos son los dos motores de la nueva ciencia.

Sagra parte de las enormes transformaciones materiales y morales de la nueva civilización industrial y urbana de su tiempo que genera un enorme desarrollo científico, tecno-

lógico y económico, al mismo tiempo que unas inadmisibles desigualdades y una degradación de las condiciones de vida y de trabajo. Adjudica a la organización del trabajo, a la que dedica un libro<sup>289</sup>, un papel crucial en la explicación de la estructuración de una sociedad en la que la miseria provoca el vicio y el crimen. Frente a estos, los gobiernos deben actuar preventivamente siguiendo los principios cristianos<sup>290</sup> de la expiación y el arrepentimiento.

Según Sagra, los gobiernos se equivocan sino persiguen la prosperidad, la felicidad y el bien común del pueblo. A ello deben ayudar las instituciones educativas, judiciales y de una beneficencia pública, lejos de una filantropía falsa y de un ejercicio imprudente de la caridad. La formación moral y la restitución social mediante el trabajo son fundamentales. Por lo tanto, hay que promover el fomento de los intereses materiales a través del progreso de la agricultura y la industria, la instrucción y la educación, la beneficencia pública, la represión de los delitos y crímenes y la reforma moral. Reforma moral y social a la que deben contribuir los gobernantes persiguiendo la justicia social, los ricos que deben disminuir su codicia y proteger mejor a los pobres y estos que deben ser laboriosos y responsables. De esta forma, no se acrecienta una desigualdad, que para Sagra es necesaria, se puede aumentar la libertad y el progreso social y se mantiene el orden social.

En fin, Sagra no era un revolucionario. Y tampoco un socialista<sup>291</sup>. Era un reformista consecuente, preocupado por encontrar una solución a los problemas sociales causados por las rupturas económicas, políticas y morales del antiguo régimen que eran provocadas por una industrialización y urbanización crecientes.

### **Algumas conclusoes que ñao o som**

Quedan muchas incógnitas por resolver sobre la historia de la economía social en Portugal y aun más sobre sus inicios. Igualmente, el descubrimiento de la memoria de la economía solidaria está empezando. Pero, la realidad actual permite ya iniciar el trabajo de reconstituir una historia conjunta. Esta investigación ha intentado avanzar algunas hipótesis a partir del hallazgo de la traducción y publicación de algunos capítulos del libro de Sagra en la revista literaria de Porto en 1840.

No todas las preguntas formuladas han sido contestadas. Ni mucho menos. Seguramente quedan muchas más por responder que las respuestas dadas. Hay que comprobar si las hipótesis planteadas son verosímiles. Pero en la fase actual de conocimientos, hubiese sido muy aventurado ir más allá. Hacen falta muchas investigaciones sobre acontecimientos, personas, iniciativas colectivas y sobre el contexto socio económico y político en el que situarles. Igualmente sería provechoso realizar análisis comparativos con otros países. Quizás así se podrá pasar a un nivel de interpretación más ajustado y quizás así las recónditas relaciones que sugería Mateo de Agustinis en 1837 puedan dejar de ser opacas.

Pero ya desde ahora se puede afirmar que el concepto de economía social tiene una larga tradición en Portugal. No es un fenómeno reciente. El comienzo del uso de este concepto en los años cuarenta del siglo XIX, corrió paralelo al de otros países de la Europa Latina. Igualmente se puede señalar que los inicios de la economía social en Portugal fueron agitados, como no podía ser de otra manera en una sociedad que intentaba romper las ataduras del antiguo régimen y dados los avatares de una vida política y económi-

ca azarosa. Fueron unos inicios atravesados por distintas tendencias ideológicas y culturales, con diferentes grupos sociales implicados, con variadas experiencias que trataban de abrirse una vía en pos de una auto organización civil y popular que afrontaba necesidades ancestrales y perentorias, para lograr una mayor justicia y democracia. No fue un placentero camino lleno de rosas, ni Sagra una flor de verano que rápidamente se marchita.

Ahora bien, si Sagra fue publicado en 1840 en la revista portuense fue porque existía un núcleo de portugueses “ilustrados” que eran sensibles a sus propuestas. Tuvieron el acierto de ofrecer el nuevo concepto de la economía social que empezó a ser utilizado, cada vez más, en Portugal y cuyo uso tuvo una continuidad posterior. Habría que estudiar más detenidamente cuales eran los contenidos que la economía social amparaba en aquella época. Pero, en cualquier caso, bajo este concepto anidaba una visión reformadora que contribuyendo a clarificar algunas perspectivas, se encuadraba bien con algunos de los intereses y del ideario de los que, en aquellos tiempos, se abrían a los vientos que soplaban desde Europa y defendían una visión modernizadora y progresista de Portugal.

En este sentido, los inicios de la economía social en Portugal no hacen sino reflejar sus límites y virtualidades que se prolongan hasta nuestros días. Es decir, que hasta cierto punto, queriendo ser una economía diferente no podía ser más que una tentativa reformista del sistema económico, que tratando de ser una mejora de los mecanismos asistenciales no podía ir mucho más allá de un tratamiento menos represivo de la pobreza, que intentando reflejar y formalizar el discurso y las practicas de las organizaciones obreras y populares no podía más que ampliar sus márgenes de ma-

niobra y que difícilmente podía liberarse de una economía política que fundamentaba y justificaba el capitalismo. Con todo, aquellos balbuceos de la economía social en Portugal abrían caminos, angostos y llenos de dificultades, por los que circularían otras ideas y otras prácticas cuya capacidad emancipadora se pondría a prueba posteriormente.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Brandão, J. (2014) A história da pobreza em Portugal. Lisboa. Edições Saída de Emergência.
- <sup>2</sup> Otro libro sobre la misma temática editado anteriormente se sitúa en estas nuevas orientaciones, Vaz, M. J. Relvas, E. Pinheiro, N. (org) (2000) Exclusão na história. Oeiras. Celta editora.
- <sup>3</sup> Monica. M. F. (1982) A formação da classe operária portuguesa. Antologia de imprensa operária (1850-1934). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian (pag.14)
- <sup>4</sup> Oliveira, C.(1973) O socialismo em Portugal 1850-1900. Porto. ed. Afrontamento. (pag.99 a 107)
- <sup>5</sup> Estivill; J. (2018) La economía solidaria. ¿categoría conceptual para la historia? en Santamaria, E. Yufra, L.C. de la Haba, J. Investigando economías solidarias. Barcelona. Ed. Pol-len
- <sup>6</sup> Esta es la misma dificultad, cuando se escribe la historia de la economía social del Quebec. Ver Levesque, B. Petitclerc, M. (2008) L'économie sociale au Quebec á travers les grandes crises structurelles et les grandes transformations (1850-2008). Rev. Economie et Solidarités Vol 39 n 2 (pag.15)
- <sup>7</sup> Capellan de Miguel, G. (2007) Enciclopedia del pauperismo. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha. (V vol.)
- <sup>8</sup> Max-Neef, M. Smith, Ph. B. (2011) La economía desenmascarada. Barcelona. Icaria. (p.81 i ss.)
- <sup>9</sup> Hespanha, P. Mendonça dos Santos, A. (2011) Economía solidaria: cuestiones teóricas e epistemológicas. Coimbra. Grupo Almedina. (p.12)
- <sup>10</sup> Gueslin, A. (1987) L'invention de l'économie sociale. Le XIX siècle français. Paris. Ed. Economica.
- <sup>11</sup> Laville, J. L. (2010 ) Politique de l'association. Paris, Ed. Seuil. En este libro se pone el acento en la historia del movimiento asociativo. Hay traducción castellana de este libro publicada por la editorial Icaria.
- <sup>12</sup> Duverger, T. (2016) Les transformations institutionnelles de l'économie sociale et solidaire en France des années 1960 á nos jours. Revue Interventions Economiques n 54.
- <sup>13</sup> Monteiro, B. Dias Pereira, J. (Org.) (2013) De pé sobre a terra. Estudos sobre a industria, o trabalho e o movimento operário em Portugal. Lisboa. Ver igualmente las comunicaciones presentadas en el 1 Congreso de Historia do movimento Operário e dos movimentos Sociais em Portugal. FCSH.UNL.2013
- <sup>14</sup> Polanyi, K. ((2018) Nuestra obsoleta mentalidad de mercado. Barcelona. Virus Ed.
- <sup>15</sup> Riot-Sarcey, M. (2016) Le procès de la liberté. Une histoire souterraine du XIX siècle en France. Paris. Ed. La découverte
- <sup>16</sup> Despues del clasico libro de Gosden ha aparecido una revisión critica: Cordery, S. (2003) British Friendly Societies, 1750-1914 Palgrave. Mac Millan
- <sup>17</sup> Desde hace quince años y de las clásicas publicaciones de Marucco i Tomassini se han publicado, en Itàlia, un gran numero de libros sobre estas sociedades. Ver por ejemplo Soave, A. Breve storia della Società Operaia de Mutuo Socorso. 2015, Luciano, A. Dalle società di Mutuo socorso alle mutualità. 2012
- <sup>18</sup> Se pueden citar: Riot-Sarcey, M., 2016, Le procès de la liberté. Une histoire souterraine du XIX e siècle en France, Paris, La Découverte; Gribaudo, M., 2014, Paris, ville ouvrière. Une histoire occultée 1789 – 1848, Paris, La Découverte; Gribaudo, M., Riot-Sarcey, M., 2009, 1848, la révolution oubliée, Paris, La Découverte; Hayat, S., 2014, 1848, Quand la république était révolutionnaire. Citoyenneté et représentation, Paris, Le Seuil ; Bouchet, T., Bourdeau, V., Castleton, E., Frobert, L., Jarrige, F. (dir.) 2015, Quand les socialistes inventaient l'avenir. Presse, théories et expériences 1825 – 1860, Paris, La Découverte.
- <sup>19</sup> Ver el balance que hace Garrido, A. (2020) A economia social em Portugal. Um balanço teorico em perspectiva histórica. Esta Ponencia ha sido publicada junto al resto de trabajos de este Congreso en Estivill, J. Laville, J. L. (Ed.) Economía solidaria i historia social. Barcelona. Ed. Icaria.
- <sup>20</sup> Estivill, J. Dalmau, M. (2020) L'estat de la qüestió. Balanç bibliogràfic sobre l'economia social i solidària a Catalunya. publicado en Estivill. J. Laville. J. L. Op. Cit.
- <sup>21</sup> Oyon, J. L. (ed.) (1998) *Vida obrera en la Barcelona de entre guerres. 1918-1936*. Barcelona: CCCB y. Oyon, J. L. (2008) *La quiebra de la ciudad popular*. Barcelona: Ediciones del Serbal
- <sup>22</sup> Ealham, Ch. (2005) *La lucha por Barcelona. Clase, cultura y conflicto. 1898-1937*. Madrid: Alianza.
- <sup>23</sup> Dalmau, M; Miró. I. (2010) *Les cooperatives obreres de Sants. Autogestió proletària en un barri de Barcelona. 1870-1939*. Barcelona: La Ciutat Invisible. Dalmau, M. (2015) *Un barri fet a cops de cooperació. El cooperativisme obrer al Poble Nou*. Barcelona. La Ciutat Invisible i Arxiu Històric del Poblenou. Alari, E. Gorostiza, S. Dalmau, M. (2016) La forja solidària d'un barri portuari, La Barceloneta obrera i cooperativa. Barcelona. Montaber.
- <sup>24</sup> Pere Solà tiene muchos libros publicados sobre la historia del asociacionismo en Cataluña. Ver por ejemplo Solà, P. (1978) *Els ateneus obrers i la cultura popular a Catalunya (1900-1939)* Barcelona: La Magrana.
- <sup>25</sup> Cucó, J. (1991) *El quotidià ignorat. La trama associativa valenciana*. Valencia: Institutió Alfons el Magnànim.
- <sup>26</sup> Arnabat, R. Ferré, X. (2015) *Ateneus. Cultura i llibertat. Associacionisme a la Catalunya contemporània*. Barcelona: Federació d'Ateneus de Catalunya.
- <sup>27</sup> Martínez Gallego, F. A. (2010) *Esperit d'associació. Cooperativisme i mutualisme laics al País Valencià, 1834-1936*. Valencia: PUV.
- <sup>28</sup> Santana Morro, M. (2002) *El forjament de la solidaritat. Mutualitats, Cooperatives, Societats obreres i recreatives a Mallorca (1868-1936)*. Palma: Ed. Cort.
- <sup>29</sup> Ryan, M. P. (1990) Women in public. Between Banners and Ballots !825-1980 Baltimore, Johns Hopkins University Press. y Brooks-Higginbotham, E. (1990) Rigtuous discontent. The womens Movement in the Black Baptist Curch (1880-1920) Cambridge. Harvard University Press.

- <sup>30</sup> Gordon Nembrhard, J. (2014) *Collective courage: a history of African Americans cooperatives movement*. Economic Thought and practice, Pensilvania State University Press. Ver tambien. Beito, D. (2000) *From mutual aid to the Welfare State: Fraternal societies and social services 1890-1967* Universit y of North Carolina y Curl, J. (2009) *For all people. The hidden History of cooperation Movements and Communalism in America* P. M. Press
- <sup>31</sup> La historia del conjunto de la economía social durante el Salazarismo esta por realizar. De todos modos hay análisis parciales interesantes: Santos, J. H. (2009) *Maneiras cooperativas de pensar e agir*. Lisboa. Edições Universitarias Lusofonas. Coutinho. M. (2003) *Economia social em Portugal*. Lisboa, CPIHTS. (pags.143 a 160). Schwartz da Silva (1995) *Cooperativas de Portugal (passado e presente entre a mudança e a continuidade*. Anuario de Estudios Cooperativos. Bilbao. (pags. 234 a 303). Vasco Rosendo (1996) *O mutualismo em Portugal*. Lisboa. Montepio Geral. (pags. 521 a 528). Ribeiro, J. P. (2012) *Contributo para a historia do cooperativismo durante o Estado Novo* Lisboa ICSTE/IUL.
- <sup>32</sup> Garrido, A. (2020) *Op.Cit.*
- <sup>33</sup> Quintao, C. (2008) *Terceiro sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar*. Actas da Conferencia. Universidade de Barcelona. (pag. 7)
- <sup>34</sup> Quintao, C. (2004) *Terceiro sector: Elementos para referenciação teórica e conceptual*. V Congresso Português de Sociologia. Ver tambien Campos Franco, R. (2004) *Controversia em torno de uma definição para o terceiro sector*. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra.
- <sup>35</sup> Para un comentario valorativo de esta ley ver Meira, D. (2014) *A lei de Bases da economia social portuguesa. Algumas reflexoes criticas*. XIV Jornadas CIRIEC.
- <sup>36</sup> Paiva, F. (2001) *Teses e dissertações académicas sobre o terceiro sector em Revista de Estudos Cooperativos* n 2. Lisboa. Instituto Antonio Sergio y Pavia, F. (1999) *Ensino e investigação universitária em Portugal nas áreas do cooperativismo e da economia social em Pestana, C. Gomes, J. C. (Coord.) Cooperativismo, emprego e economia social*. Lisboa. Vulgata. (p. 171 a 200)
- <sup>37</sup> Hespanha. P. (Coord.) (2000) *Entre o Estado e o Mercado*. Coimbra. Ed. Quarteto
- <sup>38</sup> Namorado, R. (2006) *Os quadros jurídicos da economia social*. Coimbra. Centro de Estudos Sociais
- <sup>39</sup> Para ver el episodio francés de la recuperación conjunta del concepto de la economía social en los años ochenta: Duverger, T. (2014) *La ré-invention de l'économie sociale: Une histoire du CNLAMCA*, Paris. Rev. RECMA n 334
- <sup>40</sup> Leal Costa (1993) *Actas da terceira conferencia europeia de economia social*. Lisboa. INSCOOP.
- <sup>41</sup> La presidencia portuguesa del año 2000 fue especialmente activa. Logró los acuerdos de la llamada Cumbre de Lisboa, organizó un importante encuentro en Almansil (ver *Policies and instruments to fight poverty in the European Union: the guarantee of a minimum income*. Almansil. Febrero 2000) y promocionó el congreso de Santa Maria da Feira con el título de *Desenvolvimento local, cidadania e economia social*. El numero 8/9 de la revista *Sociedade e Trabalho* (2000) da buena cuenta de este congreso.
- <sup>42</sup> Namorado. R. (1988) *A economia social em questao*. Coimbra. Oficina CES. (p.19)
- <sup>43</sup> Vease por ejemplo Costa Ferreira, F.(1985) *As cooperativas e a economia social*. Lisboa. Livros Horizonte o AA.VV. (1989) *Que perspectivas para economia social em Portugal*. Lisboa. Centro de Estudos de Economia Publica e Social. En 1998, el presidente de la Unión de mutualidades aun decía:” Irá a aparecer em Portugal uma Confederação das Instituições que tenham actividades de economia social” en Pestana, C. Gomes, J. C. (1998) *O mutualismo português: solidariedade e progresso social*. Lisboa. Vulgata. (p.276)
- <sup>44</sup> Rosendo, V. (1996) *O mutualismo em Portugal*. Lisboa. Montepio Geral (p. 530)
- <sup>45</sup> Campos Franco, R. (2004) *Controvérsias em torno de uma definição para o terceiro sector. A definição estrutural-operacional de John Hopkins vs a noção de economia social*. Coimbra. VIII Congresso Luso-afro-Brasileiro de Ciências Sociais.
- <sup>46</sup> Nunes, F. Reto, L. Carneiro, M. (2001) *O terceiro sector em Portugal. Delimitação, caracterização e potencialidades*. Lisboa. Instituto Antonio Sergio do Sector Cooperativo, (pag.66)
- <sup>47</sup> Nunes, F. Reto, L. Carneiro, M. (2001). *Op.Cit.* (pag.52)
- <sup>48</sup> REAPN (2004) *Economia social e o Terceiro Sector em Portugal*. Porto.
- <sup>49</sup> Roque Amaro, R. (2009) *A economia Solidaria da Macaronesia. Um novo conceito*. Azores. Rev Economia Solidaria n 1
- <sup>50</sup> Hespanha, P. Lucas dos Santos. L (2016) *O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência do reconhecimento institucional da economia solidaria em Portugal*. Ecosol/CES. Coimbra.
- <sup>51</sup> *Economia Social. Verdades interessantes a o Reino e a o estado e a todas as classes de gentes: antidotos contra os luxos aparatozos e faustos escuzados. Remedios para curar os males das uzuras e monopolios*. Lisboa Na Typografia de Joze Baptista Morando. 1823 *Agradezco la infomación facilitada por Martins Pereira*
- <sup>52</sup> Sagra, R. de (1840) *Lecciones de economia social*. Madrid, Imprenta de Ferrer y Compañía
- <sup>53</sup> Publicado en la revista e impreso con su memoria explicativa en *Typographia da Revista*. Porto. 1841.
- <sup>54</sup> Bonifacio, M. F. (1991) *Seis estudos sobre o liberalismo Português*, Lisboa. Ed. Estampa. (p.39). Esta es también la opinión de Bastien, C, (2009) *A integração europeia pelos economistas portugueses, Uma perspectiva de longo prazo*, Revista *Análise Social* n 191, Lisboa.
- <sup>55</sup> Sergio, A. (1972) *Breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa. Livraria Sá da Costa Editora. (p.127)
- <sup>56</sup> Sergio, A, (1972) *Op.Cit.* (p.137)
- <sup>57</sup> Ferreira, M. de F.(2002) *Rebeldes e insubmissos. Resistências populares ao liberalismo (1834-1844)*. Porto. Edições Afrontamento.

- <sup>58</sup> Lains, P. Ferreira da Silva, A. (ed.) (2005) *Historia economica de Portugal*. Lisboa. Imprensa de Ciencias Sociais Vol.II (pag, 269)
- <sup>59</sup> Teixeira, M. C. (2018) *Habitação popular na cidade oitocentista*. As “Ilhas” do Porto. Porto. Edições Afrontamento. (Pag.27)
- <sup>60</sup> Cordeiro Lopes, J. M. (2002) *Fontes da história da industria Portuense. O Mapa das fabricas de 1813*. Cadernos do Nordeste. Serie Historia 2. Vol. 19 (1-2) (pag.205)
- <sup>61</sup> Pereira Halpern. M. (2001) *Diversidades e assimetrias de Portugal*. Seculos XIX-XX. Lisboa. ICS
- <sup>62</sup> Justino, D. (1986) *A formação do espacio nacional*. Lisboa. Ed. Vega
- <sup>63</sup> Pereira Martins, G, (1997) *No Porto romantico, com Camilo*. Porto. Casa Comun.
- <sup>64</sup> Cordeiro Lopes, J. M.(1996) *Empresas e empresarios portuenses na segunda metade do seculo XIX*. Rev. Analise Social. Vol XXXVI.
- <sup>65</sup> Teixeira M. C. (2018) *Habitação popular na cidade oitocentista*. As “Ilhas” do Porto. Porto Ed. Afrontamento. (pag.48 y ss.)
- <sup>66</sup> Alcantara, A, (2016) *Uma geografia da Lisboa operaria em 1898*. En AA.VV. *Atas do Primer Congresso do movimento operário e dos movimentos sociais*. Lisboa FCSH-UNL (pag.38 a 53)
- <sup>67</sup> Pinto, R. (2007) *O Porto Oriental no final do século XIX. Um retrato urbano (1875-1900)*. Porto. Ed. Afrontamento
- <sup>68</sup> Pereira Martins, G.( ) *As Ilhas no percurso das familias trabalhadoras do Porto*
- <sup>69</sup> Monica, M. F. (1979) *Uma aristocracia operaria: os chapeleiros (1870-1914)*, Rev. Analise Social n 60 (pag.850 a 915)
- <sup>70</sup> Silva Taborda, C. (2016) *Conflitualidade operária no Porto oitocentista en AA.VV Primer Congresso do movimento operário e dos movimentos sociais*. Lisboa.FCSH-UNL (pag. 119)
- <sup>71</sup> Viana, J. M.(1975) *A evolução anarquista em Portugal*. Lisboa. Seara Nova. (pag.74)
- <sup>72</sup> Oliveira Ramos, L. A. (dir.)( 1994) *História de Porto*. Porto. Porto Editora.
- <sup>73</sup> Paim, A. (2010) *Silvestre Pinheiro Ferreira (1876-1846)*. Bibliografia e estudos críticos. Centro Documentação do Pensamento Brasileiro
- <sup>74</sup> Ferreira da Costa, F.(1985) *As cooperativas e a economia social*. Lisboa. Livros Horizonte. (pag.26)
- <sup>75</sup> Pinheiro Ferreira, S. *Projecto de um Banco de Socorro e Seguro Mutuo*. Paris. 1836. Rey et Gravier.
- <sup>76</sup> Pinheiro Ferreira, S. (1840) *Projeto de Associação para o melhoramento da sorte das classes industriosas*. Paris. Fain et Thunot.
- <sup>77</sup> A titulo postumo, en 1846, esta revista le publicó un articulo: *Demonstração das vantagens das Sociedades de Socorro e Seguro Mutuo*. Comparadas com as instituições denominadas Montepios.
- <sup>78</sup> Guedes,G. Santos, M. (2002) *Jornais e Revistas Portuguesas do século XIX*. Lisboa. Biblioteca Naconal.
- <sup>79</sup> De él, Edgar Rodrigues dice que fue un “pensador altamente evoluído”. Ver Rodrigues, E. (1980) *O despertar operário em Portugal. 1834-1911*. Lisboa . Ed. Simenteira. (p.70), Também afirma que fue un seguidor de Fourier y Owen (p.95). Lo que me parece un poco aventurado dadas sus propias afirmaciones.
- <sup>80</sup> Pinheiro Ferreira, S. (1844) *Dos bancos rurais*.
- <sup>81</sup> Pinheiro Ferreira, S. (1836) *Projeto de un banco de socorros e seguro mutuo*, Paris. Rey et Gravier y (1841) *Projeto de seguros mútuos dos empregados públicos*.
- <sup>82</sup> Pinheiro Ferreira, S. (1840) *Précis d’un cours d’Economie politique suivi d’une bibliographie choisie de l’économie politique pour M. Hoffman*. Paris. Imp.de Rayna.
- <sup>83</sup> Pinheiro Ferreira, S. (1839) *Preliminary discourse to a course of political economy*.
- <sup>84</sup> No deja de ser interesante la critica que Pinheiro Ferreira hace a estos autores en *Projecto d’Associação...* Op. Cit. (pag.10 a 12)
- <sup>85</sup> *Economia Social, Verdades interesantes a o Reino e a o estado e a todas classes de gentes: Antidotos contra os luxos aparatozos e faustos escuzados. Remedios para curar os males das uzuras e monopolios*. Lisboa. Na Typografia de Joze Baptista Morando. 1823. *Agradezco la información facilitada por Martins Pereira*.
- <sup>86</sup> Almodovar, A. Cardoso J. L. (1998) *A History of portuguese thought*. Londres. Routledge. Véase también
- la excelente colección editada por el Banco de Portugal que ha permitido recuperar muchos textos históricos del pensamiento economico portugués.
- <sup>87</sup> Mesquita, A. P. (2009) *O pensamento socialista em Portugal*. Revista de Estudos Filosoficos n 3 (pag. 80 y ss.)
- <sup>88</sup> Tamagnini Barbosa, R. (1916) *Economia política*. Porto. Minerva
- <sup>89</sup> Tamagnini Barbosa R. (1930) *Modalidades e aspectos do cooperativismo*. (1935) *O cooperativismo e a habitação*. (1935) *Direito cooperativo*,
- <sup>90</sup> Marnoco e Sousa, J. (1900) *Lições de economia social*. Coimbra. Typ. França Amado.
- <sup>91</sup> Marnoco e Sousa, J. (1916) *Tratado de economia política*. Coimbra, Livraria França Amado.
- <sup>92</sup> Antoine, Ch. (1904) *Curso de economia social*. Vizeu Imprensa da Revista Catolica. También fue publicado en Barcelona en aquellos años.
- <sup>93</sup> Antoine, Ch. (1904) *Op.Cit* (pag.34)
- <sup>94</sup> Frazao, J. (1895) *A economia social cristã*. Lisboa Typ. Calçada de S. Francisco.
- <sup>95</sup> Frazao, J. (1895) *Op. Cit.* (pag. 55)
- <sup>96</sup> Laveleye, E. (1905) *O futuro dos povos católicos*. Estudio de economia social. Lisboa. Livraria Evangelica.
- <sup>97</sup> *Revista O Ateneu*. n 1 Lisboa. Genaio 1850.
- <sup>98</sup> Ver los números 7, 13 y 16
- <sup>99</sup> Alves Martins, A.(1844) *Grandes questões de economia social tratadas por M. Chitti e Lamennis postas em vulgar e precedidas de uma introdução*. Porto. Typografia La revista.
- <sup>100</sup> Costa Ferreira, F. F. (1989) *Contribuições Portuguesas na ideação de uma economia social. ¿Que perspectivas para a economia social em Portugal?* Centro de Estudos de Economia Publica e Social (p. 29-48)
- <sup>101</sup> Castello Branco,C. (1889) *D. Antonio Alves Martins, Bispo de Viseu*. Esboço biográfico, Porto. Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- <sup>102</sup> Pageaux, D.H.(1982) *Lamennais en péninsule ibérique: Note sur la diffusion des idées Ménarcissiennes en Espagne et au Portugal (1834-1840) a AA.VV. Utopie et socialisme au Portugal au XIX siegle*. Paris. Fundação Gulbenkian. (pag.121 a 152)
- <sup>103</sup> Alves Martins, A. (1844). *Op. Cit.* (pag. 46)
- <sup>104</sup> Santos Piteira, F. (1992) *Associação*. Direito de. En Serrao, J. *Diccionario*

- de historia de Portugal. Porto. Ed. Figueririnhas.
- <sup>105</sup> En la biografía que L. A. Palmeirim, en el segundo volumen de la Revista Contemporanea de Portugal e Brazil del año 1860 dedica a Andrade Corvo se descubren las relaciones de este con Lopes de Mendonça
- <sup>106</sup> Moses Bensabat Amzalak (1928) Do estado a da evolução das doutrinas económicas em Portugal. Lisboa. (p.259)
- <sup>107</sup> Esta revista seria segun Mesquita una de las primeras revistas socialistas en Portugal. Una primera serie se publicó semanalmente durante un año desde el mes de abril de 1850. Una segunda serie se llevo a cabo entre Setiembre y Octubre de 1851, Ver Mesquita, A. (2009) O pensamento socialista em Portugal no século XIX. Rev. Estudos Filosóficos n 3
- <sup>108</sup> Sousa Brandao, F. M. (1857) Economia Social (primeira parte). O trabalho. Lisboa. Typ. do Progresso.
- <sup>109</sup> Sousa Brandao, F. M. (1857) Op.Cit. (pag. VIII)
- <sup>110</sup> Sousa Brandao, F. M. (1857) Op.Cit.. (pag.12)
- <sup>111</sup> Sosa Brandao, F. M. (1857) Op.Cit. (pag. 43)
- <sup>112</sup> Sousa Brandao, F. M. (1857) Op. Cit. (pag.86 y 87). Para conocer aspectos complementarios de su pensamiento, es útil leer la revista Eco de los Operarios.
- <sup>113</sup> No parece que haya desacuerdo en los diferentes historiadores portugueses para señalar que esta década marca un punto de inflexión. Por ejemplo Bastien, C. (2001) A divisào de historia do pensamento económico português em periodos. Rev. de Historia Económica n 1
- <sup>114</sup> Solano Constâncio, F. (1995) Leituras e ensaios de economia política (1825-1905) Lisboa. Banco de Portugal
- <sup>115</sup> Mesquita, P. (2009) O pensamento socialista em Portugal no século XIX, Rev. Estudos Filosóficos n 3
- <sup>116</sup> Castilho, A. F. (1849) Felicidade pela agricultura, Ponta Delgada, Typographia da Rua das Artes.
- <sup>117</sup> Pereira, G. M. Castro, M. J. (1999) Do corporativismo ao anarcosindicalismo: sobre o movimento operario no Porto na segunda metade do seculo XIX in Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Porto. Faculdade de Letras. (pag.204)
- <sup>118</sup> Pacheco Pereira, J. (1981) O movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870) Lisboa. Rev. Analise social n 65
- <sup>119</sup> Estivill, J.(2015) Mouvement associatif en Espagne: ouverture démocratique et permanence historique en Laville, J. L. Salmon A. (dir.) Associations et action publique. Paris. Desclèe de Bouwer. (pag. 349 a 378).
- <sup>120</sup> Oliveira, C. (1973) Imprensa operaria no Portugal oitocentista de 1825 a 1905. Rev. Analise Social n 39. (pag.562)
- <sup>121</sup> Bonifacio, M. F. (1981) Os arsenallistas de Marinha na revolução de Setembro (1836). Rev. Analise Social Vol. XVII (65) (pag. 29 a 65)
- <sup>122</sup> Fonseca, C. (1976) Historia do movimento operario e das ideas socialistas em Portugal. Lisboa. Publicações Europa-America. IV Vol.
- <sup>123</sup> Fonseca,C. (1973) A origem de l'Internacional em Lisboa. Lisboa Ed. Estampa ( pag.22)
- <sup>124</sup> Cruz, M. A. (1999) Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX. Porto. Fundação Ing. Antonio de Almeida. (pag.433)
- <sup>125</sup> Ramos, R. (1992) A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). Rev. Analise Social n116/117 (pag.489)
- <sup>126</sup> Reis, A. de Carmo (1993) A imprensa periódica do Porto na primeira metade do século XIX. Porto. Faculdade de Letras. II Vol. (pag.69).
- <sup>127</sup> Las dos excepciones conocidas fueron la traducción del tratado de la riqueza de las naciones de Smith en 1811 y el Catecismo económico de Say en 1822.
- <sup>128</sup> Almeida Catroga, F. (1977) Os inicio do positivismo em Portugal. O seu significado politico-social Coimbra. Universidade. (pag.28 a 44)
- <sup>129</sup> Almodovar, A. Cardoso, J. L. (1998) A history of Portuguese economic thought. Londres. Routledge. (pag.79)
- <sup>130</sup> Hespanha, A. M. (1982) Historiografia jurídica e política do direito. Portugal (1900.1950) Rev. Analise Social Vol XVIII. N 72/73/74 (pag.796)
- <sup>131</sup> Fernandez Clemente, E. (2011) J. P. de Oliveira Martins y los orígenes del socialismo en Portugal. Cuadernos Aragoneses de Economia. Vol 21 n 1-2 (pag. 78 a 80)
- <sup>132</sup> Oliveira Martins, Teoria do socialismo. 1872 y Portugal e o socialismo. 1873
- <sup>133</sup> Laranjo, J. F. Os economistas portugueses. Ver. O instituto 1881-1884. Guimarães. Há sido republicado por El Banco de Portugal en 1997 com um buen prefacio de Carlos Fonseca.
- <sup>134</sup> Laranjo, J. F.(1878) Princípios de economia política. Hay reedición por el Banco de Portugal, en 1997, con un buen prefacio de Carlos Bastien.
- <sup>135</sup> Laranjo, J. F. ( 1885) Sociedades cooperativas. Lisboa. Lisboa.Typ. Das horas Românticas
- <sup>136</sup> Laranjo, J. F. (1874/1875) As origens do socialismo. O Instituto Vol. 20
- <sup>137</sup> Laranjo, J. F. (1997) Op. Cit. (pag. 22 a 34).
- <sup>138</sup> De Sà, V. (1978) A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideas socialistas em Portugal (1820-1852). Lisboa Livros Horizonte. Ver especialmente su introducción donde hace una autocrítica de sus planteamientos iniciales y defiende que serian otros autores, como Saint Simon, Fourier, Blanc, los más influyentes.
- <sup>139</sup> Petrus (1967) Proudhon e a cultura Portuguesa. Lisboa Ed. Cultura Portugal. Victor de Sà critica muy duramente este libro. Para ver otra mirada sobre la influencia de Proudhon y del socialismo utópico en Portugal consultar Fernandez Clemente, E (2011). J. P. Oliveira Martins y los orígenes del socialismo en Portugal. Cuadernos Aragoneses de Economía. Vol. 21 Numero 1-2 .(p.81 a 83)
- <sup>140</sup> Bastien, C. (1989) A introdução da economia marxista em Portugal (1852-1910) Lisboa. Universidade Técnica. (p. 4)
- <sup>141</sup> Con altibajos esta sociedad y su órgano han persistido hasta nuestros días. Se fue transformando en una sociedad de beneficencia e instrucción y actualmente gestiona varios espacios educativos. Para sus orígenes ver Piteira Santos, F. A. (1981) A fundação de a Voz do Operário. Do “abstencionismo político a participação no “congresso possibilista” de 1889. Ver Analise Social n 67-68 Vol. XVII. Para ver su papel en la Republica Tavares, D. Pimenta. M. (1987) O ensino não oficial na 1 Republica. A voz do operário, Rev.

- Análise Psicológico n 3 (V). Una tentativa de escribir un trabajo más global en Galhordas, M. E. Damas, C. (1992) Contribuição para a história da Voz do Operário. Lisboa. Ed. Voz do Operário.
- <sup>142</sup> Lopes de Mendonça, A. P. Introdução. Ecco Dos Operarios. Revista Social e Literaria n 1. Lisboa. 1850.
- <sup>143</sup> Perez Roldan, C. (1999) La prensa republicana madrileña durante el siglo XIX. Rev. Historia y Comunicación n 4. (pag.319)
- <sup>144</sup> Varela Suances, J. (2002) El sentido moral del pensamiento democrático español a mediados del siglo XIX. Rev. Derecho Político n 55-56 (pag.27)
- <sup>145</sup> Cervera, A. I. (1850) El amigo del pueblo. Rev. La Creencia n 1. Madrid
- <sup>146</sup> El Eco de los Operarios n 19 noviembre 1850.
- <sup>147</sup> Garrido, F (1860). Biografía de Sixto Cámara. Barcelona. Librería de Salvador Manero. (pag.25). Ver también Rueda, G, (2014) biografía de Sixto Cámara en la Unión Iberica. Madrid, Badajoz. Ediciones 19
- <sup>148</sup> Cámara, (1849) La cuestión social, Exmen crítico de la obra de M. Thiers titulada de la propiedad. Madrid. Ver los comentarios de Capellan de Miguel, G. (2007) Cambio conceptual y cambio histórico, Del pauperismo a la cuestión social, Enciclopedia Pauperismo. Publicaciones de la Universidad de Castilla la Mancha. Vol 2 (pag.567 y 568)
- <sup>149</sup> Cámara, S. (1859) A União Ibérica. Lisboa. Typografia Universal. Hay una reedición en portugués y castellano publicada en 2014 por ediciones 19 con prólogo de José Maria Latino Coelho y la biografía de Cámara de German Rueda
- <sup>150</sup> Gabriel, P. (2020) Fernando Garrido Tortosa. Agitación e escritura política. La pulsión cooperativista. Barcelona. Fundació Roca i Galès.
- <sup>151</sup> Garrido, F. (1879) La cooperación.: estudio teórico y práctico sobre las sociedades cooperativas de consumo y producción en Inglaterra y otros países y especialmente en Catalunya. Barcelona. Imprenta Oliveros
- <sup>152</sup> Cámara, S. (1859) A União Ibérica, Lisboa Typografia Universal. (pag.13) Reeditado en 2014 por Ediciones 19 con una biografía de Suxto Cámara de Gerardo Rueda
- <sup>153</sup> Cámara, S. (1859) Op. Cit (pag.69)
- <sup>154</sup> Cámara, S. (1859) Op. Cit (pag. 106)
- <sup>155</sup> Vasco Rosendo (1996) O mutualismo em Portugal. Dois séculos de história e suas origens. Lisboa. Montepio Geral. (pag.295 a 298)
- <sup>156</sup> Franco, J. E. Henriques, A. (Coord.) (2015) Sob o signo do pelicano História do Montepio Geral.1840-2015. Lisboa. INCM.
- <sup>157</sup> Couto, A. M. (1817) Aos compromissarios e ao Público. Lisboa. Imp. Régia. (1821) Manifesto ou memoria histórica do Monte Pio Literario. Lisboa. Impressão de Alcobia.
- <sup>158</sup> Franco, J. E. Henriques, A. (2015) Op. Cit. (pag.56)
- <sup>159</sup> Martins, A. P. (2013) Daniel Augusto da Silva e o calculo Actuarial em Portugal. Tesis presentada en FCUL da Universidade de Lisboa. Capitulo X. Agradezco a Rogerio Roque Amaro haber facilitado estas informaciones. En el encuentro celebrado el dia 27 de junio de 2015 en Vila Nova da Barquinha promovido por la comisión instaladora del nuevo Montepio Militar tuve la ocasión de contrastar estas informaciones con Ana Patricia Martins, historiadora de la matemática en Portugal. Para ver los origenes de los Montepios militares en España consultar Herraiz de Miota, C. Los Montepios militares del siglo XVIII como origen del sistema de clases pasivas del Estado. Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales n 56.
- <sup>160</sup> Reis, F. J. (2008) O apoio social nas forças armadas. Revista Jornal do Exercito n 576. Ver la cronología.
- <sup>161</sup> Magallanes Romero, J. (1997) Tranquilidade. Historia de uma Companhia de Seguros. Porto. Companhia de Seguros Tranquilidade
- <sup>162</sup> Vasco Rosendo (1996) Op. Cit. (pag.291). El estudio “Das condições Económicas indispensáveis a existência do Montepio Geral” de Da Silva fue publicado en 1870.
- <sup>163</sup> Vease la memoria monográfica destinada explicar la evolución do Montepio Geral: Vasco Rosendo (1990) Montepio Geral. 150 Anos de historia. 1840-1990. Lisboa. Montepio Geral. (pag.36)
- <sup>164</sup> Herculano, A. (1844) Das Caixas Económicas. Reprod. En Opusculos. Volumen 1. Lisboa. Livraria Bertrand.
- <sup>165</sup> Un claro ejemplo lo constituyen los baldios, Ver Freire, D. (2004) Os baldios da discórdia: As comunidades locais e o estado en Freire, D. Fonseca, I. Godinho. P. (coord.) O mundo rural: Transformação e resistência na península ibérica no século XX. Lisboa. Ed. Colibri. Ver también los dos numeros monográficos de la Revista de Economía Solidaria dedicados a los comunes. Para Cataluña ver Algarra, D. (2015) El comú català. Barcelona. Potlatch ediciones.
- <sup>166</sup> Lima Campos, J. (1972) O movimento operario em Portugal. Porto. Ed. Afrontamentos
- <sup>167</sup> Lima Campos, J. (1972) Op. Cit. (pag. 75)
- <sup>168</sup> Lima Campos, J. (1972) Op. Cit. (pag.76)
- <sup>169</sup> Herculano, A. (1844) Op. cit.
- <sup>170</sup> Estivill, J. (2009) Espacios públicos y privados. Construyendo diálogos en torno de la Economía Solidaria. Rev. Crítica de Ciências Sociais n 84. Coimbra. (pag.108)
- <sup>171</sup> Tocqueville. A. (1835) Mémoire sur le paupérisme. Memoria leída en la Academia de Cherburgo.
- <sup>172</sup> Pinto, M. F. (1999) Os indigentes. Entre a assistência e a repressão. A outra Lisboa no 1 terço do século. Lisboa. Livros Horizonte.
- <sup>173</sup> Vaz, M. J. (2000) Crimes e cidades:Lisboa nos finais do século XIX a Vaz, M. J. Relvas E. Pinheiro N. (Org.) Exclusão na historia. Oeiras. Celta editora. (pag. 143)
- <sup>174</sup> Fatela, J. (2000) “Para se lhes dar destino. Modos de repressão dos vadios em Prtugal na segunda metade do século XIX en Vaz, M. J. Reivas, E. Pinheiro, N. (Org.) Op. Cit (pag.149 a 168)
- <sup>175</sup> Lopes, M. A. (2000) Pobreza, Assistência e controlo social. Viseu. Palimage Editores. II Vol.
- <sup>176</sup> Nogueira, J. F. (1851) O estudo sobre a reforma em Portugal. En Obra completa seguida de marginalia, esboço bibliográfico, apêndice documental e notas organizada por Antonio Carlos Leal. Lisboa. Imprensa Nacional. 1976.
- <sup>177</sup> Moreira, L. (1987) O espiritu da economia politica naturalizado em Portugal, e principalmente em Leiria, ou projecto economico para aumentar nesta cidade, por medio da riqueza popular, os rendimentos

- da Coroa e da Serenissima Casa do Infantado em Memorias economicas ineditas (1780-1808). Lisboa. Academia das Ciencias
- <sup>178</sup> Buret, E. (1840) De la misère des classes laborieuses en Angleterre et en France, de la nature de la misère, de son existence, de ses effets, de ses causes, et de l'insuffisance des remèdes qu'on lui a opposés jusqu'ici; avec l'indication des moyens propres à en affranchir les sociétés. Paris. Paulin. II Vol. Reimprimido. Paris. EDHIS. 1979. *Buret cita a la economia social en su introducción y critica a los economistas dominantes de su época (Say, Ricardo,..)*.
- <sup>179</sup> Nogueira, J. F. (1851) Estudos sobre a reforma em Portugal. Lisboa. Typografia Social.(pag.98)
- <sup>180</sup> Nogueira, J. F. (1855) Estudos sobre a reforma em Portugal. Lisboa. Typografia Progresso. vol.II (pag. 12)
- <sup>181</sup> Nogueira, J. F. (1855) Estudos sobre a reforma em Portugal, Lisboa. Typografia Progresso. II vol.
- <sup>182</sup> Lopes, M. (2009) Propostas reformadoras de assistência em Portugal de finais de Antigo Regime à Regeneração. IV Congresso Histórico de Guimarães. En este artículo se citan y se presentan a Nogueira, J. F., De Moraes. J.P., De Carvalho. M. .H., Silvestre Ribeiro, J.; Pacheco Pereira, J. como autores que formulan propuestas para la reforma de las situaciones de pobreza.
- <sup>183</sup> Loureiro. J. C. (2014) Direito de Segurança Social: entre a necessidade e o risco. Coimbra Editor. (pag.183). Agradezco a Pedro Hespanha el haber facilitado el conocimiento de este trabajo.
- <sup>184</sup> Maià, F. (1984) A Segurança Social em Portugal. Evolução e tendências. Lisboa. Secretaria do Estado. (pag. 13)
- <sup>185</sup> Seeberger, L. (2011) Essai sur le droit coopératif Français de ses origines á la V République: entre pratiques et normes juridiques. Faculté de Droit. Université de Montpellier y Seeberger, L. (2014) Historique de l'évolution du droit des coopératives. De ses origines á nos jours, Revue RECMA n 333
- <sup>186</sup> Corvo, J. A. Do preâmbulo á proposta de lei(1967) en Costa, F. (1978) Doutrinadores cooperativistas portugueses. Lisboa- Livros Horizonte. (pag. 65 a 68)
- <sup>187</sup> Estivill; j. (2019) Europa a les fosques, Politiques socials en els fascismes. Barcelona. Ed. Icaria
- <sup>188</sup> Costa Goodolfim (1900) Assistance publique en Portugal. Lisboa.Exposition Universelle de 1900. Section Portugaise. (pag.44)
- <sup>189</sup> Garrido, A. (2016) Op. Cit (pag. 149)
- <sup>190</sup> Franco, J. E. Henriques, A. (2015) Historia do Montepio Geral, Sob o signo do pelicano. 1840-2015. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- <sup>191</sup> Costa Goodolfim, (1900) Op. Cit. (pag. 54)
- <sup>192</sup> La unica excepción es Halpern Pereira, M. (2000) Mutualismo e a origen do seguro social en Vaz, M. J. Relvas, E. Pinheiro, N. Exclusão na história. Oeiras. Celta Ed. (pag.203)
- <sup>193</sup> Fonseca, C. (1981) La clase ouvrière portugaise entre la tradition et la modernité en AA.VV. Utopie et socialisme au Portugal Paris, Fondation Calouste Gulbenkian (pag.406 y 407)
- <sup>194</sup> Fonseca, C. ( 1973) A origen da 1 Internacional em Lisboa. Lisboa. Ed. Estampa. (pag.26)
- <sup>195</sup> Vasco Rosendo (1996) O mutualismo em Portugal. Lisboa. Montepio Geral. (pag,267)
- <sup>196</sup> Garrido, A. Pereira, D. (2018) Economiassocial em movimento. Lisboa. Tinta da China (pag.113 a 117)
- <sup>197</sup> Pacheco Pereira, J. (1996 ) Op. Cit. (pag 191)
- <sup>198</sup> Dias Pereira, J. (2018) Alianzas resilientes: movimiento cooperativo portugués en la transición a los tiempos modernos.(1867-1933) Revesco. Revista de Estudios Cooperativos n 218. (pag.72). Vease una explicación más detallada de su investigación en el apartado siguiente.
- <sup>199</sup> Cruz D. (1934) A mutualidade em Portugal. Coimbra, Imprensa da Universidade (pag.12)
- <sup>200</sup> Pacheco Pereira, J. (1996) Op. Cit (pag.193)
- <sup>201</sup> Fabri, F. (2011) L'Italia cooperativa. Centocinquat'anni di storia e di memoria (1861-2011). Roma Ediesse. (pag. 44 y 45)
- <sup>202</sup> Costa Goodolfim, J. C. économie sociale. Assistance Publique en Portugal. Lisboa. sn.1900
- <sup>203</sup> Costa Goodolfim, J. C. (1876) A Associação. Historia e desenvolvimento das Associações Portuguesas. Lisboa. Imprensa Nacional.
- <sup>204</sup> Como por ejemplo en Costa Goodolfim, J. F. (1889) Das Caixas Economicas. Lisboa. (pag.88)
- <sup>205</sup> Cabe aclarar que artista remetía al que ejercía un arte es decir un oficio.
- <sup>206</sup> Rodrigues, E. (1980) O despertar operário em Portugal. Lisboa. Ed. Sementeira (pag.67)
- <sup>207</sup> Costa Goodolfim, J. F. (1964 ) A associação. Lisboa. Seara Nova. (pag. 203)
- <sup>208</sup> Fonseca, T. (2013) O movimento operário em Montemor-o-Novo e a primeira Republica en Monteiro, B. Dias Pereira, J. (Org.). De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário. Lisboa. (pag.185)
- <sup>209</sup> Domingos da Cruz lo califica de la edad de oro del asociacionismo Cruz, D. (1934) Op.Cit (pag.13)
- <sup>210</sup> Gosden, P. H. J. H. (1961) The friendly societies in England, 1815-1875 Londres, Manchester University Press
- <sup>211</sup> Castillo, S. (1994) Las sociedades de Socorros Mutuos en la España Contemporanea en Castillo, S. (Ed.) Solidaridad desde abajo. Madrid. U.G.T. (pag.18)
- <sup>212</sup> Solà, P. (1994) El mutualismo contemporáneo en una sociedad industrial. Anotaciones sobre el caso catalán en Castillo, S. Op. Cit. (pag.75)
- <sup>213</sup> Querubin, A. (1977) *Storia della Previdenza Sociale*. Roma. Ed. Riuniti, (pag. 46)
- <sup>214</sup> Gueslin, A. (1987) L'invention de l'économie sociale. Paris. Ed. Economica. (pag.172)
- <sup>215</sup> Bonvin, J. M. Gobet, P. Rossini, ST. Tabin, J. P. (2011) Manuel de politique sociale. Lausanne, Ed. EESP. (pag.76)
- <sup>216</sup> Dias Pereira, J. (2018) Al (pag 59 a 75)
- <sup>217</sup> Ver su reglamento en el Jornal Del Centro Promotor de Melhoramento das Classes Laboriosas de Lisboa. El Jornal da cuenta detallada de la vida de esta asociación productiva y de otras.
- <sup>218</sup> Martinez Gallego, F. A. (2010) Esperit d'associació. Cooperativisme i mutualisme laics al País Valencià, 1834-1936. Valencia. PUV. (pag.44)
- <sup>219</sup> Dias Pereira, J. Op. Cit. (pag.68)
- <sup>220</sup> Laville, J. L. (2010) Politique de l'Association. Paris. Ed. Seuil. (pag. 54)

- <sup>221</sup> Estivill, J. (2018) La economia solidària. ¿ Categoría conceptual para la història? en Santamaria, E. Yufra.L. de la Haba, J. (ed.) Investigando economías solidàrias. Barcelona. Ed. Pol-len.
- <sup>222</sup> Riot-Sarcey, M. (2016) le procès de la liberté. Une histoire souterraine du XX siècle en France. Paris. Ed. La Découverte.
- <sup>223</sup> Southall, H. (1995) Ni l'Etat ni le marché. Les premières perstations sociales en Grande Bretagne. Revue Genèses n Enero
- <sup>224</sup> Cordery, S. (2003) British friendly societies, 1750-1914. Londres. Palgrave Macmillan..
- <sup>225</sup> Ismay, P (2018) Trust among strangers. Friendly societies in Modern Britain. Cambridge. Cambridge University Press
- <sup>226</sup> Cordery, S. (1995) Friendly societies and the discourse of respectability in Britain. 1825-1875. The Journal of British Studies vol 34 n 1
- <sup>227</sup> Izard, M. (1973) Industrialización y obrerismo. Barcelona. Ariel. (pag. 93 a 99)
- <sup>228</sup> Pellegrino, A, ( ) Solidarité sociale et identité nationale lors de l'unification de l'Italie: l'exemple de la solidarité artisanale RECMA n 329
- <sup>229</sup> Pereira Martins, G. (1997) O Camilo, O Porto, e o Douro. Porto. Casa Comun.
- <sup>230</sup> Lima dos Santos. M. L. (1977) Para a análise das ideologías burguesas. Os costumes do "bom tom". Rev. Analise Social n 49 (pag.9)
- <sup>231</sup> Cruz, M. A. (1999) Op. Cit. (pag. 355)
- <sup>232</sup> Cruz, M. A. (1999 ) Op. cit. (pag.433 a 436)
- <sup>233</sup> Oliveira, C. (1975) O socialismo em Portugal. 1850-1900. Porto. Ed. Afrontamento. (pag.106)
- <sup>234</sup> Rodrigues, E. (1980) Op. Cit. (pag.73)
- <sup>235</sup> Lazaro Carvalho, J. (2014) Despontar do movimento operário Português na esfera pública. Das práticas a o debate parlamentar (1850-1860). Lisboa Chiado Editora.
- <sup>236</sup> Lazaro, J. (2014) Op. Cit. (pag. 81)
- <sup>237</sup> Lazaro, J. (2014) Op. Cit. (pag. 142)
- <sup>238</sup> Vasco Rosendo (1996) Op. Cit. (pag.461)
- <sup>239</sup> En Catalunya se han publicado varios trabajos sobre la cultura popular y obrera, el asociacionismo y el cooperativismo y su articulación con la sociabilidad de los barrios y la sociedad civil. Ver Solà. P. (1978) *Ateneus populars i la cultura popular a Catalunya*. Barcelona. Ed. La Magrana. Dalmáu, M. Miró, I. (2010) Les cooperatives obreres de Sants. Autogestió proletaria en un barri de Barcelona (1870-1939). Barcelona. La Ciutat Invisible Edicions. Martí Font, J. (2015) Amoria. La primera mostra de literatura utópica en català. Rev. Avenç n 411. Ver también Martínez Gallego, F. A. (2010) Esperit d'associació, Cooperativisme i mutualisme al País Valencià 1834-1936. Valencia. PUV.
- <sup>240</sup> Lazaro; J. (2014) O despontar do movimento operário Português na esfera publica. Lisboa. Ed. Chiado. (pag. 57 y 58)
- <sup>241</sup> Monica, M. F. (1983) Poemas operarios. 1850-1926. Lisboa. Universidade de Lisboa. Estudos e Documentos n 7.
- <sup>242</sup> Almeida, F. A. (1993) Operarios de Lisboa na vida e do teatro (1845-1870) Lisboa Caminho y Figueiredo, C, (2013) Os usos do palco: O proletariado e o teatro no inicio do século XX En AA.VV. Atas do Primer Cpn-gresso... Op. Cit (pag.165 y ss.)
- <sup>243</sup> Machado, A. M. (1986) A geração do 70. Uma revolução cultural e literária. Lisboa. Ministério de Educação.
- <sup>244</sup> Quental, A. (1871) O que è a Internacional. Lisboa.
- <sup>245</sup> Serrão, J.(1982) Du socialisme libertaire á l'anarchisme. En AA.VV. Op. Cit. (pag. 360)
- <sup>246</sup> Tengarrinha, J.( 1981) As greves em Portugal. Uma perspectiva histórica do segulo XVIII a 1920 Rev. Analise Social n 67-68-69.
- <sup>247</sup> Monica, F. Salgado de Matos, L. (1981) Inventario de imprensa operária portuguesa (1834-1934) y De Sà,V. Problemas e perspectivas num inventario de imprensa operária portuguesa. Rev. Analise Social n 67-68-69.
- <sup>248</sup> Carta que se encuentra en Fonseca, C. (1975) Op. Cit. (pag.217 a 221)
- <sup>249</sup> Bonifacio, M (1991) Op. Cit (p. 64)
- <sup>250</sup> Cruz, M. A. (1999) Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX. Porto Fundação Eng. Antonio de Almeida. Este interesante libro es una adaptación de su tesis.
- <sup>251</sup> Castanheira, M. E. (1997) A imprensa industrial do liberalismo e a crise econômica de 1876, Porto C.L.C.-FLUP. (p.353)
- <sup>252</sup> Magalhaes, M.M. (1988) A industria do Porto na primeira metade do século XIX. Revista da Faculdade de Letras do Porto Vol. IV.
- <sup>253</sup> O Industrial Portuense.(1945) "Introdução" Typografia da Rua Formosa (pag.2)
- <sup>254</sup> Fonseca, C. (1975) Integração e ruptura operaria. Capitalismo, asociacionismo, socialismo. 1836-1876. Lisboa. Ed. Estampa. (pag. 41)
- <sup>255</sup> Oliveira Ramos, L. A. (1994) História de Porto. Porto. Editora.
- <sup>256</sup> Albano de Silveira Pinto, S, (1837) Prelecciones Preliminares ao Curso de Economia Política da Escola da Associação Comercial do Porto. Coimbra. Imprensa da Universidade.
- <sup>257</sup> Santos Silva, A. (1980) A burguesia comercial portuguesa e o ensino de Economia Política: o exemplo da escola do Porto (1837-1838). Lisboa Rev. Analise Social vol XVI, n 61-62.
- <sup>258</sup> Almodovar, A. Cardoso, J.L. (2012) Textbook and the teaching of political economy in Portugal 1759-1910 en Augello, M. Guidi, M. The economic reader, N.Y. Routledge. (pag.196 y ss.)
- <sup>259</sup> Santos Silva, A. (1980) Op. Cit.
- <sup>260</sup> Da Silva, I. F. (1962) Dicionário bibliográfico Português. Lisboa. Imprensa Nacional. (pag.150-151)
- <sup>261</sup> He conservado la grafia original para todas las citas.
- <sup>262</sup> Cruz, M. A. (1999) Op. Cit.
- <sup>263</sup> Ribeiro dos Santos, A. (2009) Historia literaria do Porto a traves das suas publicações periodicas. Porto. Ed. Afrontamento, (p. 47)
- <sup>264</sup> Esta ha sido una temática recurrente y muy estudiada por la historiografia portuguesa sobre la pobreza. Lopes M. A (1997) Pobreza, asistencia y política social en Portugal en los siglos XIX y XX. Perspectivas Historiográficas. Rev Ayer N 25. (p.227)
- <sup>265</sup> Forjal de Sampaio, A. P. (1845) Elementos de economia politica e estadística. Coimbra. Nova edição Imprensa da Universidade (p.VII) Cuando le cita lo hace en referencia a un artículo publicado en 1844 en el Journal des économistes de Bruselas y después de explicar las diferentes corrientes de pensamiento económico alemán (Rau) y francés (Say). El

- catecismo de este parece ser el preferido por Forjal de Sampaio.
- <sup>266</sup> Do Carmo Reis, A. A. (1996) *Maçonaria e o liberalismo no Porto: tópicos para um debate em Alvarez Lazaro*, P. (Coord.) *Maçonaria, Igreja e Liberalismo*. Porto Universidade Católica Portuguesa. (pag.31)
- <sup>267</sup> Costa Goodolfim, J. C. (1876) *Op. Cit.* (pag. 200). "A cidade de Porto, que e o berço da liberdade, a terra do comércio mostra em todas as questões a energia do seu caráter, a atividade do seu espírito laborioso".
- <sup>268</sup> Ribeiro da Silva, F. A. (1996) *Maçonaria e o liberalismo no Porto em Alvarez Lazaro*, P. *Op.Cit.* (p.17 a 28)
- <sup>269</sup> Cambrón Infante, A. (1998) *Ramon de la Sagra, un gallego ilustrado*. La Coruña. Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad de la Coruña (p.215)
- <sup>270</sup> Sagra inició esta obra enciclopédica el año 1826, inspirado por los fundamentales trabajos de Humboldt. En 1831, ya publicaba en la Habana unos primeros resultados en Historia económico-política y administrativa de la isla de Cuba. Edita los dos primeros volúmenes entre 1838 i 1842. En este año ya tenía acabados 50 cuadernos. Un año más tarde empiezan sus dificultades económicas y hasta 1854 la publicación debe suspenderse en ocho ocasiones. En el año 1857 concluye su obra no sin que actualice los dos primeros volúmenes hasta 1862 editados en castellano y francés. Informaciones recogidas de Quirós Linares. F. (1991) *Ramon de la Sagra (1798-1871) Eria*. Rev. Cuatrimestral de geografía n 26 (p. 229 a 242)
- <sup>271</sup> Sagra, R. (1836) Cinco meses en los Estados Unidos de la América del Norte. Paris. Ver también García\_Montón, I. (1996) *Reflexiones de Ramón de la Sagra como reformador social: las instituciones benéficas de Estados Unidos, 1835*, *Revista de Estudios Americanos* n 4 (p.283 a 293)
- <sup>272</sup> Sagra, R. (1840) *Banque du peuple. Théorie et pratique de cette institution, fondée sur la théorie rationnelle*. Paris.
- <sup>273</sup> Cambrón Infante, A. (1998) *Ramon de la Sagra, un Gallego Ilustrado*, Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad de Coruña (p. 220)
- <sup>274</sup> Como por ejemplo (1839) *Voyage en hollande et en Bilbao, Belgique sous le rapport de l'instruction primaire, des établissements de bien faisance et des prisons dans les deux pays*, (1844) *Notas de viaje escritas durante una corta estancia a Francia, Belgica y Alemania en el otoño de 1843*.
- <sup>275</sup> Capellan de Miguel, G. (2003) *Alvaro Florez Estrada y la cuestión social a Varela Suances, J. (Comp.) Alvaro Florez Estrada (1766-1853) Política, economía, sociedad*. Oviedo Junta general del Principado de Asturias (p. 475-507). *Sobre Florez Estrada hay multitud de trabajos realizados*.
- <sup>276</sup> Florez Estrada, A. (1839) *La cuestión social o sea origen, latitud y efectos del derecho de propiedad*, Madrid. Imprenta de Manuel de Burgos.
- <sup>277</sup> Sagra, R. (1839) *Tierra, trabajo y cuestión social*. Madrid. Rev. El Corresponsal n 194
- <sup>278</sup> Contestación de Don Alvaro Florez Estrada al artículo publicado en el n 194 de el Corresponsal en que se me impugna por el Señor Ramon de la Sagra su escrito sobre la cuestión social. Madrid. 1840. Imp. de Miguel de Burgos.
- <sup>279</sup> En una dimensión muy saint simoniana, en 1844, Sagra promueve una fabrica azucarera en la costa de Malaga y en 1845 crea un nuevo ingenio en Torre del Mar.
- <sup>280</sup> Sagra, R. (1850) *Notas para la historia de la prostitución en España*. Madrid.
- <sup>281</sup> Sagra, R. (1843) *Atlas carcelario*. Madrid. (1843) *Discurso... para la mejora del sistema carcelario, correccional y penal de España*. Barcelona.
- <sup>282</sup> Nuñez Arenas, M. (1924) *Don Ramon de la Sagra, reformador social*. Madrid. Facultad de Letras. Universidad Central y Viñas Mey, C. (1946) *Las doctrinas sociales de Ramon de la Sagra*. Madrid. *Revista Internacional de Sociología* n 14 a 43.
- <sup>283</sup> Costa, A. (2013) *Sociedad burguesa y educación en el siglo XIX: la perspectiva reformista transnacional de Ramón de la Sagra y la educación en España*. Bordón. *Revista de Pedagogía* Vol. 65 n 4
- <sup>284</sup> Sanchez Hormigo, A. Malo Guillen, J. L. (1999) *La economía social de Ramón de la Sagra en Fuentes Quintana, E. (Coord.) Economía y economistas españoles*. Madrid. Ediciones Gurtenberg. Vol. 5
- <sup>285</sup> Rodriguez Caamaño, M. J. (1999) *Ramon de la Sagra, pionero de la sociología en España*. Madrid. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* n 88
- <sup>286</sup> Quirós Linares. F. (1991) *Op.Cit.*
- <sup>287</sup> Por ejemplo, en el clásico tratado de Hernandez Iglesias sobre la beneficencia en España de 1876 se cita a Ramon de la Sagra como miembro de la Comisión creada por el Duque de la Victoria en el año 1841 para elaborar un proyecto de ley que "estableciese la oportuna subdivisión y administración y dependencia de los establecimientos piadosos". Hernandez Iglesias, F. (1876) *La beneficencia en España*. Madrid. Establecimientos Tipográficos de Manuel Minuesa Vol I (p. 87)
- <sup>288</sup> Sagra (1840) *Op. Cit.* Introducción. En estas lecciones, Sagra cita como antecedentes, el curso de economía social de Chitti en el museo de Bruselas que ha visto referenciado en el *Ensayo de Fisica Social* de su amigo Quetelet, el ensayo de Mathon de Fogères al que conoce personalmente y al libro aun no publicado de Pecqueur. Efectivamente, este autor, seguidor de Fourier y de Saint Simon publicó en el año 1842 *Thèories nouvelles de l'économie sociale et politique*.
- <sup>289</sup> Sagra, R. (1848) *Le problème de l'organisation du travail devant le Congrès des économistes de Bruxelles*.
- <sup>290</sup> Sanchez Hormigo insiste en la influencia del pensamiento del cristiano social francés Alban De Villeneuve Bargemont (*économie politique chrétienne*.1834) y tambien de Gérando (*De la Bienfaisance publique*.1839) sobre Sagra, Ver Sanchez Hormigo A. (2011) *Saint Simonismo, socialismo racional e influencias Proudhonianas*. El pensamiento económico de Ramón de la Sagra. Cuadernos Aragoneses de Economía
- <sup>291</sup> Elorza, A. (1970) *Socialismo utópico español*. Madrid. Alianza editorial, (pag.15)

**Historiografia sobre  
mutualismo (1875-1914) em  
Portugal e no Brasil\***  
**Historiography about  
mutualism (1875-1914) in  
Portugal and Brazil**

**Ronaldo Pereira de Jesus**

Ronaldo Pereira de Jesus, Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

[ronaldo.jesus@ufjf.edu.br](mailto:ronaldo.jesus@ufjf.edu.br)

**PALABRAS-CLAVE**  
MUTUALISMO,  
CULTURA ASOCIATIVA,  
LA ERA DE LOS IMPÉRIOS.

**KEYWORDS**  
MUTUALISM,  
ASSOCIATIONAL CULTURE,  
THE AGE OF EMPIRES.

## **RESUMEN**

Análisis de la historiografía sobre el fenómeno asociativo mutualista en perspectiva comparada en Brasil y Portugal, teniendo en cuenta el fenómeno asociativo en general y el mutualismo, en particular, visto como un objeto de la investigación histórica a lo largo del siglo XX y como uno de los principales expresiones de la cultura asociativa de los trabajadores urbanos en el período entre 1875 y 1914.

## **ABSTRACT**

Analysis of historiography about the mutualist associative phenomenon in comparative perspective in Brazil and Portugal, considering the associative phenomenon in general and mutualism in particular seen as an object of historical research throughout the twentieth century and as one of the main expressions of associational culture of urban workers in the period between 1875 and 1914.

O artigo é resultado parcial do projeto *Cultura Associativa em Perspectiva Comparada: Brasil e Portugal (1870-1914)*; pós-doutorado realizado na Universidade de Lisboa, financiado pela Capes – Estágio Sênior (2014-2015).

### **Mutualismo na era dos impérios**

Desde meados do século XIX, as práticas associativas difundiram-se vertiginosamente criando ou recriando no mundo ocidental uma variedade significativa de sociedades científicas, clubes literários, grêmios recreativos (dramáticos, musicais, desportivos), cooperativas, sindicatos e partidos políticos. Nesse contexto, surgiram as associações de ajuda mútua, cujo objetivo era proteger os associados dos riscos que comprometiam as condições de vida dos trabalhadores, disponibilizando ajuda pecuniária em casos de doença, acidente, invalidez, velhice, prisão e morte. Frequentemente, a experiência mutualista ampliou-se para além dos objetivos básicos dos socorros e passou a preconizar também a construção de bibliotecas, a comemoração de efemérides, a publicação de jornais e livros, a instrução de jovens e crianças, a procura de emprego e o entretenimento educativo, eventualmente com fins caritativos ou filantrópicos (Ver: CEDEÑO, 1983; RECALDE, 1991; LINDEN, 1996; ROSENDO, 1996; MUNK, 1998; RALLE, 1999; DREYFUS, 2001; VISCARDI, JESUS, 2007).

As sociedades de socorros mútuos se difundiram, ao longo do século XIX, sob a influência da reflexão teórica e da prática política de intelectuais ligados às vertentes socialistas oriundas da Revolução Francesa. Saint-Simon, Robert Owen, Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon e Louis Blanc são considerados os principais precursores e patronos do cooperativismo e do mutualismo. As primeiras sociedades de ajuda mútua nasceram também sob a influência das experiências associativas anteriores e contemporâneas a elas, tais como as irmandades, as confrarias, os montes de piedade, as casas de

misericórdia e as corporações de ofício. Em cada país, as sociedades de socorros mútuos surgiram e se desenvolveram integradas a uma estrutura de instituições relacionadas à previdência, que incluía as seguradoras, os seguros sociais do Estado, as caixas econômicas (montepios ou poupanças) e as cooperativas de compra, venda, produção, construção e crédito.

Paulatinamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos consolidou-se o livre associativismo, baseado na formação de sociedades autônomas, voltadas para a assistência, previdência e cooperação entre os trabalhadores, em que a intervenção do Estado era praticamente nula.

Em França, Bélgica, Itália, Portugal e Espanha, o livre associativismo conviveu com intervenções do Estado no domínio legislativo, com a execução de programas sociais e com o eventual apoio material do governo. Na Alemanha, a partir da simbiose entre o Estado e a iniciativa 1146 Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1144-1167, set.-dez. 2016 privada em matéria de previdência, surgiu precocemente a preocupação com o seguro social obrigatório (LIMA, 1909, p. 151).

Em linhas gerais, as associações de ajuda mútua organizavam-se em torno de quatro princípios fundamentais: liberdade, democracia, independência e solidariedade (ROSENDO, 1996, p. 29; QUELHAS, 1999, p. 27). Na prática, isso significava que cada indivíduo, de acordo com sua vontade ou necessidade, tinha a liberdade de filiar-se ou retirar-se da associação a qualquer momento; que as decisões relativas à sociedade seriam deliberadas considerando cada associado um voto, com representação direta e maioria simples; que cada associação possuía autonomia e identidade própria diante de outras formas de

associação de qualquer natureza, mesmo que se formassem federações ou confederações mutualistas; e, finalmente, que os socorros mútuos seriam sempre uma atividade sem fins lucrativos, visando apenas e, sobretudo, o bem-estar do próximo em comunidade.

O mutualismo tornou-se assim um dos elementos fundamentais da “cultura associativa” dos trabalhadores entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Cultura associativa entendida como o conjunto das práticas concernentes ao “hábito de associar-se” e de “conferir certa institucionalidade a formas de sociabilidade diversas” difundidas entre as classes trabalhadoras. Que diz respeito à produção propriamente cultural das associações: manifestos, estatutos, panfletos, jornais, flâmulas, brasões, pinturas, fotos, estandartes, edificações.

Mas inclui também os rituais, os costumes e as normas cotidianas não formuladas que regem o comportamento dos trabalhadores associados e que materializam importantes instrumentos pelos quais estes apreendem o mundo e a si mesmos coletivamente. Ou seja, é o resultado da expressão dos valores e símbolos compartilhados que representam a visão de mundo dos trabalhadores, evidenciados em propostas e práticas culturais diversas, produzidos e difundidos nos discursos e rituais que regem a vida associativa. São práticas e valores eventualmente herdados de organizações mais antigas e que interagem constantemente com a “cultura política” e a “cultura militante” que lhes são contemporâneas, e que constituem elementos essenciais do processo histórico de formação da classe trabalhadora (BATALHA, 2004, p. 96-97, 99).

## Portugal e Brasil

Ainda que pese imenso o fato de que o Brasil era, até o final do século XIX, um país escravista, esse quadro geral permite a análise comparada do mutualismo em Portugal e Brasil, partindo-se do pressuposto que havia alguma similaridade entre a estrutura geral das duas sociedades na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Eram ambos os países de economia predominantemente agrária, que passavam naquele momento por um processo tardio de industrialização, em que a indústria nascia grande, mas convivia com a manufatura e o artesanato. Além disso, permaneciam dentro de uma certa tradição latina de relação entre a sociedade civil e o Estado e vivenciaram a crise política de suas monarquias constitucionais. Nos dois países, as décadas de 1820 e 1830 delimitaram o advento do movimento mutualista após a extinção das corporações de ofício.

Os anos de 1870 demarcaram, em Portugal, o fortalecimento e a ampliação do fenômeno associativo, decorrentes dos efeitos da Comuna de Paris sobre o movimento social e político dos trabalhadores urbanos (Ver: OLIVEIRA, 1973; MÓNICA, 1985, 1987; ROSENDO, 1996).

No Brasil, na mesma década, o associativismo desenvolveu-se amplamente, sob a influência da legislação reguladora de 1860, no contexto de modernização econômica e abolição gradual da escravidão. Também nos dois países, observa-se na década de 1920 a retração das associações de socorros mútuos em meio ao fortalecimento do sindicalismo e às primeiras intervenções do Estado no campo da seguridade social e da previdência (Ver: JESUS, 2006, 2007, 2010; VISCARDI, JESUS, 2007).

Foi, portanto, no período entre 1875 e 1914 que o fenômeno associativo mutualista atingiu seu auge, tanto no Brasil como em Portugal, transformando-se em uma das principais expressões da cultura associativa das classes trabalhadoras urbanas, ao lado dos partidos políticos e dos sindicatos. Há que se considerar que o período entre 1875 e 1914 é definido por pesquisadores dos mais variados matizes como sendo um período homogêneo, principalmente do ponto de vista das estruturas socioeconômicas (Ver: POLANYI, 1944; FIELDHOUSE, 1967; MAYER, 1981; HOBBSAWM, 1987; SAID, 1994; ARRIGHI, 1994. DAVIS, 2001; HARVEY, 2010; PIKETTY, 2014).

Ainda que pese o fato de Portugal e Brasil ocuparem posições diferentes dentro do universo de expansão do capitalismo na era dos impérios, é possível afirmar que havia um movimento único, especialmente na economia dos países ocidentais, que apontava para a recuperação econômica na década de 1870 e uma expansão industrial e modernizadora crescente até 1914. E esse foi o pano de fundo do auge da experiência mutualista.

Para o caso do Brasil, embora seja difícil delinear o período entre 1875 e 1914 como absolutamente homogêneo, sobretudo em função da abolição da escravidão e da proclamação da República, tem-se firmado na historiografia a tendência a considerar uma certa homogeneidade relativa ao processo de modernização conservadora (Ver: BOSI, 1992, p. 194-245; CARVALHO, 1998, p. 107-129.).

Outro elemento de diferenciação significativo entre Portugal e Brasil, além da escravidão, é o fato de que a *Belle Époque* delimitou um período de hegemonia da cultura e dos valores burgueses nos países mais desenvolvidos do capitalismo ocidental. Obviamente, não se pode falar em he-

gemonia cultural da burguesia no Brasil. Havia tão somente hegemonia política da oligarquia agrário-exportadora do Sudeste, cuja expressão mais acabada era a defesa de seus interesses econômicos junto aos aparelhos burocráticos e administrativos do Estado (Ver: CARVALHO, 1998, p. 130-154; VISCARDI, 2001).

Entretanto, é o pressuposto de que havia na História elementos que permitem e propiciam a comparação dos casos de Portugal e Brasil, relativos ao fenômeno associativo mutualista entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, que induz à tentativa de se fazer aqui uma análise comparada da historiografia.

### **Zona de convergência: movimento operário e mutualismo**

Em primeiro lugar, pode-se destacar uma enorme área de convergência entre as tradições historiográficas lusa e brasileira ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 relativa ao vasto campo da História Social. Em ambos os casos, um conjunto muito amplo de historiadores, voltado para a análise do movimento operário e sindical, logrou equacionar a história das associações de socorros mútuos dentro do debate historiográfico acadêmico.

Entre os brasileiros, as primeiras alusões ao mutualismo remetem às dificuldades de organização dos operários no seio da sociedade escravista (MORAES FILHO, 1952, p. 182). E demarcam a precária capacidade da ação sindical para interferir na fixação da regulamentação do mercado de trabalho (VIANNA, 1978, p. 78.). Além do caráter incipiente e quase sempre ineficiente do mutualismo, nos quadros da ação operária no século XIX, aos socorros mútuos atribui-se o papel de organização do tipo humanitária, incapaz de contribuir

para a superação do capitalismo, ou até mesmo destinada a contribuir indiretamente para a perpetuação do mesmo, na medida em que atenua as agruras dos trabalhadores tornando a vida mais suportável dentro do sistema (SIMÃO, 1981, p. 151; RODRIGUES, 1968; CARONE, 1979, p. 33; LOBO, STOTZ, 1985, p. 70). Assim sendo, o período entre 1875 e 1914 no Brasil é caracterizado com base na ideia de processo histórico de “evolução”, em que se passaria paulatinamente das formas de organização difusas e “moleculares”, próprias da sociedade monárquica escravista, para o movimento operário e sindical mais estruturado e combativo típico da Primeira República (LOBO, STOTZ, 1985, p. 65-67).

Pode-se visualizar esse mesmo sentido de evolução nas análises feitas pelos historiadores portugueses preocupados com o movimento operário e sindical. Em linhas gerais o mutualismo do século XIX aparece caracterizado como um dos movimentos precursores daquilo que viria a ser a expressão política da luta de classes no século XX (Ver: SOUSA, 1972; COSTA, 1979; NUNES et alli, 2011). O resultado em geral é a apresentação do associativismo mutualista como componente da etapa inicial de organização do movimento operário.

Etapa dentro da qual se difundia a “ilusão” política da conciliação de classes através da ajuda mútua, que somente depois dos anos de 1870 adquiriria lentamente uma feição socialista e combativa (OLIVEIRA, 1973, p. 133; COSTA, 1975, p. 33-35; RUIVO, LEITÃO, 1977, p. 17; MASCARENHAS, SILVA, 1988, p. 23). Mesmo assim, embora possuísse inicialmente uma “função positiva” na “aurora do movimento operário”, o mutualismo seguiria seu caminho no século XX marcado pela ambiguidade e pelo reformismo político (FONSECA, 1978, p. 27).

Trata-se de uma vertente interpretativa que está, ao longo de pelo menos três décadas, preocupada em delimitar com precisão os processos de luta, resistência, reivindicação e organização institucional dos trabalhadores, entendidos como movimentos no sentido da formação da consciência de classe revolucionária. Para tanto, os autores procuram traçar com precisão o quadro geral, em cada país, do advento e da evolução da influência das ideologias políticas de esquerda – socialista, anarquista e comunista – dentro do movimento operário e sindical.

A adesão, que em vários casos fazem, direta ou indiretamente, às categorias “luta de classes” e “consciência revolucionária”, consideradas muitas vezes hoje em dia ultrapassadas, não pode obscurecer a magnitude da contribuição que os historiadores do movimento operário e sindical oferecem ao estudo do mutualismo.

O caráter engajado e o tom combativo, típico dos autores que escreveram entre os anos de 1950 e 1980, não devem interferir no reconhecimento da qualidade do trabalho de prospecção, da enorme capacidade de identificação e classificação das instituições e lideranças ideológicas no contexto do associativismo e do esforço no sentido de produzir cronologias que sintetizam os movimentos sociais e políticos (Ver: RODRIGUES, 1968; RODRIGUES, 1977; VIANNA, 1978; CARONE, 1979; FONSECA, 1980; RODRIGUES, 1980; FONSECA,

1981; SIMÃO, 1981; FONSECA, 1982; FREIRE, 1992). Trata-se de uma fortuna crítica que não se pode menosprezar com base apenas na avaliação negativa dos pressupostos teóricos ou político-ideológicos dos historiadores.

### **Autores portugueses entre o século XIX e o século XX**

Diferentemente do Brasil, há em Portugal uma produção bibliográfica que antecede em muito os autores acima referidos. São ensaios sociológicos, políticos e filosóficos que analisam o mutualismo desde o momento de sua fundação, em geral produzidos por militantes envolvidos na edificação das associações. Essa tradição inicia-se com os patronos do mutualismo e congrega dezenas de autores e propagandistas tais como Francisco Maria de Sousa Brandão, António Pedro Lopes de Mendonça, Francisco Vieira da Silva Júnior, J. M. da Silva Albuquerque, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, Joaquim Teófilo Fernandes Braga, Eudóxio César Azedo Gneco, Giuseppe Silo Domenico Fontana, Francisco da Silveira, Esteves Pereira, Fernando Maria de Almeida Pedroso, Castelo Branco Saraiva. Entre estes, talvez o mais importante e conhecido seja José Cypriano da Costa Goodolphim (1876, 1889), cuja obra é referência obrigatória nos estudos sobre mutualismo até hoje.

A tendência geral dessa vertente de análise do mutualismo, e do movimento operário como um todo, é o esforço no sentido de delimitar a importância da chamada “questão social” na segunda metade do século XIX e de conferir legitimidade ao empenho dos trabalhadores envolvidos na defesa de seus interesses a partir da organização institucional (GONÇALVES, 1905, p. 36/52; LIMA, 1905, p. 01.).

Prevalece também, embora com imensa dificuldade, uma enorme preocupação em caracterizar o mutualismo como sendo uma forma de organização coletiva essencialmente neutra, impermeável ao movimento das ideologias e dos interesses políticos partidários. Isso se faz com base na ideia de que o mutualismo é o resultado da manifestação

do “espírito de previdência” inerente aos seres humanos em qualquer período da História (FONSECA, 1887; PEREIRA, 1900; LIMA, 1909, LIMA, 1910; GRILLO, 1912).

Para além da militância, do fomento e do envolvimento na organização das associações, o grande legado desses escritores é ter coligidos os dados disponíveis sobre o mutualismo, existente até a década de 1910, e oferecer para as gerações futuras um quadro estatístico e institucional detalhado sobre os socorros mútuos em Portugal (Ver: CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS, 1883, 1884; CONGRESSO NACIONAL DE MUTUALIDADE, 1910).

Mais adiante, na década de 1930, observa-se uma retomada vigorosa da reflexão teórica e da ação prática voltada para o mutualismo, em meio ao processo de consolidação do Estado Novo português. Nesse contexto, um conjunto de autores envolvidos com os ideais do corporativismo e com a militância católica, alinhados à construção do regime autoritário, trazem para o debate político as questões relativas a seguridade social e a previdência observadas do ponto de vista histórico (Ver: ANSELMO, 1933; COSTA JUNIOR, 1937; COSTA, 1933; CUNHA, 1933; SANTOS, 1941; SOUSA, 1933).

Em linhas gerais, os intelectuais ligados ao novo regime defendem a expansão dos “sindicatos nacionais” e dos “grêmios e casas do povo” (ANSELMO, 1934, p. 19), cujo sentido último seria implantar o mutualismo obrigatório entendido como instituição corporativa que envolveria creches, escolas, hospitais, asilos e sociedades de classes (SANTOS, 1933, p. 05). Avaliam que o único caminho para se evitar a suposta crise de estagnação, que afetava as associações de socorros mútuos nos anos 1930, seria a incorporação destas

às novas diretrizes do Estado (ANSELMO, 1938, p. 36.), amparadas nos ideais de bem estar social, altruísmo, fraternidade e cristianismo (GOMES, 1933, p. 48; BASTOS, 1938, p. 23; PEREIRA, s.d., p. 06.).

Há também em Portugal uma vertente de trabalhos produzidos no seio das próprias associações, em geral, de caráter comemorativo ou como registro da expressão local do associativismo mutualista. No Brasil esse tipo de produção é praticamente inexistente, em função da diminuição brutal do número de associações em funcionamento no século XX. Em Portugal, com cerca de uma centena de sociedades de socorros mútuos hoje em dia em funcionamento, há ainda grande espaço para a divulgação de uma bibliografia institucional das associações (Ver: FONSECA, 1887; AMZALAK, 1923; SANTOS, 1932; SANTOS, 1933; SANTOS, 1939; BRETES, 1962; COELHO, 1973; OLIVEIRA, 1973; FERREIRA, 1978; SANTOS, 1983; SILVEIRA, 1986; MARTINS, 1991; RAMOS, 1991; LUNET, 1996; MALHEIRO, 1996; MARQUES, 1997; TARRACHA, 1997; CARVALHO, 1998; CORREIA, 2000; MARTINS, 2000; TAVARES, 2001; NUNES, 2004).

Por fim, em Portugal delinea-se ainda um vasto campo de investigação das Aassociações de Ajuda Mútua erigidas por emigrantes portugueses em outros países (Ver: MELO, SILVA, 2009).

### **Mutualismo e a formação das classes trabalhadoras no Brasil**

A produção historiográfica voltada para o estudo das classes trabalhadoras, do movimento operário e dos partidos e sindicatos de esquerda no Brasil sofreu um amplo processo de remodelação dos marcos teórico-metodológicos da pesqui-

sa a partir do final da década de 1980. Sob influência direta da produção intelectual dos chamados marxistas britânicos, entre outros autores (Ver: THOMPSON, 1966; PERROT, 1973; SAMUEL, 1975; GUTMAN, 1977; TILLY, SCOTT, 1978; HANAGAN, 1980; SEWELL JR., 1980, HOBBSAWM, 1984), pode-se dizer que se consolidou de modo quase hegemônico o paradigma que postula a concepção da classe trabalhadora como fenômeno essencialmente cultural e histórico (JESUS, MALERBA, 2016, p. 154-156). Esse re-dimensionamento da pesquisa em História Social do Trabalho conduz, automaticamente, à análise dos processos de construção dos laços de solidariedade vertical e horizontal, das rivalidades, consensos, negociações e das tradições na formação das identidades profissionais, étnicas, de gênero e de classe.

Dentro deste espectro, o interesse pelas sociedades de socorros mútuos se vê renovado entre os historiadores brasileiros a partir do final dos anos de 1980. Tânia Regina de Luca (1980), em pesquisa pioneira, evidencia o crescimento do mutualismo – entre os trabalhadores urbanos desde o final do século XIX até meados da década de 1920 –, como forma de resistência a exploração e como resposta a ausência de mecanismos institucionais que regulassem a relação capital-trabalho. Beatriz Kushnir (1996), ao estudar as associações de ajuda mútua que reuniam prostitutas e cafetinas judias, desvenda os mecanismos de sociabilidade e solidariedade desenvolvidos pelas *polacas* e consegue captar as “visões do grupo sobre si” – enquanto segmento marginal dentro da comunidade judaica e da sociedade como um todo –, em luta constante pelo direito de exercer suas convicções religiosas e explorando suas associações como referência na construção de uma “vida digna” e na separação entre o tempo de trabalho e de lazer.

Adhemar Lourenço da Silva Jr. (2004) analisa a relação das associações mútuas com as elites econômicas, os potentados locais e o Estado, identificando o movimento de troca de benefícios e proteção por apoio político. Prioriza a abordagem da regulamentação das associações de socorro mútuo pelo Estado brasileiro – desde as primeiras incursões da Monarquia até as mudanças formais introduzidas com advento da República – com destaque para a ação do Estado rumo à criação de um mercado previdenciário nacional, que levaria ao esvaziamento das mútuas nas décadas de 1930 e 1940.

Cláudia Viscardi (2004, 2006, 2008) procura ressaltar que a experiência mutualista resultou de escolhas estratégicas de diferentes atores sociais, na busca dos mais diversificados interesses de ascensão social – ou prevenção contra o descenso – que não excluía, por sua vez, a utilização de estratégias complementares e coetâneas, tais como a militância sindical ou a prática e/ou o usufruto da filantropia.

Sidney Chalhoub (2007), ao se dedicar à análise das sociedades que agregavam ex-escravos e “homens de cor” no Rio de Janeiro imperial, permite que se vislumbre o fenômeno associativo entendido como resultado das práticas de solidariedades horizontais observáveis em meio aos mecanismos de dominação política e cultural típicos do paternalismo escravista. Vitor Fonseca (2008) investiga as normas legais que orientavam o associativismo no Rio de Janeiro no início do século XX, entendido como personalidade jurídica cujo objetivo é a ampliação da cidadania, enquanto agente político mediador do diálogo entre sociedade civil e Estado.

Tomando-se em conta os trabalhos acadêmicos mais importantes, pode-se afirmar com segurança que é a partir da obra de Cláudio Batalha que os fenômenos do associa-

tivismo e do mutualismo ganham contornos definitivos na recente historiografia brasileira. No volume especial da Coleção *Cadernos do AEL* (1999), dedicado ao estudo das sociedades operárias, Batalha ressalta a necessidade de se romper com a visão tradicional que separa a ocorrência das associações mutualistas e sindicais em etapas distintas que se sucediam na história do Brasil, e contesta a ideia de que as associações de resistência teriam substituído as mutuais.

Neste sentido, demarca que as ações de ambos os tipos de associação de trabalhadores se confundiram durante um período de tempo. Ou seja, as mutuais incorporavam ações de resistência e os sindicatos promoviam ações assistencialistas. Há também em sua análise atenção explícita aos elos de continuidade entre as sociedades de socorros mútuos e as corporações de ofício.

Supõe que a proibição das corporações (1824) teria levado à proliferação das mutuais que abrigariam, a partir de então, a tarefa de transmissão de conhecimentos relativos aos ofícios. Para além disso, as sociedades de ajuda mútua incorporariam também ações de resistência, o que, de certa forma, anteciparia funções próprias das associações sindicais.

Assim, as mutuais teriam sido os únicos mecanismos legalmente possíveis de agregação dos trabalhadores entre o final do século XIX e início do XX, sem o qual dificilmente o movimento sindical teria se desenvolvido.

Posteriormente, Cláudio Batalha (2004) volta-se para a análise da cultura própria dos diferentes tipos de associações de trabalhadores, partindo da distinção básica entre “cultura militante”, “cultura associativa” e “cultura de classe”. Destaca que a década de 1920 teria sido palco do advento de uma cultura operária, em grande parte fruto

do desdobramento da cultura militante anarquista, paradoxalmente no momento em que o movimento operário encontrava-se em refluxo, impedindo assim o advento de uma cultura de classe consolidada entre os trabalhadores.

Além disso, reafirma a importância dos rituais e celebrações dos trabalhadores, principalmente em torno das comemorações do Primeiro de Maio que, nas décadas anteriores a 1890, permaneciam a cargo das sociedades mutualistas.

Com efeito, ao longo dos últimos quinze anos, a partir do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT-UNICAMP), Cláudio Batalha logrou agregar um grupo relativamente coeso de historiadores que têm estabelecido o “estado da arte” no que se refere ao mutualismo no Brasil.

Em 2010, apresenta um balanço da produção historiográfica e, por meio da crítica minuciosa da produção que se acumula desde os anos de 1990, redefine os parâmetros para evolução das pesquisas dentro do campo. Em 2014, juntamente com Marcelo Mac Cord, coordena uma coletânea que congrega trabalhos dos principais historiadores brasileiros envolvidos com o associativismo e o mutualismo.

Entre estes estão Aldrin Castellucci (2015), Artur Vitorino (2000), Claudia Viscardi (2009), David Lacerda (2011), Marcelo Mac Cord (2012), Mônica Martins (2008), Oswaldo Maciel (2011), Paula Nomelini (2007) e Rafaela Leuchtenberger (2007).

### **O Estudo do Mutualismo em Portugal após o “25 de Abril”**

A reflexão acadêmica sobre o associativismo conheceu um impulso decisivo sob os efeitos da Revolução de 1974, em meio ao renovado interesse pelas associações profis-

sionais, sindicatos, associações de moradores, associações culturais, recreativas e desportivas, em função do reconhecimento da importância destas para o processo de reconstrução da sociedade portuguesa pós-revolução. Entretanto, em comparação com o Brasil, a reflexão histórica sobre o associativismo mutualista encontra-se em Portugal, nas últimas três décadas, completamente diluída entre os domínios das Ciências Sociais.

Nesse contexto, os trabalhos abordam principalmente aspectos quantitativos que envolvem a formação dos grupos sociais organizados em associações, assim como a evolução dos arranjos institucionais das entidades (Ver: LOPES, 1995; BARROS, SANTOS, 1998; PITACAS, 2009; MAÇARICO, 2010; SARAIVA, 2011.). Via de regra, apresentam referências importantes sobre as raízes históricas do movimento associativo na atualidade, e também do associativismo mutualista.

Entre os vários autores mais ligados à área da Sociologia (Ver: RAMOS, 1991; VILAÇA, 1993; MELO, REIS, 1998; HENRIQUES, 1999; QUELHAS, 1999; SILVA, 2002; SOARES, 2003; BRÁS, 2004; FREIRE, 2004; MONTEIRO, 2004; VENTURA, 2006; CARDOSO, ROCHA, 2009; SANTOS, 2012; BENTO, 2013.), Maria Alexandre Lousada, por exemplo, analisa o processo de estruturação jurídica e de constituição do peso político institucional das associações profissionais, a partir da apresentação de um panorama histórico que se inicia no final do século XVIII, marcado pela defesa e construção do prestígio dos ofícios, do mercado profissional e da cooperação de classe. E ressalta que, particularmente entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX – mais precisamente, entre os finais do Antigo Regime e o adven-

to do Estatuto do Trabalho Nacional –, foram criadas em Portugal mais de três mil associações (beneficentes, cívicas, de classe, patronais, de socorro mútuo e de cultura e recreio).

Portanto, os dados estatísticos revelam, de forma contundente, o vigor do fenômeno associativo entre os portugueses no período que vai de 1834 a 1974 (LOUSADA, 2004, p. 31).

Entre os historiadores, destacam-se os trabalhos de César Oliveira (1973), em que o associativismo e os socorros mútuos são apresentados como veículos para a gradual difusão do socialismo, marcados pela conjuntura estabelecida a partir da Comuna de Paris. E de Maria Filomena Mónica (1985, 1986, 1987), cuja obra aponta constantemente para a importância do associativismo e do mutualismo na história formação das classes trabalhadoras em Portugal, especialmente na segunda metade do século XIX.

Certamente, o grande destaque das últimas três décadas é o trabalho de Vasco Rosendo (1996), onde se encontra uma minuciosa descrição do mutualismo em Portugal, desde os seus primórdios, com atenção especial aos processos de formação, às variações de modalidade e às distinções jurídicas entre as instituições. Além disso, a dimensão avulzada dos dados coligidos permite acompanhar o desenvolvimento histórico das associações desde a segunda metade do século XIX até o final do século XX.

### **Perspectivas e desafios da historiografia**

A análise comparada dos processos históricos e da historiografia do Brasil e de Portugal, no que tange à história da cultura associativa, advém da observação da aproximação efetiva que a produção histórica dos dois países vivenciou

nos últimos quinze anos. Foi a partir dos eventos comemorativos das grandes efemérides do final do século XX – “descobrimiento da América” e “500 anos da colonização do Brasil” –, que os ambientes acadêmicos, português e brasileiro, iniciaram um intercâmbio intelectual consistente, crescente e contínuo na área de História. Sem dúvida, a investigação histórica dos processos de colonização, povoamento, exploração e administração da América portuguesa, especialmente para o período que abarca a construção do império ultramarino, constituiu o eixo principal que alavancou a interação entre os principais programas de pós-graduação e centros de excelência em pesquisa situados em São Paulo, Rio de Janeiro e Lisboa.

No entanto, esse movimento intelectual e institucional não se restringiu tão somente aos temas da colonização, nem tampouco permaneceu restrito aos principais centros de reflexão acadêmica. Há um movimento de ampliação constante do espectro das pesquisas que reúnem objetos históricos comuns aos dois países, em que os trabalhos voltados para a investigação do processo de formação da classe e da cultura dos trabalhadores, no Brasil e em Portugal, se afiguram como indícios da expansão dos horizontes analíticos e empíricos em que se apoiam os respectivos campos acadêmicos.

Embora não seja, nem de longe, um dos principais objetos de investigação, entre portugueses e brasileiros, o estudo histórico do mutualismo na era dos impérios ocupa seguramente um espaço relevante inserido no debate relativo à formação das classes trabalhadoras dos dois países no período.

No Brasil, a história do mutualismo surge tardiamente no século XX como um desdobramento necessário da histo-

riografia acadêmica do movimento operário de esquerda. Mais que isso, representa, a partir dos anos de 1980, um esforço analítico cujo objetivo é aprimorar o entendimento sobre o processo de formação das classes trabalhadoras para além dos marcos institucionais e formais ideológicos.

Nesse sentido, trata-se de uma produção historiográfica que nasce situada dentro do campo restrito da História do Movimento Operário e que verticaliza sua abordagem em direção a uma História Social da Cultura das classes trabalhadoras.

No Brasil o impacto da obra de E. P. Thompson é fundamental. Portanto, pode-se dizer que o estudo do mutualismo representa a análise histórica de um dos elementos da experiência das classes trabalhadoras em formação, na virada do século XIX para o século XX. Ou seja, o mutualismo é comumente visto como uma das formas culturais pelas quais os trabalhadores interpretaram sua experiência coletiva. Uma das formas de consciência coletiva relativas à experiência de grupos de trabalhadores urbanos, em um momento histórico que antecede a emergência de “uma” classe trabalhadora (no sentido thompsoniano do termo).

Em Portugal o mutualismo foi estudado, ao longo de um século e meio, majoritariamente a partir de uma perspectiva que privilegia a história da organização institucional das associações, juntamente com a percepção do impacto econômico e da variação dos dados estatísticos relativos ao tamanho das organizações e ao número de associados. Há, portanto, uma preocupação reiterada em dimensionar a experiência mutualista no contexto geral da sociedade, observando seus efeitos sobre a dinâmica social e seu impacto sobre a economia, tanto da perspectiva dos associados como dos agentes macroeconômicos. Ou seja, a produção historiográfica portuguesa sobre o mutualismo encontra-se

em contato constante com os domínios da Economia e da Sociologia, principalmente, permanecendo ao longo do tempo como uma espécie de subcampo de uma História Social mais tradicional.

Em Portugal, os sinais de uma aproximação teórico-metodológica ao marxismo britânico são bem menos evidentes se comparados ao Brasil, com destaque para a obra de Maria Filomena Mónica e o artigo pioneiro, embora não declaradamente thompsoniano, em que José Pacheco Pereira (1982) discute a importância do mutualismo no processo de formação da classe trabalhadora portuguesa. Quando se observa a produção historiográfica mais específica sobre o mutualismo, não há indícios de uma adesão aguda às reflexões teórico-metodológicas de Thompson. Pelo menos não tão aguda quanto a que houve no Brasil a partir dos anos de 1980.

Esse quadro geral permite que se vislumbre os desafios que se colocam para que o estudo do mutualismo avance como campo particular de pesquisa histórica em Portugal e no Brasil, tendo em vista as possibilidades de influência mútua das duas tradições historiográficas.

Seria extremamente frutífero, por exemplo, se em Portugal o mutualismo fosse mais exaustivamente estudado do ponto de vista thompsoniano, amplamente difundido no Brasil. Ou seja, analisado como parte do conjunto das experiências comuns às classes trabalhadoras.

Experiências herdadas ou partilhadas, tratadas em termos culturais pelas consciências coletivas de grupos restritos de trabalhadores urbanos, e encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais, típicas do processo de formação da classe trabalhadora, principalmente no período entre 1875 e 1914.

Por sua vez, o olhar dos historiadores do mutualismo no Brasil poderia ampliar-se no sentido de equacionar o associativismo mutualista dentro dos marcos mais amplos da economia e da sociedade em que está inserido. Isso contribuiria para superar uma certa estagnação aparente, pois, se as formulações de Thompson foram capazes de produzir uma espécie de ampla revisão historiográfica há trinta anos atrás – que entre outras coisas possibilitou o avanço dos estudos sobre mutualismo no Brasil –, hoje em dia aparecem mais como um pressuposto comum a todos os historiadores da História Social do Trabalho, incapaz de inspirar o surgimento de novos objetos e hipóteses de pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMZALAK, Moses Bensabat. *O mutualismo e o cooperativismo na indústria da pesca de bacalhau*; Comunicação feita ao Congresso da Pesca do Bacalhau reunido em Aveiro em 8 e 9 de outubro de 1923 e promovido pela Associação da Classe dos Armadores de Navios de Portugal. Lisboa: Tipografia da Empresa Diário de Notícias, 1923.
- ANSELMO, Manuel. *O mutualismo como doutrina social*; Conferência promovida a 21 de janeiro de 1933 em Viana-do-Castelo, na Associação Marítima, e repetida depois, em Monção, no Teatro Cine, a convite da Associação de Socorros Mútuos “A Artística Monçanense”. Viana do Castelo: Tipografia Comercial A Aurora do Lima, 1933.
- \_\_\_\_\_. *As ideias sociais e filosóficas do Estado Novo*; Conferência proferida em Lisboa, no Teatro de São Carlos, a 23 de janeiro de 1934, sob a presidência de Sua Excelência, o Sr. Ministro do Interior, Capitão Raul Gomes Pereira. Porto: Livraria Tavares Martins, 1934.
- R. P. de Jesus – Historiografia sobre mutualismo ... 1159
- \_\_\_\_\_. *O mutualismo como doutrina social*; esboço filosófico. Abertura de Antero Figueiredo. 2. ed. Porto: Livraria Civilização, 1938.
- ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century*; money, power, and the origins of our times. London; New York: Verso, 1994.
- BARROS, Carlos Pestana; SANTOS, J. C. Gomes (Orgs.). *O Mutualismo Português*; solidariedade e progresso social. Lisboa: Vulgata, 1998.
- BASTOS, A. de Magalhães. *Origens e tradições do mutualismo português e em especial do Portuense*; separata do “Boletim Cultural” da Câmara Municipal do Porto, v. I, fac. I. Porto: Tipografia Leitão, mar. 1938.
- BATALHA, Cláudio H. M. *Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, Campinas: IFCH/Unicamp, v. 6, n. 10/11, p. 41-68, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, p. 12-22, ago.-dez. 2010.
- BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.
- BENTO, Miguel da Conceição. *Vida e morte numa mina do Alentejo*; pobreza, mutualismo e provisão social; o caso de S. Domingo (Mértola) na primeira metade do século XX. Castro Verde: 100 Luz, 2013.
- BOSI, Alfredo. *A escravidão entre dois liberalismos*. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-245.
- BRÁS, Rui Manuel. *Formas institucionais e sistema de valores*; as associações de sapateiros de Lisboa da segunda metade do século XIX ao Estado Novo. Oeiras: Celta Editora, 2004.
- BRETES, Faustino. *Centenário do mutualismo em Torres Novas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1962.
- CARDOSO, José Luís; ROCHA, Maria Manuela. *O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928)*; acção e limites

- de um Estado previdente. *Análise Social*, v. XLIV, n. 192, p. 439-470, 2009.
- CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.
- CARVALHO, Domingos. *Mutualismo; a força do associativismo democrático*. Lisboa: Ciência Gráfica, 1998. (Cadernos CA-3).
- CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 107-129.
- \_\_\_\_\_. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 130-154.
- ELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores e política no Brasil; do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia, 2015.
- CEDEÑO, Reynaldo Sordo. Las sociedades de socorros mutuos, 1867-1880. *Historia Mexicana*, v. 33, n. 1, p. 72-96, jul.-sept. 1983.
- CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade; sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão; histórias e antropologias da pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 219-240.
- COELHO, Elmano de Lage Simões. *Cem anos depois (1872-1972)*; publicação comemorativa do Centenário de Associações de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa. Lisboa: Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio de Lisboa, 1973.
- CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS; Junta do Departamento Sul. *Primeiro Congresso das Associações Portuguesas realizado na Câmara Municipal de Lisboa*; desde 10 a 18 de junho de 1882. Lisboa: Tipografia Universal, 1883a.
- \_\_\_\_\_. *Relatório sobre a Federação dos Serviços Clínicos e Administrativos*; apresentado pela respectiva seção na sessão da Junta do Departamento Sul de 2 de julho de 1883. Lisboa: Tipografia Universal, 1883b.
- \_\_\_\_\_. *Primeiro Congresso das Associações Portuguesas realizado na Câmara Municipal de Lisboa*; desde 10 a 15 de junho de 1883; Relatórios das Seções da Junta do Departamento do Sul. Lisboa: Tipografia Universal, 1884.
- CONGRESSO NACIONAL DE MUTUALIDADE. *Da ação da mutualidade na Federação dos Serviços Farmacêuticos*; Liga das Associações das Farmácias. Porto: [s.n.], 1910a.
- \_\_\_\_\_. *Do processo de estruturação, contabilidade e estatística das associações de socorros mútuos*; Tese Subsidiária. Porto: [s.n.], 1910b.
- \_\_\_\_\_. *Justificação dos fatores que obstaram a construção de uma liga associativa em Lisboa para os serviços farmacêuticos – 1906-1910*. Lisboa: [s.n.], 1910c.
- \_\_\_\_\_. *Subsídios para a reforma do Decreto de 2 de outubro de 1886*. Lisboa: [s.n.], 1910d.
- \_\_\_\_\_. *Tese XIV; Da ação da mutualidade na federação dos serviços farmacêuticos*; Liga das Associações; Das farmácias. Lisboa: [s.n.], 1910e.
- \_\_\_\_\_. *Tese XIV; Da ação da mutualidade na federação de serviços farmacêuticos*; Liga das Associações de Farmácias; Das farmácias mutualistas. Porto: [s.n.], 1910f.
- CORREIA, Rui Antunes. *Uns aos outros; o Montepio Caldense (1860-1890)*. Rio Maior: Grafiartes, 2000.

- COSTA JÚNIOR, José Maria Marques. *A organização de classes*. Angra do Heroísmo: Tipografia Andrade, 1937.
- \_\_\_\_\_. *História Breve do Movimento Operário Português*. Lisboa: Verbo, 1964.
- COSTA JÚNIOR, José Maria Marques. *Movimento operário português*. Lisboa: Verbo, 1964.
- COSTA, Ramiro da. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*. 1º volume 1820-1929. Lisboa: Assírio & Alvim, 1979.
- COSTA, Severino. *Mutualismo e fraternidade humana*; conferência proferida na Associação Fraternal dos Artistas Vianenses durante a Semana do Mutualismo. Viana: Tipografia Comercial “A Autora do Lima”, 1933.
- CUNHA, F. Carmo. *Manifestações do espírito de previdência*; o Mutualismo; Conferência realizada no Montepio Geral no dia 18 de Janeiro de 1933. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1933.
- DAVIS, Mike. *Late Victorian Holocausts; El Nino, famines and the making of the Third World*. London; New York: Verso, 2001.
- DREYFUS, Michel. *Liberté, Égalité, Mutualité*. Mutualisme et Syndicalisme, 1852-1967. Paris: Les Éditions de l'Atelier / Éditions Ouvrières, 2001.
- FERREIRA, Jaime. *Para a história do mutualismo*; nas bodas de ouro de “A Previdência”. Porto: Tipografia Marca, 1978.
- FIELDHOUSE, David Kenneth. *The colonial empires; a comparative survey from the eighteenth century*. New York: Delacorte Press, 1967.
- FONSECA, Carlos da. *A origem da 1ª Internacional em Lisboa*; o centenário da Federação Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- \_\_\_\_\_. *História do Movimento Operário e das Idéias Socialistas em Portugal*; I – Cronologia. Viseu: Europa-América, 1980.
- \_\_\_\_\_. *História do Movimento Operário e das Idéias Socialistas em Portugal*; III – O Operariado e a Igreja militante (Da *Rerum Novarum* à implantação da República). Viseu: Europa-América, 1981.
- \_\_\_\_\_. *História do Movimento Operário e das Idéias Socialistas em Portugal*; IV – Greves e \_\_\_\_\_ operárias. Viseu: Europa-América, 1982.
- FONSECA, Fernandes da. *Número único para comemorar o aniversário do benemérito iniciador das associações mútuas em Portugal*. Lisboa: Tipografia do Comércio de Portugal, 1887.
- FONSECA, Vitor Manuel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1915)*. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008.
- FREIRE, João. *Anarquistas e Operários; ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal (1900-1940)*. Porto: Afrontamento, 1992.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Associações Profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 2004.
- GOMES, Álvaro Reis. *Mutualismo*; Conferência realizada no salão nobre do Montepio Madeirense em 20 de janeiro de 1933. Funchal: Tipografia Diário da Madeira, 1933.
- GONÇALVES, Luiz. *A evolução do movimento operário em Portugal*. Lisboa: Adolpho de Mendonça & Cia., 1905.
- GOODOLPHIM, José Cypriano da Costa. *A Associação: história e desenvolvimento das associações portuguesas*. Lisboa: Tipografia Universal, 1876.
- \_\_\_\_\_. *A Previdência: Associações de Socorros Mútuos, Cooperativas, Caixas de Pensões e Reformas, Caixas Económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.
- GRILLO, J. Francisco. *Mutualismo rural e crédito agrícola: primeira tentativa de sua criação em Portugal sem encargos*

- para o Estado, baseada numa Lei que torne obrigatória a mutualidade agrícola. Lisboa: Livraria Ferin Baptista Torres, 1912.
- 1162 **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1144-1167, set.-dez. 2016
- GUTMAN, H. *Work, culture and society industrializing America*. New York: Vintage Books, 1977.
- HANAGAN, M. P. *The logic of solidarity*. Chicago: University of Illinois Press, 1980.
- HARVEY, David. *The enigma of capital: and the crises of capitalism*. London: Profile Books, 2010.
- HENRIQUES, Maria Adosinda. *Origens do associativismo na Beira Litoral: da tradição à modernidade*. Lisboa: Direção Geral de Desenvolvimento Rural, 1999.
- HOBBSAWM, Eric J. *Labour History and Ideology*. In: *Workers: worlds of labor*. New York: Pantheon Books, 1984.
- HOBBSAWM, Eric J. *The Age of Empire, 1875-1914*. New York: Pantheon Books, 1987.
- JESUS, Ronaldo P. de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico. In: ALMEIDA, Carla M. C.; OLIVEIRA, Mônica R. de. *Nomes e números: alternativas econômicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- \_\_\_\_\_. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889), *Locus: Revista de História*. v. 13, n. 1, 144-170, 2007.
- \_\_\_\_\_. Mutualismo entre ex-escravos e operários no Rio de Janeiro. In: LOBO, Valéria Marques; DELGADO, Ignácio Godinho; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro (Orgs.). *Trabalho, proteção e direitos: o Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p. 9-27.
- JESUS, Ronaldo P. de; MALERBA, Jurandir. *Marxism and Brazilian Historiography*. In: WANG, Q Edward; IGGERS, Georg G. *Marxist Historiographies: a global perspective*. London; New York: Routledge, 2016. p. 142-173.
- KUSCHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios; a experiência mutualista no Rio de Janeiro (1860-1882)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.
- LEUCHTENBERGER, Rafaela. *O lábaro protetor da classe operária; as associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores em Florianópolis, Santa Catarina (1886-1932)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.
- LIMA, João Evangelista Campos. *Movimento operário em Portugal*. Lisboa: Guimarães & Cia., 1910.
- LIMA, José Lobo D'Avila. *Movimento operário em Portugal*. Lisboa: Ferreira & Oliveira, 1905.
- \_\_\_\_\_. *Socorros Mútuos e Seguros Sociais*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909.
- LINDEN, Marcel van der. *Social Security Mutualism. The Comparative History of Mutual Benefit Societies*. Bern: Peter Lang, 1996.
- LOBO, Eulália Maria Lehmeyer; STOTZ, Eduardo Navarro. *Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894. Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, 49-88, 1985.
- R. P. de Jesus – *Historiografia sobre mutualismo ...* 1163
- LOPES, Raimundo José Ferreira.

- Sociedade de Instrução e Beneficência: “A Voz do Operário”*, uma associação representativa da classe dos Manipuladores de Tabaco, em particular, e da classe operária, em geral. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural e Social da Cultura) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1995.
- LOUSADA, Maria Alexandre. Associações profissionais: tradição e renovação. In: FREIRE, João (Org.). *Associações Profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 2004. p. 21-55.
- LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.
- LUNET, Carlos Alberto Homem de Figueiredo. *Associativismo e mutualismo: Associação de Socorros Mútuos “19 de Março” (1892-1992)*. Tondela: Tipografia Tondelgráfica, 1996.
- MAC CORD, Marcelo. *Artífices da Cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. M. (Org.). *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- MAÇARICO, Luís Filipe. *Associativismo, patrimônio e cidadania*. [S.l.]: Ciência Gráfica, 2010.
- MACIEL, Osvaldo B. A. *A Perseverança dos Caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió*. Recife: EDUFPE, 2011.
- MALHEIRO, José. *Associativismo popular: originalidade do povo português*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1996.
- MARQUES, Emília Margarida. *A associação “Recurso Operário”: antecedentes e alguma contextualização*. Marinha Grande: Museu Santos Barbosa da Fabricação do Vidro, 1997.
- MARTINS, José António de Jesus. *Da Irmandade do Corpo Santo dos mareantes e pescadores da cidade de Lagos à “A Lacobrigense” Associação de Socorros Mútuos (1749-1999)*. Lagos: A Lacobrigense, 2000.
- \_\_\_\_\_. *História breve da Associação dos Bombeiros Voluntários de Lagos (1886-1990)*. Lagos: Associação dos Bombeiros Voluntários, 1991.
- MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofícios após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.
- MASCARENHAS, João Mário; SILVA, João Evaristo. *Socialismo em Portugal: os primeiros ecos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Biblioteca Museu da República e Resistência, 1988.
- MAYER, Arno J. *The persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*. London: Pantheon Books, 1981.
- MELO, Daniel; SILVA, Eduardo Caetano (Orgs.). *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- MELO, Lília; REIS, Suzana. *Mutualismo na área da Grande Lisboa: principais características e perspectiva de evolução*. In: BARROS, Carlos Pestana; SANTOS, J. C. Gomes (Orgs.). *O Mutualismo Português: solidariedade e progresso social*. Lisboa: Editora Vulgata, 1998. p. 69-99.
- 1164 **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1144-1167, set.-dez. 2016
- MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Casa da Moeda / Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

- \_\_\_\_\_. *Artesãos e operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*. Lisboa: ICS – Universidade de Lisboa, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Capitalistas e industriais. 1870-1914. Análise Social*, v. XXIII, n. 99, p. 819-863, 1987.
- MONTEIRO, Alcides A. *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra; Quarteto, 2004.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952.
- MUNCK, Ronaldo. Mutual benefit societies in Argentina; workers, nationality, social security and trade unionism. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, n. 30, p. 573-590, 1998.
- NOMELINI, Paula C. B. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.
- NUNES, Américo; CABRITA, Daniel; MARTINS, Emídio; ROCHA, Francisco Canais; CARTAXO, Ernesto; BARRETO, Kalidas; RANITA, Víctor. *Contributo para a História do Movimento Operário e Sindical: das raízes até 1977*. Lisboa: CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres / IBJC – Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011.
- NUNES, Mário. *A Previdência Portuguesa; associação mutualista; 75 anos ao serviço do mutualismo – 1929-2004*. Coimbra: Carvalho & Simões, 2004.
- OLIVEIRA, César. *O Socialismo em Portugal (1850-1900): contribuição para o estudo da filosofia política e do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX*. Porto: Afrontamento, 1973.
- PEREIRA, João Manuel Esteves. *A indústria portuguesa (séculos XII a XIX): com uma Introdução sobre as corporações operárias em Portugal*. Lisboa: Empresa do Ocidente, 1900.
- PEREIRA, José Pacheco. *Elementos para o estudo da origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- PEREIRA, José Ribeiro. *O Mutualismo e o Estado Novo Corporativo: na Seção de Propaganda promovida pela Comissão Concelhia da Vila do Seixal*. Lisboa: Tipográfica,[s.d.].
- PERROT, Michelle. *Les Ouvriers en Grève (1871-1890)*. Paris: Mouton, 1973.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.
- PITACAS, José Alberto Pereira. *Utilidade social e eficiência do mutualismo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia e Política Social) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2009.
- POLANYI, Karl. (1944). *The great transformation*. Boston: Beacon Press, 1968.
- QUELHAS, Ana Paula do Canto Lopes Pires Santos. *A refundação do papel do Estado nas políticas sociais; a alternativa do movimento mutualista*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra 1999.
- R. P. de Jesus – *Historiografia sobre mutualismo ...* 1165
- RALLE, Michel. *A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910), Cadernos AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo*. Campinas: IFCH/UNICAMP, v. 6, n. 10/11, p. 13-38, 1999.
- RAMOS, António Alberto C. P. *As coletividades de Almada (1890-1910); associativismo do tipo cultural e recreativo – tentativa de abordagem*

- ao seu estudo. Almada: Gráfica Ideal Cacilhas, 1991.
- RECALDE, Héctor. *Beneficencia, assistencialismo estatal y previsón social*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991.
- RODRIGUES, Edgar. *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O despertar operário em Portugal (1834-1911)*. Lisboa: Sementeira, 1980.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- ROSENDON, Vasco. *O Mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens*. Lisboa: Montepio Geral, 1996.
- RUIVO, Beatriz; LEITÃO, Eugénio. *O sindicalismo do funcionalismo público na I República*. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- SAID, Edward W. *Culture and imperialism*. New York: Vintage Books, 1994.
- SAMUEL, R. *Village, life and labour*. London: Routledge & Kegan Paul, 1975.
- SANTOS, Dina Maria Serrano. *Do Mutualismo ao Mercado: a Banca Mutualista em Portugal; estudo de caso: o crédito agrícola mútuo*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia Económica e das Organizações) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.
- SANTOS, Fernando Piteira. *O Centenário da Sociedade “A Voz do Operário”*. Lisboa: Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”, 1983.
- SANTOS, Luiz da Costa. *O mutualismo na organização social moderna: conferência da “Semana Mutualista” organizada pelo jornal “O Século” e realizada em 21 de Janeiro de 1933, na Associação dos Empregados do Estado, a convite da Caixa de Sobrevivência “O Futuro”*. Lisboa: Revista Portuguesa de Seguros, 1933.
- SANTOS, Raul Esteves dos. *1879-1894 A vida da Voz do Operário: da fundação do jornal à inauguração das primeiras escolas*. Lisboa: Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”, 1932.
- \_\_\_\_\_. *A grande epopeia dos humildes*. Lisboa: Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”, 1933.
- \_\_\_\_\_. *O Tenente-Coronel João Luiz de Moura e a Voz do Operário*. Lisboa: Edição Fora do Mercado, 1939.
- SANTOS, Victor. *Mutualismo; poderoso auxiliar do Estado no arranjo social da Nação; Palestra realizada na sessão solene de comemoração do 84º aniversário da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e da Indústria de Lisboa em 6 de Novembro de 1938*. Lisboa: [s.n.], 1941.
- SARAIVA, Ana Paula Rocha da Costa. *Associativismo mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2011.
- 1166 Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1144-1167, set.-dez. 2016
- SEWELL JR., William H. *Work and Revolution in France: the language of labor from the old regime to 1848*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- SILVA, Fátima Galdes da. *Associações desportivas, recreativas e culturais: o caso de Covilhã*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade

- da Beira Interior. Covilhã, 2002.
- SILVEIRA, Jorge. *O mutualismo em Portugal*; elementos de caráter geral das associações mutualistas. Lisboa: União das Mutualidades Portuguesas, 1986.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981.
- SOARES, Francisco Sousa. *Internacionalização e descentralização: contributos do associativismo*. Lisboa: Ingenium, 2003.
- SOUSA, Luís de. *Mutualismo: conferência realizada na Associação Comercial de Angra Do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Livraria Andrade, 1933.
- SOUSA, Manuel Joaquim de. *O sindicalismo em Portugal: esboço histórico*. Lisboa: Comissão Escola e Propaganda do Sindicato do Pessoal da Câmara da Marinha Mercante Portuguesa, 1931.
- \_\_\_\_\_. *O sindicalismo em Portugal*. 3. ed. Porto: Afrontamento, 1972.
- TARRACHA, Jorge Câncio. *Antologia histórica sobre o movimento associativo de Vila Franca de Xira, 1853-1995*. Alhandra: Gráfica Alhandrense, 1997.
- TAVARES, Virgílio. *O centenário da associação de socorros mútuos dos artistas mirandelenses*. Guimarães: Editora Cidade Berço, 2001.
- THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. New York: Vintage Books, 1966.
- TILLY, L.; SCOTT, J. W. *Women, work and family*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1978.
- VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (Org.). *O Associativismo*. Das Confrarias e Irmandades aos Movimentos Sociais Contemporâneos. Lisboa: Edições Colibri, 2006.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VILAÇA, Helena Carlota Ribeiro. *Associativismo e movimentos sociais; modalidades de participação*. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1993.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias; uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- \_\_\_\_\_. Mutualismo e Filantropia, *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, 99-113, jan.-jun., 2004.
- \_\_\_\_\_. As experiências mutualistas em Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla M. Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 305-322.
- R. P. de Jesus – Historiografia sobre mutualismo ... 1167
- \_\_\_\_\_. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880), *Topoi: Revista de História*, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, v. 9, n. 16, p. 117-136, jan.-jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. *Estratégias Populares de Sobrevivência: Mutualismo e Filantropia no Rio de Janeiro Republicano*. *Revista Brasileira de História*, v. 29, p. 291-315, 2009.
- \_\_\_\_\_. JESUS, Ronaldo P. de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 1: A formação das tradições. p. 21-51.
- VITORINO, Artur J. R. *Máquinas e Operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.



# **A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NO CONCELHO DE PONTA DELGADA**

**Catarina Ferreira Pacheco**

**Pedro Miguel Gouveia**

**Catarina Ferreira Pacheco**, Mestre em Desenvolvimento,  
Diversidade Locais e Desafios Mundiais, pelo ISCTE-IUL.  
[catarina.tfp@gmail.com](mailto:catarina.tfp@gmail.com)

**Pedro Miguel Gouveia**, Mestre em Economia Social e Solidária,  
pelo ISCTE-IUL.  
[gouveia.cmf@gmail.com](mailto:gouveia.cmf@gmail.com)

**PALAVRAS CHAVE**  
ECONOMIA SOLIDÁRIA,  
EMPRESAS DE INSERÇÃO,  
IMPACTO SOCIAL, INOVAÇÃO SOCIAL,

**KEYWORDS**  
SOLIDARITY ECONOMY,  
INSERTION ENTERPRISES,  
SOCIAL IMPACT, SOCIAL INNOVATION,

## **RESUMO**

Este artigo descreve um projeto de “investigação-ação” em curso, com o objetivo de identificar e analisar o impacto social das atividades empreendedoras das Organizações da Economia Social e Solidária com incidência no concelho de Ponta Delgada, no quadro da respetiva ação de proximidade junto das comunidades locais onde se encontram incrustadas, visando a melhoria da “qualidade de vida” e a promoção do “bem viver”. O foco está na identificação de mecanismos e práticas inovadoras que complementem os objetivos sociais prioritários da Câmara Municipal de Ponta Delgada, conforme estabelecido na Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e à Exclusão Social para o período de 2022 a 2026.

## **RESUME**

This article describes an ongoing “research-action” project, with the objective of identifying and analyzing the social impact of entrepreneurial activities of Organizations of Social and Solidarity Economy with incidence in the municipality of Ponta Delgada, within the framework of the respective action of proximity to the local communities where they are embedded, aiming to improve the ‘quality of life’ and the promotion of ‘good living’. The focus is on the identification of innovative mechanisms and practices that complement the priority social objectives of the Municipality of Ponta Delgada, as established in the Local Integrated Strategy to Combat Poverty and Social Exclusion for the period 2022-2026.

## **1. INTRODUÇÃO**

Do projeto à ação: “a Economia Solidária e o desenvolvimento comunitário no concelho de Ponta Delgada” constituiu-se como um Estudo de Investigação-Ação”, inserido nas atividades da ACEESA, uma entidade privada sem fins lucrativos, que prossegue objetivos de interesse público, com objetivos de contribuir para o desenvolvimento de estudos na área da economia solidária, do desenvolvimento social e local e da rede de empresas de inserção da Região Autónoma dos Açores, congregando esforços para a atualização e divulgação dessas matérias, entre outras missivas.

A candidatura “a Economia Solidária e o desenvolvimento comunitário no concelho de Ponta Delgada” teve apoio financeiro do Município de Ponta Delgada, no âmbito do regulamento de apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social das diversas atribuições legalmente acoetidas às autarquias locais, no ano de 2023.

Neste âmbito, a ACEESA propôs o desenvolvimento de um “manifesto de intervenção social” à Câmara Municipal de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, no arquipélago dos Açores, como investimento daquela entidade na dinamização social do respetivo concelho, no interesse para a melhoria qualitativa da vida social e económica da generalidade da sua população, por via do reconhecimento do apoio prestado pelas Organizações da Economia Social e Solidária sediadas no concelho de Ponta Delgada, as quais, através da sua ação e espírito empreendedor, prestam particular e substancial apoio a determinados segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Circunscrito por 24 freguesias, o concelho de Ponta Delgada é um dos 19 concelhos da Região Autónoma dos Açores e um dos 6 concelhos da ilha de São Miguel, localizando-se no extremo ocidental desta ilha. É o concelho com a maior área e população dos Açores, abrangendo uma extensão total de 231,89 km<sup>2</sup>. Ponta Delgada é a sede concelhia, composta por quatro freguesias: Santa Clara, São José, São Sebastião e São Pedro.

De acordo com os dados provisórios dos Censos de 2021, Ponta Delgada conta com 67.233 habitantes, dispersos de forma muito heterogénea pelas várias freguesias. O aglomerado das 24 freguesias que compõem o concelho de Ponta Delgada representa cerca de 50% da população residente na ilha de São Miguel. Por sua vez, as quatro freguesias que formam a cidade de Ponta Delgada representam cerca de 30% da população do concelho. São nestas freguesias que se verificam os maiores índices de densidade populacional, seguidas das freguesias localizadas nos arredores da cidade. A maior freguesia e a mais populosa é São Pedro (7.495 habitantes), com o Pilar da Bretanha a ser a freguesia com a menor população (576 habitantes). O concelho de Ponta Delgada (288,6 hab./km<sup>2</sup>) apresenta a segunda densidade populacional mais elevada verificada nos Açores (101,8 hab./km<sup>2</sup>), seguindo-se do concelho de Lagoa (311,3 hab./km<sup>2</sup>). Ponta Delgada possui o mais desenvolvido centro urbano regional, conferindo-lhe uma centralidade em termos económicos e populacionais. Dispõe das principais infraestruturas de transporte, quer aéreo, quer marítimo, sendo, por isso, a principal porta de entrada e saída da Região Autónoma dos Açores.

Apesar desta centralidade, em termos, sociais, económicos e demográficos, em particular, o concelho de Ponta Delgada enfrenta um conjunto de desafios, alguns entendidos como *wicked problems*, como sejam, a título de exemplo, a subida dos números de desemprego e de precariedade, o empobrecimento das famílias e o aumento de pessoas em exclusão social, a infoexclusão, as migrações e interculturalidade.

Por tal, em setembro de 2022, a Câmara Municipal de Ponta Delgada apresentou a Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, que inclui na sistematização do seu diagnóstico, o seguinte:

«(...) Também se verificou uma evolução positiva nos beneficiários de prestações sociais de desemprego, tais como o subsídio de desemprego e rendimento social de inserção. A par com o desenvolvimento económico do concelho, denotou-se o progressivo envelhecimento da população, derivado do decréscimo acentuado da população com idade inferior a 25 anos, repercutindo-se nos beneficiários de prestações sociais, em particular na pensão de reforma. Por outro lado, verificam-se situações preocupantes com a subida dos custos da habitação no concelho, valores que podem contribuir para o aumento do número de pessoas em situação de sem abrigo no concelho, que representam atualmente uma das proporções mais elevada do país».

O combate à pobreza e à exclusão social requer a participação ativa dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, pois todos são fundamentais diante dos desafios envolvidos nesse objetivo. Além do Estado (central, regional

e local), espera-se soluções cada vez mais eficazes e abrangentes para atenuar as causas e consequências dos problemas resultantes dos processos de exclusão social (situações de rutura de vínculos sociais, vulnerabilidade socio-afetiva, desvinculação dos processos produtivos, não realização de direitos) e pobreza (situações de insuficiência de recursos na satisfação de necessidades fundamentais). Todos têm de ser convocados à ação no combate à pobreza e à exclusão social, bem como na discussão e tomada de decisões sobre assuntos públicos, com especial ênfase na coisa pública, de âmbito local.

Neste contexto, as organizações da sociedade civil (dora-vante consideradas como organizações da economia social e solidária - OESS, pela respetiva particularidade da sua expressão na RAA) destacam-se, fruto da característica do seu enraizamento (incrustação) territorial, ao estarem mais próximas das pessoas, grupos e comunidades vulneráveis.

Assim, a convocação destas organizações pela autarquia Ponta Delgadense assume uma estratégia para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das diversas comunidades, especialmente as mais vulneráveis. Estas, por estarem expostas a vários riscos e ameaças, enfrentam a necessidade de serem inovadoras em soluções capazes de contextualizar novas abordagens de inclusão social e promover o desenvolvimento económico.

Esta proposta de atuação e de envolvimento convocando para a “Democracia Participativa” as organizações da Economia Social e Solidária, poder-se-á constituir como um pilar fundamental para a tomada de decisões e ações coletivas de modo transparente e territorialmente ajustadas; além, de desafio à capacidade inovadora e empreendedora das OESS mais representativas do concelho de Ponta Delgada.

A este propósito, a ACEESA desafiou e convidou essas organizações da economia solidária sediadas no concelho de Ponta Delegada a integrarem um “Estudo de Investigação-Ação” capaz de produzir um relatório (do impacto social) a ser partilhado e discutido entre as mesmas, e quiçá antever a possibilidade de o constituir como uma ferramenta de política pública, de nível concelhio, ou até com abrangência regional.

São o centro da ação as organizações que fazem parte da Rede de Economia Solidária dos Açores, e que desenvolvem atividades económicas como a produção de bens e serviços em contexto de trabalho visando a reinserção social, pessoal e profissional de grupos sociais desfavorecidos, no concelho.

Estes grupos incluem pessoas com deficiência e incapacidade de diversas ordens, deportados, alcoólicos e toxicodependentes em processo de recuperação, beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), ex-reclusos em condições de reinserção na vida ativa, pessoas sem abrigo, entre outros.

Estas organizações da REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DOS AÇORES assumem na sua missão criar oportunidades para esses grupos, que foram recusadas pelo mercado, e estão focadas em dinamizar empresas de inserção, numa lógica que vai muito para além do emprego apoiado.

Além disso, dão apoio às famílias e às comunidades socialmente desfavorecidas através da ajuda ativa à educação, à formação e integração profissional por via da inserção socioeconómica, que tem sido essencial para romper com os ciclos de pobreza localmente instalados.

Estas organizações estão capacitadas para, de forma contínua e inovadora, proporcionar às pessoas e grupos so-

cialmente vulneráveis uma oportunidade real de acesso ao trabalho, emprego e auferir um rendimento mensal. Essas oportunidades não são oferecidas de forma “assistencialista”, mas decorrem da convicção de que essas pessoas são intrinsecamente capazes de demonstrar habilidades e capacidades pessoais, sociais e profissionais igualmente valiosas para sua integração na sociedade (inserção social). Isso ocorre em simultâneo com o esforço necessário para alcançar a sustentabilidade económico-financeira, uma necessidade diária enfrentada por todas as Organizações da Economia Social e Solidária.

A igualdade de acesso aos direitos sociais e profissionais para pessoas e grupos vulneráveis, com destaque para pessoas com deficiência e incapacidade, gera estabilidade socio emocional. Isso ocorre devido à oportunidade de colocarem em prática as competências e habilidades diversas adquiridas ao longo da vida. Simultaneamente, proporciona autonomia, autoestima e a capacidade de interagirem e enfrentarem as dificuldades do presente e do futuro.

## 2.1. ANÁLISE E PROPOSTAS

- A. **Objetivo principal** - avaliar a intensidade do impacto gerado pela atividade empreendedora das Organizações da Economia Social e Solidária localizadas no concelho de Ponta Delgada.
  
- B. **Objetivos secundários** - Identificar e valorizar, no âmbito da atividade empreendedora das OESS, a sua capacidade de ‘inovação social’ e alinhamento com os ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’:

**Resultados (outputs):** sob o controle direto de cada organização, relacionados à atividade/ação empreendedora em termos de suas práticas quotidianas.

**Mudanças esperadas (outcomes de curto prazo):** referentes às consequências na qualidade de vida de pessoas, grupos e comunidades.

**Impactos finais (outcomes):** relativos à beneficiação da comunidade como um todo, a longo prazo.

C. **Apresentar recomendações de políticas públicas** com potencial de generalização (*mainstreaming* vertical), permitindo que os resultados do estudo sejam aplicados para aprimorar as respostas da política pública municipal no combate à pobreza e à exclusão social.

D. **Público alvo:** para o efeito, todas as OESS “convidadas” enquadraram-se pelo regime jurídico da “economia social” - Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), conforme infere do seu Artigo 4.º (Entidades da Economia Social).

#### **Cumprindo os critérios de elegibilidade dos parceiros envolvidos e convidados:**

1. Sede Social no Concelho de Ponta Delgada;
2. Cooperadores da Rede Regional de Economia Solidária, CRESAÇOR, CRL;
3. Desenvolvimento de projetos de Empresas de Inserção ou de “projetos e iniciativas empreendedoras”;

E. **Caracterização das entidades envolvidas**

### **Quadro 1. Caracterização sínteses das 11 OESS integrantes do Estudo**

<b>OESS</b>	<b>MISSÃO</b>	<b>SITE e @</b>	<b>CONCELHO</b>
<b>ARRISCA ASSOCIAÇÃO Regional de Reabilitação e Integração Sociocultural dos Açores</b>	Promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.	www.arrisca.pt  arrisca.pdl@gmail.com	Ponta Delgada
<b>OESS</b>	<b>MISSÃO</b>	<b>SITE e @</b>	<b>CONCELHO</b>
<b>Associação Seara do Trigo</b>	Potencializar e desenvolver o perfil psicossocial de cada cliente no respeito pela sua autodeterminação, individualização e inclusão pessoal e social, mantendo-os ativos, interessados, ocupados e úteis	www.searadotrigo.pt  searadotrigo@gmail.com	Ponta Delgada
<b>OESS</b>	<b>MISSÃO</b>	<b>SITE e @</b>	<b>CONCELHO</b>
<b>Aurora Social  Associação de Promoção de Emprego Apoiado</b>	Prevenir e combater a exclusão social e a pobreza e agir em situações de emergência social ou catástrofe.	aurora_social@sapo.pt	Ponta Delgada
<b>OESS</b>	<b>MISSÃO</b>	<b>SITE e @</b>	<b>CONCELHO</b>
<b>Casa de Saúde S. Miguel I Instituto S. João de Deus</b>	Unidade de Internamento de Curta Duração destina-se à estabilização clínica e funcional, avaliação e reabilitação integral da pessoa com perda temporária de autonomia potencialmente recuperável e que não necessite de cuidados hospitalares agudos. existe uma componente ocupacional, que inclui o Centro Ocupacional Irmão Brás, terapia ocupacional, atividades desportivas, recreativas e produtivas, etc.	www.isjd.pt  cssm.pdelgada@isjd.pt	Ponta Delgada
<b>OESS</b>	<b>MISSÃO</b>	<b>SITE e @</b>	<b>CONCELHO</b>
<b>Associação Juventude Candelária</b>	Promover ações que promovam a inserção social de pessoas em risco, combatendo a exclusão social.	geral@juventudecandelaria.com	Ponta Delgada

OESS	MISSÃO	SITE e @	CONCELHO
<b>Cresaçor Cooperativa Regional de Economia Solidária</b>	Promover a economia solidária e o desenvolvimento local e comunitário na Região Autónoma dos Açores.	www.cresacor.pt  cresacor@cresacor.pt	Ponta Delgada
<b>Kairós Cooperativa Incubação Iniciativas Economia Solidária</b>	Desenvolver projetos e atividades com vista à incubação de iniciativas de economia solidária, de empresas de economia social e de empresas de inserção social no âmbito do mercado social de emprego.	www.kairos-acores.pt/kairos.php  comunicar.incluir@kairos-acores.pt	Ponta Delgada
<b>Norte Crescente  Associação de Desenvolvi- mento Local</b>	Promover o desenvolvimento integrado das freguesias da costa norte do concelho de Ponta Delgada	nortecrescente@nortecrescente.pt	Ponta Delgada
<b>Novo dia  Associação para a Inclusão Social</b>	Desenvolver e implementar estruturas, iniciativas e ações, no sentido de dar resposta à realidade da exclusão social em São Miguel.	www.novodiicipa.org  coordenacao@novodiicipa.org	Ponta Delgada
<b>Solidaried'arte ASSOCIAÇÃO de Educação e Integração pela Arte e De- senvolvimento Cultural Social e Local</b>	Promover e participar ativamente nos processos de inclusão, integração/inserção dos diversos públicos alvo (jovens, adultos e idosos) através da arte e da cultura.	solidariedarte.acores@gmail.com  solidariedarte.pt	Ponta Delgada

OESS	MISSÃO	SITE e @	CONCELHO
Casa do Povo de Fenais da Luz	Potencializar o desenvolvimento social, educativo e económico de pessoas, grupos e comunidades vulneráveis a partir da sua integração em atividades e oficinas que estimulem as respetivas capacidades e habilidades de forma integrada	geral@casapovofenaisdaluz.pt	Ponta Delgada

Fonte: Autores

## F. Glossário

**Atividade/Ação Empreendedora** - abrange as “empresas de inserção” e/ou os “projetos/iniciativas empreendedoras”.

**Qualidade de vida** - compreendida na linha do desenvolvimento humano - PNUD, significando: melhor capital social, humano, ambiental, económico e financeiro.

**Inovação social** - no sentido proposto pela OCDE, “quando novos mecanismos e novas normas contribuem para consolidar e melhorar o bem-estar dos indivíduos, comunidades e territórios em termos de inclusão social, criação de emprego e qualidade de vida”. A “inovação social” procura assim responder a novas necessidades não satisfeitas pelo mercado podendo envolver aspetos de natureza conceptual, organizacional e relativos à relação entre comunidades e os respetivos territórios.

**Objetivos de desenvolvimento sustentável** - estabelecido pela Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas, ONU, são os objetivos que as empresas e as organizações devem assumir como um veículo importante na apresentação e desenvolvimento de

soluções alternativas, com vista a redefinir estilos de vida, educação, futuro (...). As Organizações da Economia Social e Solidária (OESS) estão particularmente bem posicionadas para liderar a promoção das 17 dimensões dos ODS.

**Empresas de inserção** - mencionando o Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2000/A, especificamente no contexto do MSE (Mercado Social de Emprego), e tratando das Empresas de Inserção. O Artigo 10.º do referido decreto define as Empresas de Inserção da seguinte forma: As Empresas de Inserção são “pessoas coletivas de qualquer natureza, sem fins lucrativos, que desenvolvam políticas ativas de emprego tendo por fim a inserção ou reinserção socioprofissional de desempregados cuja baixa empregabilidade os coloque em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho.”

**Projetos/iniciativas empreendedoras** - A habilidade de oferecer soluções diferenciadas em locais onde a procura e a oferta se manifestam de maneira única e se destacam pela a importância de uma abordagem empreendedora centrada nas OESS, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a promoção do bem-estar nas comunidades locais.” Neste sentido, aquelas OESS fazem radicar a sua ação empreendedora (seja via atividade produtiva e/ou social, detendo capacidade de abranger novos produtos, processos e/ou mercados), sobretudo, em contextos territoriais onde aquelas mesmas necessidades se expressam de forma específica e, simultaneamente, diferenciada.

**Economia Solidária corrente da macaronésia** - um conceito nascido na região da Macaronésia cujos pilares centram-se na solidariedade compreendida de forma sistémica, abrangendo a interdependência e integração com a vida em todas as suas dimensões, não se limitando apenas à relação entre seres humanos, mas incluindo também a interação com outros seres vivos. «A Economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticas) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspetivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz». Amaro (2009, p.15)

## **2.2. METODOLOGIA, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO UTILIZADOS NAS RESPECTIVAS ETAPAS DA AÇÃO DO PROJETO**

A ACEESA adotou a Teoria da Mudança (TdM) com a hipótese central, fundamentada no princípio da ‘solidariedade sistémica’, de que as atividades e ação empreendedora realizadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OESS) no concelho de Ponta Delgada, ou na sua área de atuação geral, não apenas resultam em melhorias diretas nas comunidades locais em termos económicos, sociais, culturais, ambientais e políticos, mas também contribuem significativamente para a ‘qualidade de vida’ das pessoas e grupos vulneráveis ali residentes.

Advogou-se que essas atividades, de maneira direta ou indireta, não só impactam nos indicadores municipais relacionados com a promoção de novas práticas e abordagens

de ‘inovação social’, mas também nas metas regionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Práticas e abordagens que visam enfrentar desafios sociais contemporâneos, como o desemprego, a pobreza e a exclusão social, incluindo questões específicas como a gentrificação, a perda de soberania e segurança alimentar, os desequilíbrios entre vida profissional e pessoal, e a integração e inclusão social de migrantes e pessoas oriundas da imigração. Desafios que se manifestam de maneiras cada vez mais espacialmente diferenciadas e localmente específicas.

Assim, com a metodologia da Teoria da Mudança e preparadas as técnicas e instrumentos de investigação, iniciou-se a auscultação e o estabelecimento de contactos com as Organizações da Sociedade Civil (OESS), tendo sido realizados os convites para adesão ao desenvolvimento do Projeto. Foi elaborado e testado o modelo do ‘Inquérito por Questionário’, e os mesmos foram aplicados para aferir o impacto social dessas organizações, dando início às visitas no terreno, correspondendo à 1ª etapa da execução **Dar Ação ao Projeto**.

Para validação da hipótese estabelecida na TdM, foram definidas duas fases, no que diz respeito ao ‘trabalho de campo’, envolvendo a aplicação de técnicas quantitativas e qualitativas. Essas fases foram complementadas por uma terceira, alinhada ao objetivo de ‘*mainstreaming vertical*’:

## Quadro 2. Dimensões e categorias de análise do impacto social

DIMENSÕES ANALÍTICAS DO IMPACTO SOCIAL	CATEGORIAS ANALÍTICAS DO IMPACTO SOCIAL
<p><b>Economia</b> (a atividade/ação empreendedora – económico e/ou social, entre outras - é desenvolvida através da venda de bens e/ou serviços no mercado aberto, e ainda por via da sua capacidade de cooptar um outro tipo de recursos que não monetários)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dividendos monetários provindos das vendas de bens e/ou serviços no ‘mercado aberto’;</li> <li>- Natureza/tipo dos mercados privilegiados para a comercialização e venda dos bens e/ou serviços produzidos;</li> <li>- Outros recursos comunitários ‘não monetários’ alocados à produção de bens e/ou serviços.</li> </ul>
<p><b>Social</b> (na realização da atividade/ação empreendedora – económico e/ou social, entre outras - é dada prioridade, sempre que possível e justificável, à coesão social local<sup>1</sup>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Representação de género face ao total de pessoas empregadas;</li> <li>- Tipologia das pessoas vulneráveis empregada;</li> <li>- Natureza funcional da atividade exercida pelas pessoas socio- profissionalmente integradas;</li> <li>- N.º de horas destinadas a programas de capacitação e formação profissional;</li> <li>- Processo de recrutamento de novo/as trabalhadores/as (vulneráveis ou não);</li> <li>- Natureza dos procedimentos de seleção do/as trabalhadores/as.</li> </ul>
<p><b>Cultura</b> (na concretização da atividade/ação empreendedora – económico e/ou social, entre outras - é valorizada a cultura, o património, os valores e as identidades localmente específicas e diferenciadoras)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compromisso com a cultura/ património material e/ou imaterial local;</li> <li>- Compromisso com os valores e as identidades culturais tradicionais.</li> </ul>
<p><b>Ambiente</b> (conjugua na atividade/ação empreendedora – económico e/ou social, entre outras - a promoção e/ou a salvaguarda ecológica e ambiental locais)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Posicionamento em termos ambientais;</li> <li>- Otimização de recursos ambientais e Naturais.</li> </ul>
<p><b>Política</b> (a atividade/ação empreendedora – económico e/ou social, entre outras - é suportada numa relação de parceria com outras entidades da comunidade local, e ainda pela assunção de potencial protagonismo no escopo da transformação social local)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação parceira com outras entidades e forças vivas da comunidade local;</li> <li>- Ação no espaço público.</li> </ul>

Fonte: Autores

**Tabela 1. Síntese das “Empresas de Inserção” das OESS  
“inquiridas” sediadas no Concelho de Ponta Delgada**

<b>EMPRESAS DE INSERÇÃO</b>				
<b>NOME</b>	<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>FREGUESIA</b>	<b>PROPÓSITO (SÍNTESE)</b>	<b>NÚMERO DE TRABALHADORES</b>
<b>Arrisca. Cerâmica</b> <b>ARRISCA</b>	2007	São Pedro	Produção de cerâmica artesanal regional	<b>6</b>
<b>Arrisca Carpintaria</b> <b>ARRISCA</b>	2007	Cabouco	Fabricação e restauro de móveis e mobiliário (doméstico e urbano)	<b>11</b>
<b>Arrisca Eco-friendly</b> <b>ARRISCA</b>	2013	São Pedro	Produção de pequenas peças de mobiliário, decorativas e lúdicas	<b>4</b>
<b>BioKairós</b> <b>KAIRÓS</b>	2017	São Pedro	Produção agrícola em modo biológico	<b>4</b>
<b>Cozinha Kairós</b> <b>KAIRÓS</b>	1996	São José; Arrifes	Produção alimentar (restauração, serviços de catering e eventos)	<b>10</b>
<b>Cozinha Aurora Social</b> <b>AURORA SOCIAL</b>	1994	São Sebastião	Produção alimentar (restauração, serviços de catering e eventos)	<b>18</b>
<b>TOTAL</b>				<b>53</b>

**Fonte: Autores**

**Tabela 2. Síntese dos “Projetos/iniciativas empreendedoras” das OESS “inquiridas” sediadas no concelho de Ponta Delgada**

PROJETOS / INICIATIVAS EMPREENDEDORAS				
NOME	ANO DE CRIAÇÃO	FREGUESIA	PROPÓSITO (SÍNTESE)	NÚMERO DE TRABALHADORES
AZORES FOR ALL CRESAÇOR E AJC	2005	Sete Cidades	Prestação de serviços turísticos (social e comercial - turismo inclusivo)	6
Laboratório Gastronómico dos Fenais da Luz CASA POVO FENAIS DA LUZ	2023	Fenais da Luz	Produção alimentar (eventos - catering, e take-way)	4
Lavandaria Comunitária NOVO DIA	2023	A DEFENIR	Serviços de Lavandaria	3
Horta do Ti Manel SEARA TRIGO	.....	São Sebastião	Produção agrícola em modo natural	10
Mercearia Solidária e Comunitária SOLIDARIED'ARTE	2022	Livramento	Venda de géneros alimentícios e outros artigos de mercearia	3
Quinta do Norte NORTE CRESCENTE		Capelas	Multisserviços (alojamento local, cozinha, carpintaria e produção agrícola)	6
MAOS QUE CRIAM CASA SAÚDE S. MIGUEL		Fajã de Baixo	Oficina de produção artesanal de artigos em Cerâmica, Papel e Tecido	3
Rede Lojas Eco solidárias SOLIDARIED'ARTE	2015	São Pedro	Sistema integrado de recolha, seleção, tratamento, restauro e venda de roupa (“usada”)	5
<b>TOTAL</b>				<b>40</b>

Fonte: Autores

## **2.3. UNIDADES EMPRESARIAIS INQUIRIDAS**

### **- EMPRESAS DE INSERÇÃO**

#### **ARRISCA**

3 “Unidades Empresariais Inquiridas”:

- Arrisca Cerâmica
- Arrisca Carpintaria
- Arrisca Eco-Friendly

3 Questionários Aplicados em 11-10-2023:

- Validados

Relatório do Impacto Social:

- Concluído e entregue

Score Impact (Solidariedade Sistémica):

- Validado

#### **ARRISCA CERÂMICA**

É uma iniciativa dedicada à reabilitação de pessoas com perturbação por uso de substâncias psicoativas.

A ARRISCA CERÂMICA trabalha há tempos na capacidade transformadora da arte e da criatividade no processo de reabilitação e inclusão social, focada na promoção da valorização das competências e habilidades individuais por meio da inclusão produtiva, formação socioocupacional e treino de competências sociais e de empregabilidade.

O trabalho produtivo realizado na ARRISCA CERÂMICA está alinhado com a tradição do artesanato regional, especialmente na pintura de louças e azulejos, incorporando as tradições culturais locais.

### Localização:

Avenida D. João III, 41, Fração Gm, Ponta Delgada



### **ARRISCA CARPINTARIA**

É uma iniciativa dedicada à reabilitação de pessoas com desvantagens transitórias ou permanentes, incluindo aquelas com perturbação por uso de substâncias psicoativas. É uma abordagem que prioriza o treino de competências sociais e de empregabilidade, facilitando uma transição gradual dessas pessoas para o mercado normal de trabalho.

A reintegração profissional, aliada a auferir rendimentos necessários para o suporte à vida, fortalecendo a identidade pessoal e facilitando processos de integração social. A base de todo o trabalho produtivo realizado na Arrisca Carpintaria é a madeira, abrangendo desde o fabrico de móveis até o restauro.

**Localização:**

Parque Industrial Chã do Rego D' Água, 32,  
9560-301 - Cabouco, Lagoa



### **ARRISCA ECO-FRIENDLY**

Representa uma abordagem inovadora para a reabilitação de pessoas com perturbação por uso de substâncias, reconhecendo que a resposta a essa questão não se limita apenas às intervenções de saúde. Da mesma forma, o combate à pobreza, tanto desse grupo como de outros vulneráveis, não deve depender apenas de medidas caritativas e assistencialistas. A valorização dessas pessoas é alcançada por meio da inclusão produtiva em respostas socio ocupacionais, formativas e de emprego, adaptadas ao perfil individual das pessoas em reabilitação.

Na ARRISCA ECO-FRIENDLY, a equipa demonstra criatividade e inovação ao utilizar paletes para criar peças de mobiliário que transcendem sua função prática, tornando-as em peças de uso bonitas. Essa abordagem não só oferece oportunidades para a reabilitação e inclusão social, mas também promove a sustentabilidade ao dar uma segunda vida a materiais reciclados.

#### **Localização:**

Avenida D. João III, 41, Fração Gn - Ponta Delgada





## **KAIRÓS**

2 “unidades empresariais” “inquiridas”:

- **BioKairós**

- **Cozinha Kairós**

1 questionário aplicado em 09-10-2023:

- **Validado**

1 questionário aplicado em 19-10-2023:

- **Validado**

Relatório do Impacto Social:

- **Entregue**

Score Impact (Solidariedade Sistémica):

- **Validado**

## **BIOKAIRÓS**

É uma empresa de inserção dedicada a integrar o conceito de sustentabilidade na produção agrícola biológica. É reconhecida a importância de desenvolvimento de estratégias que promovem a cooperação entre diferentes áreas, e fundamentais para o desenvolvimento rural. São criados espaços para a experimentação de modelo de produção que sirvam de referência em termos de qualidade agrícola e ambiental.

A esta atividade produção agrícola com o compromisso de integrar indivíduos em risco de exclusão social, oferecer também oportunidades nas esferas ocupacional, formativa e laborais, incorporando práticas de sustentabilidade e inclusão social que visa contribuir para o avanço da produção agrícola almejando desempenhar a promoção para o desenvolvimento das comunidades locais. Assume na missão a integração de pessoas em risco de exclusão social, na perspetiva ocupacional, formativa e/ou laboral.

### **Localização:**

Quinta de São Gonçalo, Ponta Delgada



## **COZINHA KAIROS**

É uma empresa de inserção com o objetivo de atender às necessidades de uma cozinha de produtos alimentares prontos a comer, às pessoas que queiram adquirir com uma seleção equilibrada e a preços justos, respeitando as tradições e preferências regionais. Fornece-se também serviços de catering, proporcionando flexibilidade quanto ao local e horário, com o compromisso na relação qualidade/preço.

Através destas atividades, procura fomentar a integração laboral de pessoas vulneráveis, abrangendo desde jovens e desempregados de longa duração. O foco está em indivíduos em situações de fragilidade socioeconómica, bem como pessoas com deficit cognitivos e/ físicos, proporcionando alguma autonomia financeira, oportunidades de formação para uma trajetória profissional.

### **Localização:**

Rua da Piedade Arrifes / Rua Nicolau Sousa Lima, 7, Paim,  
São José, Ponta Delgada



## **AURORA SOCIAL**

1 “iniciativa empreendedora” “inquirida”:

### **- Cozinha Aurora Social**

1 questionário aplicado em 28-11-2023:

### **- Validado**

Relatório do Impacto:

### **- Entregue**

Score Impact (Solidariedade Sistémica):

### **- Validado**

## **COZINHA AURORA SOCIAL**

É uma empresa de inserção de produção de comida pronta e com o serviço de catering operado por uma equipa especializada a atender e satisfazer qualquer evento com gastronomia. Compromete-se com rigor e qualidade numa variedade de ementas para festas particulares e empresariais, incluindo almoços diários em regime de takeaway, com a conveniência da entrega ao domicílio.

A confeção de doçaria, é uma aposta ganha cuja combinação alia-se à tradição e ao requinte com mérito reconhecido com prémios nas categorias de doces regionais e conventuais.

### **Localização:**

Caminho da Levada, Edifício Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada 25, Ponta Delgada



## **- INICIATIVAS EMPREENDEDORAS**

### **AZORES FOR ALL - AGÊNCIA DE ANIMAÇÃO DE TURISMO INCLUSIVO E CULTURAL ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE CANDELÁRIA + CRESAÇOR**

1 “iniciativa empreendedora” “inquirida”:

- **Azores For ALL** (nota: esta atividade empreendedora é realizada no quadro de uma gestão formal partilhada entre ambas as entidades; do n.º total de trabalhadores da Azores For All, 3 fazem parte do quadro de pessoal da Cresaçor e os demais da AJC)

1 questionário aplicado em 09-11-2023:

- **Validado**

Relatório do Impacto Social:

- **Concluído e entregue**

Score Impact (Solidariedade Sistémica)

- **Validado**

A Agência Açores para Todos – Animação Turística e Turismo Inclusivo, para a incubação e gestão das empresas de Economia Solidária da CRESAÇOR, integra a Empresa de Inserção para a Animação Turística e Turismo inclusivo – Azores For All e o Centro de Férias e Lazer “Açores para Todos”.

O compromisso com a inclusão o Azores For All, pretende assegurar que todas as pessoas, independentemente das suas necessidades, possam desfrutar plenamente das maravilhas e experiências únicas oferecidas pelos Açores. Ao oferecer serviços adaptados, a iniciativa não apenas promove o turismo acessível, mas também contribui para a sensi-

bilização e a promoção da igualdade de oportunidades para todos os visitantes.

**Localização:**

Rua de Santa Bárbara, 18, Freguesia de Sete Cidades,  
Ponta Delgada



## **CASA DO POVO DE FENAIIS DA LUZ**

1 “iniciativa empreendedora” “inquirida”:

### **- Laboratório Gastronómico dos Fenais da Luz**

1 questionário aplicado em 17-11-2023:

### **- Validado**

Relatório do Impacto Social:

### **- Concluído e entregue**

Score Impact (Solidariedade Sistémica)

### **- Validado**

## **LABORATÓRIO GASTRONÓMICO DOS FENAIIS DA LUZ**

É uma iniciativa inovadora dedicada à produção alimentar, operando em um espaço físico já existente na freguesia, o que representa uma estratégia de rentabilização de recursos, aproveitando equipamentos e infraestruturas comunitárias disponíveis. Este laboratório tem como principal foco a confeção de alimentos inspirada no património gastronómico local, combinando a preservação das tradições culinárias com a introdução de elementos inovadores.

Além disso, o projeto adquire as matérias-primas necessárias diretamente da fileira agroindustrial local, promovendo assim a sustentabilidade e o apoio à produção local. Um dos objetivos principais é contribuir para o fortalecimento da microeconomia local, gerando plurirrendimentos e impulsionando o desenvolvimento económico da comunidade.

O Laboratório Gastronómico dos Fenais da Luz representa não apenas uma cozinha em funcionamento, mas uma plataforma multifacetada que une tradição, inovação e sustentabilidade, alinhada com a valorização do património gastronómico e o apoio à economia local.

**Localização:** Salão do Centro Paroquial dos Fenais da Luz, Fenais da Luz, Ponta Delgada



## **ASSOCIAÇÃO SEARA DO TRIGO**

1 “iniciativa empreendedora” “inquirida”:

- **Horta do Ti Manel**

1 questionário aplicado em 13-11-2023:

- **Validado**

Relatório do Impacto Social:

- **Concluído e entregue**

Score Impact (Solidariedade Sistémica):

- **Validado**

## **CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS SEARA DO TRIGO - HORTA DO TI MANEL**

É uma resposta de apoio a pessoas adultas com deficiência, focalizando-se no desenvolvimento de iniciativas entre muitos outros, também nos domínios de Reciclagem, Transição, Têxteis e Horticultura. O objetivo central destes ateliês é promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e técnicas nas áreas específicas correspondentes.

O CAO destaca-se como um ambiente inclusivo e de aprendizagem, proporcionando oportunidades significativas para o crescimento pessoal e social das pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que contribui para suprir as necessidades internas de produtos por meio de iniciativas como a “Horta do Ti Manel”.

“Horta do Ti Manel” representa um espaço dedicado à produção agrícola, envolvendo os utentes em atividades supervisionadas e coordenadas. Esta abordagem não só promove a autoestima, mas também contribui para o desenvolvimento de competências sociais e pessoais dos participantes. Além disso, a horta serve como uma resposta prática às necessidades de produtos para consumo interno na organização.

### **Localização:**

Rua do Contador, 71, Ponta Delgada



## **SOLIDARIED'ARTE**

2 “iniciativas empreendedoras” “inquiridas”:

- **Mercearia Solidária e Comunitária**

- **Rede Lojas Eco solidárias**

2 questionários aplicados em 16-10-2023:

- **Validados**

Relatório do Impacto Social:

- **Concluído e entregue**

Score Impact (Solidariedade Sistémica):

- **Validado**

## **MERCEARIA SOLIDÁRIA E COMUNITÁRIA & REDE LOJAS COMUNITÁRIAS**

É uma iniciativa que visa combater a subsidiodependência e o assistencialismo caritativo, oferecendo uma abordagem mais empoderada para indivíduos socioeconomicamente vulneráveis. O principal objetivo é permitir que essas pessoas desempenhem um papel ativo na condução de suas vidas, capacitando-as a tomar decisões sobre os bens alimentares que consideram mais adequados para o seu quotidiano.

Na Mercearia Solidária e Comunitária, os bens alimentares estão disponíveis apenas para os moradores do bairro, e são oferecidos a preços muito reduzidos. Essa abordagem não apenas proporciona acesso a alimentos essenciais a preços acessíveis, mas também promove a dignidade e autonomia ao permitir que os residentes escolham os produtos que atendem às suas necessidades específicas.

Essa iniciativa pretende ser uma mudança de paradigma tradicional de assistencialismo, e visa incentivar a participação e a tomada de decisão pelas pessoas em situação

de vulnerabilidade, no poder de escolhas dos produtos que precisam e contribuindo, assim para uma comunidade mais autossustentável e resiliente e com poder de escolha.

### **Localização:**

Bairro de Santo António, Freguesia de Livramento,  
Ponta Delgada



### **REDE LOJAS ECO-SOLIDÁRIAS**

É uma iniciativa com o objetivo de promover o conceito de responsabilidade social partilhada, baseado na ideia de ajuda mútua e reciprocidade para valorizar as competências das pessoas em situação de risco de exclusão social e pobreza. Para alcançar esse propósito, está implementado um sistema abrangente que envolve a recolha, seleção, tratamento, restauro e venda de roupa e outros bens a preços simbólicos. Estes produtos são disponibilizados em lojas ou feiras, sempre seguindo uma perspetiva de reutilização, reciclagem e solidariedade.

Ao oferecer bens a preços simbólicos, tornar os produtos acessíveis àqueles que enfrentam dificuldades financeiras, permitindo-lhes adquirir itens essenciais de maneira digna

e acessível. Além disso, este modelo promove a sustentabilidade ao enfatizar a reutilização e reciclagem de bens, contribuindo para a redução do desperdício.

**Localização:**

**Loja Fixa** - Av. D. João III, Praceta Professor Doutor José de Almeida Pavão Júnior, n. 16, São Pedro, Ponta Delgada



## **NORTE CRESCENTE**

1 ‘iniciativa empreendedora’ inquirida”:

### **- Quinta do Norte**

1 questionário aplicado em 15-11-2023:

### **- Validado**

Relatório do Impacto Social

### **- Concluído e entregue**

Score Impact (Solidariedade Sistémica)

### **- Validado**

## **NORTE CRESCENTE**

Associação de Desenvolvimento Local tem o seu principal objetivo promover o desenvolvimento integrado das freguesias da costa norte do concelho de Ponta Delgada, faixa geográfica entre Pilar da Bretanha e Fenais da Luz.

A sua intervenção verifica-se a vários níveis na população através de iniciativas e projetos em que o maior desafio é derrubar barreiras e promover o desenvolvimento das pessoas através da aquisição de conhecimentos e da partilha de experiências. A transversalidade dos temas abordados passa pela intervenção social, cultural, desportiva, económica, ambiental, juvenil, educativa, turística, artesanato e agrícola, sempre na perspetiva da promoção do desenvolvimento local, principal matriz agregadora da Norte Crescente, intervindo de forma transversal e integrada nas diversas áreas referidas, gerando-se, assim, sinergias no aproveitamento dos recursos materiais, humanos e financeiros locais.

A Norte Crescente – ADL é constituída pelas seguintes valências: Centro de Aconselhamento Familiar e Promoção da Empregabilidade (CAFPE), Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil – Novos Rumos (CDIJ), Centro

de Animação e Sustentabilidade do Território (CAST), Quinta do Norte (QN) e quatro Centros Sócio Educativos e Tecnológicos – ATL.

**Localização:**

Quinta do Norte Rua Monte Alegre s/s, Vila de Capelas, Ponta Delgada



## **CASA DE SAÚDE DE S. MIGUEL INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS**

1 “iniciativa empreendedora” “inquirida”:

- **Mãos que Criam**

1 questionário aplicado em 19-12-2023:

- **Validado**

Relatório do impacto social:

- **Concluído e entregue**

Score Impact (solidariedade sistémica)

- **Validado**

Casa de Saúde S. Miguel | Instituto S. João de Deus é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, tem uma Unidade de Internamento de Curta Duração destinado à estabilização clínica e funcional, avaliação e reabilitação integral da pessoa com perda temporária de autonomia potencialmente recuperável e que não necessite de cuidados hospitalares agudos. existe uma componente ocupacional, que inclui o Centro Ocupacional Irmão Brás, terapia ocupacional, atividades desportivas, recreativas e produtivas, etc.

**Localização:** Rua S. João de Deus, s/n, Apartado 155, 9501-902 Ponta Delgada



## **NOVO DIA**

1 “iniciativa empreendedora” “inquirida”:

### **- Lavandaria Comunitária**

1 questionário aplicado em 15-11-2023

### **- Validado**

Relatório do Impacto Social

### **- Concluído e entregue**

Score Impact (Solidariedade Sistémica)

### **- Validado**

## **ASSOCIAÇÃO NOVO DIA**

É uma das Instituições que integra a Rede de Suporte Sociocultural à Mobilidade Humana e a Rede de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco de São Miguel.

A Rede de Suporte Sociocultural à Mobilidade Humana de São Miguel tem como áreas de intervenção, os domínios do acolhimento, transição e da integração, transversal e permanente, tendo por base uma metodologia que assenta no desenvolvimento de um plano personalizado de intervenção. A rede promove um vasto conjunto de respostas de suporte sociocultural que contribuem para a integração efetiva dos cidadãos e das cidadãs repatriados/as e imigrantes, sem-abrigo e outros públicos em mobilidade na sociedade Açoriana.



A Novo Dia atua a nível da intervenção direta com indivíduos em risco, sensibilizando e proporcionando acompanhamento psicológico com o objetivo de promover a inclusão social, a prevenção e redução de riscos, abrangendo as áreas da toxicodependência e prostituição.

Está a preparar uma candidatura com um projeto de lavandaria comunitária que dará resposta social às necessidades sentidas pela sua população alvo e à comunidade em geral.

#### **2.4. ANÁLISE REFLEXIVA**

Com a informação obtida escrevemos sobre o Impacto da Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário no Concelho de Ponta Delgada, como forma ao reconhecimento destas organizações pelo envolvimento no combate à pobreza e exclusão social.

O processo de intervenção realizado incluiu a verificação de boas práticas e a apresentação de sugestões de intervenção junto às organizações envolvidas, culminando na elaboração de relatórios de impacto social individualizados. Esses relatórios abordaram diversas dimensões essenciais para garantir a eficácia e o alinhamento dos projetos com os princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável.

Primeiramente, foi realizada uma análise diagnóstica e exploratória para identificar práticas existentes em conformidade com os princípios da economia solidária, bem como oportunidades de aprimoramento para aumentar sua eficiência e alinhamento com os objetivos sustentáveis. A importância da colaboração e diálogo foi percebida como fundamental para identificar as melhores soluções, garantindo o envolvimento de todos os atores envolvidos nos processos de intervenção social.

Houve um foco claro na sustentabilidade, considerando aspetos económicos, sociais e ambientais, incluindo o uso responsável de recursos naturais, promoção da igualdade de oportunidades e viabilidade económica dos empreendimentos. Além disso, foram propostas formas de incentivar a cooperação e solidariedade entre os participantes do projeto, promovendo o trabalho em equipa, partilha de recursos e conhecimentos.

A formação e capacitação dos envolvidos foram identificadas como cruciais para fortalecer o projeto e melhorar seu desempenho. Isso incluiu a transmissão de conhecimentos sobre temas relevantes para a economia solidária, gestão participativa e habilidades técnicas.

A monitorização e avaliação contínua foram destacadas como práticas essenciais para acompanhar o progresso dos resultados e verificar se as intervenções estão a gerar o efeito desejado. O registo dessas análises no Observatório Regional de Economia Social e Solidária permitirá aprender com os resultados e fazer ajustes conforme necessário para o sucesso das intervenções sociais.

Por fim, a divulgação das boas práticas e lições aprendidas ao longo do projeto para outras organizações interessadas em seguir os princípios da economia solidária e desenvolvimento sustentável foi enfatizada. Isso contribuirá para a disseminação desses valores e a construção de uma rede de atores comprometidos com práticas mais justas e sustentáveis.

Assim, o processo de intervenção foi abrangente e estratégico, na senda de promover uma melhoria contínua e alinhar estratégias dos projetos com os princípios da economia solidária e da promoção para o desenvolvimento sustentável, visando um impacto positivo nas comunidades locais e além.

## **A. IMPACTO SOCIAL DAS OESS de PDL - SCORE IMPACT**

A avaliação do impacto social das Organizações da Economia Social e Solidária (OESS) em Ponta Delgada envolveu um processo estruturado, centrado na análise das dimensões relacionadas ao cumprimento dos princípios da Economia Solidária. Este processo incluiu a recolha e análise da informação através de questionários aplicados às organizações e projetos, bem como a atribuição de estrelas em cada dimensão, com base em critérios pré-definidos e indicadores de impacto pré-estabelecidos.

A recolha e análise da informação permitiu obter uma compreensão abrangente das práticas das OESS em relação aos princípios da Economia Solidária, incluindo cooperação, solidariedade, autogestão, equidade, entre outros. Com base nessa informação, foram atribuídas estrelas em cada dimensão, refletindo o desempenho das iniciativas nessas áreas.

A atribuição de estrelas foi feita com base numa grelha de valores pré-definida, que serviu como referência para medir o desempenho das iniciativas em cada categoria ou dimensão. Esses valores permitiram uma avaliação mais objetiva e consistente do cumprimento dos princípios da Economia Solidária por parte das OESS.

Além disso, foram definidos indicadores específicos de impacto para avaliar os efeitos das iniciativas, permitindo uma avaliação mais aprofundada do seu contributo para o desenvolvimento social e económico da comunidade. Esses indicadores ajudaram a compreender melhor o alcance e os resultados das iniciativas da Economia Solidária.

**Tabela 3. Score impact da solidariedade sistêmica**

<b>SOLIDARIEDADE SISTÊMICA</b> (integra 5 das 8+1 dimensões/pilares que suportam o conceito de 'Economia Solidária' da Macaronésia/ESM)		
DIMENSÕES ECONOMIA SOLIDÁRIA:	ESCALA DE INTENSIDADE - IMPACTO ("valor" agregado alcançado)	
ECONOMIA PLURAL	★ ★ ★ ☆ ☆	(3,13)
COESÃO SOCIAL	★ ★ ★ ☆ ☆	(3,41)
CULTURA LOCAL	★ ★ ★ ★ ☆	(4,35)
PROMOÇÃO/SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	★ ★ ★ ☆ ☆	(3,35)
POLÍTICA/GOVERNANÇA COLABORATIVA	★ ★ ★ ☆ ☆	(3,35)

Fonte: Autores

## RESULTADOS

### SCORE IMPACT - ECONOMIA:

As Organizações da Economia Social e Solidária (OESS) em Ponta Delgada demonstram um impacto económico significativo, com uma forte ênfase na criação de valor monetário e na promoção de uma economia plural.

**Criação de valor monetário:** Cerca de 68% das vendas ocorrem no mercado aberto, indicando uma integração eficaz na economia local. Além disso, 82% das compras são feitas preferencialmente em empresas do comércio local, fortalecendo ainda mais a economia regional.

**Cobertura comercial:** A vasta maioria das vendas, 93% ocorre em contexto de proximidade, abrangendo não só o concelho de Ponta Delgada, mas também a ilha de São Miguel, promovendo a visibilidade das marcas socioinstitucionais.

**Valorização da economia plural:** Cerca de 55% das OEES promovem a ativação sinérgica entre recursos monetários e não monetários, como tempo de trabalho voluntário, economia de partilha e doações em espécie, refletindo um compromisso com uma abordagem holística e sustentável para a economia local.

### **SCORE IMPACT – SOCIAL:**

As OEES também desempenham um papel crucial na promoção da coesão social e na integração socio-profissional de pessoas vulneráveis.

**Empregabilidade de pessoas vulneráveis:** Oferecem emprego a 69 pessoas em tempo integral, representando 74% do total de pessoal afeto ao quadro de pessoal. Há uma diversidade de perfis funcionais, incluindo pessoas com deficiência, jovens desempregados, e pessoas em processo de recuperação de dependências.

**Diversidade dos perfis funcionais:** Empregam uma variedade de perfis funcionais, desde pessoal não qualificado até pessoal qualificado, refletindo um compromisso com a inclusão e diversidade no local de trabalho.

**Processos de recrutamento e seleção inclusivos:** A maioria promove recrutamento direto e

adota procedimentos de seleção centrados no contacto interativo entre empregador e trabalhador, visando garantir uma abordagem inclusiva e equitativa.

### **SCORE IMPACT – CULTURA:**

Valorizam a cultura local e promovem a identidade cultural das comunidades onde estão inseridas. Destaques incluem:

86% valorizam a cultura e o património local, bem como os valores e identidades culturais das comunidades locais.

### **SCORE IMPACT – PROMOÇÃO/SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

Também têm um impacto significativo na promoção da sustentabilidade ambiental. Destaques incluem:

36% promovem a otimização integrada de recursos energéticos e hídricos, enquanto 81% valorizam recursos orgânicos.

82% vendem produtos em recipientes reutilizáveis e 93% realizam reciclagem interna de vidro, papel e plástico.

21% consegue promover uma mobilidade integrada por via do uso equilibrado entre: veículos a combustão; veículos elétricos; transportes públicos; meios pedestres e cicláveis.

## **SCORE IMPACT - POLÍTICA/GOVERNANÇA COLABORATIVA:**

Uma relação colaborativa com múltiplos setores e promovem uma governança inclusiva e participativa. Destaques incluem:

80% promovem uma relação integrada entre o setor estatal, setor privado lucrativo e setor cooperativo e social, demonstrando um compromisso com uma abordagem colaborativa e multisetorial.

88% fomentam a promoção e valorização da interculturalidade, promovendo a diversidade e inclusão.

49% promovem respostas aos desafios societais do presente através da introdução de dinâmicas baseadas nos ecossistemas naturais.

84% interage no espaço público trazendo para o centro do debate temáticas relacionadas, por exemplo, com a “economia circular”, a “economia regenerativa”, as “finanças éticas”, os “ODS” e a “economia social e solidária”, e fazem-no, umas vezes, de forma mais “tradicional” (e.g. seminários; conferências; aulas abertas) e, outras, mais criativa e “disruptiva” (e.g. street action; instalações criativas), para além do recurso às redes sociais (e.g. instagram, twitter, facebook, tik tok, youtube) e chats (e.g. telegram, whatsapp, discord).

Em resumo, as OESS em Ponta Delgada desempenham um papel fundamental no fortalecimento da economia local, na integração socioprofissional de pessoas vulneráveis, na

valorização da cultura e identidade locais, na promoção da sustentabilidade ambiental e na promoção de uma governança colaborativa e inclusiva. Esses resultados destacam o impacto positivo e abrangente das OESS na comunidade e na promoção do desenvolvimento sustentável.

### **B. SIMPÓSIO “RODAS DE CONVERSAS”**

O Simpósio “Rodas de Conversas” sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Comunitário, realizado no Auditório do Centro de Estudos Natália Correia, foi uma oportunidade crucial para as organizações participantes “Do Projeto à Ação - A Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário no Concelho de Ponta Delgada” apresentarem e refletirem sobre seus resultados e experiências.

Durante o evento, cada organização teve a possibilidade de realizar uma apresentação individual no formato de pitch, destacando de forma criativa suas iniciativas e seu impacto nos projetos. O uso de diversos materiais, como fotografias, vídeos e objetos, permitiu uma ilustração vívida das atividades e resultados alcançados.

Essas apresentações não apenas proporcionaram uma visão abrangente das realizações das organizações, mas também inspiraram e encorajaram os participantes, demonstrando de forma tangível o poder e a importância da economia solidária no desenvolvimento comunitário.

Ao reunir diversas partes interessadas em torno desses temas cruciais, o Simpósio não só promoveu a partilha de conhecimentos e experiências, mas também fortaleceu os laços dentro da comunidade e impulsionou ainda mais o progresso em direção a uma Ponta Delgada mais sustentável, inclusiva e plural.



**Representantes das organizações presentes**

Os participantes do Encontro de Trabalho, no Centro Natália Correia, foram essenciais para o sucesso e enriquecimento do evento. Este encontro reuniu uma variedade de indivíduos e organizações interessadas em discutir e promover a economia solidária e o desenvolvimento comunitário.

A “Roda de Conversas” proporcionou uma oportunidade para promover a reflexão crítica e colaborativa entre as organizações envolvidas no estudo, bem como para avaliar o impacto de suas atividades em relação à inovação social e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito local.

No primeiro momento, a dinâmica de “hétero-reflexão crítica” permitiu que as organizações apresentassem oralmente suas atividades empreendedoras, destacando os sinais de inovação social nelas presentes. O uso de recursos como o “cartão-tarefa” e a “grelha de hétero-observação analítica” proporcionou uma abordagem estruturada para analisar e refletir sobre essas práticas.

No segundo momento, a ênfase foi na “autorreflexão crítica” das organizações sobre sua contribuição para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a



### Dinâmicas dos trabalho do encontro

nível local. A utilização do “cartão-tarefa”, dos “votos” e da “grelha de auto-observação analítica” proporcionou um meio eficaz para as organizações avaliarem seu próprio desempenho e identificarem áreas de melhoria em relação aos ODS.

Essa abordagem participativa e estruturada demonstra um compromisso sério das organizações em avaliar e aprimorar suas práticas, visando não apenas o desenvolvimento económico, mas também social e ambiental de Ponta Delgada.

## **2.5. INOVAÇÃO SOCIAL**

Análise dos resultados com base nas categorias de inovação social elencadas:

### Exercício de PITCH

- i. A maioria das organizações demonstrou uma capacidade de inovação ao desenvolver novos métodos ou abordagens para responder às necessidades das comunidades locais. Isso inclui programas específicos, políticas ou práticas que visam melhorar o bem-estar geral das pessoas na comunidade.

- ii. As organizações mostraram-se comprometidas em práticas de governança colaborativa, demonstrando uma abordagem inclusiva e participativa na tomada de decisões e na gestão de seus projetos e iniciativas.
- iii. Houve um reconhecimento significativo da importância de preservar e valorizar a cultura e o patrimônio local. As organizações demonstraram esforços para desenvolver produtos ou serviços que respeitam e refletem a identidade cultural da comunidade.
- iv. As organizações foram capazes de identificar e responder a necessidades específicas da comunidade que não estavam sendo atendidas pelo mercado tradicional. Isso pode incluir serviços ou produtos adaptados às procuras locais e às características únicas da região.
- v. Partilha da conscientização sobre a importância da sustentabilidade ambiental, com organizações buscando realizar suas atividades de forma a minimizar seu impacto negativo nos ecossistemas locais.

## **2.6. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

A análise do comprometimento das organizações com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deve considerar diversos aspetos. Uma abordagem para avaliar esse compromisso é alinhar as atividades das organizações com os 17 ODS da ONU. Identificar os ODS diretamente relacionados com as ações das organizações e como contribuem para alcançar as metas específicas de cada objetivo é um exercício que deve ser realizado com frequência, destacando o compromisso e o interesse na promoção do bem comum.

Além disso, é importante identificar lacunas e áreas de melhoria no comprometimento com os ODS, a fim de contribuir para a identificação de objetivos menos abordados ou metas específicas que não estão sendo alcançadas. Isso pode criar oportunidades para desenvolver sinergias com os esforços globais e incentivar novas adesões aos esforços para alcançar os ODS. A análise do comprometimento das organizações com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deverá ser feita considerando diversos aspetos. Na relação de uma abordagem para avaliar esse compromisso de acordo com o alinhamento com os 17 ODS da ONU.

O ranking das ações das organizações em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) visa ser uma ferramenta útil para promover a conscientização, colaboração e melhoria contínua do compromisso com os ODS. Em um trabalho de grupo, as diversas organizações identificaram e compartilharam seus compromissos com os objetivos propostos pela ONU.

### **PARA REALIZAR ESSE TRABALHO DE FORMA EFICAZ, PROCEDEU-SE À:**

**Definição dos objetivos:** Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU foram reiterados para garantir que todos os participantes tivessem uma compreensão clara do contexto e das metas globais.

**Identificação dos compromettimentos:** As organizações participantes foram solicitadas a identificar e descrever suas iniciativas, projetos ou políticas alinhadas com os ODS, detalhando como essas ações contribuem para cada objetivo específico.

**Ranking das ações:** Foi desenvolvido um sistema de classificação considerando diferentes métricas relevantes para avaliar o impacto das ações de cada organização. Isso incluiu critérios como alcance, eficácia, inovação, sustentabilidade financeira, entre outros, que foram verificados durante as visitas aos projetos.










**Apresentação e discussão:** Cada organização teve a oportunidade de apresentar seus compromettimentos e explicar por que foram classificados da maneira que foram. Foi incentivado o debate construtivo e troca de ideias entre os participantes.

**Análise coletiva:** Após todas as apresentações, a equipa realizou uma análise coletiva, permitindo que os participantes discutissem pontos em comum, identificassem oportunidades de colaboração e compartilhassem insights sobre como melhorar e fortalecer suas ações.

**Compromisso Contínuo:** As organizações foram encorajadas não apenas a identificar seus compromettimentos uma vez, mas a manter um compromisso contínuo com os ODS, revisando e atualizando regularmente suas ações e metas.

**Divulgação e Visibilidade:** Os resultados foram associados ao **Reconhecimento de Mérito**, destacando as melhores práticas e os compromettimentos mais impactantes. Isso não apenas reconheceu o trabalho das organizações, mas também inspirou outras ações semelhantes.

**Quadro 3. Top dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propugnados pelas atividades/ação empreendedora das OESS**

RANKING	ODS	
1	 <p>1 ERRADICAR A POBREZA</p>	 <p>8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO</p>
2	 <p>16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</p>	
3	 <p>10 REDUZIR AS DESIGUALDADES</p>	
4	 <p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p>	
5	 <p>3 SAÚDE DE QUALIDADE</p>	
6	 <p>12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS</p>	 <p>17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS</p>
7	 <p>5 IGUALDADE DE GÉNERO</p>	

Fonte: Autores

### **3. RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Ao longo do processo de intervenção da ação foram recolhidas e trabalhadas uma variedade de propostas que surgiram das interações, reflexões e colaborações entre todos os participantes, a conduzirem para a promoção de um ambiente favorável ao melhoramento das Organizações da Economia Social e Solidária e, conseqüentemente, o Desenvolvimento Comunitário (ainda que não apenas em Ponta Delgada, mas também em outras comunidades locais de proximidade).

A nossa intenção é fornecer um conjunto de recomendações capazes de serem transformadas em políticas públicas locais estruturadas, e que se configurem em incentivos e apoios a iniciativas e projetos capazes de criarem contextos comunitários mais inclusivos, sustentáveis e equitativos.

Por conseguinte, é importante que aquelas sejam localmente apropriadas para o aperfeiçoamento de respostas correntes de política pública municipal (mainstreaming vertical) em termos do combate à pobreza e à exclusão social, pelo que as organizámos abaixo em três partes:

#### **(a) Pressupostos “Programa de Ação para a Transformação Social de PDL”**

Com base nos considerandos e trabalhando rumo à necessidade de reforçar e de promover soluções com vista a mitigar a pobreza, a criar rendimentos complementares, a capacitar as pessoas vulneráveis, a promover a biodiversidade e as dinâmicas locais e agitar a economia local, em:

**Alocação de recursos financeiros:** Direcionar recursos financeiros para apoiar as atividades empreendedoras das OEES, através de subsídios, incentivos fiscais ou fundos específicos destinados ao desenvolvimento de projetos com impacto social, ambiental e económico positivo.

**Desenvolvimento de infraestrutura:** Continuar a investir na criação e manutenção de infraestrutura adequada para apoiar as iniciativas das OEES, como espaços de trabalho compartilhados, centros de incubação de empresas sociais e hubs de inovação comunitária.

**Capacitação e formação:** Oferecer programas de capacitação e formação específicos para os membros das OEES, visando fortalecer suas habilidades em gestão, liderança, empreendedorismo social, entre outros aspetos relevantes para o sucesso de suas iniciativas.

**Parcerias e redes de colaboração:** Continuar a facilitar o estabelecimento de parcerias entre as OEES e outros atores locais, como empresas, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e serviços governamentais, visando promover sinergias e ampliar o impacto das iniciativas.

**Promoção e visibilidade:** Promover as práticas empreendedoras das OEES através de campanhas de sensibilização, eventos de *networking*, feiras e mercados locais, destacando seus produtos e serviços e incentivando o consumo consciente e solidário.

**Inovação e sustentabilidade:** Incentivar mais as OESS a adotarem práticas inovadoras e sustentáveis em suas atividades, promovendo a economia circular, o uso eficiente de recursos naturais, a inclusão de grupos vulneráveis e a promoção da diversidade e da igualdade de género.

Ao sustentar o compromisso do concelho de Ponta Delgada com os ODS e garantir que as práticas correntes estejam alinhadas com esses objetivos globais, é possível fortalecer o desenvolvimento sustentável local, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e contribuir para um futuro mais justo, próspero e equitativo para todos.

E estes são os ODS(s) identifiicados pelas organizações envolvidas e que serão a continuação do garante que as iniciativas promovem o bem-estar das pessoas e a preservação do meio ambiente, enquanto abordam questões sociais, económicas e ambientais de forma integrada e holística:

**ODS 1 - Erradicação da pobreza:** um programa de transformação social pode ajudar a reduzir a pobreza ao promover o acesso a oportunidades económicas e recursos para grupos vulneráveis, capacitando as comunidades a sair do ciclo da pobreza e melhorar sua qualidade de vida.

**ODS 8 - Trabalho decente e crescimento económico:** ao incentivar a criação de empregos dignos e sustentáveis, bem como o desenvolvimento de habilidades e capacidades nas comunidades locais, um programa de transformação social pode contribuir para o crescimento económico inclusivo e sustentável.

**ODS 16 - Paz justiça, e instituições eficazes:** ao envolver as comunidades na tomada de decisões e no processo de desenvolvimento local, um programa de transformação social pode fortalecer as instituições e a governança local, promovendo a transparência, a responsabilidade e a participação cidadã.

**ODS 10 - Redução das desigualdades:** Ao promover a inclusão social e econômica de grupos marginalizados e vulneráveis, um programa de transformação social pode ajudar a reduzir as desigualdades dentro da sociedade, garantindo que todos tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos.

**ODS 4 - Educação de qualidade:** trabalhar no incentivo à redução das disparidades no acesso à educação e poder é uma forma de desempenhar um papel crucial na promoção da educação de qualidade para todos, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

**ODS 3 - Saúde e bem-estar:** um programa de transformação social pode desempenhar um papel fundamental na promoção da saúde e bem-estar de todas as pessoas. Importa garantir que todas as pessoas tenham acesso a serviços de saúde essenciais, incluindo cuidados preventivos, tratamento de doenças e serviços de saúde mental, e de combate às dependências, sem discriminação ou barreiras financeiras.

**ODS 12 - Consumo e produção sustentáveis:** Um programa de transformação social que promova a

práticas de consumo responsável, incentivando hábitos de compra sustentáveis, redução do desperdício e reciclagem de materiais, para minimizar o impacto ambiental de nossos padrões de consumo.

**ODS 17 - parcerias para a implementação dos objetivos:** Um programa de transformação social pode contribuir para o fortalecimento de parcerias multi-stakeholder (entre governos, setor privado, sociedade civil e academia) para enfrentar desafios complexos de desenvolvimento, promovendo a colaboração e o compartilhamento de recursos e conhecimentos.

### **(B) Considerandos (“Impacto Social” + “Inovação Social + “ODS”)**

As OEES são parceiras institucionais com capacidade de iniciativa para o alinhamento com a autarquia em contribuir para a respetiva consecução, sobretudo, quer das atribuições que diretamente lhes são acometidas por pela lei n.º 75/2013 - Atribuições e Competências das autarquias locais, de 12 de setembro, como por exemplo: “ação social”; “desenvolvimento”, quer no que respeita ao desígnio de ajudar localmente com o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável com base nos considerandos apresentados, fica claro que as Organizações da Economia Social e Solidária (OEES) desempenham um papel fundamental no desenvolvimento local sustentável e na promoção do bem-estar social.

Importa refletir sobre algumas formas pelas quais:

A Câmara Municipal de Ponta Delgada deverá considerar apoiar as OESS, levando em conta o **impacto social, inovação social e os objetivos de desenvolvimento sustentável**:

**Parcerias e colaboração:** Fortalecer o estabelecimento de parcerias estratégicas com as OESS para colaborar na implementação de programas e projetos que promovam o desenvolvimento social, económico e ambiental. Isso pode incluir programas de emprego, formação profissional, promoção da agricultura urbana sustentável, gestão de resíduos e reciclagem, entre outros.

**Incentivos e apoio financeiro:** Facultar mais incentivos financeiros e apoio para fortalecer as atividades empreendedoras das OESS, garantindo recursos para investimento, expansão e inovação. Isso pode ser feito através de subsídios, linhas de crédito preferenciais ou fundos específicos destinados a projetos sociais e ambientais.

**Promoção de políticas favoráveis:** Promover políticas locais que apoiem as OESS, facilitando o acesso a espaços públicos, reduzindo barreiras burocráticas e criando um ambiente regulatório favorável para o desenvolvimento de negócios sociais e ambientais.

**Reconhecimento e visibilidade:** Deverá reconhecer e promover o trabalho das OESS através de campanhas de sensibilização, eventos de divulgação e premiações, destacando seu impacto positivo na comuni-

dade e incentivando outras organizações a seguirem seu exemplo.

**Capacitação e apoio técnico:** Pode oferecer programas de capacitação, mentoria e apoio técnico para fortalecer as habilidades de gestão, liderança e inovação das OESS, garantindo sua sustentabilidade e resiliência a longo prazo.

**Integração dos ODS:** Nas suas políticas e programas, municipais, por forma a garantir que as iniciativas apoiadas estejam alinhadas com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável, contribuindo assim para o cumprimento das metas estabelecidas pela ONU.

Ao adotar essas medidas, a CMPDL pode maximizar o potencial das OESS como Agentes de Transformação Social e Impulsionadores do Desenvolvimento Local Sustentável em Ponta Delgada. Essas organizações são fundamentais para enfrentar os desafios sociais, económicos e ambientais da comunidade, e merecem todo o apoio e reconhecimento das autoridades locais.

**(C) Proposta: Programa de Ação para a Transformação Social de PDL  
“Ponta Delgada - Comunidade de Bem-Viver”**

**Atribuição anual de recursos financeiros para medição do impacto social:** Visa fornecer recursos financeiros regulares para as OESS, sob a forma de contrato, com o objetivo de permitir que essas organizações meçam seu impacto social. Isso não apenas ajuda as OESS a melhorar suas práticas e demons-

trar seu valor para a comunidade, mas também pode influenciar os serviços públicos locais e regionais a incorporar dados sobre a economia social e solidária em suas estatísticas públicas.

**Divulgação pública das atividades das OESS:** Em diferentes formatos digitais, como e-mail, site institucional e redes sociais, isso visa promover os bens e serviços produzidos pelas OESS no concelho, destacando seu caráter único e incentivando a comunidade a tornar-se “consumidores inteligentes”, que consideram não apenas o preço, mas também o impacto social e ambiental de suas escolhas de consumo.

**Criação de uma loja colaborativa no centro da cidade:** Disponibilizar um espaço físico para que as OESS possam vender seus produtos e serviços num formato de gestão colaborativa. E não só promove a venda compartilhada dos produtos das organizações, mas também permite uma “comercialização inteligente”, enfatizando a qualidade das relações sociais entre oferta e a procura.

**Reserva de verba para a compra de produtos das oess:** Como forma de incentivar o consumo crítico e solidário. Essa medida também contribui para promover os produtos das OESS e demonstrar o compromisso da CMPDL com a economia social e solidária.

**Criação de um fundo de fomento solidário:** Como capital semente ou fundo perdido, para ajudar as OESS na criação de novas atividades empreendedoras em mercado aberto. Isso inclui empréstimos sem

juros para aquisição de equipamentos e melhoria das infraestruturas das OESS, visando aumentar sua eficiência e eficácia.

**Criação de uma bolsa de voluntariado municipal solidário:** Criando oportunidades para trabalho voluntário formal dos funcionários da autarquia e voluntariado das empresas municipais que aderirem.

#### **4. CONCLUSÕES**

Ao longo do processo de implementação do projeto “A Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário no Concelho de Ponta Delgada”, foi possível realizar uma análise abrangente das práticas existentes e refletir sobre sugestões de intervenção. As etapas desenvolvidas foram fundamentais para garantir o alcance dos objetivos estabelecidos, particularmente no que diz respeito à avaliação do impacto das atividades empreendedoras das organizações da economia social e solidária localizadas no concelho de Ponta Delgada e em suas comunidades adjacentes.

Durante o processo, houve uma avaliação cuidadosa da intensidade do impacto gerado por essas atividades empreendedoras, com o foco especial na melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas. Além disso, identificou-se e valorizou-se a capacidade de inovação social das organizações da economia social e solidária, bem como seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas.

Como resultado dessas análises e reflexões, foram apresentadas recomendações de políticas públicas com poten-

cial de generalização, visando o *mainstreaming* vertical. Essas recomendações têm como objetivo permitir que os resultados do estudo sejam aplicados de forma eficaz para aprimorar as respostas da política pública municipal no combate à pobreza e à exclusão social.

Dessa forma, ao assumir os objetivos do projeto e ao realizar uma análise profunda das práticas existentes, foi possível não apenas compreender melhor o impacto das atividades empreendedoras das organizações da economia social e solidária, mas também fornecer diretrizes valiosas para melhorar as políticas públicas municipais e promover um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo em Ponta Delgada e suas comunidades circundantes.

## NOTAS

<sup>1</sup> Coesão social - nas óticas da igualdade de oportunidades e de género, do combate à exclusão social e pobreza e da integração socioprofissional de cidadãos vulneráveis (empregabilidade de emprego, em particular, por exemplo, de jovens em situação de desemprego, mulheres vítimas de maus-tratos, pessoas com deficiência e incapacidade).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaro, Roque (2009). *Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito*, in *Revista de Economia Solidária*, nº.1 (pp. 8-20).
- Henriques, José M. (1988). *Municípios e Desenvolvimento: caminhos possíveis*. Escher, Lisboa.
- Rittel, H. & Webber, M. (1973). *Dilemmas in a General Theory of Planning*, pp. 155-169, in *Policy Sciences 4*. Elsevier Scientific Publishing Company, Amsterdam —Printed in Scotland.
- Câmara Municipal de Ponta Delgada (2022). *Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e à Exclusão Social*. Disponível em linha <https://www.cm-pontadelgada.pt/pages/1338>.
- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial (2018). *Avaliação de Impacto na Prática* (2ª edição). Disponível em linha <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0> IGO.
- OECD (2023). *Recommendation of the Council on the Social and Solidarity Economy and Social Innovation*. OECD/LEGAL/0472 (Disponível em linha: <https://legalinstruments.oecd.org/en/>)
- Acosta, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Autonomia Literária.
- UNTFSSSE (2014). *Economia Social e Solidária e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável*. Documento de Posicionamento pela Força-Tarefa de Interação das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária (acesso público disponível em: <https://unsse.org/>).
- UNTFSSSE (2021). *Contribution to the EU request for recommendations for the future EU Action plan on Social Economy* (acesso público disponível em: <https://unsse.org/>).
- Resolução das Nações Unidas, aprovada e adotada, pela Assembleia Geral das nações Unidas, em 18 de abril de 2023, com vista à “Promoção da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento Sustentável”.
- Impact Management Project - ANDE Metrics (2018), disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nd/4.0/>.
- A Guide to Classifying the Impact of an Investment (2018), disponível em <https://impactfrontiers.org/mission/>.
- Objetivos de desenvolvimento sustentável - <https://ods.pt/ods/>.

Os créditos de todas as figuras (fotos) são de propriedade e/ou autoria da ACEESA.

# Normas Editoriais

## Artigos

Todos os textos propostos para publicação devem seguir as normas constantes deste documento e serão objeto dos processos de apreciação e de decisão do Conselho de Redação. Deverá remeter com o seu artigo e uma nota biográfica (máximo de 500 caracteres) e o seu contato de @ ou alternativa. Os artigos serão sempre acompanhados por um resumo em português (de preferência também em inglês) e não pode exceder 900 caracteres. No resumo deve figurar o título do artigo, um conjunto de palavras-chave, em número não superior a 5. Os artigos não devem ultrapassar os 50 000 caracteres, incluindo notas e bibliografia. As divisões internas do texto deverão ser acompanhadas de subtítulos. Os textos devem ser impressos de um só lado de folhas A4, com margens amplas, a espaço e meio. Quando necessários, os quadros e tabelas são admitidos, desde que reduzidos ao mínimo possível. Os gráficos, caso existam, têm que ser fornecidos em suporte informático separado, um para cada gráfico, em formato Excel (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh). Os manuscritos deverão ser enviados obrigatoriamente, no programa Microsoft Word (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh), para:

### Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico

Rua D. Maria José Borges, 137 – R/C  
9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

As citações devem aparecer entre aspas baixas («e») ou, quando maiores que três linhas, indentadas e também entre aspas baixas. Num ou noutro caso, terão que ser devidamente referenciadas em nota. As notas, deverão ser, obrigatoriamente colocadas no final do artigo e nunca em rodapé. Todas as obras citadas ou referenciadas devem estar compiladas no final do artigo, por ordem alfabética do apelido dos autores, obedecendo ao seguinte padrão:

PENVENNE, Jeanne Marie, (1995). *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Johannesburg Witwatersrand University Press.

Nos artigos ou contribuições para obras colectivas, o título do artigo ou contribuição deve vir entre aspas baixas, seguido da indicação em itálico da revista ou título da obra colectiva, da indicação do volume e número da revista – ou local de edição e editora da obra –, e das páginas correspondentes ao artigo ou contribuição citada:

SMITH, Alan K., (1973).  
«The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*; vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

## Recensões

Devem ter menos de 5 000 caracteres e seguir as normas acima descritas. A obra recenseada deve ser identificada pelo seu autor, data de edição, título, local de edição, editora, número de páginas e ilustrações (caso existam). Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem. Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem.

## Publicações eletrónicas

No caso de publicações eletrónicas é necessário indicar também a data da última consulta à página e o respetivo URL, no seguinte formato:

Emily Thomson (2009),  
«Do Ends Justify Means? Feminist Economics Perspectives of the Business Case for Gender Equality in the UK Labour Market», *e-cadernos ces*, 5, 118-133. Consultado a 02.12.2011, em: [http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos5/6%20-%20E\\_%20Thomson%2002\\_12.pdf](http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos5/6%20-%20E_%20Thomson%2002_12.pdf).

# Editing Rules

## Articles

All texts proposed for publication should follow the norms contained in this document and will be the subject of consideration and decision processes of the Editorial Board.

You should send a biographical note (maximum 500 characters) and your contact mail or an alternative.

Items will be always accompanied by a summary in Portuguese (preferably also in English) and cannot exceed 900 characters. The abstract must appear the title of the article, a set of key words in not more than 5 numbers.

Articles are limited to 50 000 characters, including notes and bibliography. Internal divisions of the next must carry subtitles. Texts should be printed in one-sided A4 paper, with large margins, and separations of 1,5 spaces between each line.

If tables and boxes are considered necessary, they should occupy as little space as possible. Graphic charts must be delivered in separated computer, one for each chart, in Excel (Windows or Macintosh) document to:

**Centro de Estudos de Economia  
Solidária do Atlântico**

Rua D. Maria José Borges, 137-R/C  
9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

Quotations should appear between low commas («and») or, when longer than three lines, indented (also between low commas). In either case, they must be referred to in corresponding endnotes (and not in footnotes). All cited or referenced books should be listed in the end of the article, by author's surname in alphabetical order, according to the following pattern:

Jeanne Marie PENVENNE, (1995). *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Johannesburg Witwatersrand University Press.

In the case of articles or contributions in collective books, the title must be mentioned between low commas, followed by the name of the journal or the collective book, in italic; and indicating the volume and number of the journal, or the place and publisher of the book, as well as the corresponding pages of mentioned article or contribution:

Alan K. SMITH, 1973.

«The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

## Reviews

Reviews should have 5 000 characters or less and follow the rules indicated above for articles. The reviewer must necessarily identify the reviewed work by author, date, title, place, publisher, number of pages, and illustrations (if included). The contents of the published articles and reviews are of their author's full responsibility.

## Electronic publications

In the case of electronic publications it needs to specify the date of the last visit the page and its URL in the following format: Emily Thomson (2009),

«Do Ends Justify Means? Feminist Economics Perspectives of the Business Case for Gender Equality in the UK Labour Market», e-cadernos ces, 5, 118-133. Accessed 02.12.2011, em: [http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos5/6%20-%20E\\_%20Thomson%2002\\_12.pdf](http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos5/6%20-%20E_%20Thomson%2002_12.pdf)

# ACEESA

A Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico tem reconhecimento jurídico desde 1 de junho de 2006, como uma associação que se inclui no ramo do setor da solidariedade social, consignado no estatuto das Instituições de Particulares de Solidariedade Social com interesse público para a Região Açores.

## **INSCRIÇÃO ATIVIDADES**

As atividades inscrevem-se **no C.A.E. Principal 72200** Investigação e desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas, e com a inscrição no C.A.E. Secundário com o nº 58140 - Edição de Revistas e de Outras Publicações periódicas.

## **MISSÃO**

Visa dar respostas sociais, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e das cidadãs.

## **VISÃO**

A ACEESA está focada em ser uma entidade de Referência na área da Investigação, Formação, divulgação e de ser promotora de reflexão das muitas dimensões da Economia Solidária da Região Autónoma dos Açores, com envolvimento das regiões da Macaronésia e outras partes do Mundo.

## **VALORES**

Rege-se pelos valores da Ética, do Respeito, da Responsabilidade, do Rigor, da Cooperação e da Solidariedade.

## **ATIVIDADES ESTATUTÁRIA**

As atividades centram-se estrategicamente na produção de conhecimento sobre a Economia Solidária e os domínios correlacionados: Economia Social, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável, Democracia Participativa, Igualdade de Oportunidades, Igualdade de Género, Políticas de Coesão, Finanças Alternativas bem como no debate e divulgação desse mesmo conhecimento, através de ações:

Realizar eventos regionais, nacionais e internacionais dedicados à Economia Solidária, ao Desenvolvimento Social e Local e à Empregabilidade para a Integração Social;

Dinamizar em plataformas digitais com recursos de apoio ao estudo, conhecimento e desenvolvimento da área da Economia Solidária que interligue os Açores às regiões da Macaronésia e aos países na orla do Atlântico do continente Europeu, África e Américas do Norte e do Sul e resto do mundo;

Implementar e executar metodologias de formação através do sistema modular e da formação, com cursos e pós-graduações sobre a intervenção social, economia solidária e gestão integrada do social e económico;

Apoiar e colaborar tecnicamente em estudos de organismos oficiais e particulares que lhe sejam solicitados;

Candidatar, promover, e executar projetos no âmbito regional, nacional, comunitário e Internacional, enquadrados no âmbito da intervenção científica da associação;

Promover a edição e/ou divulgação e comercialização de publicações e outros produtos e serviços relacionados com a atividade da Associação.

Fomentar e dinamizar o intercâmbio das boas práticas com a disseminação da investigação-ação em matéria de Economia Solidária, Empreendedorismo Social, Responsabilidade Social, Igualdade de Oportunidades e a Promoção da Igualdade de Género, entre outras matérias, com as dinâmicas da execução de projetos a candidatar e a executar e no estabelecimento de parcerias com organizações para a prossecução de objetivos comuns;

Incitar e promover e formar discussão e a reflexão sobre os desafios da sociedade contemporânea valorizando os direitos humanos, em áreas como a luta contra a pobreza, a discriminação e as desigualdades sociais, entre outras.

Organizar e cooperar em iniciativas que visem a informação e a formação profissional, nas áreas da economia social e solidária.

**Para a realização do seu fim, a ACEESA pode ainda desenvolver outras atividades e prestar serviços a terceiros, ainda que a título acessório, com o intuito de financiar as suas atividades principais.**



## ESTA REVISTA É DETENTORA DO SELO CORES

O Selo CORES foi criado pela Cresaçor. É uma garantia, para os consumidores, que os princípios da Economia Solidária estiveram na base da criação dos produtos/ serviços que detêm esta marca. Deter este Selo significa que na base do produto ou serviço o valor da produção tem como fim o interesse comum e não o lucro e que a intervenção social é realizada de maneira diferente, apostando na capacitação e desenvolvimento pessoal e sócio profissional das pessoas.

[www.cores.pt](http://www.cores.pt)

[www.cresacor.pt](http://www.cresacor.pt)